

as características dos

territórios

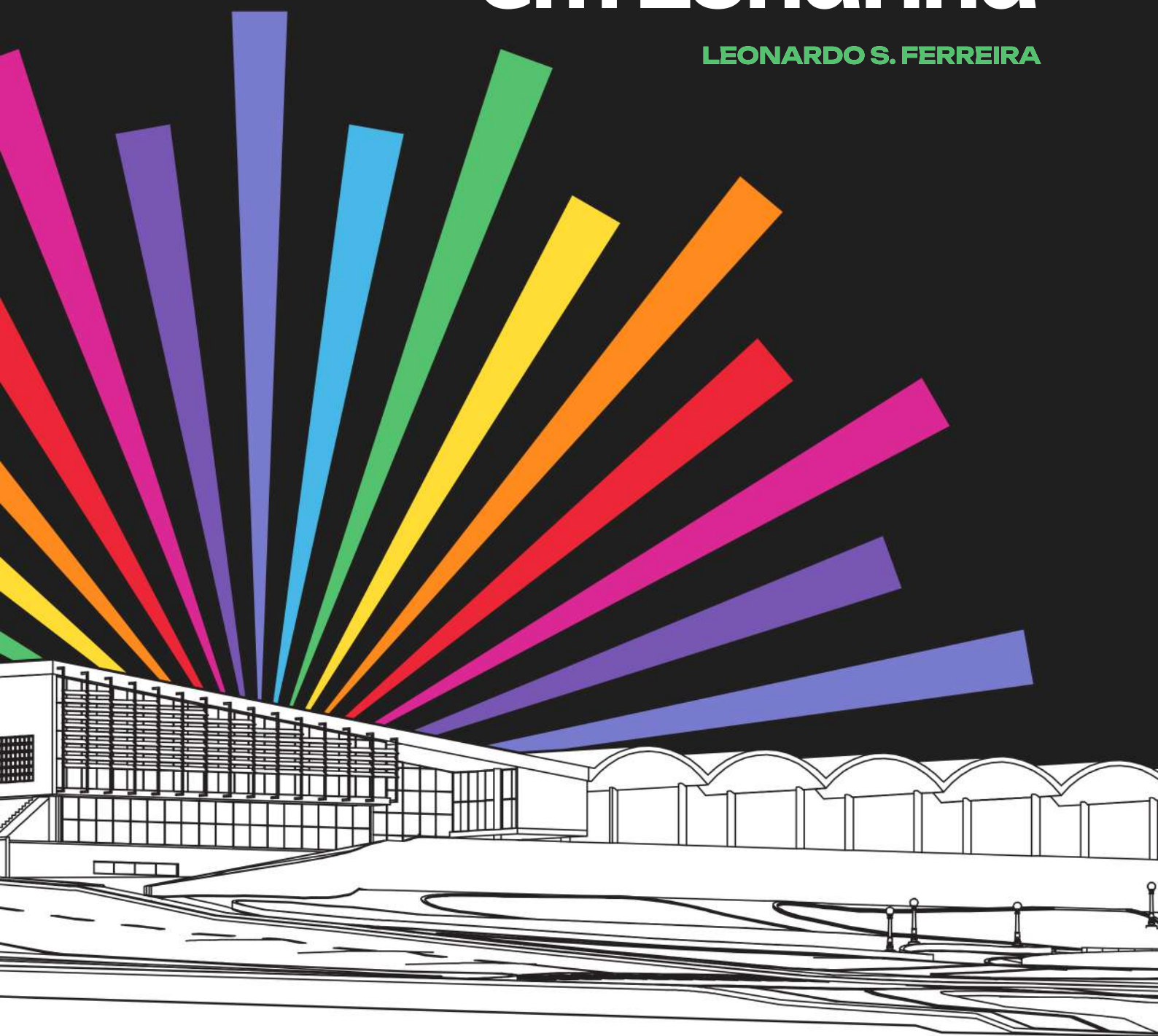
ocupados pelas populações

LGBTIAP+

no espaço urbano

em Londrina

LEONARDO S. FERREIRA





UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LEONARDO DA SILVA FERREIRA

**AS CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELAS
POPULAÇÕES LGBTIAP+ NO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA**

Londrina
2024

LEONARDO DA SILVA FERREIRA

**AS CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELAS
POPULAÇÕES LGBTIAP+ NO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá para qualificação do mestrado em Metodologia de Projeto.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F383c Ferreira, Leonardo da Silva.
As Características dos Territórios Ocupados pelas Populações LGBTIAP+ no Espaço Urbano em Londrina / Leonardo da Silva Ferreira. - Londrina, 2024.
190 f. : il.

Orientador: Vera Lucia Tieko Suguihiro.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Tecnologia e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Territorialidade - Tese. 2. Exclusão Social - Tese. 3. Sociabilidades LGBT - Tese. 4. Gênero e Sexualidade - Tese. I. Suguihiro, Vera Lucia Tieko. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Tecnologia e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU 711/72

LEONARDO DA SILVA FERREIRA

**AS CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELAS POPULAÇÕES
LGBTIAP+ NO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá para qualificação do mestrado em Metodologia de Projeto.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Orientadora, Prof.^a Dra. Vera Lucia Tieko
Suguihiro, Programa Associado de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPU
UEM/UEL.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dra. Paula Freire Santoro
Vice Coordenadora do Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo - USP

Prof.^a Dra. Beatriz Fleury e Silva, Programa
Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo - PPU UEM/UEL. Universidade
Estadual de Maringá – UEM

Londrina, 25 de março de 2024

A Saara, Edison, Mel, Poli, Oliver, Juuara, Vinícius, Chris, Roni, Paulo, Skarlet e todos que me precederam e fizeram possível continuar a luta por uma sociedade livre de preconceitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES por tornar possível essa pesquisa em tempos de descrédito da ciência.

Ao Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo por ter oportunizado o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Prof^a Dra. Vera Lucia Tiekko Suguihiro, minha orientadora, por ter compartilhado comigo um pouco da sua admirável experiência e profissionalismo, por ter me incentivado com seus questionamentos, por ter acreditado no meu potencial e por ter abraçado esse tema que me é tão caro.

À Prof^a Dra. Milena Kanashiro, por ter sido uma excelente professora na graduação e me inspirado (mesmo que não soubesse) a perseguir a carreira acadêmica e também pela ajuda que forneceu na análise previa do meu Projeto de Pesquisa para submissão ao CEP.

Ao meu noivo, namorado, companheiro e amigo Alessandro Bornal Junior que me acompanhou em todo esse processo, me dando apoio e amor e torcendo pelo meu sucesso.

Aos meus amigos Vinícius Guilherme Davidosiki e Nathália Momesso por terem me incentivado a entrar no mestrado e por continuarem a me apoiar e também aos meus amigos Letícia, Tay, Rafa, Ricardo, Mari, Isadora, Silvana, Isa, Du, Duda, Nai, Andressa, Rafa, Marcos, Maria e Lucas que sempre estão do meu lado.

A minha família, meus pais, Rinaldo Luiz Ferreira e Aparecida Tibúrcio da Silva Ferreira que continuam a torcer pelo meu sucesso, meu irmão, Victor Eduardo da Silva Ferreira, que me acompanha e me apoia incondicionalmente e minha avó, Maria Aparecida de Oliveira, que é uma inspiração de mulher batalhadora e que me ensinou a ter apreço pela leitura.

Agradeço especialmente aos meus amigos Thiago Yudi e Ryan por terem tornado possível que essa pesquisa chegasse em tantas pessoas de todos os lugares da cidade de Londrina, que responderam ao meu questionário.

Por fim, agradeço às minhas colegas Gloria, Luiza, Loana, que dividiram essa jornada desde a matrícula; Juliana, Natália, Júlia, Geovane, Janaína, Leonardo, Thiago, Luciana e meus demais colegas do VerCidades e do PPU; Amanda e Geane, que além de me apoiarem muito me ajudaram em partes essenciais dessa pesquisa; ao meu tutor Fabiano, que me fez enxergar métodos que revolucionaram minha forma de conduzir esse trabalho; e a todos os colegas que me acompanharam e continuarão me acompanhando nessa jornada acadêmica.

*“O toque do afoxé e a força de onde vem
Ninguém explica, ela é bonita.”
Daniela Mercury*

...

RESUMO

FERREIRA, Leonardo da Silva. **As Características dos Territórios Ocupados pelas Populações LGBTIAP+ no Espaço Urbano em Londrina**. 2023. 130p. Dissertação Parcial para Qualificação em Mestrado (PPU – UEL/UEM) – Centro de Tecnologia e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

A cidade como produto-produtora das relações sociais, é espaço da materialização das lógicas do capitalismo, do mercado, da exploração do trabalho, do colonialismo e do patriarcado, predominantes na sociedade que a compõem. Essas lógicas hegemônicas se manifestam no contexto urbano, tornando-o palco de diversos tipos de conflitos sociais, políticos, econômicos e culturais que resultam na exclusão de grupos específicos e na negação do pleno direito à cidade. Nesse contexto, essa dissertação aborda a territorialidade urbana da população LGBTIAP+ como grupo que experimenta a marginalização social, materializada a partir de territórios, partindo do objetivo principal de identificar as características físicas e sócio-históricas envolvidas na configuração de Territórios de Medo, Territórios de Morte, Territórios de Convivência e Territórios de Resistência, constituídos por/para pessoas dissidentes de gênero e sexualidade no espaço urbano. Para isso, através de uma abordagem quantitativa-qualitativa, a pesquisa propõe uma leitura cartográfica dessas quatro categorias de territórios, explorando os fatores que influenciam a formação e a distribuição desses espaços específicos de vivência, expressão e opressão da comunidade LGBTIAP+ na cidade de Londrina-PR.

Palavras-chave: Territorialidade; Exclusão Social; Sociabilidades LGBT; Gênero e Sexualidade; Experiência Urbana.

ABSTRACT

FERREIRA, Leonardo da Silva. **The Characteristics of the Territories Occupied by LGBTIQ+ Populations in Urban Space in Londrina**. 2023. 130p. Partial Dissertation for Qualification in Master's Degree (PPU – UEL/UEM) – Center for Technology and Urbanism, State University of Londrina, Londrina, 2023.

The urban environment, as a producer and a product of social relations, serves as a platform where the logics of capitalism, the market, labor exploitation, colonialism, and patriarchy, prevailing in the encompassing society, become tangible. These hegemonic logics find expression within the urban context, making the city a stage for various forms of social, political, economic, and cultural conflicts, leading to the marginalization of specific groups and the denial of their complete urban rights. Against this backdrop, the present dissertation delves into the urban territoriality of the LGBTIQ+ community, one of the groups that experience social marginalization materialized through territories, with the primary objective to discern the physical and socio-historical characteristics intricately involved in the configuration of Territories of Fear, Territories of Death, Territories of Coexistence, and Territories of Resistance, constituted by/for gender and sexuality dissidentes within the urban landscape. Employing a mixed-methods approach, the research proposes a cartographic analysis of these four categories of territories, exploring the influencing factors shaping the formation and distribution of these distinct spaces, which serve as domains for living, self-expression, and the oppression experienced by the LGBTIQ+ Community in the city of Londrina, Paraná, Brazil.

Key-words: Territoriality; Social Exclusion; LGBT Sociabilities; Gender and Sexuality; Urban Experience.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Contexto urbano de Londrina	104
Mapa 2 – Panorama do Movimento LGBTIAP+ em Londrina.....	108
Mapa 3 – Bairro das(os) respondentes do questionário	115
Mapa 4 – Registros de homotrasfobia em Londrina por bairro.....	120
Mapa 5 – Territórios LGBTIAP+ de Medo em Londrina.....	123
Mapa 6 – Territórios LGBTIAP+ de Medo em Londrina - Mancha.....	124
Mapa 7 – Territórios de Morte LGBTIAP+ em Londrina	131
Mapa 8 – Registros de Morte de pessoas LGBTIAP+ em Londrina por bairro	133
Mapa 9 – Territórios de Morte LGBTIAP+ percebidos em Londrina	134
Mapa 10 – Territórios de Morte LGBTIAP+ em Londrina - Mancha.....	135
Mapa 11 – Territórios LGBTIAP+ de Medo e Morte em Londrina – Mapa de Calor	136
Mapa 12 – Territórios de Resistência LGBTIAP+ em Londrina	138
Mapa 13 – Territórios de Resistência LGBTIAP+ em Londrina - Mancha	139
Mapa 14 – Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina	151
Mapa 15 – Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina - Mancha	152
Mapa 16 – Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte LGBTIAP+ em Londrina – Mapa de Intersecção	154

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delineamento de Pesquisa	31
Figura 2 – Tipologia de espaços urbanos sexuais e de gênero	54
Figura 3 – Número de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 a 2022.....	65
Figura 4 – Número de Mortes de LGBTI + no Brasil, por Segmento, em 2022	65
Figura 5 – Tipificação das Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, por Segmento, em 2022.....	67
Figura 6 – Local das Mortes Violentas de LGBTI+ No Brasil em 2022	68
Figura 7 – Conquistas do Movimento LGBTIAP+ através do Poder Judiciário no Brasil até 2023.....	75
Figura 8 a 38 – Capturas de Tela do Questionário	89
Figura 39 – Tabulação de Dados e Categorias de Análise	102
Figura 40 – Localização de Londrina no Estado do Paraná – Brasil.....	103
Figura 41 – Linha do tempo da atuação do movimento LGBTIAP+ em Londrina	110
Figura 42 – Identidade de gênero das(os) respondentes do questionário.	112
Figura 43 – Orientação sexual das(os) respondentes do questionário.	113
Figura 44 – Nuvem de Palavras – “Quais fatores, acontecimentos ou ocasiões você considera mais determinante para que um local te faça sentir medo de se expressar como pessoa LGBTIAP+?”	125
Figura 45 – Sobreposição de trajetos característicos a alguns circuitos de lazer noturno em Londrina (2004 -2005).	145
Figura 46 – Sobreposição de trajetos característicos a alguns circuitos de lazer noturno em Londrina (2008).....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária das(os) respondentes do questionário	113
Gráfico 2 – Cor/etnia das(os) respondentes do questionário	114
Gráfico 3 – Renda das(os) respondentes do questionário	114
Gráfico 4 – Ano das agressões – Relatório CAPE	117
Gráfico 5 – Identidade das vítimas de agressão – Clipping de notícias	119
Gráfico 6 – Ano das agressões – Clipping de notícias	119
Gráfico 7 – Você já sofreu ou presenciou algum tipo de homofobia ou transfobia em Londrina?	120
Gráfico 8 – Identidade das vítimas	130
Gráfico 9 – Faixa etária das vítimas	130
Gráfico 10 – Ano das mortes	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas de análise e questões do questionário a ser aplicado à população LGBTIAP+ de Londrina.....	88
Quadro 2 – Estruturação das entrevistas.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Registros de homotransfobia em Londrina entre jan. de 2014 e mar. de 2023 .	116
Tabela 2 – Registros de homotransfobia em Londrina – <i>Clipping</i> de notícias	118
Tabela 3 – Registros de homotransfobia em Londrina	121
Tabela 4 – Mortes de pessoas LGBTIAP+ EM Londrina – de 2014 a 2023 segundo Relatório oficial CAPE	127
Tabela 5 – Mortes de pessoas LGBTIAP+ EM Londrina – de 2008 a 2023	128
Tabela 6 – Locais de resistência	137
Tabela 7 – Locais públicos de convivência	148
Tabela 8 – Locais privados de convivência.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALIA	Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPE	Centro de Análise, Planejamento e Estatística
CEP	Comité de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres-humanos
COC	<i>Center For Culture and Recreation</i>
CSU	Centro Social Urbano
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EUA	Estados Unidos da América
GAA	<i>Gay Activists Alliance</i>
GGB	Grupo Gay da Bahia
GHL	Grupo Homossexual Londrinense
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLBT+T	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Transgêneros
GLF	<i>Gay Liberation Front</i>
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros.
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais.
LGBTIAP	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais.
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queers</i> .
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queers</i> , Intersexuais.
MPB	Música Popular Brasileira
NC	Não consta

NY	New York
ONG	Organização Não Governamental
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PPU	Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PR	Paraná
RESEC	Resumo Estatístico Criminal
SCOL	Sistema de Controle de Ocorrências Letais
SESP-PR	Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

	PREFÁCIO	14
	INTRODUÇÃO	16
	CONTEXTOS	16
	CONCEITOS	19
	OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA	28
	METODOLOGIA	30
	ESTRUTURA	32
1	A CIDADE CAPITALISTA, O PATRIARCADO E AS ESTRUTURAS DE PODER 34	
2	A CIDADE PALCO	49
2.1	O CENÁRIO: PARADIGMAS ESPACIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ARQUITETURA E URBANISMO	50
2.2	OS ATORES: O PAPEL DA HETEROCISNORMATIVIDADE	57
2.3	A TRAMA: O ESPETÁCULO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS CORPOS DISSIDENTES	60
3	PODER, OPRESSÃO E RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTIAP+	64
3.1	RESISTÊNCIA: DOS DIREITOS LGBTIAP+ AO DIREITO À CIDADE	71
4	OS TERRITÓRIOS DE CONVIVÊNCIA, RESISTÊNCIA, MEDO E MORTE NA CIDADE DE LONDRINA	81
4.1	UM PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTIAP+ EM LONDRINA 103	
4.2	UM PANORAMA DEMOGRÁFICO POSSÍVEL DA POPULAÇÃO LGBTIAP+ EM LONDRINA 111	
4.3	OS TERRITÓRIOS DE MEDO	116
4.4	OS TERRITÓRIOS DE MORTE	127
4.5	OS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA	137
4.6	OS TERRITÓRIOS DE CONVIVÊNCIA	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	159
	ANEXOS	164
	ANEXO A – Resumo Estatístico Criminal (RESEC)	165

PREFÁCIO

*“Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Dance comigo a nossa canção
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar”
Johnny Hooker Part. Liniker*

Talvez falar sobre a inquietação que me levou a desenvolver essa dissertação seja um processo um tanto quanto difícil, que tem raízes profundas na minha compreensão sobre quem sou. Desde a infância, quando se é uma “criança viada”, nossas percepções sobre sexualidade acabam atravessando o próprio momento de ser apenas uma criança, de apenas querer brincar, de apenas querer desenhar e colorir. Não entendia sequer a maldade daqueles que vinham me dizer que “esse brinquedo não pode”, “essa cor não pode”. Esse sentimento de estranheza ganha substância, até que um dia alguém chega e te perguntar: “você é veado?”, ou ainda, “você é gay?”. Eu nem fazia ideia do que poderia significar ser “veado” ou “gay” nas primeiras vezes que ouvi essa pergunta, mas o tom negativo daquelas palavras acaba indicando que algo bom não devia ser, e que eu devia estar fazendo alguma coisa de errado.

A compreensão da sexualidade em sua completude chegou muito mais tarde, quando os desejos sexuais começam a aparecer, durante a puberdade. Até lá, eu já sabia que era diferente, já sabia que gostava de coisas que não deveria gostar e, até que essa compreensão viesse, eu já tinha tentando reprimir tudo isso dentro de mim para me proteger.

Posteriormente chegou o “por que você é tão quieto?”, “não vai arrumar uma namorada, não?” e, em meio às percepções de que tampouco seria fácil que minha família me acolhesse como gay, comecei a me dedicar aos estudos, pois passei a acreditar que ser um aluno excelente seria uma maneira de orgulhar minha família e compensar a possível decepção que seria para meus pais ter um filho homossexual. Foi essa dedicação que me levou a sair de casa em 2014 para cursar Arquitetura na Universidade Estadual de Londrina. Na minha cabeça de adolescente, era o curso possível, já que eu poderia expressar minha criatividade, me aproximar do mundo da arte sem que eu parecesse gay demais, afeminado demais. Foi na arquitetura, porém, que, longe da cidade pequena em que nasci e cresci, longe dos olhos vigilantes da comunidade, da igreja e da família, pude entender que eu estava bem, que não tinha nada de errado com ser eu mesmo e que eu podia me permitir amar sem medo.

Fazer a graduação e terminá-la, todavia, não foi fácil. Em meio às crises de ansiedade

e aos momentos de depressão que enfrentei em decorrência de reprimir a mim mesmo, e depois de lidar com a decepção dos meus pais quando me assumi, me formei em Arquitetura e Urbanismo e dei início a uma nova etapa da minha vida.

Vale dizer que essa não é uma realidade exclusiva, tampouco a pior das realidades em que uma pessoa LGBTIAP+ pode se encontrar, mas nossas trajetórias como pessoas dissidentes de gênero e sexualidade são atravessadas por nossa forma de existir e pelo contexto social que se impõe e é esse contexto que imprime os desdobramentos que me trouxeram até aqui.

Quando terminei a graduação em Arquitetura e Urbanismo, o caminho do mestrado me parecia natural, porém distante. Não me considerava (e ainda não me considero) livre de toda a repressão que exerci sobre mim mesmo, mas a dor de se esconder e a vontade de que outras pessoas não passem por isso se tornaram, ao longo do tempo, ímpeto. Foi então que encontrei com uma colega da graduação e ela, ao me contar sobre sua pesquisa que relacionava gênero e urbanismo, me abriu os olhos para o que aqui se torna uma realidade: Por que não unir em uma pesquisa o urbanismo e as pessoas LGBTIAP+?

A inquietação efervesceu quando meu namorado me contou que em seu relacionamento anterior havia sido impedido pelo segurança de andar de mãos dadas no shopping e, ebuliu com acontecimentos como a morte de Hannan Silva em 2019¹, um rapaz que muitas vezes encontrei trabalhando no cinema, que me fizeram enxergar quão perto a violência e morte poderiam estar.

Como pode um jovem ser morto em praça pública na cidade, um casal ser impedido de andar de mãos dadas no shopping e isso ser tão naturalizado? E como eu, enquanto arquiteto e urbanista, posso contribuir para que isso não ocorra? Essas são perguntas que foram importantes para que eu construísse, em conjunto com as muitas outras mãos que me ajudaram, a pesquisa que se apresenta nas próximas páginas.

Esse aqui é um pequeno esforço no sentido de colaborar com a construção de um mundo mais justo, mais humano e mais respeitoso, em que não tenhamos que nos deparar com a morte de Hannans, nem de Natashas², em que os futuros Léos não precisem cercear seus sentimentos e vivências e cresçam apenas sendo crianças, em que as pessoas possam “amar sem temer”, como dizem Jhonny Hooker e Liniker na canção que abre esse Prefácio, ou ainda que possam “viver sem temer”, em um mundo livre de LGTBfobia. Boa leitura.

¹ “Polícia não descarta crime de homofobia em morte de jovem no Centro de Londrina” – Disponível em: <https://24h.com.br/noticias/policia-nao-descarta-crime-de-homofobia-em-morte-de-jovem-no-centro-de-londrina/> - Acesso em julho de 2023.

² “Vingança motivou assassinato de transexual no Paraná, diz polícia”. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/07/06/vinganca-motivou-assassinato-de-transexual-no-parana-diz-policia.ghtml> - Acesso em julho de 2023.

INTRODUÇÃO

CONTEXTOS

Essa dissertação de mestrado aborda a presença dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade³ no âmbito da cidade capitalista moderna de modo a explorar as relações socioespaciais que permeiam as dinâmicas espaciais e territoriais na cidade. A presente pesquisa possui caráter interseccional, reconhecendo que as experiências e formas de opressão não podem ser compreendidas de maneira isolada, mas sim como interconectadas e interdependentes. De forma a aprofundar tal caráter, delimita-se três contextos essenciais para a compreensão abrangente das investigações. Primeiramente, insere-se o contexto teórico-científico, reconhecendo os campos do conhecimento que interpelam a temática abordada. Em segundo lugar, considera-se o contexto geográfico-espacial, e por fim, incorpora-se o contexto local-temporal, entendendo as experiências em um período específico e dentro de uma comunidade específica.

No que diz respeito ao contexto teórico-científico, discussões sobre gênero e sexualidade no espaço urbano têm sido amplamente aprofundadas dentro da Geografia Urbana com destaque para a Geografia das Sexualidades e a Teoria *Queer*⁴ que, a partir dos anos 90 começam a ocupar os mais diversos campos do conhecimento (Teixeira, 2013).

O conceito de gênero começa a ser incorporado dentro dos estudos espaciais a partir da década de 1970, principalmente por teóricos de língua inglesa. Por volta de 1980, os geógrafos brasileiros começam a incluir tal conceito nas suas análises, com enfoque nas diferenças entre as espacialidades vividas por homens e mulheres, dando abertura para que, posteriormente, outras abordagens fossem abarcadas, tais como: questões raciais e finalmente, questões de dissidência de gênero e sexualidade. Teixeira (2013), ao se debruçar sobre o tema, evidencia os entendimentos sobre sexualidade e espaço nas discussões do campo epistemológico da Geografia das Sexualidades:

Para os geógrafos das sexualidades, não haveria espaços fora das políticas sexuais, sendo que a sexualidade teria profundo impacto nas maneiras como os corpos habitariam, produziriam e interagiam com espaços em diversas escalas, desde o corporal, passando pelo doméstico, deste do urbano e daí para escalas maiores (como o nacional e o transnacional) (Teixeira, 2013).

³ É eleita a noção de dissidência de gênero e sexualidade, assim como fez Gomes *et al.* (2021), como forma de reiterar seu caráter subversivo e insurgente e de fugir das capturas políticas masculinistas e normalização em torno do termo “diversidade”.

⁴ *Queer* corresponde a um termo guarda-chuva da língua inglesa utilizado para fazer referência às pessoas dissidentes de gênero e sexualidade.

A Teoria *Queer*, uma abordagem crítica às normas de gênero e sexualidade, veio a surgir no final dos anos 80. Como campo do conhecimento, propunha leituras que desafiassem as noções tradicionais de identidade de gênero e orientação sexual, questionando as categorias binárias e fixas, como homem/mulher e heterossexual/homossexual e também as normas sociais que limitam e restringem as expressões de gênero e sexualidade, principalmente fundamentada nos pensamentos de Michael Foucault e Judith Butler (Teixeira, 2013).

A influência das discussões de dissidência de gênero e sexualidade no âmbito da Teoria *Queer* e da Geografia das Sexualidades fez com que os geógrafos passassem a “considerar corpos, performatividades e heteronormatividade como elementos produtores de espaços, do nível do corpo ao transnacional, em uma complexa relação que também seria transversal às questões de classe, raça, religião, nacionalidades.” (Teixeira, 2013, p. 15).

A Geografia das Sexualidades e a Teoria *Queer* foram avanços significativos no sentido de compreender as complexas relações entre a sexualidade, o espaço e o território, esse último, um conceito que será amplamente explorado ao logo desse trabalho. No entanto, apesar dos avanços nessas áreas, ainda existem diversas lacunas e possibilidades de se explorar as relações espaciais relacionadas com identidades de gênero e sexualidade. Conforme destacado por Ornat e Silva (2014), “a sexualidade não foi ainda suficientemente explorada em sua relação com o espaço e tampouco com o território” (p. 115), situação para a qual pretende-se contribuir com aprofundamentos a partir dessa pesquisa.

No que diz respeito ao contexto geográfico-espacial, levando em consideração as reflexões apresentadas, a cidade aparece como um local profícuo a ser explorado na busca de uma maior compreensão do espaço geográfico. Ferreira e Pereira (2020), ao discorrer sobre as cidades como lócus de investigação, compreende que:

A cidade constitui-se também, como espaço de consumo de mercadorias e produtos, e é também espaço de relações sociais e culturais diversas, vividas e experienciadas no cotidiano urbano. Considerar que estes aspectos se inter-relacionam e determinam a percepção, a compreensão e a apropriação do espaço urbano (...) (e) a compreensão deste conjunto de relações e processos são fundamentais para se entender o espaço geográfico em sua totalidade, e, conseqüentemente imprescindível para a leitura e compreensão do mundo (p. 218).

A cidade, por conseguinte, dá-se como local de materialização de todas as estruturas que regem a sociedade e, portanto, o espaço em si. É o ambiente de concentração populacional e tudo “que implica a vida urbana, desde aspectos cotidianos, a conflitos emergidos em função da dinâmica da cidade e da luta por espaços, por controle, por

apropriação e demarcação de território” (Ferreira & Pereira, 2020, p. 202), e entendê-la (...) fora de sua representação hegemônica é o primeiro passo para a compreensão da vivência subjetiva de quem nela habita, para a compreensão dos fenômenos psicossociais estabelecidos nas trajetórias de vida que sobre a cidade se lançam, considerando suas contradições (Nogueira, 2009, p. 80).

A este trabalho, porém, não interessa olhar para as cidades apenas como campo de estudo das relações entre identidades de gênero e sexualidade dissidentes dentro do espaço, mas compreendê-las como produto-produtoras das sociabilidades, e como tal, campo fecundo de análise das vivências das populações LGBTIAP+, “a partir da (sua) inserção e experiência urbana cotidiana em variadas escalas e dimensões” (Belarmino & Dimenstein, 2021, p. 3).

Para essa dissertação então, será impreterível conceber uma análise da cidade a exemplo do que disseram Ferreira e Pereira (2020):

Nesta perspectiva deve-se conceber a cidade como uma construção teórica, que articula um conjunto de conceitos e temas, de modo a estruturar a compreensão de múltiplos espaços que são formados, construídos e/ou produzidos no contexto urbano, os quais revelam, quase sempre, cenários de exclusão, ausências e desigualdades para grande parcela da população que vive nas cidades, sobretudo da América Latina, onde as desigualdades estão presentes, formam e definem a paisagem do espaço urbano (p. 204).

De fato, a cidade é o local onde emergem os conflitos sociais, políticos, econômicos e culturais e ao mimetizar a sociedade na qual se insere, pode ser entendida como idealizada, produzida e controlada por aqueles que detêm o poder econômico, político e social e funciona de modo a garantir as relações de controle a partir das visões construídas pelas classes dominantes (Carvalho & Macedo, 2017; Silva, 2016).

Uma vez que se compreende que a cidade não é produzida de forma a atender o coletivo, mas sim a partir de visões específicas de determinados grupos, a mesma pode ser lida como uma construção, principalmente ideológica (Carvalho & Macedo, 2017). E é nesse contexto que a cidade se torna o espaço social em que as desigualdades se acirram, criando fronteiras simbólicas estreitamente delimitadas pelos contextos econômicos e sociais que a tornam excludente para comunidades específicas (Carvalho & Macedo 2017; Gomes et al., 2021). Tais fronteiras de exclusão socioespacial acabam por delimitar territórios, configurados pelas dinâmicas de poder estabelecidas pelas classes dominantes.

Tais dinâmicas de poder estabelecidas encontram-se, por ocasião, envolvidas em um contexto local-temporal relevante. Para essa pesquisa em si, o contexto local-temporal se dá no Brasil, entre os anos de 2022-2024, período em que foi desenvolvida a dissertação que

aqui se apresenta. Segundo Quinalha (2022) “a emergência de governos autoritários com evidentes inclinações fascistas é algo posto no atual horizonte em diversos países do mundo” (p. 147), e essa pesquisa surge em um momento em que o Brasil tenta se reconstruir após o ápice dessa onda de conservadorismo que se deu com ascensão do bolsonarismo, Segundo Quinalha “a versão brasileira desse processo” (p. 147), materializada na eleição de Jair Messias Bolsonaro a Presidente da República no ano de 2018. Bolsonaro se elegeu com um discurso que aprofundava os preconceitos de gênero e sexualidade, inflamando a violência contra a população LGBTIAP+. Segundo Quinalha (2022),

Há uma inequívoca agenda moral embutida na eleição de Bolsonaro para presidente do Brasil. Mais do que isso, pode-se afirmar que a moralidade conservadora não é um mero acessório, mas tem sido um dispositivo central na trajetória política de Bolsonaro, na sua campanha eleitoral, na vitória selada em 2018 e na sua forma de governar. Mobilizando valores associados à defesa da família tradicional, da heterossexualidade e a uma visão de mundo religiosa, as bandeiras do presidente refletem o êxito de um pânico moral há tempos alimentado e que coloca em linha de mira, precisamente, a comunidade LGBTI+ (p. 138).

O engajamento de Bolsonaro com uma moralidade conservadora, especialmente em questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero, cria uma conjuntura relevante para o plano de fundo desta dissertação, deixando evidente as forças que fazem parte da dinâmica social estabelecida no Brasil, a ser aprofundada no decorrer desse trabalho.

Nessa conjuntura de contextos e, uma vez que as cidades possam ser compreendidas como locais que moldam e são moldados pelas experiências LGBTIAP+ (Belarmino & Dimenstein, 2021), e ainda, posto o cenário conservador em que existe um aumento crescente da violência relacionada à identidade de gênero e orientação sexual, especificamente no tocante a homotransfobia ou LGBTfobia⁵, a pesquisa a ser desenvolvida propõe-se a responder a seguinte questão: Quais características físicas, culturais e sócio-históricas podem ser identificadas na configuração dos territórios ocupados pelas populações LGBTIAP+ no espaço urbano? Entender tais características pode contribuir para a compreensão das dinâmicas socioespaciais associadas à configuração da urbe de modo que se possa vislumbrar a concepção de cidades mais seguras e inclusivas às populações dissidentes de gênero e sexualidade.

CONCEITOS

Partindo de discussões inerentes ao campo da Geografia das Sexualidades e Teoria

⁵ Segundo Cerqueira *et al.* (2021), a homotransfobia ou LGBTfobia é a violência contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que ocorre em sociedades onde existe a ideologia heterossexista, podendo levar a preconceito e comportamento discriminatório.

Queer, a presente pesquisa aborda o conceito de território em associação à dissidência de gênero e sexualidade como conceito base para compreender a população LGBTIAP+. O conceito de território abordado nessa dissertação corresponde àquele construído a partir do espaço (ambiente físico da cidade) como elemento decisivo no estabelecimento do poder (Nogueira, 2009) e dotado de identidade, conformando um local material e simbólico definido pelas subjetividades (de gênero e sexualidade) e cuja leitura só se torna possível a partir de sujeitos sociais que neles se movimentam e pelas apropriações que neles são feitas (Leite et al., 2020; Souza & Feliciano, 2021). Tal conceito, porém, decorre de uma série de importantes reflexões.

O conceito mais amplo de território foi explorado por diversos autores e pesquisadores de diferentes formas. Segundo Sousa (2008), “etimologicamente o conceito de território nasce com duplo sentido, material e simbólico.” (p. 120). O primeiro deles diz respeito ao território como conceito jurídico-político e econômico, de controle, enquanto o segundo diz respeito às características de apropriação, no sentido simbólico-cultural (p. 121). O conceito de território a ser adotado aqui, a partir dessa mesma matriz, é o conceito definido por Claude Raffestin e amplamente discutido por outros autores.

Para que se possa elaborar o que é um território, é preciso compreender, primeiramente, que esse se forma a partir do espaço (Raffestin, 1993). Segundo Raffestin, “espaço e território não são termos equivalentes” (p. 143), mas o espaço seria o que o autor chama de “prisão original” do território. Freitas, ao fazer uma leitura atenta de Raffestin, afirma que: “o território é resultado de relações sociais de poder e dominação, em dimensões concretas e abstratas, sendo produzidas por diversos sujeitos, que podem variar desde a escala do Estado, e até mesmo pelo indivíduo” (Freitas, 2016, p. 57). O território, portanto, “está balizado nas relações sociais de controle e dominação (poder)” (Sousa, 2008, p. 121).

Quanto ao espaço, Fernandes (2005, p. 26) faz uma diferenciação entre espaço social e espaço geográfico. O espaço geográfico seria o espaço criado pela natureza, que ao ser transformado continuamente pelas relações sociais, se transforma em espaço social, sob o qual se inserem os territórios. Para ele,

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder (...). O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (p. 27).

Souza e Feliciano (2021), ao se aprofundarem sobre a relação entre espaço e território, ressaltam a intercadência, a interrupção, a descontinuidade, como características específicas dos territórios:

Vale lembrar que o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços produzidos

pelas relações estabelecidas entre os sujeitos. O território por sua vez, é definido como um sistema de ações e sistema de objetos, os territórios se movimentam, se transformam e se fixam sobre o espaço geográfico, as relações e as conflitualidades estabelecidas de acordo com as intencionalidades dos sujeitos, posicionam o espaço como um a priori e o território a posteriori, como aponta Fernandes (2012), o espaço é perene e o território intermitente (p. 95).

Existe, contudo, dentro do conceito de território, definido pelas relações sociais de poder, uma diversidade de tipos de territórios. Segundo Fernandes (2005), “os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.” (p. 28). Portanto, não só é necessário olhar com atenção para a pluralidade de possibilidades de territórios, como definir com clareza com que tipo de território será trabalhado.

O território como conceito a ser utilizado, é constituído a partir do espaço, “sendo caracterizado ainda por uma relação de poder exercida por determinados atores sobre um determinado espaço, podendo ser construído em diversas escalas e dotado de identidade” (Barreto & Alves, 2010, pp. 6-7). Sua produção está intimamente relacionada com as dinâmicas sociais, de modo que “(...) que os indivíduos buscam moldar o espaço à sua forma, ao passo que também se adaptam às condições dele e, desse modo, constituem, pela dimensão política e socio-espacial, territórios” (Leite et al., 2020, p. 97).

A formação desses territórios se dá, portanto, a partir dos indivíduos, das pessoas, dos atores sociais, que recortam o espaço. Ao definirem os limites espaciais, exercem um poder de dominação e controle (Medeiros, 2015). Tal processo de produção de territórios se dá a partir das territorialidades. É importante nesse sentido, fazer a diferenciação de outros conceitos importantes. O de territorialidade e territorialização. Sobre essa diferença, Fernandes (2005) expõe: “Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas.” (p. 29).

A territorialidade está relacionada com os processos de identificação territorial, constituindo-se socialmente como a extensão de determinadas ações pelo contato entre os indivíduos” (Leite et al., 2020, p. 105). Territorialidade diz respeito às conexões entre uma pessoa ou um grupo e o lugar ao qual eles se referem. Em outros termos, é sobre como as pessoas se relacionam com e se sentem ligadas ao espaço em que vivem ou com o qual se identificam. Freitas (2016) ilustra:

Neste sentido, a territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas e

expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (p. 63).

Freitas (2016) ainda acrescenta, fazendo uma comparação entre os conceitos de território e territorialidade, que:

A questão das territorialidades deve ser entendida enquanto flexíveis. Isto porque, um mesmo território poder comportar diferentes territorialidades, dependendo da diversidade de relações construídas pelas pessoas que dele se apropriam. Aliás, convém esclarecer que as territorialidades se superpõem num mesmo território, ora de forma concomitante, por meio de apropriações distintas por diferentes pessoas em um mesmo tempo e lugar, ora de forma alternada em períodos diferenciados (p. 64).

Sinteticamente, territorialidade diz respeito ao acontecer, enquanto os territórios em si dizem respeito a materialização. Para se compreender os territórios, é importante lembrar que eles são concebidos por dinâmicas de poder adjacentes a relações sociais, essas, estruturadas na sociedade Brasileira, através do capital, do mercado, do colonialismo e do patriarcado. Sobre isso, Souza (2008) acrescenta:

A nosso ver, o território é marcado pelo resultado do processo histórico das relações sociais. Ele é móvel, dinâmico e está em constante transformação. (...) O poder é exercido nas relações socioespaciais e tem centralidade no território. Ou seja, o território também é constituído de sociedade e natureza, trabalho e capital, produção e circulação, fixo (área) e fluxo (rede), energia e informação (técnico-científico), entre outros. (...) Assim, o território apropriado tem características objetivas (territorial) e subjetivas (simbólica, identitária e afetiva) do 'espaço vivido', este(s) por meio da(s) territorialidade(s), forja(m) as identidades territoriais (p. 124).

A reprodução das identidades a partir de territórios é "(i)material, histórica, relacional e multiescalar" (Sousa, 2008, p. 127), podendo esses serem "contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões" (Fernandes, 2005, p. 28), sendo que o que há de comum entre os mais diversos territórios é a possibilidade de gerar identidade e raízes, em que, "em determinado momento esse grupo não poderá mais ser compreendido sem o seu território" (Barreto & Alves, 2010, p. 6).

Território é um espaço que carrega identidade e identificação, ancorado no sentimento e pouco influenciado pela forma física, a qual pode ser variável. Surgindo de pontos e marcas no solo, é onde se organiza o modo de vida e se fortalece o grupo social, e pode ser um lugar de ritos, expressando valores e crenças (Medeiros, 2015). As pessoas constroem territórios a partir de territorialidades baseadas em valores, hábitos e costumes, ou seja, o território está

em uma relação simbiótica com a sociedade.

Como dito anteriormente, a territorialidade está relacionada com os processos de identificação territorial de determinado grupo em um determinado território. Aqui entra outro conceito a ser abordado nessa dissertação, o conceito de dissidência de gênero e sexualidade, sumarizado na sigla LGBTIAP+.

LGBTIAP+ é a Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais, o sinal “+” é utilizado para englobar todas as nomenclaturas adotadas pela diversidade de identificações sexuais e de gênero existentes (Cerqueira et al., 2021; Gomes et al., 2021). A sigla é utilizada como termo guarda-chuva para abranger qualquer pessoa não-heterossexual e/ou não-cisgênero, abarcando todas as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade em qualquer grau.

A sigla evoluiu de uma série de variações no intuito de representar de forma mais inclusiva possível a população dissidente de gênero e sexualidade, possuindo consequentemente uma variedade de apresentações que atravessam contextos históricos, construções sociais, convenções e avanço teórico-científico. Optou-se, dentre tantas variantes da sigla, utilizar a versão LGBTIAP+, sem a letra ‘Q’ (*queer*), expressão anglo-saxônica muitas vezes incluída na sigla, de maneira a se ater a expressões de identidade em língua portuguesa e a dar ênfase ao contexto local-temporal do Brasil, sem prejuízo às variações diversas pelos demais autores utilizados como referência e/ou aos indivíduos participantes dessa pesquisa, que tiveram a liberdade de se identificar como desejassem. Também a escolha pela utilização da sigla como LGBTIAP+ tem a intenção de enfatizar o protagonismo das pesquisas desenvolvidas no campo da diversidade de gênero e sexualidade na América Latina, uma vez que o chamado Sul Global possui particularidades significativas relacionadas tanto às condições sociais como espaciais.

É a partir da união desses conceitos que surge o objeto dessa pesquisa, os Territórios LGBTIAP+, nascidos a partir de territorialidades LGBTIAP+. É importante destacar que, aqui, não existem territórios sem territorialidades e que não existem territorialidades sem territórios, num ciclo de acontecer-materializar determinante. Logo, ao se falar de territórios ou territorialidades, apesar de não serem sinônimos, está se considerando um todo, mesmo que um conceito ou o outro venha a aparecer desacompanhado.

As territorialidades LGBTIAP+ acontecem principalmente a partir do estabelecimento de territórios próprios em que as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade podem se expressar em autenticidade. Castells (2000) comenta que, “os limites territoriais dos lugares selecionados se tornaram as bases para o estabelecimento de instituições autônomas e a criação de uma autonomia cultural” (p. 390). As bases culturais de identificação da comunidade LGBTIAP+, ademais, se estabelece no espaço urbano não necessariamente como estratégia de resistência, mas como tática. Sobre isso, Costa e Bernardes (2022)

acrescentam:

Os comportamentos relacionados a uma sexualidade homoafetiva foram banidos da sociedade e se definiram como atributos que estigmatizam os sujeitos. Por outro lado, os encontros homoeróticos e as homoafetividades sempre ocorreram de forma “camuflada”, como “táticas espertas”, desenvolvidas nas “brechas” do espaço urbano (...). Esses locais e trajetos espaciais se produzem como “rizomas” (Deleuze, 1996) e/ou microterritorializações (Costa, 2002; Costa, 2008), em que pequenas parcelas do espaço – “cantos” e “pedaços” de praças e ruas, rotas de deslocamento, determinados estabelecimentos, como bares e até mesmo instalações públicas – são tenuemente apropriadas por um agregado de sujeitos que nelas se reúnem e desenvolvem certas práticas (p. 36).

As territorialidades LGBTIAP+ também são estabelecidas a partir das estruturas sociais e da fuga delas. Um exemplo de como as estruturas agem na construção das territorialidades são a apropriação de espaços privados, cuja gênese está ligada ao consumo (Freitas, 2016, p. 60), sobre os quais, Freiras (2016) acrescenta:

Um território é instituído por ação das/os frequentadoras/es quando seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos por agentes locais, ou seja, do próprio território, em uma relação autônoma. Nesses casos, pode-se falar em um processo de autoinstituição territorial, em que é a população local, o sujeito ativo, que desenha o território a partir do reconhecimento de suas identidades (p. 56).

Suscintamente, as territorialidades LGBTIAP+ são delimitadas por uma variedade de fatores que podem atuar de maneira interseccional na produção de territórios. Entre esses fatores estão as próprias estruturas sociais, a configuração espacial das cidades, as performatividades heterocisnormativas, os contextos de violência e medo, as lutas por direito e as dinâmicas de resistência. Segundo Leite et al. (2020), há ainda uma diferença nas formas como se dão as territorialidades para cada subgrupo dentro das populações LGBTIAP+, uma vez que cada um deles “vivencia e percebe o espaço à sua maneira” (p. 112).

Ao se retomar o conceito de território, como aquele que é formado a partir do espaço social e geográfico, e sua essência reside na relação de poder que algumas pessoas ou grupos exercem sobre uma determinada área, recorda-se que um território LGBTIAP+ seria um espaço identificado pela presença, vivência, atuação e/ou identidade significativa de indivíduos que se reconhecem como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes da heterocisnormatividade. Além disso, o território LGBTIAP+ reflete a construção de identidade, a relação de poder e as dinâmicas sociais específicas

relacionadas às pessoas dissidentes de gênero e sexualidade dentro do espaço.

Existe, nesse sentido, uma outra infinidade de possibilidades de territórios, mas concentrar-se-á aqui apenas nos territórios configurados no espaço urbano, ou seja, na cidade, timbrados por uma série de fatores, como: pela simples presença prevalente de pessoas LGBTIAP+, ou pela relação cultural, ou ainda pela vivência, pela relação de medo, pela profunda sensação de identidade, ou seja, por uma grande variedade de situações que podem ser interseccionais e intermitentes, de diversas escalas e temporalidade. Sobre a multiplicidade de territórios e suas relações com as estruturas, Silva et al. (2022) acrescentam que:

Os diferentes grupos sociais desenvolvem, em virtude de alguns movimentos opressores, espaços de enfrentamento, de resistência ou simplesmente espaços de consumo e lazer que possibilitem a sua permanência de forma segura. Um processo duplo, pois, por outro lado, verifica-se a dinâmica de auto segregação espacial, caracterizada como um processo resultante de todo esse sistema proposto pela sociedade dominante (p.73).

Os territórios LGBTIAP+, por serem constituídos a partir das territorialidades, devem ser compreendidos a partir das mesmas estruturas por detrás destas, podendo esses se comportarem de maneiras adversas a depender de que tipo de espaço estão ocupando na cidade, o espaço público, o espaço privado, espaços institucionais, bairros inteiros, etc. No recorte de alguns territórios de acordo com as relações de apropriação, por exemplo, estará explícita a expressão da identidade, conforme demonstra Guimarães e Lando (2023):

A conquista do território permite expressar a identidade LGBTQIA+ em público, possibilita realizar o desejo de integração à sociedade, o reconhecimento do direito de existir, de andar de mãos dadas na rua ou de beijar em público, mesmo sabendo, que esse sentimento de segurança, aconchego e conforto, não garantem a proteção contra atos de repressão enquanto estiverem no 'seu' território (p. 158).

Medeiros (2015) considera o território LGBTIAP+ como “esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento” (p. 216). Assim, destaca-se, na existência de territórios LGBTIAP+, a potencialidade que alguns deles possuem de exercerem um papel de aceitação e sociabilidade em resposta à segregação socioespacial imposta a esse grupo. Guimarães e Lando (2023) fazem uma leitura interessante sobre os territórios de sociabilidade LGBTIAP+ ao dizer que:

A aceitação como elemento determinante do aconchego pode ocorrer, pela via temporal, onde se observa que em ocasiões específicas acontecem aglomerações da população LGBTQIA+, e pela via espacial, com a criação de locais destinados a estas

peças, ou por elas ocupados como áreas de convivência (Peret, 2010). Diante disso, o exercício da sociabilidade LGBTQIA+ através de atos, gestos, vestimentas, adereços constroem e sustentam as identidades LGBTQIA+, e conseqüentemente, passam a imprimir no território a mesma identidade (p.160).

Tais territórios de sociabilidade se apresentam como os raros espaços, frequentemente confinados em estabelecimentos, que “simbolizam e materializam a visibilidade (LGBTIAP+) na cidade, permitindo a saída do armário e de validar sua identidade sexual no contato com o semelhante” (Farias, 2012, p. 104).

Teixeira (2013), ao fazer uma leitura dos territórios LGBTIAP+, dando ênfase em territórios gays, trata-os como “espaços abjetos”, evidenciando a existência da já explorada “matriz excludente”, representada pelas estruturas, pelos papéis e suas performances, pela violência e pelo medo e as dinâmicas e poder na sociedade, ou ainda “capitalismo, heteronormatividade, repressão sexual, políticas urbanas, desejos eróticos” (p. 48) que produziria tais espaços, “nos quais os desejos perversos seriam procurados e desempenhados pelos corpos dissidentes” (p. 35). O termo “perversão” é usado para descrever desvios ou desvios significativos do comportamento sexual considerado convencional ou socialmente aceito. Ao exemplificar alguns Territórios LGBTIAP+, Teixeira (2013) complementa:

Diversas também seriam as condições oferecidas por esses espaços: disponibilidade de corpos, anonimato, impessoalidade, permeabilidade (fácil acesso e fuga), escuridão. E, ainda, diversos também seriam os espaços abjetos: saunas, cinemas pornô, banheiros e arquês públicos, clubes de sexo (desde os de troca de casais heterossexuais aos de sadomasoquismo), *cruising bars* (bares com reservados ou salas escuras para a prática de sexo grupal ou em duplas) (p. 48).

Não obstante, não é raro que os territórios de sociabilidade LGBTIAP+ sejam também retratados na literatura como “Gueto Gay”, principalmente os territórios relacionados com as sociabilidades homossexuais masculinas. Sobre tal conceito, Puccineli (2014) explica:

‘gueto gay’ dificilmente surge como expressão positivada da ocupação de um espaço e comumente expressa algo que desagrade a quem fala, ou seja, se existe um ‘gueto gay’, e nas falas com interlocutores ele existe, isso não está certo. Mas o entendimento sobre ‘gueto gay’ é muito diverso: vai desde entender que algo, ou alguém, pretende limitar um espaço de circulação a pessoas que assim se identifiquem, a reconhecer que há espaços de ocupação exclusiva por pessoas que de alguma forma pretendem estar anônimas junto a uma sociedade mais ampla que as discriminaria. Tais espaços costumam ser sinônimos de lugares privados de diversão noturna ou sexual,

frequentados por homens e com alguma proximidade em algum bloco de ruas; muitas vezes também está atrelado a alguma centralidade no espaço das cidades. Interessante como 'gueto gay' ocupa o centro e invisibiliza mulheres, travestis e pessoas trans em suas definições: são 'guetos gays' esses espaços frequentados por homens gays que se tornam visíveis mais amplamente (p.168).

O conceito de "gueto gay" se desenvolve, principalmente na literatura em língua inglesa. No contexto das espacialidades norte-americanas, a expressão se refere a áreas urbanas ou bairros que se tornaram conhecidos por terem uma concentração significativa de pessoas LGBTIAP+ ou de estabelecimentos voltados para esse público. Talvez exista uma confusão ao se referir aos territórios de sociabilidade LGBTIAP+ como "gueto gay", principalmente porque, segundo Puccinelli (2014), a expressão "carrega em si duas partes que indicam: 1) segregação espacial; 2) uma identidade sóciosexual" (p. 166). E bairros com predominância de população LGBTIAP+, com forte sensação de identificação que sejam classificados como "guetos gays", com certeza também podem ser considerados territórios LGBTIAP+. Porém nem todo território de sociabilidade LGBTIAP+ poderá ser considerado um "gueto gay".

O conceito de "gueto gay" está historicamente mais associado à realidade estadunidense, com a aparição de bairros como Castro em San Francisco, o West Hollywood em Los Angeles e o bairro de Chelsea em Nova York, com forte identificação da comunidade LGBTIAP+ local e bares, boates, cafés, livrarias, centros comunitários e outros estabelecimentos que atendam às necessidades e interesses desta e que reforçam a identidade como elemento basilar. Para Puccinelli (2014), porém, "no contexto brasileiro, não se observou a formação de guetos gays nos moldes norte-americanos (...)" (p. 45), e acrescenta:

Não me arrisco a afirmar algo mais concreto nos casos internacionais que tratam de concentração de populações homossexualmente identificadas, como o caso de São Francisco tão citado há décadas como exemplo de 'gueto gay', mas no contexto nacional essa expressão dificilmente faria sentido como forma analítica ou descritiva sem mediações. Que cidade no Brasil possui um bairro, ou um conjunto de ruas, que tenha uma concentração de moradia, serviços, associações, bares, restaurantes dentre homossexuais? Arrisco-me: nenhuma (p.180).

Portanto, o conceito de "gueto gay" não será utilizado para se referir a territórios LGBTIAP+ por dois motivos principais: O primeiro deles é por não haver registros de que ocorram "guetos gays" no Brasil aos moldes estadunidenses; O segundo deles diz respeito ao conceito que, etimologicamente, exclui a participação de corpos dissidentes não gays no

território.

Existe uma diversidade de territórios decorrentes dos encontros e desencontros, das igualdades e desigualdades presentes na sociedade, sobre os quais pode-se debruçar e apreender inúmeras características. Souza e Feliciano (2021) classificam esses territórios construídos e consolidados em três categorias: Territórios de morte, medo e resistência. Os territórios de morte são equivalentes aos territórios em que a população dissidente de gênero e sexualidade é morta, assassinada, brutalizada. Já os territórios de medo seriam os territórios em que haja um processo de violação de direitos, ou seja, onde se explicita a violência física, psicológica, moral, etc. Os territórios de resistência, por fim, se constituem como territórios necessários para que estes grupos exerçam sua existência e identidade uma vez que fora dele sofrerá discriminação da sociedade. Barreto e Alves (2010) definem ainda territórios de convivência como espaços caracterizados pela frequência predominante de pessoas LGBTIAP+, configurando territórios de expressão e afirmação da identidade e com forte relação de pertencimento.

É a partir dessa variedade de perspectivas de configuração de territórios LGBTIAP+ que “se torna possível a construção e consolidação de Territórios do Medo e da Morte, bem como dos Territórios de Resistência em resposta aos outros dois territórios” (Souza & Feliciano, 2021, p. 106), categorias importantes para delimitar e delinear as próximas etapas dessa pesquisa.

Tais conceitos de territórios e territorialidades, bem como as categorias de análise citadas, serão de crucial importância ao decorrer da fundamentação teórica do presente trabalho.

OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

O problema da pesquisa, partindo da questão “Quais características físicas, culturais e sócio-históricas podem ser identificadas na configuração dos territórios ocupados pelas populações LGBTIAP+ no espaço urbano?”, é identificar as características físicas e sócio-históricas que influenciam a configuração dos territórios ocupados pelas populações LGBTIAP+ na urbe. Para isso, traça-se como objetivo principal localizar e caracterizar os territórios configurados por/para a população LGBTIAP+.

Como objetivo secundário pretende-se criar uma cartografia que reúna os territórios identificados bem como discorrer sobre suas características, uma vez que, segundo Araujo (2006) “as cartografias espaciais e desejantes presentes numa cidade trazem à tona não só a norma, o planejamento, o simétrico, mas também o desvio, o imprevisto, o aleatório, o rompimento e o intolerável” (p. 30).

Parte-se da proposição de que existam características correlatas entre territórios

configurados que pertençam às mesmas categorias de análise, de forma que possa se vislumbrar a demonstração das dinâmicas envolvidas nessas configurações.

Essa pesquisa pretende demonstrar por fim, a cidade vivenciada todos os dias pelas pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, corporificada e substancializada nos territórios, sejam esses os territórios permitidos ou negados, territórios de deleite ou de medo, territórios de vida ou de morte. Territórios que permeiam a vivencia de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Intersexuais, Assexuais, Agêneros, Pansexuais, Não Binários, e todos, todas e *todes* que desafiam a heterocisnormatividade⁶.

Essa dissertação também se propõe a servir como referência teórica e histórica sobre o Movimento LGBTIAP+ na cidade de Londrina e sobre o perfil da sua população.

A pesquisa se justifica ao passo que a violência contra as pessoas LGBTIAP+ é um fenômeno histórico e que acontece mundialmente. Tendo em vista o aumento crescente da violência relacionada à identidade de gênero e orientação sexual, especificamente no tocante a transfobia e a homofobia (Cerqueira et al., 2021; Mendes & Silva, 2020), e levando em conta a dificuldade na obtenção de estatísticas oficiais, a vigente subnotificação de casos de hostilidade contra tal população e a necessidade de aprofundar a produção de literatura sobre o assunto, torna-se urgente investigar e compreender as variáveis que determinam a ocorrência dessas agressões bem como os territórios preferenciais para o seu acontecimento.

É fundamental também realizar um trabalho contínuo que amplie as pesquisas e dê espaço e voz para corpos frequentemente desrespeitados, esquecidos, mortos, invisibilizados, brutalizados e silenciados pela sociedade. Esse esforço de pesquisa é também uma forma de resistência e de luta contra a exclusão e de reconhecimento dessas experiências diversas, bem como uma forma de tenência contra a maré conservadora que se esforça para afogar a ciência e também compelir a diversidade de gênero e sexualidade.

Com certeza a visualização desses territórios configurados pode ser um dado importante para a compreensão dessa população e até mesmo para a construção de políticas públicas. No âmbito das políticas públicas de acesso à saúde, por exemplo, é possível conceber como os territórios podem desempenhar um papel importante como subsídio para a formulação e implementação de ações e intervenções adequadas.

Por fim, não é possível ainda, todavia, planejar cidades completamente seguras para as populações LGBTs, uma vez que os contornos de segurança e insegurança são bastante tênues (Barreira, 2013) e perpassados por dinâmicas sociais complexas que vão além do espaço físico construído. Entretanto, o primeiro passo para o tratamento de qualquer doença,

⁶ A heterocisnormatividade é a aglutinação das palavras heteronormatividade e cisgeneridade e configura padrões pré-estabelecidos de gênero em consonância com o sexo biológico, de afirmação da heterossexualidade como sexualidade padrão e instituição de categorias distintas, rígidas e complementares do que seria masculino e feminino (Bianor, 2019).

seja ela uma doença do corpo ou uma doença da cidade, é fazer um diagnóstico. A partir da investigação mais aprofundada dos fatores sociais e espaciais que interferem na possibilidade de um acesso pleno à cidade, por meio de análises territoriais, pretende-se fazer um diagnóstico, evidenciando os sintomas que as cidades apresentam. Pode-se assim, sonhar com possíveis encadeamentos e diretrizes na concepção de um espaço urbano em que a população LGBTIAP+ possa vivenciar a cidade em plenitude: viver, trabalhar e se divertir (Doan, 2016), uma vez que “viver com medo é viver pela metade” (Barreira, 2013, p. 232).

METODOLOGIA

Esta dissertação emprega uma metodologia de pesquisa exploratória e utiliza o estudo de caso na cidade de Londrina, PR, como estratégia primária. A escolha de Londrina, classificada pelo IBGE como Capital Regional B e dotada de significativa importância econômica e social no sul do Brasil, justifica-se pela sua representatividade e pela diversidade de espaços urbanos que incluem áreas de lazer e estabelecimentos voltados para a comunidade LGBTIAP+, além de uma das maiores Paradas LGBTI do estado. A documentação histórica acessível, tanto pela mídia quanto pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), facilita a investigação em uma cidade com uma história relativamente recente.

A abordagem metodológica é quantitativa-qualitativa, multifonte e multiescalar, com a cidade servindo como recorte espacial para a análise. O processo inicia-se com uma Revisão Integrativa de literatura, que tem como objetivo sintetizar conhecimentos prévios sobre territorialidade e dinâmicas espaciais relacionadas à gênero e sexualidade, estabelecendo categorias analíticas como Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte.

Após a revisão integrativa de literatura, a pesquisa avança para a próxima etapa, que consiste na coleta de dados gerais e de violência sobre a população LGBTIAP+, entendendo que dentre muitas dificuldades possíveis, a primeira delas é a ausência de dados e informações oficiais (Souza & Feliciano, 2021, p. 101) sobre tal população. Para esta etapa também se faz importante a compreensão de que “o ‘espaço’ não pode ser tomado por si mesmo, mas deve ser compreendido através do conteúdo a ele agregado pelos atores que de alguma forma ali inscrevem a história.” (Nogueira, 2009, p. 72).

Para a coleta de dados gerais de violência contra a população LGBTIAP+, foram utilizados os dados oficiais, solicitados ao Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, por meio de ofício e a estratégia de *clipping* de notícias veiculadas em mídia digital. A essas estratégias, une-se-se a coleta de dados a partir de um questionário aplicado on-line, de modo a qualificar os dados previamente levantados pelo *clipping* e construir uma perspectiva mais completa dos territórios experimentados pela população LGBTIAP+ na cidade de Londrina.

No que diz respeito a dimensão qualitativa da pesquisa, foram feitas entrevistas semiestruturadas com proprietários ou gerentes de estabelecimentos voltados ou frequentados pela população LGBTIAP+ e também com líderes do movimento LGBTIAP+ na cidade de Londrina com o objetivo de aprofundar o entendimento das experiências individuais e coletivas de espaços urbanos por parte da comunidade LGBTIAP+.

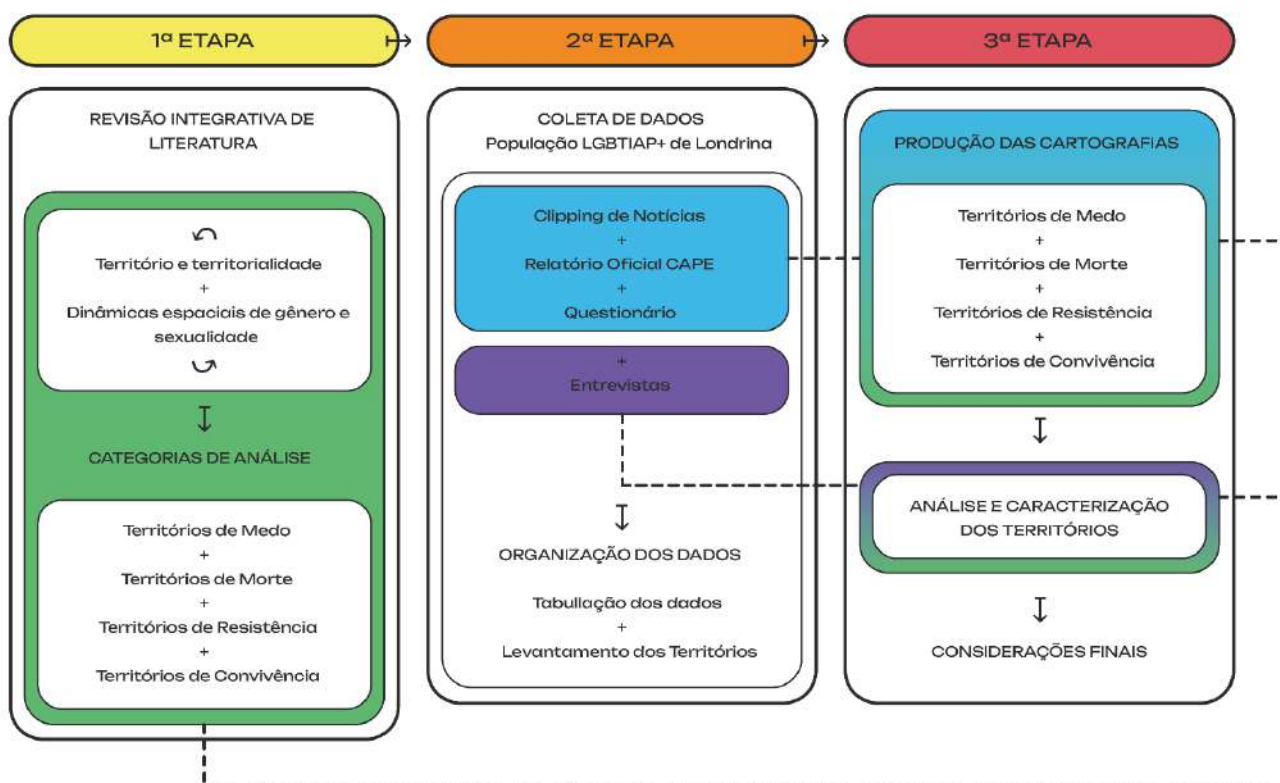
Por fim, com base na fundamentação teórica desenvolvida e nas categorias de análise previamente definidas, os dados serão reunidos e analisados para que se produzam cartografias pertinentes aos Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte.

A produção de cartografias não é apenas uma fase de análise, mas também uma estratégia de pesquisa fundamental, especialmente em estudos que envolvem a compreensão de espaços e territorialidades. As cartografias objetivam visualizar geograficamente as informações coletadas, ilustrando os diferentes territórios experimentados pela comunidade LGBTIAP+ e suas dinâmicas dentro de Londrina.

Tais cartografias são específicas para cada categoria de Território, podendo ter variabilidade nas abordagens e no recorte temporal, conforme o delineamento de pesquisa apresentado na Figura a seguir:

Figura 1

Delineamento de Pesquisa



ESTRUTURA

Para estruturar essa dissertação, então, foi-se levado em conta que: 1) existem estruturas sociais que são intrínsecas à cidade capitalista; 2) que o resultado de ações repressivas gera reação social; 3) que a dinâmica presente nas cidades produz territórios e territorialidades.

A dissertação encontra-se dividida em 4 partes.

O referencial teórico inicia no capítulo intitulado "*A Cidade Capitalista, o Patriarcado e as Estruturas de Poder*", que tem como objetivo analisar as estruturas sociais que influenciam a sociedade contemporânea e, conseqüentemente, o espaço urbano. Nesse capítulo, será explorado o impacto do Capitalismo, do Patriarcado, das estruturas de trabalho e do Colonialismo na configuração das cidades e na vida das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Serão examinadas as formas como essas estruturas de poder moldam as dinâmicas espaciais, os espaços de sociabilidade e as relações de poder nas cidades. O objetivo é evidenciar como essas estruturas contribuem para a marginalização, a violência e as desigualdades vivenciadas pelas comunidades LGBTIAP+, e como elas influenciam as experiências e as lutas por espaços de afirmação e resistência desses grupos no contexto urbano. Além disso, ao trazer uma análise pós-estruturalista, demonstra como as dinâmicas estabelecidas entre o poder das estruturas e as respostas constantes a esse poder acabam por desenhar as territorialidades urbanas a serem caracterizadas.

No capítulo seguinte, dar-se-á ênfase às evidências dessas dinâmicas, que se manifestam por meio de ações individuais e cotidianas dos habitantes urbanos. Para compreender essa dimensão da cidade, recorre-se a uma reflexão goffmaniana, que lança luz sobre os rituais cotidianos e as interações sociais que ocorrem nos espaços urbanos.

Primeiramente, propõe-se uma leitura do cenário físico construído na cidade, a partir dos indivíduos. Para isso, será necessário desconstruir a ideia de espaço abstrato, demonstrando as evidências espaciais da heterocisnorma protegida pelas estruturas exploradas no capítulo anterior. Tal compreensão será importante na análise dos territórios e a constatação de características físicas.

Logo então, serão analisadas as construções de papéis sociais desempenhados pelos indivíduos e como essas performances se relacionam com a dinâmica do controle social.

Por fim, no mesmo capítulo, será explorada a repressão violenta como uma forma de manter e impor normas e expectativas sociais.

Associando o "cenário", representado pelos paradigmas espaciais, os "papeis", desempenhados pelos atores sociais e a "trama" da violência, pode-se compreender como as dinâmicas de poder apresentadas no capítulo anterior corroboram para a construção das territorialidades e dos territórios,

Levando em consideração as dinâmicas de poder estabelecidas por Foucault e as reações dos atores sociais às repressões, no capítulo seguinte, será dedicada atenção às dinâmicas de opressão e resistência e as reações sociais diante da segregação e da violência enfrentadas pelas populações dissidentes de gênero e sexualidade no espaço urbano. Para tal, serão compilados dados sobre as violências contra as populações LGBTIAP+, estabelecendo um panorama geral, os tipos de violência, os aspectos próprios da violência LGBTfóbica, suas causas e consequências sociais, psicológicas e espaciais, sempre levando em conta, de acordo com Belarmino & Dimenstein (2021) que,

As experiências de homens gays (e outras pessoas LGBTIAP+) na cidade não são homogêneas e universais, mas historicamente e espacialmente situadas, isto é, marcadas pelas determinações de gênero, raça, classe, etnia e sexualidade, aspectos estruturantes da organização espacial das cidades nos diversos continentes e países, assim como das relações sociais contemporâneas. Em função disso, não podem ser compreendidas fora desses atravessamentos (p. 3).

A partir daí, serão exploradas as diferentes formas de resistência, e mobilização do movimento LGBTIAP+ no Brasil, na busca reivindicar e conquistar o direito à cidade. Tais dinâmicas de resposta são de profunda importância para a compreensão dos diferentes tipos de territórios configurados por/para a população LGBTIAP+ no espaço urbano.

Na última parte dessa dissertação será então abordada a forma como todas as dinâmicas expostas nos capítulos anteriores desencadeiam a formação de territórios e territorialidades LGBTIAP+. Para tanto, inicia-se apresentando as contradições entre os diferentes tipos de territórios configurados por/para as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, para, por fim, apresentar os Territórios de Convivência, Territórios de Resistência, Territórios de Medo e Territórios de Morte na cidade de Londrina. Para isso, será traçado um panorama histórico da atuação do movimento LGBTIAP+ na cidade, para que possam ser caracterizados os territórios configurados por/para as populações LGBTIAP+ na cidade de Londrina.

1 A CIDADE CAPITALISTA, O PATRIARCADO E AS ESTRUTURAS DE PODER

*“Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão, atrapalhando o tráfego”*

Chico Buarque

"Construção" é uma canção escrita e composta pelo renomado artista Chico Buarque, que foi gravada em 1971 para o seu álbum homônimo. A música retrata o cotidiano de um trabalhador da indústria da construção civil e se tornou uma das mais importantes músicas da história da MPB. Tanto a maneira como os versos são escritos, quanto o ritmo da música nos transmite a ideia de uma construção em progresso, de um movimento que inicia, diminui e retorna, evidenciando a dinâmica do trabalho na cidade capitalista. Nesta música, Buarque demonstra a apatia da cidade em relação a eventual morte de um trabalhador, fazendo uma crítica à forma como a sociedade trata os trabalhadores e como suas vidas muitas vezes são interrompidas ou negligenciadas em busca do progresso e do funcionamento "eficiente" do sistema. Estabelece-se aqui um paralelo com as pessoas LGBTIAP+, cujas vidas são diariamente negligenciadas dentro do espaço urbano, mortas de maneiras brutais, com altos requintes de crueldade, e que para uma parcela da sociedade brasileira, simplesmente estão atrapalhando o tráfego, o público e o sábado, como na música "Construção". É a partir dessa compreensão que se questiona que cidade é essa que negligencia a vida das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade e como ela se estrutura.

É nesse contexto de negligência que a metrópole, a cidade moderna, capitalista e ocidental, se ergue explicitamente como "o lugar, chão concreto onde as desigualdades sociais se acirram, enquanto os indivíduos dedicam a maior parte do tempo em busca de condições objetivas e subjetivas para o atendimento de suas necessidades básicas." (Silva & Santos, 2016, p. 503). A partir dessa premissa, discorrer-se-á o impacto da metrópole moderna e capitalista na produção e organização do espaço. Sobre essa matéria particular, Nogueira (2009) contribui:

A metrópole (...) apresenta determinados padrões de produção espacial, levando a seus habitantes valores, reordenação simbólica e representações referentes aos lugares que ocupam: lugares sociais e lugares espaciais. Assim, por meio da exploração do objeto espaço urbano, a cidade, buscamos colocar em relevo a discussão sobre a relação espaço-dinâmica psicossocial (p. 70).

Nogueira (2009), destaca a importância de explorar o objeto de estudo do espaço urbano, ou seja, a cidade, para adentrar a discussão sobre a relação entre o espaço físico e

as dinâmicas psicossociais que nele ocorrem. Ele sugere que o ambiente urbano não é apenas um conjunto de estruturas físicas, mas também um cenário onde sobrevêm as interações sociais, relações de poder, representações simbólicas e identidades. Tais relações são permeadas por estruturas inerentes ao sistema capitalista, e organizadas “de acordo com os interesses de suas/seus construtoras/es, em um processo de uma relação do imaginário desses sujeitos, se concretizando no âmbito do real (espaço físico)” (Freitas, 2016, p. 41).

Percebe-se então, que a cidade não é produzida de modo a atender e beneficiar um coletivo, a população como um todo, mas sim “a partir da concepção das classes dominantes” e, para discussões de interesse dessa pesquisa, “dos padrões heteronormativos” (Leite et al., 2021, p. 67), ou melhor, heterocisnormativos. Essa perspectiva evidencia que o planejamento urbano, a distribuição de recursos e a configuração espacial da cidade são diretamente influenciados pela classe dominante, muitas vezes em detrimento das necessidades e interesses de outras classes sociais, o que segundo Carvalho e Macedo (2017), é motivo para um reposicionamento do olhar analítico para com o espaço urbano.

Carvalho e Macedo (2017) também chamam a atenção para a necessidade de questionar e desafiar as ideias dominantes na cidade, a fim de promover uma maior conscientização de classe e combater as desigualdades sociais:

As ideias da classe dominante se constituem, sobretudo na cidade, como uma questão a ser analisada com bastante cautela, uma vez que preenchem as visões como uma verdade universal a ser adotada. Para além disso: se sustentam através de sistemas já arraigados na sociedade, impedindo a consciência de classe e fortalecendo a exploração e aprofundando as desigualdades sociais (p. 107).

É notável e explícito então, que “não há como destituir a cidade do seu caráter ideológico, posto que as relações de classe permeiam a realidade urbana” (Carvalho & Macedo, 2017, p.107). A partir disso, propõe-se tensionar as principais estruturas fundamentais que se estabelecem na base da construção capitalista da metrópole, principalmente no que diz respeito à concepção de cidades que suprimem as dissidências de gênero e sexualidade. Carvalho e Macedo (2017) contribuem:

A cidade se ergue como um reflexo e como proteção das ideias e valores dominantes. A sociedade, que compõe a cidade, é heteronormativa, isto é, assimila a heterossexualidade como norma sexual legítima e moralmente constituída. Assim, a cidade também se constitui enquanto um ambiente que mitiga subjetividades, rejeitando as sexualidades e identidades de gênero desviantes da norma sexual posta. Através da compulsoriedade da heterossexualidade, isto é, da construção heteronormativa dos espaços urbanos temos o fenômeno da “cidade-armário” (p. 103).

Carvalho e Macedo (2017) fazem uma leitura da sociedade que compõe a cidade como sendo heteronormativa, para qual estender-se-á uma leitura de heterocisnormatividade, sinalizando que a cidade, em suas contradições sociais, não legitima somente a heterossexualidade como código de comportamento, mas também a cisgeneridade, assim, completando a ideia de que a cidade mitiga as subjetividades que incluem tanto as orientações sexuais dissidentes como também as identidades de gênero desviantes.

Embora o enfoque da discussão seja no âmbito do comportamento heterocisnormativo, é importante destacar que as estruturas a serem exploradas como pilares da sociedade capitalista ocidental, ao defenderem as ideias da classe dominante, causam desigualdade social e as disparidades no acesso aos recursos e oportunidades para diferentes segmentações sociais, que incluem desde classe social, gênero, raça, orientação sexual, diferenças culturais, entre outros, todos de maneira interseccional. Todos esses grupos citados experimentam, em diferentes intensidades e de diferentes formas, os impactos da proteção dos ideais hegemônicos, acrescentando que:

A cidade planejada dificulta processos de empatia, solidariedade ou de identificação com essas alteridades, as quais se interseccionam a outros marcadores sociais da diferença, produzindo o “genocídio” de grupos étnicos, bem como inviabilizando uma memória urbanística desses atores (Belarmino & Dimenstein, 2021, p. 6).

Não obstante, basta um olhar atento ao cotidiano urbano para se reparar a quem se destina verdadeiramente as cidades Carvalho e Macedo apontam que:

De fato, ao analisarmos com mais cautela, podemos reparar a quem se destina a cidade: a ausência de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais visando sua proteção e a garantia de acesso aos direitos capazes de afirmar o princípio basilar da dignidade da pessoa humana é uma prova gritante que a cidade se fecha em torno da heterossexualidade, ignorando a presença e participação de LGBTs em seu corpo; uma vez que não existem políticas públicas voltadas para essa população (p. 104).

A falta de algo pode ser considerada uma forma de evidência indireta ou inferencial, a depender de seu contexto. O contexto que se insere a população LGBTIAP+ é de violência generalizada, segregação e invisibilidade, o que corrobora para a percepção exposta por Carvalho e Macedo (2017).

Para compreender então, como são representados esses pensamentos hegemônicos regentes da sociedade e materializados no espaço urbano, faz-se necessário questionar a forma como essas estruturas foram naturalizadas ao longo de uma construção histórica que se deu principalmente por três grandes sistemas sociais: o Capitalismo, o Patriarcado e o

Colonialismo.

Um olhar abrangente sobre o Capitalismo, sistema econômico que se desenvolveu a partir do século XVIII e sistema central que estrutura a sociedade atual, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na busca do lucro como principal motivação econômica, revela como esse tem influências profundas na organização do espaço e as relações sociais na cidade, amplamente estudadas por diversos campos do conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa de Silva, et al. (2022) corrobora com a compreensão de que:

Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo e seu processo de acumulação, maior a especulação, a segregação socioespacial, o produtivismo, assim como também se intensifica a necessidade de transformar a cidade em mercadoria, em produtos para se consumir, distanciando a classe trabalhadora do direito à cidade (Silva & Santos, 2016, p. 507).

Uma das características mais fundamentais do sistema capitalista é a divisão do espaço urbano em áreas distintas para diferentes usos econômicos. Essa divisão ocorre por meio do processo de mercantilização, no qual os espaços urbanos são transformados em mercadorias sujeitas à compra, venda e especulação e acúmulo de capital. Isso resulta na segregação desses espaços, para a qual se complementa:

As relações mercantis que moldam as relações sociais conseguem, também, (re)modelar o espaço. Neste sentido, podemos aferir que a mundialização capitalista e o processo destrutivo do capital acirraram a questão social e urbana e aumentaram, substantivamente, a desigualdade social nas cidades (Silva & Santos, 2016, p. 510).

O capital também rege as relações sociais na cidade de diversas maneiras, influenciando na distribuição desigual de recursos e oportunidades e criando desigualdades socioeconômicas entre diferentes grupos da população. Faz parte da premissa capitalista que o acesso a serviços básicos, como saúde, educação, segurança e lazer sejam dependentes do poder de compra, regendo as relações sociais dentro das cidades.

Assim, grupos mais marginalizados tem dificuldades maiores de acesso a serviços essenciais para subsistência. A heterocisnormatividade, ao se articular dentro do sistema capitalista, age como condicionante de segregação socioespacial, assim como forças análogas e complementares, como o racismo estrutural, por exemplo, “regulando sua concentração ou repulsão em determinados espaços” (Teixeira, 2013, p. 33).

Na sociedade capitalista, os espaços urbanos tendem a ser privatizados e acessíveis principalmente para aqueles que possuem recursos financeiros, conexões sociais, status e poder, ou seja, quanto mais próximo da representação dos ideais hegemônicos: Homem cisgênero, branco, heterossexual e detentor do capital. Isso implica que o acesso aos espaços

na cidade é condicionado a diversos fatores além do simples desejo ou necessidade de utilizá-los. Nesse contexto específico, Belarmino e Dimenstein (2021) corroboram: “Reforçam-se os espaços urbanos privatizados, para os quais a chave de acesso é o que se tem: dinheiro, relações de influência, códigos de vestimenta e costumes, sobrenome e tradição, círculo de amizades etc.” (p. 3).

Freitas (2016) acrescenta, nessa direção, que “deve-se considerar que um dos mecanismos da globalização e do capitalismo é de utilizar o consumo como meio de inclusão dos grupos silenciados” (p. 38). É nesse contexto que muitas vezes no sistema capitalista, o “mercado é visto como solução para remediar ou reconduzir o déficit de reconhecimento” (Quinalha, 2022, p. 149) da população LGBTIAP+, de forma que, para Quinalha, o acesso a direitos não se resumiria a ter direitos em si, mas a adquiri-los por meio do poder aquisitivo. É nessa conjuntura que surgem os termos *Pink Money* para se referir ao poder de compra e à influência econômica do mercado LGBTQIA+ e *Pink Washing*, usado quando uma empresa ou organização tenta criar uma imagem favorável em relação à comunidade LGBTQIA+ por meio de estratégias de marketing, enquanto suas práticas internas ou impactos reais podem não refletir verdadeiramente o apoio à igualdade e inclusão.

Como resultado, percebe-se que “em relação aos indivíduos com orientação sexual não heterossexual, a cidade se revela na contramão de um espaço para todos” (Silva & Santos, 2016, p. 510), e aqui adiciona-se também indivíduos de identidades de gênero divergentes, numa perspectiva interseccional, também com raça, cor, etnia, gênero, classe, etc. Ainda na visão de Silva e Santos, nessa sociedade capitalista, “segmentos da população LGBT são rotulados e submetidos a viver silenciados e invisibilizados em sua expressão afetivo-sexual ou podem se expressar em espaços bastante específicos, privados e mercantis” (p. 510). Para sobreviver a esse sistema, o trabalho se torna instrumento de obtenção de capital.

A relação entre o Capitalismo e o trabalho é também uma questão central na análise da dinâmica econômica e social do sistema capitalista. Neste, a exploração do trabalho desempenha um papel fundamental, isso porque é somente a partir dessa que ocorre o acúmulo de capital. Na cidade capitalista, a exploração do trabalho tem importância central na dinâmica socioeconômica e na organização dos espaços urbanos, uma vez que a concentração de empregos em determinados setores e nas mãos de determinados grupos socioeconômicos gera desigualdades socioespaciais indubitáveis. Os trabalhadores com menor renda, ou aqueles que sequer conseguem emprego são empurrados para áreas periféricas ou bairros com menos infraestrutura e serviços. A respeito dessa realidade, Silva e Santos (2016), discorrem:

A cidade historicamente se apresenta como espaço-tempo de realização da exploração do trabalho e de inúmeras formas de opressão. Anunciada pela classe

dominante como espaço para todos os indivíduos, a realidade nos mostra o inverso: a maioria da população se encontra submetida às violações de direitos e modalidades de violência, que revelam que a cidade, sob à égide do capital, se caracteriza pela falta de acesso com qualidade à saúde, à educação, à segurança pública, à cultura, ao transporte e ao lazer (p. 502).

As relações de trabalho fazem parte do sistema de opressão e segregação que coloca grupos sociais específicos em condição de vulnerabilidade social, “assim, a partir das relações de trabalho e as transformações decorrente delas, que os indivíduos criam/assimilam ideias e valores que permearão suas relações sociais contraditórias” (Carvalho & Macedo, 2017, p. 104).

A população LGBTIAP+, então, enfrenta desafios complexos e diversos na cidade capitalista, em que, frequentemente, indivíduos mais vulneráveis economicamente e com menor passabilidade⁷ podem experienciar marginalização relacionada à exploração do trabalho. No entanto, é crucial reconhecer que essas experiências podem variar significativamente, já que pessoas LGBTIAP+ com maior poder aquisitivo e maior passabilidade muitas vezes conseguem evitar ou minimizar tais contextos de marginalização. O trabalho em si, faz parte das estruturas que regem a sociedade e o espaço. Isso pode ser demonstrado através de evidências como a notícia vinculada no site CNN Brasil⁸, de 02 de julho de 2021, com o título “Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA+ perderam renda ou emprego na pandemia”. Segundo a matéria, que também publiciza uma pesquisa realizada pelo coletivo *VoteLGBT*, a taxa de desemprego no Brasil entre as pessoas que integram a comunidade é de 17,15%, mas, quando analisadas apenas as pessoas trans, o percentual sobe para 20,47%. A pesquisa foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2020, período para o qual a taxa de desemprego geral da população brasileira variou de 12,6% a 12,9%, valores pelo menos 4,25% menores do que as taxas de desemprego entre pessoas LGBTIAP+. A matéria também evidencia como o desemprego e a precariedade laboral contribuem para a marginalização social das pessoas LGBTIAP+: com a perda de renda causada durante a Pandemia de COVID 19, 41,53% da população LGBTIAP+ se encontrava em situação de insegurança alimentar, percentual que subia para incríveis 56,82% quando consideradas apenas pessoas trans. Ainda, segundo os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% da população trans no Brasil tem a prostituição como fonte de renda. A respeito desse dado, acrescenta-se:

⁷ Passabilidade diz respeito a capacidade da identidade ou expressão de gênero de uma pessoa ser reconhecida e aceita como sendo típica do gênero ou sexualidade aceitos socialmente.

⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/> - acesso em 14 de julho de 2023.

Embora parte da sociedade pareça ter naturalizado o fato de que uma travesti ou transsexual feminina possui uma expectativa de vida de apenas 33 anos de idade, é preocupante saber que as estimativas indicam que 90% delas utilizam a prostituição como fonte de renda primária (Guimarães & Lando, 2023, p. 162).

A saber, Menezes et al., (2018) realiza um estudo teórico que evidencia de forma muito contundente como o preconceito e a discriminação contra as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade são situações bastante presentes no mercado de trabalho. As pessoas LGBTIAP+ frequentemente enfrentam discriminação, seja na contratação, na progressão na carreira ou nas condições de trabalho em si. Preconceitos, estereótipos e normas sociais podem levar à exclusão, ao assédio ou à demissão, e o medo de perder o emprego acaba por mitigar as expressões e cercear comportamentos que possam demonstrar a autêntica identidade de gênero e/ou orientação sexual dentro do espaço de trabalho.

A partir da dificuldade de adentrar e permanecer no mercado de trabalho, dificulta-se o acesso das pessoas LGBTIAP+ ao capital, e os espaços que para elas já eram condicionados ao poder aquisitivo, tornam-se ainda mais inacessíveis.

Paralelamente às dinâmicas do mercado e suas implicações, outras estruturas que exercem papéis importantes para a compreensão da cidade contemporânea são o Patriarcado e o Colonialismo. O Patriarcado é um sistema social, político e cultural, uma das estruturas da sociedade, o qual valoriza e dá poder aos homens em detrimento das mulheres. É uma forma de organização social em que os homens exercem autoridade dominante em várias esferas da vida, como na família, na política, na economia, religião e no Estado. Sobre o sistema patriarcal, Castells (2000) afirma:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (p. 304).

O Patriarcado e o Capitalismo são duas estruturas sociais interconectadas que podem se influenciar mutuamente. No sistema capitalista, por exemplo, a divisão tradicional do trabalho baseada no gênero desempenha um papel fundamental e o sistema de dominação masculina encontra-se enraizado na sociedade, permeando as mais diversas relações.

No que diz respeito às espacialidades urbanas, é importante destacar que as relações

de gênero definidas pelo sistema patriarcal estão intimamente ligadas ao desenvolvimento das cidades, e suas características tem sido estudadas com profundidade nas últimas décadas. Farias (2012), a respeito do Patriarcado e suas relações com o espaço urbano destaca:

As relações hierárquicas entre os gêneros são então imprimidas no espaço urbano, sendo que um espaço público aberto e acessível a todos jamais existiu. Nesta compreensão, as cidades, e em particular seus espaços públicos, desde sempre se desenvolveram regulando o controle social e mantendo inalterados os critérios de reprodução social e de dominação masculina (p. 105).

Vale ressaltar que, subentendida na fala de Farias (2012), existe uma relação constatada entre os espaços públicos e privados e a figura do masculino e feminino. Leite et al., ao analisar diversos autores a respeito do tema, afirma que “o espaço doméstico e o controle reprodutivo é definido como natural para o feminino e o sujeito de direito ao espaço público e a liberdade que isso representa é dado a figura do masculino.” (Leite et al., 2021, p. 284). Para além disso, observa também que “os estereótipos de gênero influenciam nas práticas homoeróticas inscritas no espaço, criando, portanto, fronteiras simbólicas entre o ‘permitido’ e o ‘não permitido’” (Leite et al., 2020, p. 111).

Castells (2000) contribui, trazendo essa discussão para o campo da heterocisnormatividade, e afirma que “o patriarcalismo exige heterossexualidade compulsória. A civilização, conforme conhecida historicamente, é baseada em tabus e repressão sexual” (Castells, 2000, p. 377). As dissidências de gênero e sexualidade desafiam estruturas fundamentais do sistema patriarcal: a construção binária de gênero (masculino-feminino) e as relações de poder contidas nos relacionamentos heteroafetivos heterossexuais entre homem e mulher (cisgêneros), ambos fortemente alicerçados na falsa retórica da reprodução da espécie. Castells demonstra o poder que têm dissidências de gênero e sexualidade para abalar as estruturas do patriarcado:

Esse sistema coerente de dominação, que liga as artérias do Estado à pulsação da libido pela maternidade, paternidade e família, tem seu ponto fraco: a premissa heterossexual. Se essa premissa for questionada, todo o sistema desmorona: a relação entre o sexo controlado e a reprodução da espécie é posta em dúvida; a congregação de irmãs e a revolta das mulheres tornam-se possíveis pela extinção da separação por gênero do trabalho sexual que diverge as mulheres; e o vínculo masculino é uma ameaça à masculinidade, solapando a coerência cultural das instituições dominadas pelos homens (p. 377).

Castells (2000) aponta ainda que, se a premissa heterossexual for questionada, outras possibilidades se abrem no sentido de questionar o patriarcado e o capitalismo vigentes. Por esse motivo, a sociedade tende a reprimir as dissidências como forma de manter o poder hegemônico inalterado e estabelecer a heterossexualidade e cisgeneridade como obrigatoriedade. Por essa mesma perspectiva, Souza e Feliciano (2021) complementa:

(...) heterossexualidade dentro do patriarcado é imposta para os homens e para as mulheres, ela é tida como uma norma a ser seguida, se o patriarcado regula e sustenta um sistema de dominação de homens sobre mulheres, o heterossexismo cria, ao mesmo tempo que impõe, um universo onde todos os sujeitos são ou pelo menos deveriam ser heterossexuais é, portanto, um padrão com normativas sexuais que avalia e regula outras expressões de sexualidade (p. 92).

Em resumo, a desconstrução do Patriarcado e do sistema de dominação masculina requer a questionamento da heterossexualidade compulsória e a abertura para uma diversidade de expressões de gênero e sexualidade. Não obstante, utilizando-se das ideologias hegemônicas do patriarcado e heterocisnormatividade, a cidade continua a se erguer “como expressão da divisão capitalista, sendo marcada pela invisibilidade social de determinados grupos e pela reprodução de uma moral da classe dominante (Silva, 2011 como citado em Carvalho & Macedo, 2017, p. 108). Como resposta a quem se atreve a questionar a heterocisnormatividade compulsória, vem a opressão, a violência e, em muitos casos, a morte.

Para além das estruturas já demonstradas, as cidades brasileiras ainda possuem uma outra realidade importante: o reflexo do Colonialismo. É a partir do Colonialismo e sua influência cultural na construção da sociedade que se estabelece a base moral para sustentação do Patriarcado.

O Colonialismo teve impactos profundos nas áreas colonizadas: Os povos indígenas e as culturas locais foram frequentemente marginalizados, oprimidos e até mesmo exterminados. O controle colonial resultou em desapropriação de terras, exploração econômica, escravidão, imposição de sistemas de governo estrangeiros, violência e assimilação cultural forçada. As cidades dos países colonizados são afetadas por estruturas de dominação e subordinação que têm raízes na imposição de normas e valores dos colonizadores e que continuam a perpetuar desigualdades econômicas, sociais e políticas, realidade explorada por Belarmino e Dimenstein (2021):

Nossas cidades fazem parte do chamado eixo sul-global, realidade que, historicamente, estiveram subordinadas do ponto de vista econômico, ideológico e espacial ao eixo norte-global, ou seja, uma subordinação sustentada por relações de colonialidade, racialidade, hierarquizações de sexo-gênero e pela atualização de

mecanismos de opressão e exclusão da diferença (p. 3).

As consequências espaciais mais explícitas do Colonialismo no Brasil são principalmente as marginalizações das populações negras e indígenas. Essa divisão espacial pode ser observada nos eixos urbanos com a divisão de bairros muitas vezes associados às elites e áreas periféricas ou favelas associadas às populações marginalizadas. No que diz respeito a população LGBTIAP+, a marginalização das culturas e identidades negras e indígenas ajudou a mitigar comportamentos sociais de aceitação da diversidade LGBTIAP+, conforme relata Mott (2023):

Na contramão de moral tão rígida, as culturas sexuais dos indígenas e africanos escravizados tinham em comum sua relação tranquila com a nudez, a prática generalizada da poligamia e diferentes tabus de incesto que causavam escândalo nos cristãos, além de conhecerem diversos afrodisíacos e magias sexuais, empreendendo convivência pacífica com os praticantes da travestilidade e do homoerotismo masculino e feminino (p. 34).

A cultura do colonizador se opunha a diversidade de gênero e sexualidade presentes no país antes da colonização, tendo o processo de colonização se esforçado para construir uma sociedade que perseguiria e persegue as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Ainda segundo Mott (2023):

Tão generalizada era a homossexualidade na Terra Brasilis que os Tupinambá tinham nomes específicos para designar e identificar os praticantes dessa performance homoerótica: aos homossexuais masculinos chamavam de Tibira e às lésbicas, de Cacoimbeguirá (Mott, 1992a). Condutas radicalmente opostas ao ensinamento oficial da cristandade. A sexualidade do povo brasileiro, portanto, é resultado da conjunção de três complexas matrizes culturais: de um lado, o modelo sexual hegemônico dos donos do poder, representado pela moral judaico-cristã fortemente marcada pela "sexofobia", um medo paranoico dos prazeres sexuais; de outro lado, os modelos periféricos indígena e africano, marcados por grande permissividade sexual, nos quais os próprios deuses tribais reproduzem as mesmas descarções praticadas pelos humanos. Para evitar tais ameaças desestabilizadoras, diversas instâncias da Igreja e do Estado no Brasil Colônia se mobilizaram, impondo como modelo único a moral católica, fortemente marcada pela homofobia, tendo como régua e compasso o Catecismo romano que acabava de ser oficializado pelo Concílio de Trento (1566) (p. 33).

O aspecto de principal perceptibilidade na formação da identidade LGBTIAP+ é a

formação de uma identidade cultural nas cidades latino-americanas e do sul-global em simultaneidade com as desigualdades sociais e econômicas profundas impressas em seus espaços urbanos, altamente influenciada pelos valores e cultura judaico-cristã eurocêntrica. O cristianismo, religião do colonizador, até hoje é a principal justificativa para discriminação baseada em gênero e sexualidade.

Ao mesmo tempo que impunham sua cultura e religião, os colonizadores europeus impuseram suas próprias concepções de sexualidade, gênero e identidade, muitas vezes considerando-as superiores e moralmente corretas em relação às práticas e identidades locais, impondo o Cristianismo e seus preceitos e apagando culturas que muitas vezes possuíam outras estruturas não heterocisnormativas e instituindo a união monogâmica heterossexual como a única forma de se constituir família.

Durante a era colonial, o cristianismo desempenhou um papel importante na justificação, legitimação e disseminação do colonialismo europeu em diferentes partes do mundo e as potências coloniais frequentemente utilizavam a religião como um meio de conquista e controle sobre populações indígenas ou não cristãs. Alguns ensinamentos e interpretações religiosas tradicionais consideram a homossexualidade e a diversidade de gênero como pecado ou imoralidade. Segundo Mott (2023):

Como traços fundamentais da moral sexual católica, imposta por padres, bispos, visitantes e comissários do Santo Ofício da Inquisição e reforçada pelos agentes do Estado, salientam-se o tabu da nudez, a monogamia e a indissolubilidade do matrimônio sob o comando do pater familias; a noção de honra e a virgindade pré-nupcial como requisitos para as alianças matrimoniais, visando à consolidação patrimonial; e a condenação agressiva da homossexualidade e do travestismo (p. 33).

As leis e instituições estabelecidas durante o período colonial criminalizaram e perseguiram as pessoas LGBTIAP+, muitas vezes considerando suas identidades e práticas como "desviantes" ou "antinaturais" e, em muitos países colonizados, ainda permanecem leis que criminalizam a homossexualidade ou a transexualidade. Mott (2023) acrescenta que:

Muitas foram as estratégias utilizadas pela hierarquia eclesiástica na repressão as sexualidades desviantes, interpretadas como ciladas do demônio contra a salvação dos filhos de Deus e o perigo de perdição do Novo Mundo lusitano: o catecismo ensinado nas igrejas por padres e catequistas, dando particular ênfase ao sexto mandamento, "não pecar contra a castidade"; as pregações em púlpitos e santas missões, multando os imorais e ameaçando com o fogo do inferno os incorrigíveis; as devassas episcopais e as visitas do Santo Ofício da Inquisição que percorriam de tempos em tempos vilas, cidades e sertões da América portuguesa, estimulando as denúncias e as confissões, com ênfase nos desvios da moral sexual, prendendo e

enviando para os cárceres secretos do Tribunal da Inquisição de Lisboa os imorais mais devassos (p. 34).

Como resultado da perseguição das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade a partir dos preceitos morais judaico-cristãos do colonizador, no Brasil, desde muito cedo o Colonialismo vem aniquilando as populações dissidentes de gênero e sexualidade:

A população LGBTQIA+ latino-americana é alvo dos discursos de ódio de grupos conservadores desde o início do processo de colonização/invasão. Em 1613, na ilha de São Luís do Maranhão, um crime de ódio alimentado pelas crenças religiosas dos invasores franceses, culminou na execução de um índio Tupinambá, o Tibira, termo oriundo do Tupi para designar o índio gay, o qual foi amarrado na boca de um canhão que ao ser acionado, lançou pedaços do seu corpo ao mar (Guimarães & Lando, 2023, p. 161).

A cultura judaico-cristã estabelecida desde a colonização ainda possui fortes influências no comportamento da sociedade brasileira atual. Hoje em dia, o conservadorismo e o seu advento estão relacionados ao Colonialismo de diversas maneiras, especialmente em relação às ideias, valores e práticas que foram impostas e perpetuadas durante o período colonial, como a manutenção das estruturas de poder, a imposição de normas e valores, incluindo noções de moralidade e papéis de gênero rígidos e a manutenção de hierarquias. Não obstante, as bandeiras de defesa da “família tradicional brasileira” e dos ideais cristãos sempre estão atrelados a uma forte repressão da comunidade LGBTIA (Quinalha, 2022).

No âmbito das cidades é importante destacar a influência do Colonialismo e do conservadorismo nas estruturas legais e na dificuldade política de articulação para produção de legislações que criminalizem a violência contra as populações LGBTIAP+ e/ou que garantam direito de acesso pleno ao espaço urbano. Ainda se pontua que o avanço conservador continua a influenciar e conseqüentemente aumentar “o número de violências homofóbicas, lesbofóbicas, bifóbicas e transfóbicas à essa comunidade” (Leite et al., 2021, p. 286).

Ao se compreender a interseccionalidade das relações humanas, se reconhece que as identidades e experiências das pessoas são moldadas por estruturas compostas por múltiplos sistemas de opressão que se entrelaçam. Ao comentar tais estruturas, Gomes et al. (2021), discorre:

Concebemos que, a partir dessas estruturas surgem novas subestruturas que operam como práticas de opressão, exploração e extermínio em torno de pessoas que não obtêm determinados privilégios sociais por não seguirem as normas hegemônicas vigentes, ou por não estarem em consonância com o padrão estabelecido por estas estruturas, de modo a subalternizar todos/as que não são homens, brancos, héteros e

burgueses (p. 278).

Ao se aplicar uma lente interseccional, pode-se entender como o Capitalismo, o Patriarcado e o Colonialismo se cruzam de maneira a impactar profundamente as vidas das pessoas LGBTIAP+ de formas complexas e inter-relacionadas. Nessa leitura, Gomes et al., (2021) também deixa claro quem são os partícipes de uma classe dominante, detentores do poder e do capital e representantes dos ideais hegemônicos a serem protegidos: Homens brancos, heterossexuais e burgueses, e, para aprofundar as reflexões propostas, cisgêneros.

A interseção dessas estruturas sociais pode levar a formas específicas de violência e discriminação contra pessoas LGBTIAP+, incluindo violência física, agressão verbal, exclusão social e marginalização institucionalizada, de maneira a manter os paradigmas estabelecidos pelas estruturas sociais vigentes e, uma vez postas tais estruturas sociais que traspõem as vivências urbanas, entra em jogo o poder, como forma de conceber a governança dos ideais dominantes.

A manutenção dos paradigmas hegemônicos estabelecidos pela sociedade, em que o Capitalismo, o Patriarcado e o Colonialismo desempenham papéis interconectados, pode ser compreendida através das dinâmicas de poder. Sob essa perspectiva, as estruturas de poder não são meramente exercidas por entidades ou instituições específicas, mas permeiam todas as interações sociais, moldando as normas, valores e identidades que são consideradas legítimas e aceitáveis. Nesse sentido, enquanto o Capitalismo impõe uma lógica de acumulação e competição que hierarquiza e explora grupos marginalizados, o Patriarcado estabelece normas rígidas que reforçam a heteronormatividade e a binariedade de gênero. O Colonialismo, por sua vez, impõe padrões culturais e sociais cristãos que tem profundas consequências no estabelecimento do imaginário coletivo de uma “família tradicional” que exclui as existências dissidentes.

Ao naturalizarem essas normas e valores, as pessoas são submetidas a formas sutis e internalizadas de controle social, contribuindo para a reprodução e legitimação dos paradigmas hegemônicos. Dessa forma, a análise foucaultiana do poder oferece uma lente valiosa para compreender como as dinâmicas de poder se manifestam nas estruturas sociais e influenciam a vida da população LGBTIAP+, revelando a complexidade e a interseccionalidade das formas de opressão e resistência que permeiam a sociedade contemporânea.

A partir da leitura social, enquanto os estruturalistas tendiam a enfatizar estruturas fixas e universais que moldam as experiências humanas, Foucault, juntando-se a outros autores associados à corrente pós-estruturalista na filosofia e nas ciências sociais, estava mais interessado em entender as práticas de poder e os mecanismos pelos quais tais estruturas funcionam e se articulam em diferentes contextos. Como o poder opera e articula

estruturas tão complexas como o Capitalismo, o Patriarcado e o Colonialismo, presentes na vida das pessoas LGBTIAP+?

De modo geral, o poder opera por meio de relações e dispositivos específicos, que não estão restritos apenas a estruturas hierárquicas e instituições formais. Foucault (1996) destaca como o poder está presente nas relações cotidianas, nos discursos, nas práticas e nas interações sociais. Essas relações de poder, muitas vezes, envolvem a demarcação e o estabelecimento de espaços, fronteiras e limites, comportamento análogo às dinâmicas espaciais urbanas.

Foucault (1996) deixa claro que o poder não pode ser interpretado como uma entidade centralizada e monolítica, que é um conjunto complexo de relações que se entrelaçam e se organizam de diferentes maneiras. O autor vê o poder como um "feixe de relações", o que significa que esse não está contido em um único lugar ou em mãos de indivíduos ou instituições específicas. Ademais, o poder se espalha e se manifesta por meio de uma rede de relações sociais, discursos, práticas e instituições, intimamente relacionado com as estruturas sociais, aqui descritas. Para Foucault (1996),

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (p. 141).

Foucault (1996) ressalta, porém, que o poder não age tão somente através da repressão, da exclusão e da segregação, mas também opera de maneiras mais sutis e complexas. O poder molda as práticas sociais, produz efeitos específicos e cria dinâmicas de conformidade e resistência:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser "dizer não", você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (p. 8).

Nesse sentido, pode-se compreender que as dinâmicas de poder existentes nas relações sociais e constituído a partir das visões da classe dominante, criam e produzem, induzem ao prazer e a repressão, formam discursos e influenciam na formação da cidade. Segundo Ornat e Silva (2014), "é o poder sobre o espaço que estabelece as inclusões ou

exclusões de objetos, indivíduos e comportamentos” (p. 115).

É através das dinâmicas do poder que, da mesma maneira que o espaço urbano pode ser configurado “por meio de um constante esforço de repressão sexual sobre os corpos e vigilância sobre os mesmos” (Teixeira, 2013, p. 36), também gera a possibilidade de resistência. Nunca se está completamente aprisionado ou subjugado pelo poder, mas sempre existe a capacidade de resistir e buscar modificar as formas de dominação em circunstâncias específicas e através de estratégias precisas. Foucault (1996) contesta a visão de que o poder é algo absoluto e irresistível: “Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.” (p. 136).

As dinâmicas de poder, portanto, são complexas, interseccionais, multiescalares, e permeiam o cotidiano. Além das estruturas, as tensões e poderes e suas reações “são elementos de compreensão do espaço para além da materialidade” (Silva, 2008, p. 4), sendo de suma importância compreender as estruturas, mas também as relações, as reações e as dissidências contidas nessa dinâmica de poder que organiza a urbe.

Como já mencionado por Sousa (2008), o território “está balizado nas relações sociais de controle e dominação (poder)” (p.121). São essas relações de poder desenvolvidas a partir das estruturas sociais descritas que irão no cotidiano, produzir as territorialidades e, por consequência, os territórios, a serem configurados por/para as populações LGBTIAP+, interpolados pelas relações de poder e também por todas as dinâmicas sociais decorrentes dos contextos e estruturas presentes na sociedade que os permeia.

Para compreender os pormenores das dinâmicas de poder que moldam as vivências das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, olhar-se-á para como essas se manifestam na vida cotidiana.

2 A CIDADE PALCO

“Eu ando nas ruas. Eu troco cheque. Mudo uma planta de lugar”

Cássia Eller

Na música “Malandragem”, que abre esse capítulo, a cantora Cassia Eller, que era abertamente homossexual e foi uma personagem importante na luta pelo direito ao reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo, utiliza-se da descrição do seu cotidiano como forma de sobreviver e se proteger em um mundo muitas vezes hostil, o que ressoa com as experiências de muitos outros membros da comunidade LGBTIAP+. No mesmo sentido, de olhar o cotidiano como retrato da realidade, esse capítulo se dedica a como uma análise sobre como a vida cotidiana pode ser um instrumento pertinente para a compreensão da vivência das populações LGBTIAP+ no âmbito da cidade, bem como seus desdobramentos na concepção do espaço urbano e as dinâmicas de poder envolvidas nesse processo.

No livro "A Representação do Eu na Vida Cotidiana", Erving Goffman (2014) estabelece um caminho para a investigação do cotidiano, ao explorar as interações sociais e como os indivíduos constroem e apresentam suas identidades. Ele analisa como as pessoas gerenciam suas impressões e moldam as percepções dos outros por meio de uma metáfora teatral e introduz o conceito de "dramaturgia social". Estabelecendo uma relação entre as interações sociais e uma peça de teatro, o autor argumenta que a sociedade é uma espécie de palco e que os indivíduos estão constantemente atuando e apresentando diferentes versões de si mesmos para a audiência, o público.

Além disso, Goffman (2014), dentro de sua alegoria, também aborda a noção de "papel social" que diz respeito ao modo pelo qual as pessoas podem assumir diferentes papéis em diferentes contextos, a maneira pela qual as expectativas sociais acabam por moldar o comportamento, e ainda, como a violação dessas expectativas pode resultar em estigmatização ou exclusão social.

Com essa metáfora social estabelecida por Goffman, comparando a cidade a uma peça de teatro, é possível discutir a participação dos sujeitos, dos atores sociais, e como esses, em suas diversas formas de manifestações cotidianas, acabam contribuindo na produção do espaço (Freitas, 2016).

Para isso, estender-se-á a compreensão de Goffman a partir do conceito de “dramaturgia social”, para uma interpretação dos elementos que constituem a linguagem teatral: O cenário como espaço cênico; os atores, para o qual incluem-se os personagens e a plateia; a trama, que diz respeito aos diferentes aspectos da narrativa e da estrutura da peça.

Nessa perspectiva, é importante diferenciar também enredo de trama. Enquanto o enredo, para o teatro, é a estrutura ou esqueleto da história, a sequência lógica dos eventos que acontecem na peça, a trama refere-se ao conjunto de acontecimentos, ações e conflitos que compõem a história da peça teatral.

A partir dessa leitura, pode-se estabelecer correlações alegóricas na leitura da cidade palco. Para a leitura da dramaturgia a que essa dissertação se propõe, o enredo seria o Capitalismo, Patriarcado e Colonialismo com suas subestruturas articuladas a partir de dinâmicas de poder. O cenário seria o espaço construído na cidade, ampliado para incluir também os bastidores e elementos ocultos que fazem parte da dramaturgia, abrangendo a estrutura completa do ambiente teatral; os atores seriam os atores sociais, sendo esses personagens ou plateia, e dos quais se esperam papéis específicos a serem performados socialmente; e a trama seriam o conjunto de acontecimentos de violência generalizada na qual se insere a população LGBTIAP+, adotada como ponto de referência. A articulação desses elementos é uma forma de compreender as territorialidades LGBTIAP+ na urbe.

2.1 O CENÁRIO: PARADIGMAS ESPACIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ARQUITETURA E URBANISMO

“...ao projetar casas, percebi que certas demandas espaciais dos clientes poderiam estar envolvidas no fortalecimento de determinados papéis de gêneros esperados (ou reforçados) pela sociedade. Notei clientes pedindo quartos destinados para meninas mais próximos da suíte do casal e os para rapazes mais distantes e às vezes com entradas independentes. Muitos demandavam churrasqueiras e home theaters para usufruto do “homem da casa” e de sua turma de amigos, enquanto as mulheres se preocupavam com closets grandes e cozinhas eficientes. As salas de jantar, em muitas casas, privilegiavam mesas retangulares, com a cabeceira destinada à “cabeça do casal”. Durante anos visitando exposições como CasaCor, percebia a insistência de profissionais em elaborarem os ‘quarto da moça’ românticos e

róseos e os ‘quarto do rapaz’ sedutores, tecnológicos e em cores ‘masculinas’. Assim, percebi que arquitetos estariam desenhando espaços para reforçar papéis de gênero, colaborando com a vigente ordem sexual.”

Marcelo Augusto de Almeida Teixeira⁹

A partir da leitura da “Cidade Palco”, procura-se compreender qual o cenário construído, em que vão se desenrolar as dinâmicas sociais. Para isso, inicia-se aqui uma leitura sobre os paradigmas espaciais realizados na cidade a partir da arquitetura e urbanismo, campos muitas vezes interpretados como sendo livres de inclinações ideológicas e puramente técnicos.

No texto utilizado para a abertura desse subcapítulo, Teixeira (2013) demonstra uma das inquietações que o fez despertar para sua pesquisa sobre corpos dissidentes na cidade modernista. A inquietação de Teixeira, porém, não é desamparada. A interseção entre gênero e arquitetura e urbanismo é um tema complexo e intrigante que vem despertando atenção crescente, desafiando o entendimento de que “a arquitetura e o urbanismo tendem a ser declarados como campos neutros ideologicamente” (p. 11).

A arquitetura e o urbanismo são campos interdependentes que desempenham papéis cruciais na concepção e no desenvolvimento das cidades. Eles contribuem para a organização espacial de maneira direta e, se as cidades são organizadas, concebidas e condicionadas à manutenção “das relações de poder (...) a partir das visões construídas pela classe dominante” (Carvalho & Macedo, 2017, p. 107), seria natural que o planejamento urbano e a arquitetura seriam os instrumentos para tal. Teixeira (2013) contribui nesse sentido, dando continuidade na discussão:

Assim, sendo a arquitetura e o urbanismo disciplinas elementares de produção espacial, e sendo o espaço ‘elemento fundamental em qualquer exercício de poder’, seria possível questionar que, por trás da suposta neutralidade artística e técnica, ambas as disciplinas poderiam favorecer uma concepção espacial heterossexista e heteronormativa, além de excludente socialmente (p. 11-12).

Uma das questões abordadas por Teixeira (2013) no sentido de evidenciar a construção das disciplinas de arquitetura e urbanismo foi reforçada por Leite et al. (2021), quando coloca “a suposta neutralidade do espaço urbano tendo como pressuposto o

⁹ Teixeira, M. A. (2013). *Presença Incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.

atendimento de um sujeito universal” (p. 284). Quem seria esse sujeito universal na cidade colonial, regida sob a égide do Capitalismo e do Patriarcado? Certamente não seriam as pessoas LGBTIAP+.

Frisch (2002), em “*Planning as a Heterosexist Project*”, não hesita em pontuar que, apesar dos planejadores e arquitetos afirmarem que seu trabalho é caracterizado como sendo pelo bem comum, o projetar “se torna mais reflexivo da existência das relações de poder do que uma ação social positiva” (Frisch, 2002, p. 254, tradução livre), corroborando para uma percepção de que esse “sujeito universal” seja exatamente àquele que representa as ideologias hegemônicas.

Farias adiciona aos horizontes discutidos que “a cultura política do urbanismo e de suas práticas ainda não incorporou a transversalidade entre o urbano e a diversidade sexual.” (Farias, 2012, p. 100), postulado para o qual, podemos acrescentar as reflexões de Teixeira (2013), que ao analisar a obra de Lefebvre, conclui que “o ‘espaço abstrato’ dos planejadores urbanos, ao mesmo tempo em que ‘negaria o sensual e o sexual’, teria na genitalidade da unidade familiar sua referência” (Lefebvre, Henri. Op. City p. 49-50, como citado em Teixeira, 2013, p. 36).

Pode-se então começar a sondar as evidências da heterocisnormatividade no espaço urbano e em sua produção. Uma dessas evidências é a unidade unifamiliar de residência. A casa unifamiliar pode ser vista como um bom exemplo de um lugar fundamental onde as noções de masculinidade, feminilidade e heterossexualidade podem ser reforçadas através das configurações espaciais. Ademais, Teixeira (2013) complementa:

Ainda desviando a Arquitetura: que produto espacial poderia estar implicado na produção heteronormativa do espaço, ou ser projetado a partir de pressupostos heterossexistas? Por exemplo, a casa unifamiliar: esta unidade básica de uma cidade seria o lugar primordial no qual o corpo humano seria construído como ser sexuado e onde configurações espaciais reforçariam as divisões convencionais entre masculinidade/ feminilidade e, como complemento aglutinador, a heterossexualidade (p. 17).

Silva (2008) complementa com outra peça importante na construção de espaços heterocisnormativos, o banheiro, ao evidenciar que “o banheiro é parte fundamental da reprodução dos corpos generificados” (p. 13). Com efeito, o uso dos banheiros é paradigmático no que diz respeito à segregação de gênero, se comportando como local em que são estabelecidas e reforçadas as divisões binárias de gênero e perpetuando os papéis a eles atribuídos socialmente. Silva complementa que “os banheiros aparecem como espaços

privilegiados para marcar de forma definitiva as fronteiras entre o feminino e o masculino e o exercício dos papéis atribuídos socialmente aos corpos sexuados” (p. 13), e, como consequência, pessoas transgênero, travestis, não binárias e de gênero dissidente podem enfrentar dificuldades ao utilizar os banheiros de acordo com sua identidade. Isso pode resultar em constrangimento, discriminação, violência verbal ou física e até mesmo impedir o acesso a espaços públicos essenciais.

Para além desses ambientes, Frisch (2002) acrescenta como evidência da heterocisnormatividade na construção dos espaços, o discurso por trás da concepção e planejamento a partir de premissas sociais: “Zoneamento, direitos habitacionais e nossa percepção do espaço público são construídos em torno de construtos heterossexuais de família, trabalho e vida comunitária. O planejamento reproduz estruturas de dominação heterossexual.” (p. 254, tradução livre). Esses ordenamentos de família, trabalho e vida comunitária estão intimamente enraizados nas estruturas do patriarcado, capitalismo e colonialismo, exploradas anteriormente.

A respeito desses ordenamentos e estruturas, Valentine (1993) faz uma reflexão sobre tipologias de espaços voltados para a performatividades de caráter heteroafetivo:

Assim como moradia e local de trabalho, a maioria dos espaços sociais é organizada para refletir e expressar relações sociosexuais heterossexuais. Em particular, hotéis e restaurantes são ambientes de intimidade associados a romance, encontros e relações sexuais heterossexuais; e bares e clubes são ambientes onde as mulheres recebem e são esperadas para serem receptivas a avanços sexuais masculinos (p. 406, tradução livre).

Explorando um pouco mais esse panorama, fica evidente que a sexualidade em si não deve ser demonstrada em público, principalmente sexualidades dissidentes, para isso, retoma-se a compreensão de que o espaço público é espaço de dominação masculina (palco) e de fortalecimento dos preceitos patriarcais, para os quais, Valentine (1993, p. 396), comenta: “Aparentemente, a sexualidade pareceria pertencer ao espaço privado do lar, e não à esfera pública do escritório ou do restaurante” (tradução livre).

No que diz respeito a variedade de perspectivas contidas dentro das dissidências de gênero e sexualidade, o impacto desses ordenamentos espaciais tende a ser diverso, porém regado pelas estruturas do patriarcado:

Em relação ao espaço, os homens gays e as lésbicas, se comportam em primeiro lugar como homens e mulheres. Os homens buscam dominar o espaço, enquanto as mulheres atribuem mais importância às redes e relacionamentos (...) (Adler & Brenner, 1992, p. 24, tradução livre).

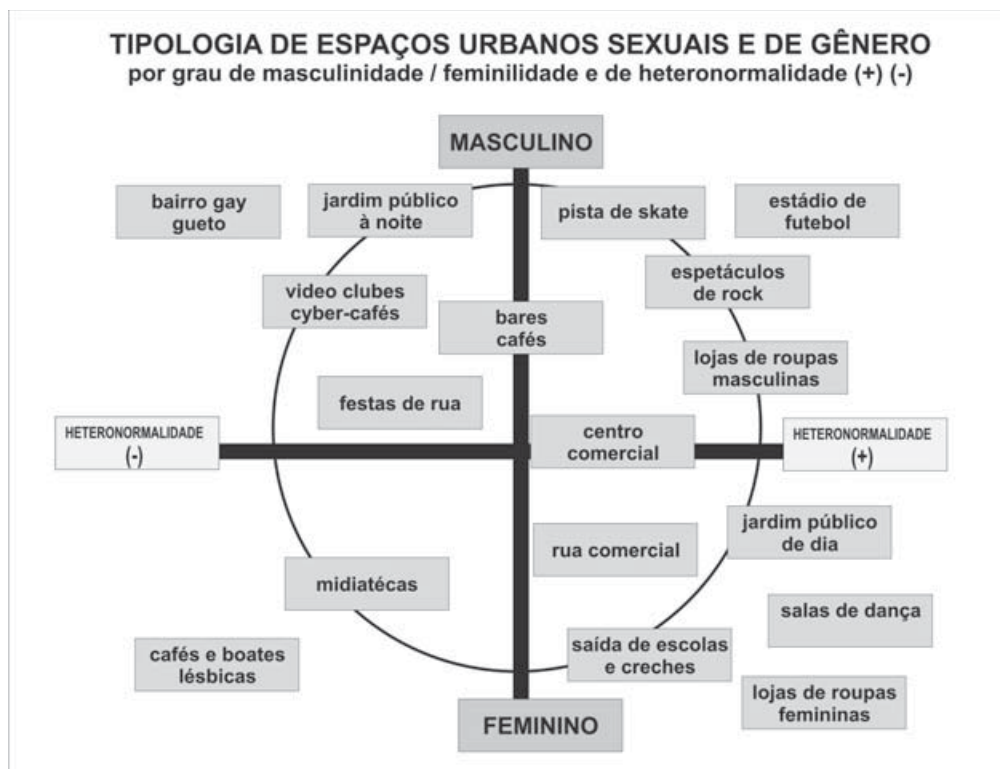
Arrefecendo um pouco a discussão em torno das cidades como campo empírico dessa pesquisa, as evidências apresentadas na generificação do espaço, como nas unidades unifamiliares ou nos banheiros, ou ainda nas tipologias de ambientes voltados às performatividades heteroafetivas, Teixeira (2013) conclui:

Seria nos centros urbanos onde sexualidades são reproduzidas, tendo como cenários desde a casa unifamiliar com sua 'suíte master' até as áreas de prostituição e de "pegação" (sexo em local público). Seriam nas cidades onde reconhecimentos, controles e subversões são exercidos por e nos corpos sexuados. Seria no espaço urbano que nossos entendimentos sobre sexualidades são desenvolvidos e desempenhados, onde nossos preconceitos seriam praticados e/ou enfrentados, onde nossos desejos seriam permitidos, configurados ou reprimidos. As cidades seriam como campos de experimentação sexual e também onde as sexualidades seriam mais policiadas, escrutinizadas, expostas, comercializadas e manipuladas. Por facilitar o encontro de identidades pessoais e afinidades coletivas em diversas escalas (do corpo físico às plataformas políticas mais genéricas como raça, classe, religião, nacionalidade) as cidades não só ofereceriam um palco no qual são desempenhadas e negociadas diversas combinações de identidades sexuais como também permitiriam formas de encobrir formas de sexualidades estigmatizadas, proscritas ou mais específicas (p. 30).

Sob o horizonte dos espaços urbanos e sexuais, e a respeito da divisão binária de gênero, Farias (2012) apresenta uma leitura gráfica das tipologias, dividindo-as entre masculino/feminino e heterossexual/homossexual:

Figura 2

Tipologia de espaços urbanos sexuais e de gênero



Nota: Recuperado de *Prática urbanística e diversidade sexual: Pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade?* de Farias, J. A. 2012, p. 104.

Não se pode deixar de evidenciar uma clara distinção entre os ambientes tidos como masculinos ou femininos, heterossexuais ou homossexuais, demonstrando por claro os paradigmas sexuais e generificados expressos na cidade e a dicotomia existente entre repressão e reação dentro das dinâmicas espaciais.

Por este ângulo, pode-se verificar que, como delimitado por Foucault, as reações às tentativas de dominação e padronização heterocisgenerificada fazem parte da dinâmica de poder estabelecida no espaço urbano. Ao analisar o trabalho de Valentine (1993), Silva (2008) discorre que:

(...) a habilidade para apropriar e dominar lugares e influenciar o uso do espaço por outros grupos não é apenas produto da heteronormatividade, mas é também de sua força expressa no espaço. Portanto, o espaço compõe a realidade heteronormativa mas também pode subvertê-la (p. 7).

Essa dinâmica de poder cria espaços estigmatizados pelas características atribuídas às identidades dissidentes, ao passo que gera tentativas de suprimir os espaços subversivos construídos pelas pessoas LGBTIAP+. Frisch (2002) detalha que “o espaço *queer* desafia a esfera pública ao fazer uso privado do espaço público. Os planejadores trabalham para destruir esses espaços *queer* e torná-los seguros para os heterossexuais” (p. 258, tradução

livre). Não é raro que os planejadores urbanos e o poder público tentem “higienizar” locais utilizados pelas populações LGBTIAP+ para sua convivência, ou ainda utilizar da legislação para dificultar a instauração e manutenção de espaços privados de convivência e resistência frequentados por essas populações.

De fato, as legislações atuais não só podem ser deturpadas para reprimir manifestações socioespaciais LGBTIAP+, como também é evidente a falta de legislações específicas para proteção das comunidades LGBTs no âmbito da cidade e, “mesmo nos períodos de maior mobilização popular para elaboração de planos diretores ou para definir a programação de projetos urbanos, a participação de comunidades LGBTs tem sido insignificante ou nula.” (Farias, 2012, p. 103). Sobre isso, Farias acrescenta:

Os documentos oficiais, por não tratarem explicitamente da questão, refletem a norma heterossexual dominante, já que o privilégio epistemológico heterossexual coloca toda sexualidade estigmatizada em uma situação de exclusão (p. 103).

Verdade seja dita, tanto a heterossexualidade quanto a cisgeneridade são impostas “a homens e mulheres na tentativa de controlar os seus corpos e vidas,” (Souza & Feliciano, 2021, p. 105), por meio das estruturas sociais e perpassando diferentes aspectos da vida cotidiana, incluindo as práticas da arquitetura e urbanismo e o planejamento urbano. Segundo Souza e Feliciano (2021), “o resultado dessa imposição é lamentável, já que diversas pessoas são impedidas de viverem sua plena sexualidade e liberdade. As práticas espaciais desses sujeitos também nos revelam o medo contido a partir dessa imposição” (p. 105).

Carvalho e Macedo (2017) salientam a importância de fazer esses questionamentos a respeito da produção heterocisnormativa da cidade, uma vez que as consequências da vulnerabilidade socioespacial para as quais as populações LGBTIAP+ são expostas se manifestam de maneira cruel em forma de violência e invisibilidade:

Se a rua, este espaço coletivo de trocas e cruzamentos, representa um risco grande de existência e, até mesmo, de demonstração de afetos e relacionamentos, é preciso se questionar acerca da produção desses espaços enquanto espaços de sociabilidade. Se a cidade deve ser um espaço livre de discriminação, por que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são tão vulneráveis nos espaços sociais? Através dos discursos sociojurídicos-urbanísticos, a cidade constitui-se a cidade do interdito para LGBTs, ou como preferimos aqui nomear, a cidade se ergue enquanto uma cidade-armário (p.106).

As discussões a respeito de um espaço urbano que não reproduza os paradigmas espaciais de hererocisgerenidade não se encerram no que foi exposto. É necessário explorar muito mais as evidências dessas reproduções, como elas se organizam em práticas de projeto

arquitetônico e urbano e, questionando essas práticas, encontrar formas de produção espacial que sejam disruptivas com as lógicas hegemônicas.

É inegável, contudo, que os espaços físicos desenhados e estabelecidos a partir de paradigmas heterocisnormativos são não somente o plano de fundo e, para todos os efeitos, cenário para as interações sociais, mas também elementos importantes a serem considerados ao se analisar as dinâmicas espaciais, como a territorialidade e a produção de territórios.

2.2 OS ATORES: O PAPEL DA HETEROCISNORMATIVIDADE

Ao comentar o acesso desigual existente e registrado na literatura atual, Farias (2012) ressalta “que esta desigualdade é naturalizada através dos comportamentos” (p. 103). Para que se compreenda com maior clareza como os comportamentos podem, ao ser naturalizados, contribuir para o acesso desigual ao espaço urbano, será utilizada a discussão de Goffman a respeito do papel social dos indivíduos.

Numa peça de teatro em que o enredo é reflexo do Capitalismo, do Patriarcado e do Colonialismo, é de se imaginar que os papéis a serem desempenhados não incluem a apresentação de atores dissidentes e que a divisão binária de gênero seja muito bem definida. À vista disso, Orton (2017), em continuidade as suas análises, reitera:

Goffman (1977, p. 301-3) concebe o gênero como social construído, afirmando que aprendemos a performar determinados papéis na sociedade de acordo com o pertencimento às categorias de sexo culturalmente estabelecidas. Essas categorias normativas prescrevem o modo como vivenciamos o mundo, nos tornando sujeitos a expectativas sociais diferentes, ao mesmo tempo em que fornecem uma base para desculpar, justificar, explicar ou condenar a conduta do indivíduo. Assim, as percebidas diferenças entre os sexos são produzidas pela ritualização dos papéis de gênero e pela segregação institucional, ao invés de serem inatas ou decorrentes de diferenças biológicas (p. 258).

Essa abordagem de gênero como uma construção social enfatiza que as diferenças entre homens e mulheres não são fixas ou imutáveis, mas sim resultado de normas e estruturas sociais que moldam nosso comportamento e percepção de gênero, de forma que o comportamento não reside apenas no próprio comportamento em si, mas sim nos códigos culturais que são atribuídos a ele. Em outras palavras, o significado de um comportamento não é intrínseco, mas sim construído socialmente através de convenções culturais e normas compartilhadas. Tais normas compartilhadas e convencionalizadas socialmente são parte do papel social atribuído aos indivíduos e advém das estruturas sociais hegemônicas. Para Goffman (1979), as diretrizes para o exercício dos papéis sociais, ou seja, “as condutas

estereotipadas aprendidas e convencionalizadas na socialização” (Orton, 2017, p. 258) são denominados “*displays*”. Tais *displays* são referenciais aos papéis esperados que as pessoas exerçam socialmente, no caso da análise de Goffman, *displays* de gênero, mas pode-se estender tal interpretação para sexualidade, etnia, etc. Sobre isso, Orton acrescenta:

Ao escolher performar determinados *displays*, o indivíduo comunica tacitamente aos outros o seu alinhamento a uma determinada situação e aos rituais de interação esperados nele. Desse modo, a natureza do gênero reside na capacidade e na vontade para aprender a fornecer e seguir prescrições de masculinidade e feminilidade em um processo que legitima e realimenta a crença na sua base biológica (p. 259).

Goffman, em “*Gender Advertisements*”, de 1979, destaca que os *displays* fazem parte do que se considera 'comportamento expressivo' e, como tal, tendem a ser transmitidos e recebidos como se fossem de alguma forma naturais, ou seja, atendem a uma naturalização de comportamentos. Ao enfatizar o conceito de “*gender display*”, o autor ressalta como as representações estereotipadas e convencionalizadas do gênero na sociedade têm influência direta na forma como as pessoas percebem, interpretam e vivenciam seu próprio gênero e o gênero dos outros.

Goffman (1977) explorou que cada sociedade desenvolve sua própria concepção do que é considerado característico de cada papel, o que é esperado de cada papel, baseado em suas estruturas:

Cada sociedade parece desenvolver sua própria concepção do que é “essencial” e característico das duas classes de sexo, essa concepção abrangendo atributos tanto elogiados quanto depreciados. Aqui estão os ideais de masculinidade e feminilidade, compreensões sobre a natureza humana definitiva que fornecem fundamentos (pelo menos na sociedade ocidental) para identificar a totalidade da pessoa e também servem como fonte de relatos que podem ser utilizados de inúmeras maneiras para desculpar, justificar, explicar ou desaprovar o comportamento de um indivíduo ou o arranjo sob o qual ele vive, sendo esses relatos fornecidos tanto pelo indivíduo que é considerado quanto por outros que encontraram motivos para considerá-lo (p. 303, tradução livre).

Orton (2017) ressalta que é a partir da ritualização dos *displays* que se fortalece a naturalização de alguns comportamentos e por consequência, também a desnaturalização, a aversão a comportamentos dissidentes. Orton exemplifica:

Goffman observa que a hiper-ritualização dos *displays*, em anúncios de publicidade, por exemplo, sustentam uma relação de poder naturalizada, apresentando a subordinação da mulher como uma obviedade, quando, na realidade, imagens como

estas fundamentam, reiteram e sustentam essa relação. Assim, perpetua-se uma hegemonia, deixando de problematizar uma profunda desigualdade de gênero (...) (p. 259).

É a partir dessas ritualizações por exemplo, que certos espaços aceitam comportamentos específicos e rejeitam outros comportamentos. São tais ritualizações de *displays* que estruturam as relações sociais nos mais diversos espaços da cidade. Teixeira (2013) acrescenta que:

Dessa maneira, seria a visibilidade de determinadas cepas de corpos e de suas apropriações espaciais que dariam significados aos espaços. Por sua vez, estes significados seriam sempre reconstruídos em suas relações com os corpos (que, sendo construções sociais constantes, reconfigurariam os significados destes espaços intermitentemente) (p. 139).

Leite et al. (2021, p. 284) adverte sobre a “grande dificuldade em quebrar regras silenciosas de padrões comportamentais expressos em forma de masculinidade, pois normas tão intrínsecas são repetidas constantemente”, ou seja, a própria ritualização, por repetição, dificulta a quebra de padrões. Johnston e Longhurst (2010) exemplificam:

Rituais públicos envolvendo sexo heterossexual são geralmente aceitáveis nas cidades, por exemplo, um homem e uma mulher se casando em um parque público ou um casal heterossexual se beijando em um ônibus. Outros tipos de sexo, como homo, trans e bissexual, geralmente são menos aceitáveis (p. 85, tradução livre).

Não obstante, Teixeira (2013) afirma que existe uma graduação de intensidades que regulam como e quais comportamentos serão ou não aceitos, a depender do espaço e das ritualizações que nele ocorram:

Essa gradação seria fornecida pelos regimes visuais que operariam nesses espaços e pelo grau de apropriação dos corpos: quanto maior a visibilidade dada, por exemplo, a corpos supostamente heterossexuais, maior a percepção de heteronormatividade em determinado espaço. Quanto maior a visibilidade fornecida a corpos biologicamente machos e identificados como heterossexuais em alguns espaços, maior uma suposta percepção de masculinidade (e que, por sua vez, intimidaria qualquer manifestação ‘dissidente’) (p. 139).

Uma coisa, porém, é clara, corpos dissidentes de gênero e sexualidade possuem comportamentos de *displays* pouco ritualizados, e, portanto, pouco naturalizados, uma vez que seu papel no teatro da cidade capitalista, regida pelo patriarcado, sequer existe. Ao

insistirem em participar do cotidiano da cidade, precisam se adequar aos papéis e *displays* já convencionados ou tendem a sofrer consequências. Sobre isso, Orton (2017) ainda sugere haver uma dupla contestação: quando uma pessoa LGBTIAP+ utiliza o espaço público, além de questionar o uso do mesmo com sua identidade de gênero ou sexualidade, que deveria pertencer à esfera privada, coloca em xeque o comportamento esperado e permitido, o comportamento cishetero, e “como consequência, ela pode sofrer uma dupla repressão por aqueles que desejam manter os paradigmas atuais” (Orton, 2017, p. 259). Ao manifestar sua liberdade, autonomia e empoderamento, indivíduos LGBTIAP+ podem se tornar alvo de LGBTfobia, enfrentando desde assédio, punições sociais, agressões verbais ou físicas até a morte, sendo essa geralmente com requintes de crueldade específicos.

2.3 A TRAMA: O ESPETÁCULO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS CORPOS DISSIDENTES

Sobre o corpo de José Renato dos Santos, os peritos contaram 26 facadas. Sobre o de Sandro Almeida Lúcio, 30. Jurandir Leite foi estrangulado. Seu cadáver trazia marcas de luta corporal. Laís Martins sofreu violências sexuais antes de ser assassinada. Seu rosto foi completamente desfigurado por pedradas. Severino Antônio, esfaqueado e estuprado antes da morte, levou um golpe de faca peixeira no ânus. Djalma Matos morreu por espancamento. Teve a face deformada. Carlos de Lima recebeu diversos tiros, antes ou depois da morte. A cabeça de Jeová Albino foi esmagada por uma pedra; disparos de arma de fogo, contudo, causaram o homicídio. Assassinado, Ronaldo Carvalho teve seu pênis decepado (Efren, 2016, p. 313).

O relato que inicia esse subcapítulo, extraído do trabalho de Efren (2016), demonstra a crueldade da violência que acomete a população LGBTIAP+ no Brasil. A hostilidade contra todos os segmentos de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade é uma triste realidade que tem raízes históricas e está presente em toda a extensão do território Brasileiro (Cerqueira et al., 2021; Gomes et al., 2021). Um cenário que coloca essa população em um contexto de ansiedade, angústia e temor diários e que tem consequências generalizadas em todos os aspectos de suas vidas.

Segundo Leite et al. (2021), “a violência urbana que permeia a vida cotidiana tem afetado, historicamente determinados grupos sociais” (p. 279), como as mulheres, os negros, os indígenas, etc. E funciona de forma generalizada e interseccional. Muitos desses grupos “são alvos preferenciais do preconceito, da discriminação e da violação dos direitos.” (Silva & Santos, 2016, p. 503). Barreira (2013) complementa que “mesmo que não se possa negar a existência de ‘vítimas e lugares preferenciais’ de práticas violentas: conquanto os lugares e vítimas sejam delimitados pelo cinturão da pobreza” (p. 223).

É imperativo, porém, destacar que as violências contra a população LGBTIAP+ nunca são situações isoladas que envolvem somente a condição de orientação sexual e/ou identidade de gênero, como destaca Leite et al. (2021),

Evidenciamos, então, que marcadores sociais e de opressões inter cruzam-se, pois a desigualdades de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, dentre outros, atuam concomitante nas produções de violências, exclusões e na incapacidade de enlutamento por essas vidas oprimidas e assassinadas (p. 288).

Especificamente no tocante à violência contra a população LGBTIAP+, como já explorado nesse trabalho, são as estruturas da heterocisnormatividade que articulam a repressão. Segundo Carvalho e Macedo (2017), é por não assimilar as dissidências e por ser reprodutora de estruturas sociais, que “a cidade também se constitui palco para as violências contra as minorias sociais, mitigando subjetividades e definindo condutas apropriadas ou não aos seus ambientes” (p.109).

Conforme Martins et al. (2010), “o recurso da violência parece irromper quando a ideologia e a dominação masculina encontram-se enfraquecidas e deslegitimadas” (p. 2-3), e, como exposto anteriormente, existem vários modos pelos quais as pessoas LGBTIAP+ desafiam a dominação masculina, de forma que muitas vezes a própria existência em determinados espaços já se faz suficiente para desencadear respostas repressivas. Quando ocorre tal enfraquecimento e deslegitimação, a violência desponta “como um recurso para a anulação e a subordinação dos outros “inferiorizados” e “fracos” aos seus interesses e controle.” (Martins et al., 2010, p. 2-3). Tal postulado é também apresentado por Leite (2019), e Carvalho e Macedo (2017), que, acrescentam:

Visando a proteção dos valores das classes dominantes, percebe-se que a repressão – seja moral, seja através de aparato legal ou seja através da violência – atinge aqueles e aquelas que se põem à margem das normas sexuais e que ousam desafiar a ordem posta: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ao ocuparem um espaço sacralizado e heterossexual, questionam a produção do espaço urbano como um ‘lugar de respeito’, subvertendo a lógica dominante e se reapropriando dos espaços públicos (p. 108).

Leite (2019) também, ao analisar outros trabalhos, conclui que:

Carvalho e Macedo (2017, p. 107) apontam que para as cidades, de modo geral, os LGBT+ não existem (ou não deveriam existir), pois, 'rompem com as normas e acordos de sexualidade tácitos feitos pelos poderes atuantes no regime sobre os corpos' (p. 32).

As violências que acometem a população LGBTIAP+ acontecem de diversas formas, desde as mais sutis até as mais cruéis e brutais. Acerca das espacialidades em si, ao fazer uma explicação sobre a obra do Goffman, Orton pontua que o autor denomina o espaço público como um "palco", em oposição ao espaço privado que seria compreendido como "bastidores", como diferenças espaciais que influenciam em como os atores vão se comportar.

A respeito da diferenciação entre público e privado, Orton (2017), citando a obra de Da Matta (2001) ressalta:

Da Matta (2001) observa que o mundo da casa (espaço privado) e o mundo da rua (espaço público) são mais do que meros espaços geográficos, sendo carregados de sentido, marcados por uma relação de oposição e de tensão, ao mesmo tempo em que interagem e se complementam. Para o autor, o espaço privado representa a calma e a tranquilidade, bem como um refúgio do espaço público, que, por sua vez, é reservado ao movimento, ao perigo, à tentação e à luta, assumindo, assim, um caráter tenebroso (p. 248).

Nesse sentido, o espaço urbano público se trona o espaço de luta e de violência (explícita, ou não) que faz parte do teatro da cidade. Nas cidades contemporâneas, o espaço público e privado se tornam palcos complexos onde as identidades e experiências da população LGBTIAP+ são constantemente moldadas e contestadas. Enquanto o espaço privado pode oferecer um refúgio temporário da hostilidade do mundo exterior, muitas vezes é dentro das próprias casas que a violência física, psicológica e simbólica é perpetuada. Por outro lado, o espaço público, concebido como o domínio do movimento e da interação social, pode se revelar outro terreno perigoso para pessoas LGBTIAP+, sujeitas a ataques verbais, agressões físicas e outras formas de violência baseadas em preconceitos.

Além da violência afetar diretamente o cotidiano da população LGBTIAP+, ela também se manifesta a partir da espetacularização midiática em torno dos crimes contra pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. A partir da espetacularização produzida pela mídia, se retoma a metáfora do cotidiano como peça de teatro e a cidade como palco da trama da violência, estabelecidos por Goffman (2014) no início desse capítulo. Segundo Freitas (2016), "os meios de comunicação desempenham um papel primordial na manutenção do cotidiano

vivo, transformando a informação política, cultural e histórica em fatos espetaculares” (p.38), Barreira (2013) acrescenta: “Diariamente são estampadas notícias (...), nos principais jornais, retratando crimes violentos, com a distinção da crueldade. A destacada marca das matérias é o espetáculo, demarcando todos os elementos para se tornar um fato jornalístico – escandaloso, cruel ou inusitado” (p.230).

Em um relance, os discursos jornalísticos e policiais parecem refletir a ideologia dominante, patriarcal e heterocisnormativa, ao abordar a dissidência de gênero e sexualidade como um tema tabu (Martins et al., 2010), muitas vezes associado ao machismo e ao racismo. A linguagem empregada em alguns casos, se utiliza de termos pejorativos e desrespeita a identidade de gênero da vítima, produzindo uma dupla vitimização.

De acordo com Barreira (2013), o conteúdo dos jornais permite a criação de uma tipologia de práticas violentas e confrontos interpessoais baseados em diferentes aspectos, como a natureza do conflito, as pessoas envolvidas, as relações de aproximação, os locais onde ocorrem as práticas e as armas utilizadas, aumentando a sensação de medo generalizada ente as pessoas LGBTIAP+, que tendem a evitar lugares, horários e situações e cerceiam seus comportamentos como forma de subsistência. “Esta comoção de intranquilidade e insegurança configura, em grande parte, as nossas práticas de sociabilidade e passa a fazer parte do nosso cotidiano, alimentado, diariamente pelos meios de propagação coletiva” (Barreira, 2013, p. 232). As sociabilidades então, são amplamente influenciadas pelo medo e pela sensação predominante de insegurança. A violência tem moldado os comportamentos sociais, estabelecendo limites para o que é considerado possível ou impossível, permitido ou negado, proibido ou socialmente aceito (Barreira, 2013). Sobre isso, Nogueira (2009) acrescenta:

A quem interessa esse medo? E a violência? É a violência urbana um espetáculo? Um efeito colateral? Um “atributo” das classes sociais vulnerabilizadas? Será que segregação e participação social podem conviver lado a lado na construção de nossa história política? Tem a cidade a vocação de favorecer os encontros? Ou os desencontros? São os desencontros formas de encontro? (p. 78)

Parte dos questionamentos levantados por Nogueira são possíveis de serem respondidos a luz dessa discussão. A Violência urbana na “cidade palco” funciona como um espetáculo, que produz medo e insegurança como forma de delimitar as sociabilidades das pessoas LGBTIAP+. Assim, as cidades emergem como cenários onde as identidades e corpos dissidentes são inscritos em uma trama complexa de poder, opressão e resistência, onde a busca por segurança e dignidade muitas vezes se choca com a realidade sombria de uma sociedade que ainda não garante igualdade e proteção para todos os seus cidadãos.

3 PODER, OPRESSÃO E RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBTIAP+

“Eu achei que eu tinha passado a vida toda investigando a violência, mas agora (...) eu entendi que na verdade, o tema que eu pesquiso é o poder e a masculinidade. A violência é só um instrumento”

Bruno Pães Manso

Na citação provocativa que abre esse capítulo, dita no podcast “A República das Milícias” (Ep. 1), Bruno Paes Manso (2021) instiga uma análise mais ampla sobre as estruturas de poder que subjazem a violência no Brasil. Aqui, direciona-se o olhar à população LGBTIAP+, indo além dos atos de agressão em si para compreender as complexas interações entre poder, orientação sexual e identidade de gênero. Ao explorar o cenário nacional, este capítulo busca desvelar as nuances da violência física, psicológica e simbólica enfrentada pelas pessoas LGBTIAP+, bem como as formas de resistência e luta que emergem em resposta a essas opressões sistêmicas. A partir dessa reflexão inicial, serão analisados os dados e contextos que delineiam a realidade da população dissidente de gênero e sexualidade no Brasil.

O Brasil pode ser considerado um país inseguro para a população LGBTIAP+ (Gastaldi et al., 2023). São inúmeras as notícias que surgem diariamente de crimes e violência contra essa população. Na dimensão física, essa hostilidade pode se manifestar de várias maneiras, como o abandono, a ocorrência de assassinatos e os casos de espancamento e até mesmo a prática de estupros "corretivos" e o suicídio, por não suportar o preconceito (Gomes et al., 2021; Orton, 2017), mas também se manifesta, em outras dimensões, como assédio moral, preconceitos explícitos ou velados.

Para compreender a proporção da violência direcionada a essa população, o Dossiê 2022 de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, levantamento feito pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil em continuação ao trabalho iniciado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), e em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), o grupo Acontece Arte e Política LGBTI+ e a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, apresenta uma estimativa do número de mortes violentas de pessoas LGBTIAP+ no Brasil no ano de 2022. Segundo o levantamento, foram 273 mortes LGBTs de forma violenta no país. Dessas mortes 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas.

O Brasil continua a figurar como o país que mais mata pessoas LGBTIAP+ no mundo todo, registrando uma média de uma morte a cada 34 horas (Gastaldi et al., 2023). O país

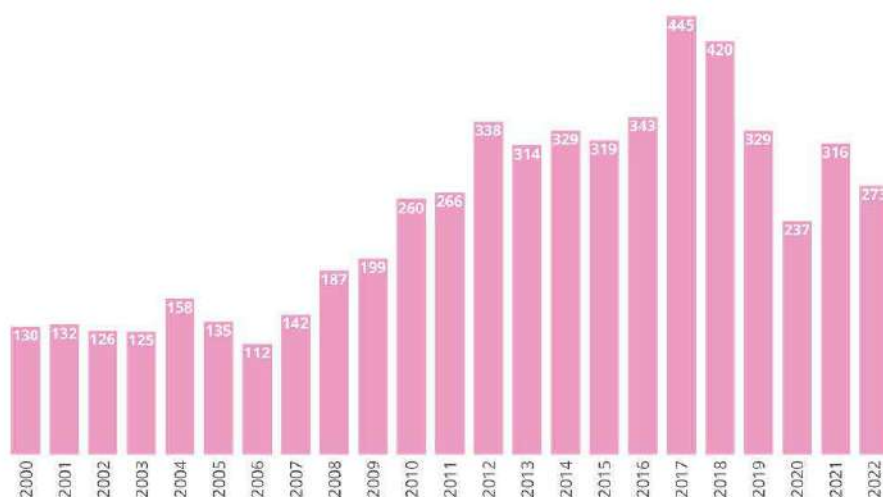
ainda ocupa o primeiro lugar no ranking de países que mais mata pessoas transexuais (Cerqueira et al., 2021; Mendes & Silva, 2020). Segundo Mendes e Silva (2020),

A cada ano o quantitativo de homicídios tem crescido no país pela ausência de políticas públicas no sentido de combater essa violência. Só a criminalização da homofobia não dará solução a questão, porém a lei federal aprovada recentemente já é um começo na busca da diminuição dos casos de violência contra essa população (p. 1717).

Ao se observar a figura a seguir, disponibilizada no Dossiê 2022 de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, é possível confirmar a constatação feita por Mendes & Silva (2020):

Figura 3

Número de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 a 2022

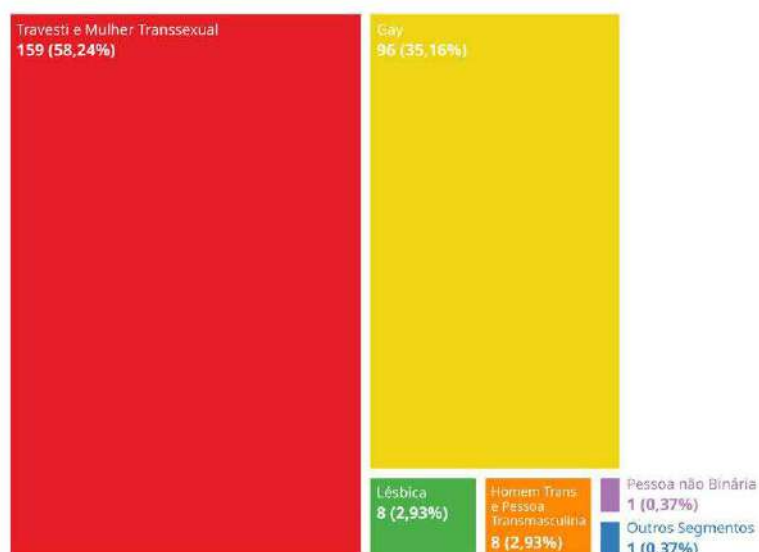


Nota: Recuperado de *Dossiê 2022: Mortes e violências contra LGBTI+* de Gastaldi, A. B. F., Benevides, B., & Coutinho, G., 2023, p. 19.

No que se refere às vítimas, no ano de 2022, mulheres transexuais e homossexuais masculinos (gays) foram os mais acometidos, seguidos por lésbicas e homens trans e pessoas transmasculinas, conforme a figura 5.

Figura 4

Número de Mortes de LGBTI+ no Brasil, por Segmento, em 2022



Nota: Recuperado de *Dossiê 2022: Mortes e violências contra LGBTI+* de Gastaldi, A. B. F., Benevides, B., & Coutinho, G., 2023, p. 23.

É importante destacar também que “tal dimensão da violência é diferenciada para cada grupo de gays, lésbicas e transeiros.” (Silva, 2008, p. 8). Pessoas trans sempre estiveram em situação de maior marginalização no Brasil, Silva afirma que isso “porque a marca da transgressão é nítida, visual e, portanto, afronta o poder heteronormativo, muito menos evidente no gay ou na lésbica.” (p. 9)

No tocante a diferença entre as violências sofridas por homens gays e mulheres lésbicas, as questões de gênero inerentes ao patriarcado tem influência direta em como se dão as repressões, como explica Valentine (1993):

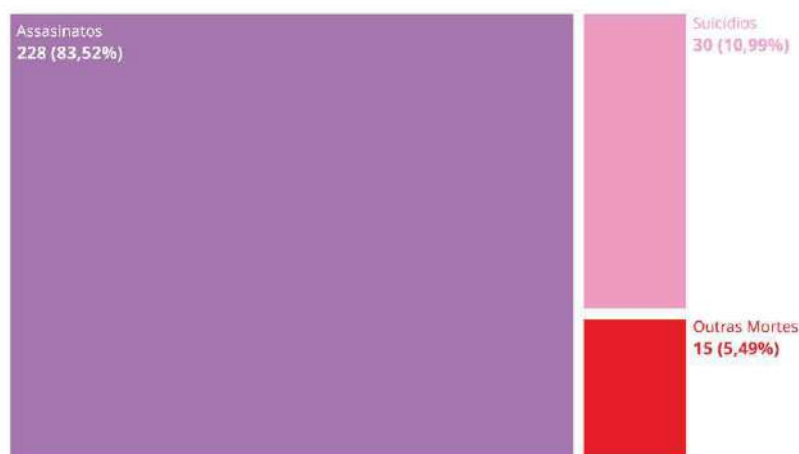
A diferença entre a geografia dos ataques anti-lesbianas e a geografia dos ataques contra homens gays implica, portanto, que a violência anti-lesbiana não é apenas uma tentativa dos heterossexuais de controlar a expressão das identidades sexuais gays, mas também reflete o fato de que, embora os homens possam usar e ocupar livremente o espaço público sozinhos ou com outros homens sem medo de assédio sexual, as mulheres que o fazem sem companhia masculina estão sujeitas a comentários sobre sua aparência ou a avanços sexuais de homens (Valentine, 1989; Westwood, 1984). O abuso anti-lesbiano dirigido a mulheres em espaços públicos reflete as tentativas dos homens de controlar o comportamento de mulheres independentes e, portanto, reflete relações de poder patriarcais (p. 409, tradução livre).

Explicadas Algumas das possíveis diferenças nas violências para cada seguimento LGBTIAP+, ainda segundo Gastaldi et al. (2023), “A pesquisa identificou diversos tipos de violência, como agressões físicas e verbais, negativas de fornecimento de serviços e

tentativas de homicídio, que foram perpetradas em diferentes ambientes”. Ademais, todas as mortes registradas são decorrentes de assassinatos ou suicídios resultantes da violência, ou ainda “óbitos violentos e/ou decorrentes da LGBTIfobia estrutural” (p. 24-25), conforme a figura:

Figura 5

Tipificação das Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, por Segmento, em 2022



Nota: Recuperado de *Dossiê 2022: Mortes e violências contra LGBTI+* de Gastaldi, A. B. F., Benevides, B., & Coutinho, G., 2023, p. 25.

A hostilidade contra esse grupo pode ser entendida como uma condição social construída e naturalizada. Segundo o Atlas da Violência (2021), parece haver uma subnotificação crescente, pelo menos até o final de 2022, sob a gestão Bolsonaro (Cerqueira et al., 2021; Mendes & Silva, 2020), que pode ser explicada por motivos como a falta de confiança no equipamento gerido até então pelo Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, até a falta de prioridade política e financeira dada pela pasta ao tema, ou ainda, eventual redução na divulgação dos números oficiais registrados pelos canais de denúncia. A subnotificação é corroborada por Leite, et al. (2021):

(...) é crescente a subnotificação e a invisibilidade que se dá aos crimes de homofobia, tanto pela falta de aparato técnico, quanto pelo preparo por parte dos agentes de segurança em lidar com essas situações do modo a colocarem como homicídio e não relacionarem com a homofobia (p. 279).

Ainda a respeito do avanço do conservadorismo no Brasil, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro no pleito de 2018, mas que não arrefeceu com sua derrota em 2022, continuando muito presente na sociedade brasileira, Leite et al. (2021) pontua que “o avanço

neoconservador e neoliberal tem influenciando e conseqüentemente aumentado o número de violências homofóbicas, lesbofóbicas, bifóbicas e transfóbicas à essa comunidade, bem como valores neopentecostais (...)” (p. 286), e ainda explica o contexto que fez com que a gestão Bolsonaro fosse tão significativa no avanço da violência:

Tomamos aqui como exemplo as eleições de 2018, vista como um marco do avanço neoconservador, neoliberal e neofacista no Brasil, desde o início da campanha do atual presidente é notável o aumento de violências LGBTfóbicas no país (BRASIL, 2019). As violências de gênero e a LGBTfobia nunca deixou de existir no Brasil, contudo, parece que uma tornou-se mais permissiva a "chacotas", discriminação sexual e violências às alteridades após o representante máximo do governo proferir palavras de ódio aos LGBTs, assim como também aos povos originários, quilombolas e étnico-raciais e até mesmo aos nordestinos (p. 286).

Quanto ao local das mortes registradas de pessoas LGBTIAP+ no Brasil, tendo em vista que as vias públicas e as residências das vítimas são os lugares mais comuns das ocorrências dos crimes (Mendes & Silva. 2020, Mendes et al. 2021), em 2022 o espaço público foi o lugar de quase metade deles, conforme mostra a figura:

Figura 6

Local das Mortes Violentas de LGBTI+ No Brasil em 2022



Nota: Recuperado de *Dossiê 2022: Mortes e violências contra LGBTI+* de Gastaldi, A. B. F., Benevides, B., & Coutinho, G., 2023, p. 40.

Segundo Martins et al. (2010), para além dos crimes com resultado morte e os

suicídios, a “intolerância se manifesta em distintas formas e tipos de violências dirigidas contra os segmentos LGBT” (p. 1), e referenciando Gomez:

A violência motivada pela orientação sexual pode possuir variados usos, motivos e fins, cujos principais significados seriam a de discriminar e/ou de excluir, funções paradoxais, a que Gomez denomina de: violências hierárquicas e violências excludentes. Segundo a pesquisadora, a violência doméstica é um tipo específico de violência hierárquica. ‘(A) violência hierárquica é aquela que se exerce, e pode ser mortal, para lembrar o outro sua condição de subordinação ou inferioridade, para dar uma lição sobre o lugar que o outro deve ocupar. A violência excludente, por sua vez, é aquela que se exerce para liquidar o que o outro representa, para fazê-lo desaparecer’ (Gomez, 2008, p. 90 como citado em Martins et al., 2010, p. 7).

Os assassinatos, nesse sentido são o ápice do ciclo de violência que assola a população dissidente, mas é inevitável se considerar as múltiplas modalidades de violência que também se articulam no sentido de suprimir ao máximo as diversidades de gênero e sexualidade e empurra-las para a invisibilidade ou inexistência. Sobre isso, Silva e Santos (2016) exemplifica: “(...) olhares que repudiam e criminalizam; piadas que ridicularizam; discriminação no trabalho, na família e entre amigos e acusações que não procedem sobre a vida afetivo-sexual dos indivíduos LGBT, como se estivessem à disposição de qualquer tipo de relacionamento” (p. 506).

Às pessoas LGBTIAP+, a partir do uso disseminado de violência, também é negado o afeto em público, algo natural para casais heterocisnormativos, e a violência acaba por se espalhar pelos ambientes de trabalho, os ambientes institucionais, entre outros:

Há uma “velada” e muitas vezes explícita proibição do namoro, da paquera, da singela e simbólica ocupação do banco da praça por casais de pessoas LGBT e estes indivíduos são cerceados e, por vezes agredidos, no posto de saúde, nos hospitais, nas escolas e no mercado de trabalho. Até aqui tem prevalecido um olhar inquisidor para “vigiar” ou formas físicas brutais de violência para “punir” e impedir a liberdade e a igualdade de se realizarem de forma histórica e concreta na vida dos indivíduos (p. 515).

A LGBTfobia como manifestação de violência possui também aspectos próprios, assim como o feminicídio, por exemplo, que tem suas raízes na necropolítica de gênero¹⁰. A violência LGBTfóbica sempre parte do princípio da impunidade e toda violência contra

¹⁰ A noção de necropolítica de gênero, diz respeito, a produção discursiva e de práticas indutoras de letalidade aos corpos femininos e marginalizados, sobretudo, a construção de um regime de gestão e terror que produz uma “pena” de morte a determinadas mulheres” (Leite *et al.*, 2021, p. 285).

peças dissidentes de gênero é LGBTfóbica (Efren, 2016, p. 317-318). Segundo Efren (2016):

Na classificação de um determinado crime como homofóbico, a intensidade com que a violência é empregada e as marcas produzidas nos corpos das vítimas preenchem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo Movimento LGBT. O grau de violência, portanto, dimensiona a qualificação do crime e autoriza, em muitas ocasiões, a reivindicação das mortes pelo Movimento (p. 323).

A brutalidade e a perversidade são sempre características recorrentes nas mortes de pessoas LGBTIAP+. Faz parte do ímpeto de apagar por completo aquela vivência, muitas vezes como forma de higienização social, De acordo com Efren (2016):

“Quando eu mato um LGBT, no meu imaginário, eu estou limpando a sociedade daqueles que têm um demônio no corpo. Eu estou fazendo um bem, tirando da sociedade um cancro”. A legitimidade do gesto de violência é, então, associada à certeza da impunidade: “Na minha cabeça, não vai acontecer nada. E até não muito longe no tempo, não acontecia nada mesmo não” (p. 318).

Mendes et al. (2021) ressalta que “como características dos homicídios é mais provável que a vítima seja brutalmente espancada e torturada ou esfaqueada várias vezes até a morte com uma faca ou algum outro instrumento cortante” (p. 5625), evidenciando os requintes de violência que fazem com que a LGBTfobia seja considerada crime de ódio. Segundo o Dossiê 2022 de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, a brutalidade da violência “se configurou como um elemento central (nas mortes constatadas), presente também nas *causas mortis* menos utilizadas, como enforcamentos, estrangulamentos, torturas, pauladas e apedrejamento” (Gastaldi et al. 2023, p. 39). Refletindo os assassinatos citados no início desse subcapítulo, “quem, senão um LGBT, morreria nessas condições?” (Efren, 2016, p. 336).

A brutalidade e a violência tendem a continuar após as mortes, quando “a violência e os crimes de ódio contra os segmentos LGBT são relativizados, pior, são até justificados ou subnotificados” (Silva & Santos., 2016, p. 512). Não só isso, como também a rejeição ainda é parte dos discursos das famílias, que muitas vezes tentam negar as identidades e sexualidades dissidentes, enquanto que a segurança pública e a sociedade, em muitas ocasiões tentam culpabilizar a vítima. O estado, ao não produzir estatísticas oficiais, torna os crimes mais invisíveis e dificulta a produção de políticas públicas que possam enfrentar o problema. E por fim, a mídia ainda tende a fazer espetacularização do acontecido. Leite et al. (2021) ilustra o que foi demonstrado:

Quando vidas LGBTs são linchadas, decapitadas, carbonizadas, torturadas, a

exemplo, o caso de Dandara¹¹, não há comoção pública, mas um processo de criminalização como personificação da abjeção dessas existências (NUNES, 2020). Além do contexto político, os processos de exacerbação da violência urbana, numa configuração difusa, têm corroborado para o avanço de violências contra pessoas LGBTs, denunciando não somente a incapacidade estatal de proteger essas vidas, mas negligenciando-as por não serem contabilizadas em análise de forma crítica. Há, portanto, uma “[...] despreocupação do Estado brasileiro no que tange à mensuração e incidência sobre o fenômeno da violência LGBTfóbica.” (Cerqueira, et al., 2021, p. 54), assim, inviabilizando a construção de políticas públicas de modo contextual, intersetorial e interseccional (p. 287).

Os crimes e a violência direcionados à população LGBTIAP+ e sua invisibilidade e a negligência do poder público em agir no combate à homotransfobia, ou até mesmo em gerar dados sólidos a respeito, podem atuar como catalisadores do Movimento LGBTIAP+ de várias maneiras, que fazem com que grupos se unam em torno da resistência, da solidariedade, da amplificação de vozes e da reivindicação da história das vítimas. Sobre isso Efren (2016) afirma:

Se a morte nasce com a bicha, se a bicha nasce com a morte em seu calcanhar, as marcas materializáveis agulha a agulha, cruz a cruz, facada a facada, bala a bala, e disputadas página a página, petição a petição, podem significar vida e mais vida se reivindicadas em meio às estratégias políticas que constituem o Movimento LGBT e seus horizontes transformadores (p. 337).

O texto citado destaca a dura realidade enfrentada pela comunidade LGBTIAP+, mas também ressalta a capacidade de enfrentar essas adversidades através da luta política e da união do Movimento LGBTIAP+, convertendo a violência em uma força para reivindicar a vida e a igualdade e evidenciando que na dinâmica de poder presente no contexto urbano, a partir do momento em que há repressão, há também uma possibilidade de resistência (Foucault, 1996).

3.1 RESISTÊNCIA: DOS DIREITOS LGBTIAP+ AO DIREITO À CIDADE

¹¹ Dandara dos Santos foi uma travesti brutalmente executada a tiros após ter sido torturada no bairro de Bom Jardim, em Fortaleza, no Ceará em 15 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/vitrine/dandara-santos-o-brutal-assassinato-que-chocou-o-pais.phtml> - acesso em 25 de junho de 2022.

*“Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes
 Não, melhor, figurantes
 Que nem devia tá aqui
 Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz
 Sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência
 Me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem
 É o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.”*

Emicida Part. Majur e Pablllo Vittar (AmarElo)

Na música “AmarElo” de Emicida et al. (2019), em parceria com Majur e Pablllo Vittar, um dos desejos expressados na letra, por Pablllo e Majur, é o de serem ouvidas e reconhecidas por suas experiências e vivências e não pelas dificuldades e traumas que enfrentam. Elas insistem que suas identidades sejam compreendidas em sua totalidade, e não apenas reduzidas aos momentos de sobrevivência. Nesse sentido, inicia-se aqui uma discussão sobre como o Movimento LGBTIAP+ se articula para não deixar com que as violências e os crimes suprimam suas vivências dissidentes e definam suas trajetórias.

O Movimento LGBTIAP+ é um movimento diverso que inclui diferentes lutas e perspectivas ao longo da história e, é inegável que a resposta à violência e à marginalização são importantes catalisadores para a organização de seus grupos. Mas as diversidades de organizações e de grupos dentro do Movimento não podem ser reduzidas a lutas por direitos básicos e contra a violência. Segundo Castells (2000),

Os movimentos lésbicos e gays não são simples movimentos em defesa do direito

humano básico de escolher a quem e como amar. São também expressões poderosas de identidade sexual e, portanto, de liberação sexual. Esses movimentos desafiam algumas das estruturas milenares sobre as quais as sociedades foram historicamente construídas: repressão sexual e heterossexualidade compulsória (p. 399).

Nesse sentido, traçar-se-á um panorama breve sobre a organização do Movimento LGBTIAP+ ao decorrer da história e as conquistas atuais. Traçar esse panorama é importante para compreender o contexto de organização da comunidade LGBTIAP+ no contexto local dessa pesquisa, e também compreender como a população dissidente de gênero e sexualidade se comporta dentro das dinâmicas de poder estabelecidas.

Como relata Quinalha (2022), ao se propor contar um panorama histórico do Movimento LGBTIAP+, não se propõe contar a história da comunidade LGBTIAP+ como um todo, uma vez que pessoas dissidentes de gênero e sexualidade existem desde os primórdios, nas mais variadas culturas e organizações sociais, mas sim contar a história da organização dos grupos LGBTIAP+, ou seja, a história do “ativismo organizado, priorizando a dimensão político-organizativa que se convencionou chamar de movimento LGBTI+” (p. 12).

Segundo Quinalha (2022), após a Revolução Industrial, muitas pessoas LGBTIAP+ saíram (voluntariamente ou não) de suas casas para poderem viver suas autenticidades distantes do preconceito enraizado nas famílias, se organizando em grandes centros, lugares em que o anonimato dava margem para maior liberdade de expressão. Esse deslocamento ainda é muito comum nos dias atuais, levando pessoas LGBTIAP+ a saírem de cidades pequenas em busca da liberdade nos grandes centros urbanos. A partir de laços e interesses compartilhados é que essas pessoas acabam se organizando em comunidades.

Berlim, na Alemanha, foi um dos primeiros epicentros de organização do Movimento LGBTIAP+ de que se tem registros. A cidade, no início do século XX, já era conhecida por possuir uma cena LGBT e uma vida noturna vibrante, especialmente durante os anos 1920. Nessa época, a cidade foi palco de um florescimento cultural e uma maior aceitação da diversidade sexual e de gênero (Quinalha, 2022). Em um primeiro momento, a organização política se deu principalmente a partir dos homens gays, “a sexualidade feminina, em virtude do machismo que organiza as relações sociais, era circunscrita ao âmbito do casamento e tinha de ser totalmente devotada ao marido e à reprodução. Sequer se poderia reconhecer na legislação algum tipo de sexualidade fora desse padrão” (p. 46).

Durante esse período, havia em voga uma legislação de criminalização da homossexualidade masculina, que produzia uma série de injustiças cada vez mais flagrantes. O fundamento para a perseguição era o parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão que afirmava que “um ato sexual não natural cometido entre pessoas do sexo masculino ou por humanos com animais é punível com prisão”. Tal legislação favoreceu a organização da

comunidade em reação de resistência. Em 1919, sob liderança do médico e ativista Magnus Hirschfeld, surge o Instituto para Estudos da Sexualidade:

(...) em um grande casarão em Berlim, o Instituto combinava uma série de funções e atividades: uma enorme biblioteca sobre sexologia, com milhares de títulos; um centro educativo com discussões e visitas de escolas, também com um museu do sexo; uma clínica para tratamento médico e psicológico, realizando diversos procedimentos pioneiros e experimentais; uma casa de acolhimento de pessoas LGBTI+ desamparadas (Quinalha, 2022, p. 49).

O surgimento do Instituto fez com que Hirschfeld e outros ativistas ganhassem projeção internacional, com a posterior criação da Liga Mundial pela Reforma Sexual que realizou encontros em diversas cidades europeias (Quinalha, 2022). O Instituto, porém, bem como todo o movimento organizado foram alvos constantes do conservadorismo nazista. Até que, com a ascensão de Hitler e do Partido Nazista, o Instituto para Estudos da Sexualidade teve seus documentos destruídos e atividades interrompidas a partir de 1933. Muitos na Alemanha consideravam a tolerância aos homossexuais durante a República de Weimar, como um sinal da decadência alemã. Os nazistas se apresentavam como os defensores da moralidade, aqueles que dariam fim ao "vício" da homossexualidade, como forma de ajudar a vencer a luta racial.

Em 4 de abril de 1938, a Gestapo emitiu uma ordem que permitia a prisão de homens condenados por homossexualidade e seu envio para campos de concentração. Durante o período de 1933 a 1945, estima-se que aproximadamente 100.000 homens foram detidos sob a acusação de serem homossexuais. Infelizmente, muitos deles enfrentaram terríveis consequências, incluindo morte, castração ou utilização em experimentos cruéis. Infelizmente, não existem dados precisos sobre o número exato de homossexuais que perderam a vida nos campos de concentração durante esse período.

Muitos ativistas do movimento, nessa época, buscaram refúgio em outros países, incluindo os Estados Unidos, aonde ajudaram a fomentar as discussões sobre gênero e sexualidade. A guerra em si também foi importante para o desenvolvimento do movimento. O cenário de guerra levou milhares de jovens estadunidenses a conviverem em um ambiente favorável ao homoerotismo. Passariam meses e até anos em espaços monossexuados, no exército, enquanto as mulheres trabalhavam juntas nas fábricas (Quinalha, 2022). Segundo Quinalha,

“Ainda que em um contexto atípico, eles puderam estabelecer contato com outros valores, ideias e perspectivas sobre o mundo e sobre suas identidades. Em uma fase de descoberta de si, pois eram muito novos, não estavam perto de suas famílias e redes de apoio mais tradicionais (p. 56).

Com o fim da Segunda Guerra, tais vivências tiveram impacto no desenvolvimento de uma cena gay forte no contexto estadunidense. Segundo Quinalha (2022), os soldados “voltam aos Estados Unidos e são, na sua maioria, alocados em bases militares que estão concentradas nas regiões mais desenvolvidas e populosas, sobretudo as costas leste e oeste” (p. 57), favorecendo o desenvolvimento de uma cultura gay urbana nos grandes centros. Os bares se tornaram lugares importantes para a socialidade LGBTIAP+, em que as pessoas da comunidade se encontravam para conversar ou em busca de sexo casual. “A identidade gay tornou-se, assim, um elemento central para que se forjasse um senso de comunidade que, por sua vez, possibilitaria a emergência de um movimento também nos Estados Unidos” (p. 50).

O movimento estadunidense foi fortemente influenciado pelo “*Lavander scare*”, na década de 50, termo referente à perseguição do governo federal contra funcionários públicos e pessoas suspeitas de serem homossexuais ou de possuírem qualquer ligação com a comunidade LGBTIAP+.

Nesse contexto, Souza e Feliciano (2021) discorrem sobre o surgimento dos primeiros grupos organizados do Movimento LGBTIAP+ nos Estados Unidos:

As bibliografias retratam o nascimento do movimento homossexual no final da década de 1940, com a primeira organização construída para produzir uma outra leitura da homossexualidade, compreendido como COC (Center For Culture and Recreation), que tinha como principal objetivo investir na promoção de sociabilidade e numa tentativa inicial de fomentar a tolerância para com os homossexuais. Na mesma década nascia no mesmo sentido e promoção, o Mattachine Society, grupo clandestino que tinha como lideranças alguns articuladores da esquerda socialista estadunidense, também ligado ao Mattachine nascia na década de 1950 o Daughters of Bilitis, especificamente direcionada às lésbicas (p. 94).

Os bares continuariam a ser espaços importantes para a organização e efervescências do movimento LGBTIAP+ durante a década de 60, ao passo que no mesmo período, “todos os estados estadunidenses tinham algum tipo de legislação contra a sodomia, solicitação ou importunação que atingia particularmente homossexuais” (Quinalha, 2022, p. 64). Essa dicotomia entre a efervescência das convivências e a repressão catalisou novamente o Movimento, até que aconteceu a famosa Revolta de Stonewall em 28 de junho de 1969, um marco importante no movimento pelos direitos LGBTIAP+, que aconteceu no bar Stonewall Inn, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

É importante dizer que esse acontecimento não inaugura o movimento, como muitas vezes dá-se a entender, mas é um importante ponto de inflexão na história da organização da

comunidade (Quinalha, 2022). Na época, a discriminação contra pessoas LGBTIAP+ era amplamente tolerada. Os bares gays frequentemente sofriam repressão policial e invasões regulares, resultando em prisões arbitrárias e humilhação pública. Naquela noite, de 28 e junho de 1969, porém, após mais uma incursão policial no Stonewall Inn, um grupo de frequentadores, incluindo lésbicas, gays, bissexuais e travestis, se rebelou contra a violência policial e a opressão que enfrentavam rotineiramente. A resistência espontânea e corajosa durou várias noites, com manifestantes e apoiadores enfrentando as forças policiais em protestos e confrontos nas ruas do bairro de Greenwich Village. A resistência fez com que se instaurasse um sentimento de orgulho na comunidade, Quinalha (2022), nesse contexto, evidencia que “não bastava lutar pela tolerância, era preciso mudar as estruturas de poder da própria sociedade que estigmatizam as pessoas LGBTI+, ocupando as ruas e existindo publicamente” (p. 69).

A partir daí, surgiram novos grupos organizados nos EUA, como o Gay Liberation Front (GLF) e o Gay Activists Alliance (GAA). “Além disso, nas maiores cidades estadunidenses, começaram a ser realizadas, já em junho de 1970, o Christopher Street Liberation Day March” (Quinalha, 2022), que deu origem às Paradas do Orgulho LGBTI+.

Quanto ao Movimento LGBTIAP+ no Brasil, Souza e Feliciano (2021) discorrem:

O surgimento do movimento homossexual brasileiro é marcado pelo endurecimento da ditadura militar, pela imposição de um comportamento, pela ausência de liberdade, entre outros elementos fundamentais para o desenvolvimento social e, sobretudo, para os direitos humanos. É, portanto, nesse contexto que nasce o movimento homossexual brasileiro, mas não somente ele, nasce também um movimento estudantil combativo e rebelde que atuava na ilegalidade e que foi duramente reprimido pela ditadura militar nas duas décadas seguintes, diferentes outros grupos de esquerda também lutavam por espaços livres e mais democráticos, assim combatiam a ditadura inspirados, principalmente, nas correntes marxistas existentes na época (p. 95).

Segundo Quinalha (2022), durante a ditadura instaurada em 1964, a sociedade civil não conseguia se organizar em plenitude, devido à falta de direitos individuais e liberdades públicas impostas pelo regime, incluindo a comunidade LGBTIAP+. No entanto, com o processo de reabertura do sistema e o aumento das campanhas pela redemocratização, outros movimentos sociais, como o feminista em 1975, o estudantil em 1977 e o negro em 1978, começaram a se organizar com mais vigor e, em 1980, já existiam mais de vinte grupos homossexuais espalhados pelo país. A esse contexto, Souza e Feliciano (2021) acrescentam:

Embora o movimento homossexual brasileiro tenha participado ativamente na redemocratização, ele ainda era considerado um ator político marginal. Isso acontecia porque os debates em torno da sexualidade ainda eram pouco conhecidos ou

considerados um grande tabu em diversos setores da sociedade, incluindo os grupos pró-democracia. “O Movimento LGBTQIAP+ brasileiro, se colocou como importante sujeito na luta pelos direitos individuais, da sexualidade, de gênero, da liberdade e dos Direitos Humanos (p. 93).

No que diz respeito as lutas do Movimento LGBTIAP+ no Brasil e no mundo, durante os anos 80 todos os esforços se voltaram ao enfrentamento da pandemia de HIV/AIDS. Sobre isso, Quinalha (2022) acrescenta:

Estima-se que o vírus do HIV/AIDS, mesmo desconhecido, já estava circulando no final da década de 1970, ainda que os primeiros casos confirmados remontem a 1981 nos Estados Unidos e a 1982 no Brasil. Foi divulgado pela imprensa como uma “peste gay” ou um “câncer gay”, devido ao fato de os primeiros casos terem sido diagnosticados em homossexuais e haver mais incidência no início justamente entre essa comunidade (p. 97-98).

Segundo Quinalha (2022), inicialmente, parte do ativismo LGBTIAP+ viu no HIV/AIDS uma ameaça aos valores de amor livre, prazer e expressão sexual, e aos avanços nesse sentido, até então conquistados. O Movimento, porém, compreendeu cedo que, se não buscassem uma resposta comunitária à epidemia, não receberiam ajuda do Estado ou das indústrias farmacêuticas para salvar suas vidas. Com as mortes de muitos homossexuais pela epidemia de HIV/AIDS, muitas famílias ressurgiram em lutas por bens, ou mesmo antes com as restrições de visitas aos enfermos. Começou a surgir aí uma luta por direito ao reconhecimento civil da união entre casais homossexuais.

Todas essas pautas movimentavam as debates e lutas do Movimento LBGTIAP+ no Brasil. Apesar do envolvimento do movimento brasileiro nas discussões em torno da nova Constituição de 1988, nenhuma lei em defesa dos direitos dessa população foi incluída no texto original. O ativismo, porém, não foi em vão, já que a partir da aprovação da Constituição Cidadã, debates a respeito de direitos das comunidades dissidentes de gênero e sexualidade começaram a tomar conta de algumas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas Estaduais pelo Brasil: “No começo dos anos 1990, mais de 70 cidades brasileiras já tinham incluído, em suas respectivas Leis Orgânicas, a proibição à discriminação por orientação afetivo-sexual, passando-se o mesmo com três Constituições estaduais” (Quinalha, 2022, p. 109).

A nível nacional, entretanto, até o momento desta pesquisa, não há nenhuma lei que tenha tramitado pelo poder legislativo e tenha sido “aprovada pelo Congresso Nacional que criminalize a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero, e as situações de preconceito são cotidianas.” (Silva & Santos, 2016, p. 505). Todas as conquistas legais se

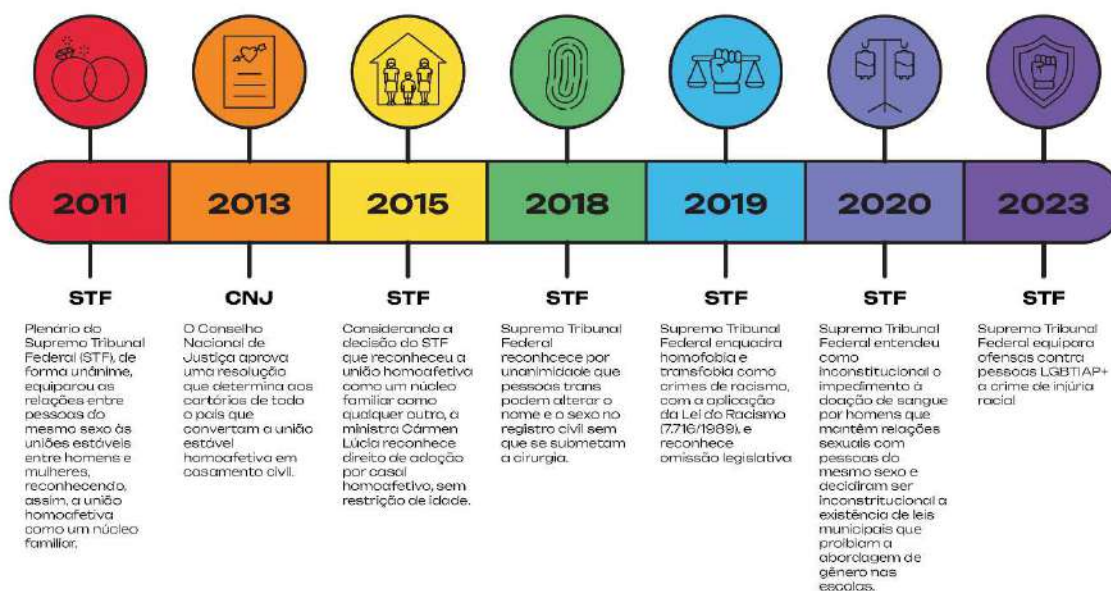
deram a partir do Poder Judiciário. Com a ascensão da esquerda ao poder com a eleição do Presidente Lula em 2002, houve algum avanço nas pautas do Movimento LGBTIAP+, como destacam Souza e Feliciano (2021):

Lula constrói políticas que são compreendidas como medidas de cidadanização da homossexualidade, a partir da participação desses sujeitos em editais que focalizaram à promoção de direitos. As políticas que representam um grande avanço nesse sentido são: Programa Brasil Sem Homofobia em 2004, I Conferência LGBT em 2008, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTs em 2009 e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (p. 98).

Mediante iniciativas encabeçadas pelo Movimento LGBTIAP+, também acontece uma série de conquistas através do Poder Judiciário, como demonstrado na figura a seguir:

Figura 7

Conquistas do Movimento LGBTIAP+ através do Poder Judiciário no Brasil até 2023



Nota: Elaboração do autor.

É importante destacar que nesse contexto histórico de atuação do Movimento LGBTIAP+ no Brasil e no Mundo, os espaços urbanos foram tanto limitadores, quanto potenciais de resistência para as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Como foi mencionado, por exemplo, os bares foram essenciais no desenvolvimento das sociabilidades, e o espaço público em diversas vezes foi utilizado para Paradas e protestos de reivindicação

de direitos. Souza e Feliciano (2021), a respeito do Movimento LGBTIAP+, detalham:

Portanto, compreender como se deu o seu surgimento e quais as etapas que culminaram na sua criação é, sem dúvida alguma, um passo importante para chegarmos próximo daquilo que nos propomos a executar, isto é, evidenciar a existência dos territórios de resistência em contraposição às violências (p. 93).

Também é inegável que o espaço urbano seja o local em que as efetivações dos direitos conquistados deveriam ocorrer. A citação a seguir, demonstra a importância da participação das cidades nesse sentido:

É ingenuidade pensar que a efetivação da dignidade humana pode ser estruturada sem considerar o espaço onde as pessoas passam a quase totalidade de suas vidas. [...] A cidade deve ser um espaço de realização dos direitos humanos, sem qualquer discriminação (Carvalho & Rodrigues, 2016, p. 46-54 como citado em Carvalho & Macedo, 2017, p. 106).

Sem que os direitos adquiridos possam ser exercidos no âmbito da cidade, pode-se dizer que não há uma conquista plena. Sobre isso, Silva e Santos (2016) Comentam:

Ocupar a cidade como espaço público e acessá-la em sua totalidade significa a ultrapassagem de um ato meramente pessoal/individual para um processo político, coletivo e de resistência às formas discriminatórias e ao complexo universo da desigualdade social, que produz e legitima lugares para determinados indivíduos; que obstaculiza a diversidade humana e que naturaliza a exploração do trabalho e as práticas de dominação ideológica e cultural (p. 507).

Ao ocupar o espaço urbano em plenitude, pessoas dissidentes de gênero não só estão efetivamente exercendo direitos conquistados, como também exercendo o direito à cidade. Segundo Lefebvre (2001), o direito à cidade se caracteriza como uma necessidade social inerente à sociedade urbana e corresponde ao direito à centralidade da vida urbana, de não ser posto à margem. Ao analisar a obra de Lefebvre, Leite (2019) acrescenta que “o direito à cidade está incluído na prática social e, entre o direito ao trabalho, às instituições, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres e a vida, está o mais complexo destes, o direito à cidade” (p. 29). Tal direito, portanto, corresponde a um conceito amplo e multifacetado que abrange não apenas o acesso físico aos espaços urbanos, mas também o direito de participar na produção e transformação da cidade de forma democrática e inclusiva. Leite et al. (2021), acrescenta que:

O direito à cidade remete ao fato de que o cidadão, independentemente de sua condição econômica, sexual e social, pode e deve usufruir das benesses e da

infraestrutura que a cidade possui. Esse direito é, sobretudo, e conseqüentemente, o direito de ser incluído socialmente. O direito à cidade, em sua forma atual, pauta-se na defesa e manutenção dos direitos humanos às minorias sociais, como os LGBTQIA+ (p. 62).

Para as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, porém, esse direito não parece concretizado. As populações LGBTIAP+ tem seu direito de acesso à cidade reduzido ao direito a lugares específicos em que podem exercer os direitos legais conquistados e exercerem sua cidadania, a partir da formação de territórios e territorialidades. Segundo Leite, et al. (2021):” Portanto, pressupõe-se que a formação dos territórios e, conseqüentemente, o direito à cidade, ou, ao menos, o direito ao lazer, ocorrem em lugares pré-determinados e permitidos; os outros, portanto, são espaços sacralizados e heterossexuais” (p.63).

Apesar das conquistas e, retomando a letra da música de Emicida, Majur e Pablio Vittar, “se isso é sobre vivência” (Emicida et al., 2019), frase para a qual pode-se acrescentar a compreensão de que se o direito à cidade é sobre acesso completo, “Me resumir a sobrevivência” (Emicida et al., 2019), ou resumir esse acesso a apenas um acesso a espaços pré-determinados para garantir a sobrevivência, corresponde a um “não direito” à cidade, que “tenta confinar gays, lésbicas, travestis e transexuais aos guetos, aos quartos, enquadrá-los/as em ambientes privados, impedindo-os/as do acesso aos espaços e equipamentos públicos” (Silva & Santos, 2016, p. 514). Na música ainda, se canta: “Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes, é dar o troféu pro nosso algoz e fazer *nóis* sumir” (Emicida et al., 2019). Se as mazelas espaciais podem incluir problemas como falta de acesso a serviços básicos, habitação precária, falta de infraestrutura adequada, degradação ambiental, violência urbana, segregação social, desigualdades socioeconômicas, ressalta-se a realidade socioespacial na qual se insere a População LGBTIAP+, para a qual, “o não direito à cidade vem se constituindo como uma ‘lei natural’ própria de uma sociabilidade estruturalmente desigual” (Silva & Santos, 2016, p. 514).

4 OS TERRITÓRIOS DE CONVIVÊNCIA, RESISTÊNCIA, MEDO E MORTE NA CIDADE DE LONDRINA

*“Eu sou o silêncio da noite
O sol da manhã
Mil voltas o mundo tem
Mas tem um ponto final
Eu sou o primeiro que canta
Eu sou o carnaval
A cor dessa cidade sou eu
O canto dessa cidade é meu”*

Daniela Mercury

"O Canto da Cidade" é um clássico da música brasileira, lançado em 1992 e interpretado pela cantora baiana Daniela Mercury, uma mulher cisgênero abertamente bissexual e militante LGBTIAP+. Essa é a música que é citada também na Epígrafe dessa dissertação. Muito possivelmente, a canção foi escrita e composta de forma a celebrar a energia e a vida pulsante da cidade, colorida e vibrante como o carnaval, ao ser vista pelos olhos de uma pessoa apaixonada. Deseja-se, porém, nesse início de capítulo, com a menção da canção, estabelecer uma correlação entre as cores da cidade e a diversidade das populações LGBTIAP+, que têm no arco-íris um símbolo amplamente reconhecido e utilizado para representar a comunidade, mas não somente, também exaltar que as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade possuem uma necessidade de reivindicar o "canto dessa cidade". Canto como voz e canto também como espaço.

Esse trabalho é um esforço de mostrar a urbe de cores, de cantos (vozes) e de cantos (espaços) vivenciados pelas populações LGBTIAP+ na cidade de Londrina a partir da leitura de territórios configurados no espaço urbano.

No que diz respeito às pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, como grupo, já foi amplamente discutido e demonstrado que estas estão inseridas em um contexto de violência generalizada, medo e apreensão e que como resposta a essa dinâmica de poder que gera tais violências, esse produz resistência. Conforme mencionado por Nogueira (2009), "interessa-nos nessa dinâmica, o processo que no espaço urbano se inscreve cotidianamente, em muros simbólicos e reais, em trajetos, acessos, fronteiras e olhares. O espaço é usado como limite e determinação social" (p.75).

As vivências e experiências LGBTIAP+ são forjadas também através de estratégias e dinâmicas de resistência, ao que Ferreira et al. (2018) chamará de fissuras, nas quais

desenvolvem suas territorialidades no espaço. A dinâmica espacial em que se insere a população LGBTIAP+ é uma dinâmica restritiva de direitos e acessos, ao mesmo tempo que repressiva das subjetividades. Segundo Teixeira (2013), “assim, essa ordenação do espaço visaria, por meio da repressão sexual, territorializar (ainda que com limites imprecisos, fisicamente e subjetivamente) a cidade em zonas morais e imorais, cada uma com seus respectivos corpos” (p. 37).

A “cidade palco” produz e acentua a segregação socioespacial a partir da violência, da discriminação, do preconceito e por fim e do medo, mas também a partir das ritualizações da heterocisnormatividade no espaço urbano, inibindo manifestações dissidentes. Sobre isso, Barreto e Alves (2010) acrescentam que:

Essa discriminação irá resultar numa segregação desse grupo, que se dá social e também espacialmente, com a formação de espaços de convivência e interação homossexual, que surgem como uma forma de fuga e até mesmo de luta e resistência contra essa discriminação imposta pela sociedade dominante. Muitos grupos se agregam espacialmente através de afinidades, buscando uma forma de reunir seus semelhantes num determinado espaço, podendo isso ser visto como uma forma de auto segregação, o que acontece em parte no caso dos territórios de convivência homoafetivos. No entanto o que irá diferenciar esses espaços dos espaços de outros grupos, por exemplo, será a necessidade de existência desses para garantir que esse perfil de indivíduo exerça sua identidade, pois fora dele provavelmente sofrerá discriminação da sociedade, o que faz com que esses espaços se tornem uma necessidade e não uma escolha voluntária desse grupo. Muitos são os fatores que determinam a formação de territórios e territorialidades, que variam desde a escala local até a global (p. 2).

Existe, por conseguinte, um contexto próprio nas territorialidades LGBTIAP+, que remete à necessidade de constituírem territórios para que possam acessar a cidade em resposta às heteronormatividades, que produzem territórios de repressão, supressão e aniquilamento das identidades dissidentes de gênero e sexualidade. Tanto esses quanto àqueles. matizam em intensidade. As vivências, portanto, vão delimitando o espaço urbano. Sobre isso, Leite, et al. (2020) adentra:

Pode-se considerar que existem fronteiras simbólicas, ou seja, as que não estão inscritas de modo a limitar fisicamente determinados espaços, mas constituem as territorialidades LGBTs. As fronteiras são delimitadas de acordo com as próprias vivências desses indivíduos dentro dos territórios, sobretudo das travestis e dos transexuais, pois, (...) estas se reproduzem de modo distinto, e limitam, muitas vezes, as possibilidades de desfrutar do espaço, como os outros subgrupos (p. 110).

Como demonstrado, contudo, as configurações de territórios são um processo complexo que possibilitaria uma multiplicidade de leituras. Portanto, para viabilizar a análise de territórios LGBTIAP+ no âmbito desse trabalho e na cidade de Londrina, serão utilizadas quatro categorias estabelecidas por autores relevantes na fundamentação teórica apresentada até aqui e levando em conta que tais territórios podem ser “contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões” (Fernandes, 2005, p. 28).

No artigo *‘Por uma leitura geográfica dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTIAP+ no Brasil’*, Souza e Feliciano (2021) fazem um levantamento de territórios a fim de “evidenciar através da representação cartográfica e da construção de mapas, gráficos e leituras, a existência dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTIAP+ no Brasil” (Souza & Feliciano, 2021, p. 88), apresentando uma cartografia de leitura desses territórios em escala nacional. Para esse estudo, em consonância com a leitura da cidade já apresentada, o levantamento dos territórios será realizado em escala física reduzida, a escala da cidade.

Souza e Feliciano (2021), ao fazerem uma leitura das territorialidades LGBTIAP+, classificam os territórios construídos e consolidados pelas populações LGBTIAP+ em três categorias: Territórios de Morte, Medo e Resistência. Os Territórios de Morte são equivalentes aos territórios em que a população dissidente de gênero e sexualidade é morta, assassinada, brutalizada. São territórios em que ocorrem práticas criminosas contra estas pessoas. Já os Territórios do Medo são classificados a partir dos processos de violação em curso contra os corpos dissidentes de gênero e sexualidade. A diferença entre os Territórios de Medo e Morte é que nos Territórios de Medo, as violações físicas, psicológicas, patrimoniais, morais, entre outras, podem não ser tão explícitas como as brutalidades que identificam os Territórios de Morte, em que os LGBTs são mortos de maneira explícita com o objetivo de aniquilamento.

Ao diferenciar Territórios de Medo e de Morte em suas análises, Souza e Feliciano (2021) discorrem:

O que diferencia um Território da Morte de um Território do Medo? Os tipos de violência. No Território da Morte as/os LGBTIAP+ são mortos, assassinados, têm seus órgãos genitais decepados, são mortos com facadas, pauladas, carbonizadas, tiros, espancamento, etc. Já nos territórios do medo, temos um processo de violação dos direitos, ou seja, o/a LGBTIAP+ sofre uma violência física, psicológica, patrimonial, moral, entre outras. Nos Territórios da Morte a violência é explícita e tem como objetivo fim o aniquilamento de determinados sujeitos, nos Territórios do Medo o processo pode não ser explícito, entretanto, influencia nas espacialidades e

territorialidades de pessoas LGBTQIAP+ que passam a não frequentar determinados espaços e territórios, passando a ocupar um lugar restrito e limitado. (p. 101)

Pode-se dentro dessa variedade de fatores, explorar o paradoxo existente entre os territórios permitidos e negados às populações LGBTIAP+. Um paradoxo é uma declaração, situação ou conceito que parece contraditório, mas que, após uma análise mais aprofundada, pode conter uma verdade ou lógica subjacente. Segundo Ferreira et al. (2018), a respeito da população LGBTIAP+ no contexto urbano, “a existência dessa diversidade em uma sociedade homo e transfóbica implica reconhecer que o espaço é simultânea e paradoxalmente elemento de negação e possibilidade de existência de sexualidades não heterocisnormativas” (p. 3). O paradoxo a ser explorado, porém, diz respeito a existência de territórios permitidos e negados à população LGBTIAP+.

O paradoxo pode ser percebido nos próprios territórios negados à população LGBTIAP+: a violência contra pessoas com identidades de gênero e sexualidades dissidentes é uma das ferramentas utilizadas para a produção de territórios negados, não há como existir violência, porém, sem que esses corpos estejam fazendo uso desses territórios. De forma pouco surpreendente, muitas das vítimas LGBTIAP+ são atacadas dentro de locais que, supostamente, seriam “seus” territórios, como por exemplo, travestis e mulheres trans sofrem agressões físicas, verbais e até assassinatos em seus próprios pontos de prostituição.

Quanto aos territórios permitidos, Silva e Santos (2016), explicam que “a construção de um território “permitido” aos segmentos LGBT está relacionada, sobretudo, mas não exclusivamente, com a “cidade do consumo”, que se contrapõe ao direito à cidade como política de reconhecimento da diversidade humana” (p. 507).

Sem que se negue a importância da existência desses territórios, é contundente que o sistema encontra maneiras de impor suas condições, mesmo quando os corpos dissidentes encontram brechas. Tais condições são interseccionais com questões de gênero, raça, idade e classe. Silva e Santos (2016) agregam:

A cidade que “convive” com a “diversidade sexual” dos indivíduos que podem pagar por espaços para ter respeitada sua orientação sexual e identidade de gênero é a mesma cidade que mantém os índices crescentes de crimes homotransfóbicos. As determinações classistas evidenciam a desigualdade social e o não direito à cidade, visto que lésbicas, travestis, transexuais e gays das classes subalternizadas são indivíduos sumariamente descartados do mercado de consumo e dos espaços que supostamente “seriam livres” para exercício de suas sexualidades e da diversidade sexual (p. 509).

Existe ainda o preconceito dentro da comunidade que, permeado por questões de

gênero, raça e classe, também age na exclusão de corpos dentro das territorialidades. Não obstante, as estruturas encontram diversas outras formas de se apropriar da produção de territorialidade LGBTIAP+, como a utilização de *Pink Money* e *Pinkwashing*. Ainda sobre esse assunto, Silva e Santos (2016) discorrem:

Do ponto de vista do acesso à cidade, os indivíduos são tratados com base nas relações concretas nas quais se inserem na produção da sua existência social. Assim, a cidade transformada em mercadoria pode ser tomada, vendida e territorializada a partir das necessidades do capital para fins de acumulação, sendo que os espaços produzidos mediante estes interesses se constituem como nicho de privatização dos lugares, da sua fragmentação e, também, da segregação socioespacial (p. 509).

A territorialidade da população LGBTIAP+, portanto, apesar de importante na promoção de identidade, não deixa de, de alguma forma, refletir as estruturas sociais vigentes.

Pode-se, como visto, estabelecer uma relação de dicotomia entre os territórios permitidos e negados aos LGBTs dentro da urbe (Leite et al., 2021), de modo que é possível classificar os territórios de medo e de morte como os territórios negados enquanto essa população é forçada a vivenciar e experimentar a cidade ocupando espaços específicos, territórios de sociabilidade. É importante, porém, deixar claro que ocorrem nuances e intersecções entre esses territórios e que o que aqui é citado como “permitido”, na maioria dos casos é, na verdade, um território conquistado. Feita essa ressalva, explorar-se-á essa dicotomia.

Souza e Feliciano (2021), no que diz respeito aos territórios permitidos à essa população, definem os Territórios de Resistência como sendo aqueles que se constituem a partir dos atos realizados pelos sujeitos sociais (atores) no combate ao preconceito, a violência e todas as demais intempéries provocadas pelo sistema vigente, sendo estes identificados pelas Paradas LGBTs e ações congêneres, como protestos, marchas, congressos, etc.

Ainda acerca dos territórios permitidos aos dissidentes de gênero e sexualidade, Barreto e Alves (2010) definem uma outra categoria de território, a ser adotada, os Territórios de Convivência. Como Territórios de Convivência entendem-se espaços caracterizados pela frequência predominante de pessoas LGBTIAP+, configurando territórios de expressão e afirmação da identidade e com forte relação de pertencimento, sendo esses divididos entre a esfera pública e privada. São territórios de sociabilidade que, na esfera privada, são caracterizados como estabelecimentos comerciais especificamente voltados ao público LGBT, enquanto que na esfera pública essa frequência não é garantida por transações comerciais, mas pela apropriação da espacialidade.

A análise dos conceitos de "Territórios de Convivência" e "Territórios de Resistência"

sugere diferenças fundamentais em termos de propósito, função e características desses espaços dentro da comunidade LGBTIAP+. Enquanto os Territórios de Resistência emergem como resultado da ação ativa e da mobilização contra preconceitos, violência e outras adversidades impostas pelo sistema vigente a partir de ações organizadas, os Territórios de Convivência são descritos por Barreto e Alves (2010) como espaços marcados principalmente pela expressão e afirmação de identidades LGBTIAP+.

Estas, então, serão as quatro categorias de análise a serem utilizadas para desvendar as territorialidades LGBTIAP+ e identificar os territórios configurados por/para as populações LGBTIAP+ na cidade de Londrina: Territórios de Medo e Territórios de Morte, Territórios de Resistência e Territórios de Convivência.

Para a identificação dos territórios, foi solicitado ao CAPE – Centro de Análise, Planejamento e Estatística da SESP-PR (Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná), por meio de ofício, informações referentes aos Boletins de Ocorrência registrados por de lesão corporal com vítimas LGBTQIA+ em Londrina, no período de 2014¹² a 2023, bem como as informações referentes a vítimas de homicídio e lesão corporal com resultado morte no mesmo período, para o qual se obteve como resposta dois relatórios de dados estatísticos qualitativos e quantitativos, em arquivo *EXCEL*®, referentes as naturezas de homicídio doloso na cidade de Londrina, Estado do Paraná no período de janeiro 2014 a março de 2023, em que foram vítimas pessoas com a orientação sexual enquadrada como LGBTQIA+¹³ e também de ocorrências de homofobia. A metodologia utilizada pelo CAPE para atender esta demanda, foi a extração direta via *Query*, de dados da Base SCOL - Sistema de Controle de Ocorrências Letais, conforme consta no Resumo Estatístico Criminal – RESEC, encaminhado em anexo aos referidos relatórios. Os relatórios fornecidos possuíam um fator que dificulta a sua espacialização, já que a SESP-PR só fornece dados sobre os crimes na escala máxima do bairro.

Paralelamente ao levantamento oficial fornecido pelo CAPE, para a realização de um relatório que possuísse menor subnotificação e que pudesse ser triangulado com os dados fornecidos pela SESP-PR, lançou-se mão da estratégia de *clipping* de notícias veiculadas em mídia digital, para construção de dados hemerográficos, a exemplo do 'Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+', realizado anualmente, antes pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), hoje

¹² Segundo o Relatório de Análise Criminal do CAPE, na Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP-PR) desenvolvido pelo investigador da Polícia Criminal do estado Marcelo Monteiro em 2022, com o objetivo de apresentar um panorama estatístico do quantitativo de ocorrência de crimes de lesão corporal com vítimas LGBTQIA+ no Estado do Paraná, Somente a partir de 2014 é possível a busca de forma efetiva de dados de ocorrências contra a população LGBTQIA+, delimitando assim um limite temporal para essa fonte.

¹³ Quando se adotar LGBT, ou LGBTs, lê-se como forma reduzida de LGBTIAP+. Quando for usada qualquer outra sigla para designar a população LGBTIAP+ durante esse trabalho, será por motivos de que o autor referenciado assim o preferiu.

pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+. Esse Dossiê é uma iniciativa no sentido de construir uma estatística dos dados de violência contra a população LGBTIAP+, haja vista a omissão do poder público. Utilizando da mesma metodologia, pretendeu-se construir também uma base estatística mais sólida e completa a respeito da população LGBTIAP+ de Londrina e as violências e mortes ocorridas.

Para a elaboração dos relatórios de dados hemerográficos a partir do *clipping*, estabeleceu-se um intervalo de 15 anos, com buscas realizadas através de combinação de palavras chaves. Para realizar a busca, foram utilizadas combinações de palavras-chave de três categorias: LGBTIAP+, categoria do território - Medo (violência), Morte, Resistência (atos, paradas) - e o nome da cidade de Londrina.

Foram selecionados periódicos digitais locais, regionais e nacionais para a coleta de notícias e informações relacionadas às palavras-chave. As notícias foram lidas, selecionadas e analisadas (para que não fossem repetidos os dados), e aquelas que apresentavam conteúdo relevante foram recortadas e arquivadas. Em seguida, foram categorizadas de acordo com a área de interesse, a fim de identificar os pontos da cidade em que ocorreram os casos. Posteriormente, os dados foram reunidos e estruturados, agregando-os e sistematizando-os em planilhas do *EXCEL*®.

Através do *clipping* pôde-se estabelecer o recorte temporal a partir do ano de 2008, ano que começam a aparecer nas mídias registros mais frequentes dos crimes cometidos contra a população dissidente de gênero e sexualidade. A partir do *clipping* e dos relatórios oficiais do CAPE, foi possível estabelecer espacialmente os locais de maior ocorrência de crimes letais e não letais contra a população LGBTIAP+ em Londrina, principalmente porque os dados levantados a partir de *clipping* indicam com precisão os locais dos acontecimentos.

Para levantar e caracterizar os Territórios de Convivência, Territórios de Resistência, Territórios de Medo e Territórios de Morte, porém, o *clipping* e os relatórios não seriam suficientes, além de que “o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade.” (Nogueira, 2009, p. 73). Dessa maneira, e partindo das lacunas e fraquezas identificadas na metodologia já citada, desenvolveu-se um questionário a ser aplicado *online*, à população LGBTIAP+ da cidade de Londrina.

A definição dos sujeitos que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa, a partir do questionário seguiram os seguintes critérios: 1) serem parte da população LGBTIAP+, 2) serem maiores de idade, 3) concordarem em responder às perguntas, e 4) residirem na cidade de Londrina, ou cidades imediatamente próximas (Cambé, Ipirorã, Rolândia). Todo o levantamento do *clipping* embasou a construção das perguntas do questionário, para que os

territórios previamente levantados fossem validados (ou não) e quantificados através das respostas dos respondentes, uma vez que “o espaço deve ser percebido ‘pelos sujeitos’ que nele se movimentam, pela apropriação que dele é feita. Desta forma ‘é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.” (Santos, 1994, p. 15 como citado em Nogueira, 2009, p. 73).

As questões foram organizadas em escala de sensibilidade do tópico, indo das menos sensíveis, relacionadas aos territórios de convivência, às mais sensíveis relacionadas aos territórios de morte e dados pessoais. Foram 27 perguntas com duração estimada de 7min. A seguir são apresentadas de forma sistematizada as etapas de análise e questões a serem abordadas.

Quadro 1

Etapas de análise e questões do questionário a ser aplicado à população LGBTIAP+ de Londrina

Etapas de análises	Questões
Fator de inclusão	1.1 Você se identifica como uma pessoa LGBTIAP+?
	1.2 Você reside na cidade de Londrina?
Territórios de convivência	2.1 Você costuma frequentar algum estabelecimento voltado especificamente para o público LGBTIAP+ em Londrina?
	2.2 Marque os estabelecimentos voltados ao público LGBTIAP+ que você frequenta
	2.3 Adicione outros estabelecimentos voltados ao público LGBTIAP+ que você frequenta ou conhece
	2.4 Você se reúne com outras pessoas LGBT em praças ou parques?
	2.5 Marque somente os lugares que você considera que sejam espaços importantes de convivência de pessoas LGBTIAP+
	2.6 Adicione outros lugares que você considera que sejam espaços importantes de convivência de pessoas LGBTIAP+
Territórios de resistência	3.1 Já participou de alguma parada ou evento de protesto e resistência da população LGBTIAP+?
	3.2 Marque os eventos voltados ao público LGBTIAP+ que você já participou
	3.3 Adicione outros eventos voltados ao público LGBTIAP+ que você já participou
	3.4 Marque os lugares que você considera importantes como espaço de resistência da população LGBTIAP+
	3.5 Adicione outros lugares que você considera importantes como espaço de resistência da população LGBTIAP+

Territórios de medo	4.1 Você já sofreu ou presenciou algum tipo de homofobia ou transfobia em Londrina?
	4.2 Esses lugares foram identificados como lugares em que aconteceram agressões contra a população LGBTIAP+ em Londrina, poderia acrescentar algum?
	4.3 Quais fatores, acontecimentos ou ocasiões você considera mais determinante para que um local te faça sentir medo de se expressar como pessoa LGBTIAP+?
Territórios de morte	5.1 Você conhece alguma vítima fatal de homofobia ou transfobia em Londrina?
	5.2 Marque os lugares que você considera mais perigosos para a vida de uma pessoa LGBTIAP+ em Londrina
	5.3 Adicione outros lugares que você considera perigosos para a vida de uma pessoa LGBTIAP+ em Londrina
Perfil do respondente	6.1 Qual bairro você reside?
	6.2 Qual sua identidade de gênero?
	6.3 Qual sua orientação sexual?
	6.4 Qual sua faixa etária?
	6.5 Qual sua cor/etnia?
	6.6 Qual seu nível de escolaridade?
	6.7 Qual sua renda mensal (individual)
Contato para entrevista	7.1 Gostaria de deixar o seu e-mail de contato para uma possível entrevista para essa pesquisa?

Para a aplicação do questionário, foi desenvolvido um site no formato aplicativo, que apresentava as perguntas uma a uma e cujo design foi pensado para trazer conforto e facilidade aos respondentes. O link do questionário foi divulgado através das redes sociais (*Facebook* e *Instagram* pelo *@territorios_lgbt*) a partir de compartilhamentos de pessoas LGBTIAP+, publicação em grupos de pessoas LGBTIAP+ e recompartilhamento de militantes, estabelecimentos e coletivos. Obtiveram-se um total de 1588 respostas que foram computadas a partir de uma planilha *online* do *Google Docs*.

A seguir, apresentam-se as capturas de tela referentes ao questionário, demonstrando as perguntas e as alternativas, bem como o layout utilizado para facilitar a leitura dos respondentes e otimizar a obtenção de respostas:

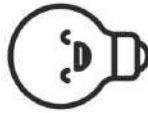
Figuras 8 – 38

Capturas de Tela do Questionário

territórios LGBTIAP+

territórios LGBTIAP+

territórios LGBTIAP+



BOAS-VINDAS!

Este é um questionário sobre a população LGBTIAP+ na cidade de Londrina. Vamos participar?

INICIAR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por favor, leia o termo abaixo:

Eu, Leonardo da Silva Ferrero, sou responsável pela pesquisa "AS CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELAS POPULAÇÕES LGBTIAP+ NO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA" e convido você a participar como voluntário da minha pesquisa de mestrado. Para confirmar sua participação, você precisa ler e aceitar este termo de consentimento livre e esclarecido. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Neste serão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações. Para ter uma cópia deste TCLE, você deverá imprimirlo, ou, deverá tirar uma cópia em PDF para guardá-lo em seu dispositivo. Você poderá acessar o documento em qualquer momento pelo e-mail ou WhatsApp registrados no final deste termo. Esta pesquisa tem como objetivo localizar e caracterizar os territórios configurados pela população LGBTIAP+ na cidade de Londrina. Acredito que ela seja importante porque a violência contra pessoas trans e pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais continua sendo um dos maiores problemas enfrentados por essas populações. Portanto, se você se identifica como pessoa LGBTIAP+, sente-se livre e escrever, mais em Londrina, tem 18 anos completos ou mais, convindo você a participar. A pesquisa será realizada por meio de um questionário em ambiente remoto. Uma vez que existe a possibilidade, mesmo que diminuída, de exposição dos dados armazenados, será feita toda esforço para garantir a privacidade dos dados. Uma vez concluída a pesquisa, todos os dados que envolvam privacidade pessoal em qualquer nível serão apagados, seja em dispositivos físicos de armazenamento ou em nuvem. O questionário contém questões sobre sua experiência como pessoa LGBTIAP+ que vive em um território ocupado por pessoas LGBTIAP+. Você poderá responder a este questionário de forma anônima. Possui também questões gerais sobre o seu perfil: idade, escolaridade, gênero, sexualidade, renda, bairro onde mora (não é preciso o endereço). Por fim, será perguntado se deseja participar de uma entrevista e se assim consentir, você poderá enviar seu e-mail para contato. Não é necessário responder a todas as perguntas. Você poderá abandonar o questionário a qualquer momento e retornar a qualquer momento. O questionário tem duração de 7 a 15 minutos para respondê-lo. Você não será remunerado(a), visto

Download do termo

Não aceita participar

Li e aceita participar

Você se identifica como uma pessoa LGBTIAP+?

Sim

Não

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Você reside na cidade de Londrina?

Sim

Não

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Você costuma frequentar algum estabelecimento voltado especificamente para o público LGBTIAP+ em Londrina?

Sim

Não

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Marque os estabelecimento voltados ao público LGBTIAP+ que você frequenta

Narciso Bar Londrina

Bar Valentino

Thermas Villa Romagna

Oloó Bar

NY Lounge

Sauna termas 44

Maré Subsolo

Violet Club

Não frequento

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Adicione outros estabelecimentos visitados ao público LGBTIAP+ que você frequenta ou conhece

Narciso Bar Londrina

Bar Valentino

Thermas Villa Romagna

Oloó Bar

NY Lounge

Sauna termas 44

Maré Subsolo

Violet Club

Escreva outros aqui

*você pode separar por vírgulas

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Você se reúne com outras pessoas LGBT em praças ou parques?

Sim

Não

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Marque somente os lugares que você considera que sejam espaços importantes de **convivência de pessoas LGBTIAP+**

Anfiteatro do Zerião

Praça Nishinomiya

Aterro do Lago Igapó

Concha acústica

Praça Rocha Pombo

Bosque Central

Praça Tomi Nakagawa

Praça Pé Vermelho

Jardim Botânico

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Adicione outros lugares que você considera que sejam espaços importantes de convivência de pessoas LGBTIAP+

Anfiteatro do Zerão

Praça Nishinomiya

Aterro do Lago Igapó

Ooncha acústica

Praça Rocha Pombo

Bosque Central

Praça Tomi Nakagawa

Praça Pé Vermelho

Escreva outros aqui

*você pode separar por vírgulas

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Já participou de alguma parada ou evento de protesto e resistência da população LGBTIAP+?

Sim

Não

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Marque os eventos voltados ao público LGBTIAP+ que **você já participou**

I Congresso LGBT de Londrina (2016)

1ª Parada Cultural LGBT de Londrina (2017)

2ª Parada Cultural LGBT de Londrina (2018)

(3ª) Parada LGBTI+ de Londrina (2019)

(4ª) Parada Cultural LGBTI+ de Londrina (2022)

Não participei

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



09:18



09:18



09:18



territorioslgbt.com

territorioslgbt.com

territorioslgbt.com

territórios LGBTIAP+

Adicione outros eventos voltados ao público LGBTIAP+ que você já participou

1º Congresso LGBT de Londrina (2016)

1ª Parada Cultural LGBT de Londrina (2017)

2ª Parada Cultural LGBT de Londrina (2018)

(3ª) Parada LGBTI+ de Londrina (2019)

(4ª) Parada Cultural LGBTI+ de Londrina (2022)

Escreva outros aqui:

*você pode separar por vírgulas

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

territórios LGBTIAP+

Marque os lugares que você considera importantes como espaço de resistência da população LGBTIAP+

Anfiteatro do Zerão

Buracão, Centro Social Urbano

Vila Cultural Cemitério de Automóveis

Adicione outros lugares que você considera importantes como espaço de resistência da população LGBTIAP+

Anfiteatro do Zerão

Buracão, Centro Social Urbano

Vila Cultural Cemitério de Automóveis

Escreva outros aqui:

*você pode separar por vírgulas

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Você já sofreu ou presenciou algum tipo de homofobia ou transfobia em Londrina?

Sim

Não

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:18



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Esses lugares foram identificados como lugares em que aconteceram agressões contra a população LGBTIAP+ em Londrina, **poderia acrescentar algum?**

Avenida Tiradentes

Rua Quintino Bocaiuva

Terminal Central

Rodoviária

Avenida Leste Oeste

Escreva outros aqui:

*você pode separar por vírgulas

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:19



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Quais fatores, acontecimentos ou ocasiões você considera mais determinante para que um local te faça sentir **medo de se expressar como pessoa LGBTIAP+?**

Digite aqui

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



09:19



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Você conhece alguma vítima fatal de homofobia ou transfobia em Londrina?

Sim

Não

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Marque os lugares que você considera mais **perigosos para a vida** de uma pessoa LGBTIAP+ em Londrina

Avenida Leste Oeste

Avenida Tiradentes

Avenida Brasília

Bosque Central

Praça Rocha Pombo

Avenida Dez de Dezembro

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Adicione outros lugares que você considera perigosos para a vida de uma pessoa LGBTIAP+ em Londrina

Avenida Leste Oeste

Avenida Tiradentes

Avenida Brasília

Bosque Central

Praça Rocha Pombo

Avenida Dez de Dezembro

Escreva outros aqui:

*você pode separar por vírgulas

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



territórios LGBTIAP+

territórios LGBTIAP+

territórios LGBTIAP+

Qual bairro você reside?

Digite aqui

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

Qual sua identidade de gênero?

Mulher cisgênero

Mulher transgênero

Homem cisgênero

Homem transgênero

Identidade não binária

Agênero

Intersexo

Escreva outros aqui:

*cisgênero é alguém que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

Qual sua sexualidade?

Lésbica

Gay

Bissexual

Pansexual

Assexual

Heterossexual

Escreva outros aqui:

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Qual sua faixa etária?

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 60 anos
- Mais de 60 anos
- Menor de idade

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Qual sua cor/etnia?

- Indígena
- Branco
- Preto
- Amarelo
- Pardo

Escreva outros aqui:

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Qual seu nível de escolaridade?

- Pós-graduação
- Superior completo
- Superior incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Lê e escreve

Escreva outros aqui:

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima



09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Qual sua renda mensal (individual)?

Dependente

Sem nenhuma fonte de renda

Até R\$1500

De R\$1500 a R\$3000

De R\$3000 a R\$5000

Mais de R\$5000

Escreva outros aqui:

desejo não informar

abandonar pesquisa

próxima

09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+

Gostaria de deixar o seu e-mail de contato para uma possível entrevista para essa pesquisa?

Digite seu e-mail

abandonar pesquisa

Finalizar sem informar

FINALIZAR

09:20



territorioslgbt.com



territórios LGBTIAP+



Muito obrigado!

compartilhe com alguém:



Whatsapp



Facebook



Twitter



E-mail

<https://www.territorioslgbt.com/copiar>



Das 1588 respostas obtidas, foram utilizadas, a priori, 1324 respostas, excluindo aqueles que não chegaram até o final das respostas, os que não se identificaram como residentes em Londrina ou entorno imediato e aqueles que declararam não fazer parte da comunidade LGBTIAP+ em nenhuma das possibilidades de resposta.

À exemplo de Souza e Feliciano (2020), no questionário, optou-se por incluir ‘intersexual’ entre as identidades de gênero, apesar de a intersexualidade não constituir uma identidade de gênero em si, mas se referir a pessoas que nascem com características ambíguas que não as enquadram nas definições típicas de masculino e feminino. Por se tratar de uma condição biológica, evidências indicam prevalência de 1 a cada 2000 nascimentos, o que justificou não utilizar uma pergunta específica e sim possibilitar que as pessoas intersexo que eventualmente viessem a responder o questionário, se identificassem concomitantemente com sua identidade de gênero, já que poderiam selecionar múltiplas alternativas. Foram 4 respostas de pessoas intersexo, correspondendo a 0,3% das respostas. Explica-se aqui também que o termo ‘mulher transgênero’ é um termo amplo que na teoria inclui tanto pessoas que se identificam como mulheres transexuais quanto travestis, não excluindo, porém, a possibilidade de que se essas e estas quisessem, poderiam incluir a diferenciação nas suas respostas.

Além do questionário, para uma melhor caracterização dos territórios, foram realizadas entrevistas semiestruturadas aplicadas presencialmente ou via *Google Meet*, após cada um dos participantes assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esta ferramenta foi escolhida pelo caráter qualitativo da pesquisa e considerada a mais adequada para atingir os objetivos estabelecidos e foi realizada com os proprietários (ou gerentes) de estabelecimentos voltados ou frequentados pelo público LGBTIAP+ e também líderes de coletivos, ONGs e movimentos que atuam ou atuaram na causa na cidade. As entrevistas também foram de extrema importância para estabelecer um panorama histórico da atuação do movimento LGBTIAP+ em Londrina.

A seguir são apresentadas de forma sistematizada as categorias e tópicos abordados. Os temas, definidos a partir das discussões teóricas e os resultados do questionário e *clipping* foram divididos conforme os objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 2

Estruturação das entrevistas

Entrevistados		Categorias	Tópicos
Líderes	Proprietários de	Identidade e história com o	Percepções sobre a comunidade

de coletivos e ONGs	estabelecimentos	movimento LGBTIAP+	Histórico	
		Perfil do respondente	Gênero, Sexualidade	
Idade				
Raça/cor				
Renda				
Escolaridade				
Ocupação				
(Não serão questionados sobre estas categorias)	Territórios de convivência	Territórios de resistência	Histórico	
			Escolha dos espaços	
			Características físicas dos espaços	
			Características históricas de apropriação	
	Territórios de medo	Territórios de morte	Territórios de medo	Perfil das pessoas que frequentam
				Escolha dos espaços
				Organização das pautas e lutas
Características físicas dos espaços escolhidos				
Características históricas de apropriação				
Territórios de morte	Territórios de morte	Territórios de morte	Perfil das pessoas que frequentam	
			Dificuldades e obstáculos	
			Percepções	
			Fatores e risco	
			Atividades de risco	
Territórios de morte	Territórios de morte	Territórios de morte	Visibilidade dos acontecimentos	
			Horários	
			Experiência pessoal	
			Percepções	
			Fatores e risco	
Territórios de morte	Territórios de morte	Territórios de morte	Atividades de risco	
			Visibilidade dos acontecimentos	
			Horários	
			Experiência pessoal	
			Experiência pessoal	

Foram realizadas 16 entrevistas, sendo 6 dessas entrevistas tendo sido feitas com proprietários de estabelecimentos voltados ou frequentados pela comunidade LGBTIAP+ e outras 10 com representantes de ONGs, Movimentos, Coletivos ou instituições que estão envolvidas com a população LGBTIAP+ na cidade.

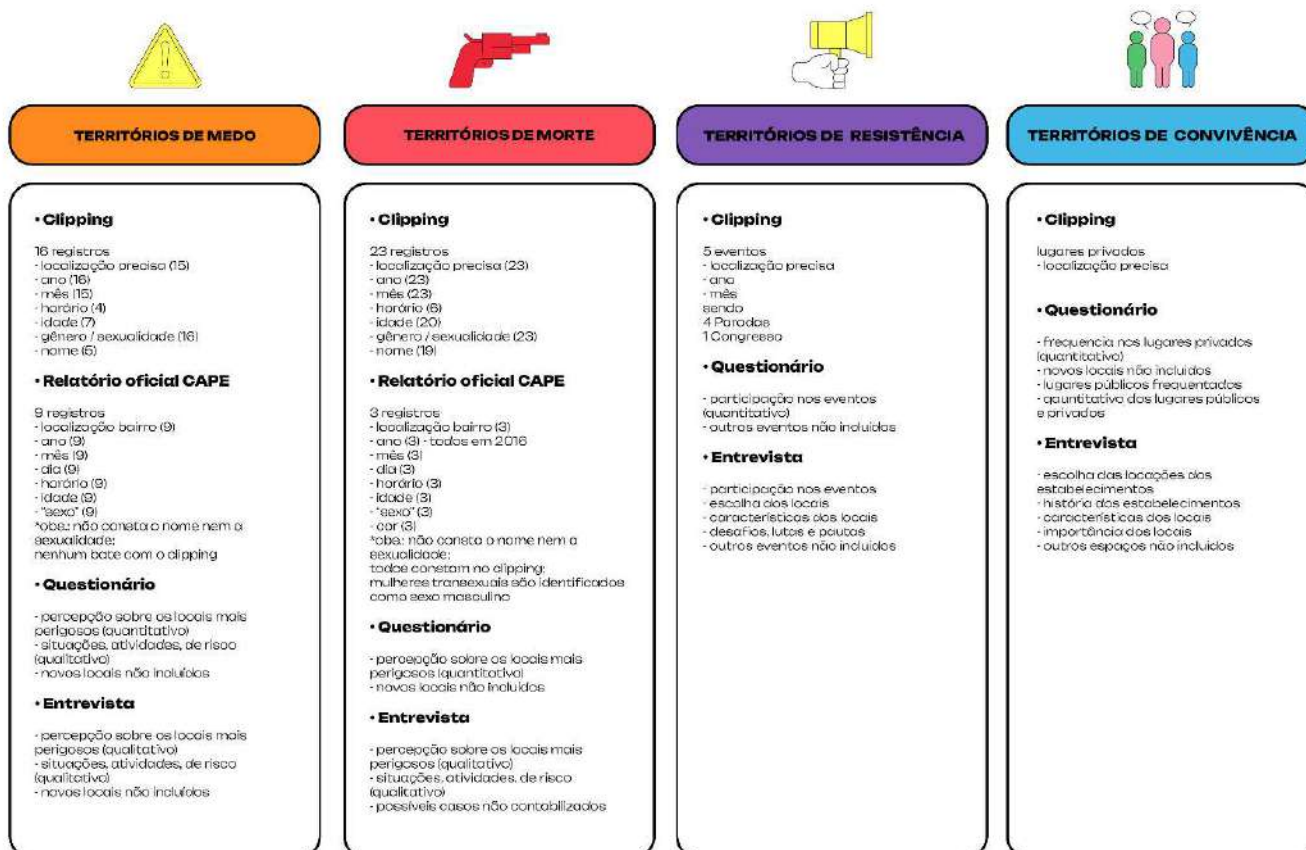
Por se tratarem de instrumentos que envolvem seres humanos, tanto para o questionário quanto para as entrevistas foi necessário a apreciação da pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres-humanos (CEP). O projeto de pesquisa foi encaminhado, via Plataforma Brasil, sob CAAE n° 66616623.6.0000.5231, e foi aprovado (parecer n° 5.878.872).

A seguir, a figura demonstra cada tipo de dado levantado para cada categoria de

análise:

Figura 39

Tabulação de Dados e Categorias de Análise



Para cada categoria, explora-se uma série de mapas e representações cartográficas. A cartografia desempenha um papel crucial nesta pesquisa, fornecendo uma ferramenta poderosa para mapear e visualizar os territórios que definem as experiências da população LGBTIAP+. Ao adotar uma abordagem cartográfica, é possível não apenas identificar os Territórios de Medo, de Morte, de Resistência e de Convivência espacialmente, mas também compreender as interseções complexas entre eles. Os mapas não apenas representam geograficamente onde ocorrem a violência, a discriminação e a exclusão, mas também revelam os padrões espaciais e as dinâmicas subjacentes que perpetuam esses fenômenos. Além disso, a cartografia permite destacar os espaços de resistência e convivência, onde comunidades LGBTIAP+ encontram apoio mútuo, solidariedade e formas de organização política.

Ao visualizar esses territórios de maneira gráfica e acessível, a cartografia não apenas documenta a realidade dos Territórios de Medo, de Morte, de Resistência e de Convivência,

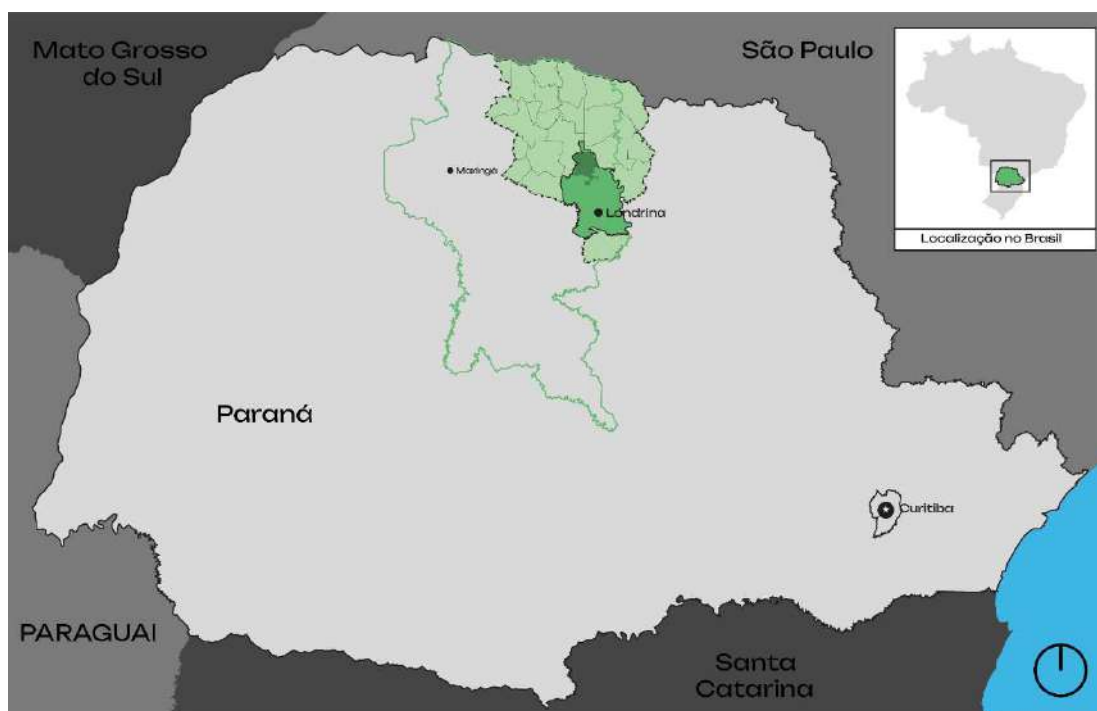
mas também contribui para a visibilidade das trajetórias das pessoas LGBTIAP+ no âmbito da cidade.

4.1 UM PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTIAP+ EM LONDRINA

Dada a escala da cidade como campo de estudo para compreensão das dinâmicas territoriais, o recorte geográfico espacial dessa pesquisa é a cidade de Londrina no Paraná. Londrina é a segunda maior cidade do estado do Paraná, a 4ª maior da Região Sul e a 39ª maior cidade do país, segundo os dados do censo de 2022 do IBGE e faz parte da Mesoregião Norte Central Paranaense. Em 1988, o município se torna sede da primeira região metropolitana do interior do país (Meira, 2008), instituída pela Lei Complementar Estadual 81, de 17 de junho de 1998, sendo formada pelos municípios de Londrina, Pitangueiras, Ibiporã, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis, Tamarana, Porecatu, Assaí, Jataizinho, Alvorada do Sul, Jaguapitã, Florestópolis, Arapongas Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Prado Ferreira, Miraselva, Rancho Alegre, Sertaneja e Uraí.

Figura 40

Localização de Londrina no Estado do Paraná – Brasil



Localização de Londrina

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina; Wikipedia
 Organização: O autor, 2023.
 Software: Adobe Illustrator



A cidade possui população de 555.937 habitantes (IBGE 2022) e ocupa posição estratégica em termos econômicos, constituindo um centro de referência macro-regional, classificada pelo IBGE como Capital Regional B.

O município de Londrina se constitui como o mais importante polo comercial do interior do estado do Paraná, sendo uma cidade de grande porte (mais de 500 mil habitantes) e, sua posição como uma Capital Regional B indica sua relevância econômica e cultural na região, possuindo uma variedade de serviços ofertados, incluindo impacto significativo na vida da comunidade LGBTIAP+.

Mapa 01

Contexto urbano de Londrina

Contexto urbano de Londrina

Fonte: IPPUL, SIGLON
 Organização: O autor, 2023.
 Software: Adobe Illustrator

- Município de Londrina
 - Município de Ibiporã
 - Município de Cambé
 - Vias de Interesse
 - Hidrografia
 - Áreas Verdes
 - Parques e Praças
 - Limites do bairro
 - Perímetro dos bairros
 - Perímetro urbano
 - Sistema Viário
 - Áreas de Interesse
- UNIVERSIDADES**
- UEL (Universidade Estadual de Londrina)
 - PUC Londrina
 - UnIFI
 - Faculdade Anhanguera - Catuai
 - Universidade Positivo
 - Faculdade Anhanguera - Piza
 - UniCesumar
 - UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)
 - Faculdade Anhanguera - Tietê
- TRANSPORTE**
- Aeroporto de Londrina
 - Terminal Rodoviário
 - Terminal Urbano Central
- LAZER**
- Autódromo / Estádio do Café
 - Parque Municipal Arthur Thomas
 - Jardim Botânico de Londrina
 - Aterro do Igapô
 - Lago Igapô II
 - Lago Igapô I
 - Zerão
 - Bosque Mal. Cândido Rondon
 - CSU - Centro Social Urbano
 - Lago Norte
 - Parque de Exposições Gov. Ney Braga
- CENTROS COMERCIAIS**
- Catuaí Shopping Londrina
 - Boulevard Shopping Londrina
 - Londrina Norte Shopping
- INSTITUCIONAL**
- Centro Cívico - Prefeitura e Câmara Municipal

- REGIÃO SUL
- 1 União da Vitória
- 2 Saltinho
- 3 Parque das Indústrias
- 4 Cafezal
- 5 Piza
- 6 Inglaterra
- 7 Tucanos
- 8 Bela Suíça
- 9 Guanabara
- 10 Vivendas do Arvoredo

- REGIÃO OESTE
- 11 Esperança
- 12 Palhano
- 13 Universidade
- 14 Olimpico
- 15 Presidente
- 16 Champagnat
- 17 Jamaica
- 18 Sabará
- 19 Bandeirantes
- 20 Cilo 2
- 21 Leonor
- 22 Cilo 3

- REGIÃO NORTE
- 23 Pacaembú
- 24 Alpes
- 25 Coliseu
- 26 Cidade Industrial I
- 27 Ouro Verde
- 28 Cinco Conjuntos
- 29 Vivi Xavier
- 30 Parigot de Souza
- 31 Perobinha
- 32 Heimtal

- REGIÃO LESTE
- 33 Califórnia
- 34 Aeroporto
- 35 Ermani
- 36 H.U.
- 37 Brasília
- 38 Lon Rita
- 39 Antares
- 40 Cidade Industrial II
- 41 Interlagos
- 42 Fraternidade
- 43 Ideal
- 44 Lindaia
- 45 Indústrias Leves

- CENTRO
- 46 Petrópolis
- 47 Vila Brasil
- 48 Ipiranga
- 49 Higienópolis
- 50 Centro Histórico
- 51 Quebec
- 52 Vila Casoni
- 53 Vila Recreio
- 54 Vila Nova
- 55 Shangri-lá



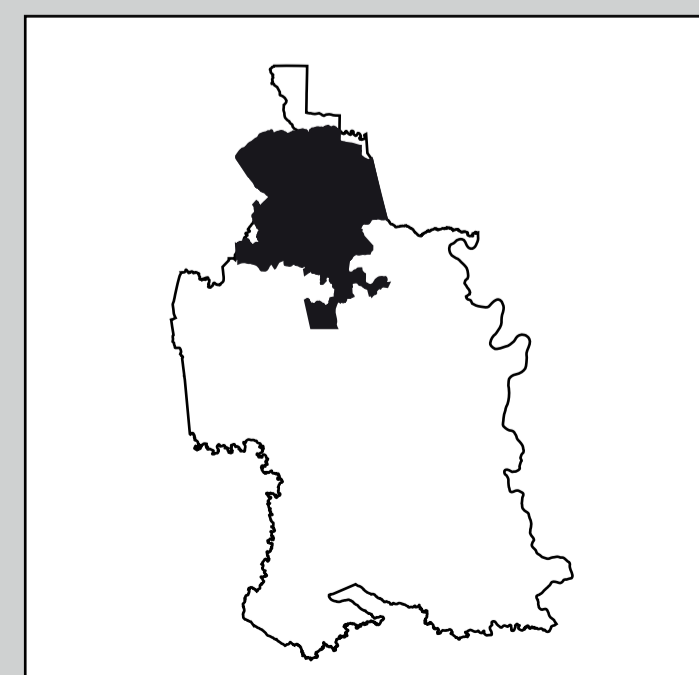
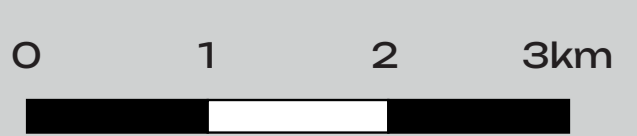
para melhor visualização dos mapas



Cambé

Ibiporã

Londrina



Localização no Município

Para que se construa um panorama da presença da população LGBTIAP+ na cidade, bem como o surgimento de um movimento LGBTIAP+ organizado, além dos referenciais teóricos, lançar-se-á mão do conteúdo obtido a partir das entrevistas semiestruturadas conduzidas com representantes, militantes e ativistas de movimentos, ONGs e Coletivos que atuaram e/ou atuam em Londrina.

Londrina possui uma história recente, com menos de 100 anos (89 anos), oficialmente fundada em 10 de dezembro de 1934, experimentou um crescimento relativamente acelerado, como demonstrado por Meira (2008):

Como uma cidade que em sua relativa jovialidade reuniu significativo contingente populacional, firmando-se rapidamente como importante núcleo urbano na atual divisão territorial do trabalho brasileira, Londrina cresceu e se desenvolveu de forma acelerada. Em apenas algumas décadas, passou da condição de “um pequeno amontoado de casas de madeira” para tornar-se – com certa dose de ufanismo de sua população e dos meios de comunicação locais – a ‘terceira maior do sul do Brasil’(...)” (p. 9).

Londrina, originalmente planejada e estabelecida pela companhia inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, teve como objetivo ser a capital da região, e o centro administrativo da CTNP no Norte do Paraná (Araujo, 2006), com um discurso “baseado no tripé ‘segurança, ordem e progresso’, (...) os projetistas urbanos previam até mesmo a localização da zona de meretrício, localizada na Rua Rio Grande do Sul” (p. 37), de forma que o discurso moral Colonialista já se fazia presente desde a criação da cidade início dos anos 30. Segundo Araujo, ainda:

O manejo e a definição dos espaços, fluxos, hierarquias e fronteiras reais e simbólicas, no planejamento de Londrina, escondem um conteúdo político que objetiva uma técnica higiênica de esconjurar os males da cidade. Racionalizar e domesticar a natureza e o curso da história são anseios ligados a um ocidente marcado pela era industrial. A questão não passou somente pela colonização de corpos e pensamentos, mas de espaço e tempo (...) (p. 38).

De fato, a via férrea estabelecida pela CTNP “como parte integrante primordial na formação do núcleo urbano, acabou dividindo a paisagem londrinense” (Araujo, 2006, p. 38), a parte ao sul à linha férrea passou a ser conhecida como “Acima da linha”, em que ficava o centro da cidade e as áreas com usos mais diversificados e bairros residenciais mais valorizados, enquanto a parte norte passou a ser conhecida como “Abaixo da linha”, onde ficavam os bairros menos abastados e as atividades consideradas secundárias (Araujo, 2006; Hara, 2014). Hoje o traçado que dividia a cidade corresponde principalmente à famosa

Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, popularmente chamada de Avenida Leste-Oeste.

Com destaque para a economia baseada na produção de café, “de 1940 a 1950, a população do norte paranaense passou de 340.499 para 1.029.025, ocorrendo também a inversão da população rural e urbana” (Araujo, 2006, p. 40), estabelecendo Londrina como um grande centro populacional na época. Foi a partir da década de 50, época que coincide o fim do poderio dos ingleses sobre a cidade (Araujo, 2006), é que a vida noturna de Londrina toma forma e substância.

Nos anos 50 e 60, segundo Araujo (2006), a euforia do café tomou conta da cidade, dando espaço ao requinte de grandes boates e vida noturna intensa. Não é impossível de se imaginar que a população LGBTIAP+ brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, tenha encontrado na cena noturna de uma cidade emergente como Londrina a oportunidade de viver sua liberdade, já que os bares eram, nas décadas de 50 e 60 o lugar preferencial para a ebulição do que viria a ser o Movimento LGBTIAP+ mundo afora.

Nessa época, a prostituição fazia parte da vida do londrinense, que não poupava críticas moralistas e tornava-se até caso de polícia. Não obstante, nos anos 70, aparecem os primeiros registros mais claros da presença da população LGBTIAP+ na cidade, conforme ilustra Araujo (2006):

A prostituição a céu aberto, o *trottoir* realizado por mulheres à noite era caso de polícia. Este tratamento para com as meretrizes londrinenses, desde os seus primórdios, foi uma prática estendida nos anos seguintes. As travestis, em Londrina, herdaram essa prática policial punitiva da “vadiagem” à céu aberto, numa Londrina já firmada como uma das maiores cidades do Paraná. Surgindo em pequenos grupos, na segunda metade da década de 70, intensificando-se em número no início dos anos 80, travestis “natas” e mesmo algumas forasteiras travavam amizades e frequentavam boates e bares da avenida Tiradentes, famosa pelo único Shopping da cidade na época, o Com Tour. Numa rua ligada à avenida, localizava-se uma boate muito frequentada pelas travestis, chamada Estilingue. Ali próximo, outro bar fazia fama por receber, com frequência, a visita ruidosa dessas personagens noturnas. Prostituição e diversão se confundiam, já que tudo se realizava em avenidas e ruas próximos dos bares e boates frequentados pelas travestis (p. 43).

Nos anos 70, nos Estados Unidos da América, pessoas trans também protagonizavam a vivência e militância LGBTIAP+, com destaque para personagens como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, que foram ativistas transgênero notáveis que desempenharam papéis cruciais nos eventos de Stonewall (1969) e subsequentemente se tornaram figuras proeminentes no movimento pelos direitos LGBT nos anos seguintes (Quinalha, 2022). Em Londrina, a

população trans ocupava vida noturna e ainda dava pontapés iniciais para um começo do movimento LGBTIAP+ que só viria a dar seus primeiros passos na cidade no final da década de 80. Araujo (2006) acrescenta:

Em Londrina, nesse momento, eram três os lugares conquistados pelas travestis: Rua Quintino com Benjamin Constant, próximo à extinta loja HM, Rua Benjamin Constant entre a Praça Rocha Pombo e o Museu Histórico de Londrina; e, por último, a Avenida Duque de Caxias, onde trabalhava um grupo mais elitizado de clientes, compreendendo também as ruas Maranhão, Sta. Catarina e Mato Grosso (p. 43).

O processo de territorialidade vivido nos anos 70 veio acompanhado também de uma forte repressão policial, como ilustra Araujo (2006):

Em Londrina, a remoção das travestis das ruas, por “vadiagem”, era o principal motivo das apreensões. Um famoso vereador da cidade, na década de 80, dava a ordem de recolher as travestis, colocavam-nas no “paredão” em frente à delegacia da Rua Sergipe e o “castigo” era ali aplicado: chamava o bombeiro e, com mangueiras de alta potência, esguichava nos corpos emparedados. Toda uma produção de horas em frente ao espelho era desfeita ali em segundos, com perucas, brincos e colares pelos ares. Apesar de algumas travestis, em Londrina, andarem em bando, não tinham como recorrer à justiça, já que o próprio poder judiciário fazia vistas grossas a quem não tivesse uma família, um emprego e uma residência fixa (p. 43).

Algo semelhante podia ser verificado em outras cidades brasileiras, como São Paulo, em que a repressão levou a movimentos organizados por busca de direitos (Araujo, 2006), evidenciando o que já foi constatado anteriormente, que a resposta à violência e à marginalização são importantes catalisadores para a organização do movimento LGBTIAP+.

Nos anos 80, as travestis se organizavam em torno do carnaval, tendo sido realizado o primeiro Miss Travesti em 1982, durante a festa de carnaval, que elegeu Minibi Ballesteiros como primeira Miss Travesti de Londrina. Minibi, mais tarde, deixaria de se identificar como travesti e assumiria a identidade como homem gay, Edison Bezerra, um dos principais articuladores do Movimento LGBTIAP+ da cidade.

A epidemia de HIV/AIDS teve impacto significativo sob a comunidade LGBTIAP+ nos anos 80, tanto no Brasil quanto no mundo. A estigmatização associada ao HIV/AIDS contribuiu para a intensificação da discriminação e preconceito contra a comunidade. A organização do movimento LGBTIAP+ propriamente dita veio após os primeiros casos de HIV na cidade em 1989, motivando um grupo heterogêneo de profissionais, incluindo psicólogos, sociólogos, antropólogos, médicos e sanitaristas, além de membros da comunidade LGBTIAP+, a mobilizarem-se diante da crescente preocupação e impacto da epidemia. Esse grupo,

sensível à urgência da situação e afetado por perdas próximas, iniciou esforços colaborativos para abordar a rápida disseminação do HIV na cidade, criando a Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids (ALIA), que iniciou suas atividades em 6 de maio de 1989. A primeira sede da ONG foi na Av. Paraná, no Calçadão, no centro da cidade.

A ALIA não era um grupo organizado do movimento LGBTIAP+ propriamente dito, mas com a reunião de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade ao redor de uma causa, acontecem nesse momento os primeiros passos do movimento LGBTIAP+ de Londrina, que foram se intensificando à medida que as pessoas LGBT continuavam reprimidas e estigmatizadas, agora também pelo HIV.

O primeiro grupo organizado do movimento LGBTIAP+ da cidade foi se estabelecer na década de 90, a partir da percepção de que a população LGBTIAP+ precisava de um protagonismo maior, o que não seria possível dentro da ALIA, que se movimentava no sentido de combater a epidemia de HIV que afetava também pessoas que não faziam parte da comunidade LGBTIAP+.

Com protagonismo do ativismo travesti, o movimento foi tomando forma nas casas das ativistas Christiane Lemes e Saara Santana, que eram lugares conhecidos pelo acolhimento de travestis e mulheres trans que chegavam na cidade, desde a década anterior. Eram em suas casas que eram acolhidas as travestis da cidade e em que se realizavam eventos de confraternização, como o Chá das Bonecas e o Réveillon das Bonecas.

O GHL, Grupo Homossexual Londrinense, surgiu em meados dos anos 90 como resultado desse processo e efervescência do movimento e também como consequência da organização em torno da ALIA. Sua primeira sede foi em conjunto com a ALIA, e depois passaram a ter um espaço próprio na Vila Sian, tendo o grupo perdurado até o início dos anos 2000, quando encerrou suas atividades e seus principais ativistas se dedicaram a fundar uma nova ONG.

É importante dizer que a casa da ativista Saara Santana foi um marco referencial para o movimento LGBTIAP+ de Londrina. A casa era vista como uma casa de acolhimento de pessoas LGBTIAP+ e também um importante ponto de reunião da comunidade. A residência, que também era um terreiro de Candomblé, ficava localizada na Vila Yara, Rua Tangará, número 76 e, após a morte da ativista, foi alugada para ser a sede da ONG que veio substituir o GHL, uma vez que possuía um substantivo valor para a comunidade local, muito anterior a fundação da nova ONG.

Mapa 02

Panorama do Movimento LGBTIAP+ em Londrina

Contexto Histórico - Movimento LGBTIAP+ em Londrina

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator



Cambé

Ibiporã

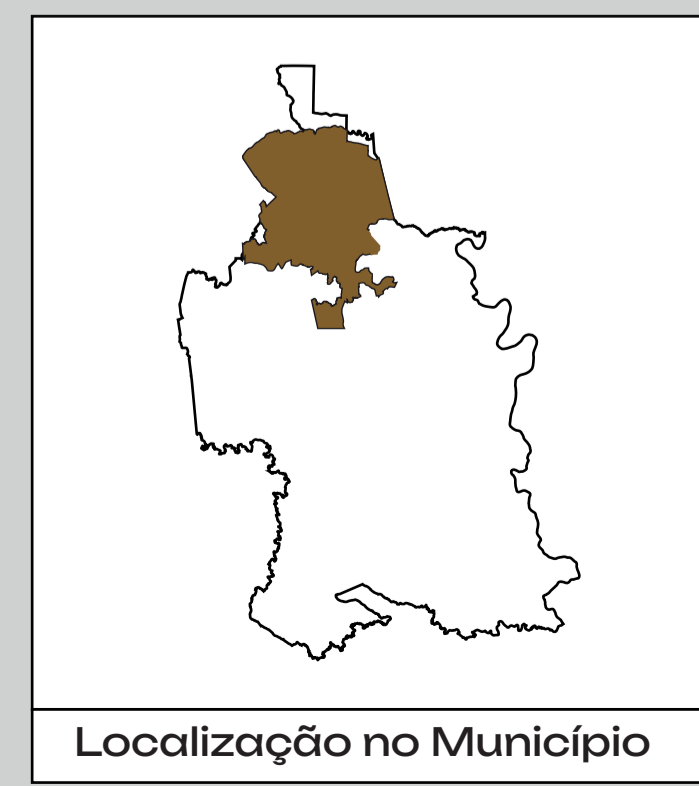
Londrina

- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse
- Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste)
- Rua Rio Grande do Sul

MARCOS REFERENCIAIS

- Shopping Com-Tour (Av. Tiradentes, 1241)
- Esquina entre a R. Quintino Bocaiuva e a R. Benjamin Constant (próximo à extinta loja HM)
- R. Benjamin Constant (entre a Praça Rocha Pombo e o Museu Histórico de Londrina)
- Avenida Duque de Caxias (esquinas com as R. Maranhão, Sta. Catarina e esquinas dessas com a R. Mato Grosso)
- Antiga Delegacia (R. Sergipe, 52)
- 1ª Sede ALIA (Sobreloja na R. Paraná - Calçada)
- Sede GHL (Vila Siam)
- Sede Adé-Fidan (Casa de Saara Santana, Rua Tangará, 76 - Vila Yara)

0 1 2 3km



Localização no Município



para melhor visualização dos mapas

A ONG Adé-Fidan (“homem de fino trato”, em nagô) iniciou seus trabalhos em 2001 sob a liderança de Edison Bezerra e Scarlett O’Hara Costa e chegou a receber recursos da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a partir do projeto Casa de Vivência Saara Santana, que acolheu mais de 150 travestis e do projeto Boa Noite Cidadão, voltado ao público Gay e garotos de programa.

Além dos projetos, a ONG foi responsável por articular a aprovação da Lei municipal N°8.812, de 13 de junho de 2002, projeto de lei n°117/02 (Autoria Vereadora Elza Correia – Sancionada pelo prefeito Nedson Micheleti) que estabelece penalidades aos estabelecimentos do município que praticarem discriminação por virtude de orientação sexual, tendo sido um grande marco na luta das pessoas LGBTIAP+ de Londrina. A lei era inclusive imprimida em miniatura para que as pessoas da comunidade pudessem apresentá-la quando iam a estabelecimentos, quando alugavam imóveis, de modo a garantir que seriam tratadas com respeito.

A ONG também organizou eventos importantes como o “Brasil Sem Homofobia”, no Hotel do Lago e retomou a organização do concurso Miss Travesti no carnaval de 2002, em parceria com a Sercomtel e Secretaria Municipal de Cultura, elegendo a futura ativista Melissa Campus como Miss Travesti Londrina.

Com dificuldades financeiras, a ONG encerrou suas atividades em 2007. A partir do encerramento de suas atividades, o movimento, apesar de não ter mais um amparo organizacional da ONG, continuou a caminhar na cidade, com destaque para a Pré-Conferência GLBTTT e Conferência Paranaense GLBT e Conferência Nacional GLBT (2008).

Nos anos seguintes, surgem organizações no âmbito da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o acontecimento da Festa das Cores / Semana das Cores. Tais eventos tiveram edições periódicas até o ano de 2017.

Em 2012 surge então o grupo ElityTrans, como movimento social, liderado pelas travestis Melissa Campus e Christiane Lemes. O grupo tinha proposta de dar continuidade aos trabalhos iniciados pelo GHL e Adé-Fidan, mas sem o formato institucional, se estabelecendo como um coletivo e fazendo diálogo com outros movimentos sociais, como o movimento negro, feminista, o movimento dos moradores de rua, movimento estudantil, sempre na defesa dos direitos da população LGBTIAP+. O grupo esteve envolvido na organização e participação da Marcha da Vadias (2012), Marcha do Excluídos (2012), entre outros eventos de protesto importantes que ocorreram na cidade, como o ato “Diversidade Colorindo a Cidade”, realizado na Praça Rocha Pombo em 2012. Também foi a partir de articulações do ElityTrans que se deu a abertura do Ambulatório Trans voluntário.

Em 2015 acontece a primeira Conferência Municipal LGBT de Londrina, organizada pelas secretarias municipais de Políticas para as Mulheres e de Governo com a participação das mais importantes lideranças LGBTIAP+ da cidade.

A ativista Melissa Campus também ganhou notoriedade com a criação do projeto “Grazzi Ellas” em 2016, espetáculo de teatro que estreou em 2017 e que foi apresentado em diversas cidades do país em 2018. Em 2017 também acontece o I Congresso LGBT de Londrina (Congalô).

Paralelamente à atuação do grupo ElityTrans, surge em 2017 um outro grupo organizado, não necessariamente ligado a continuidade estabelecida desde a ALIA. O Movimento Construção surgiu com a intenção de organizar a 1ª Parada LGBTI+ de Londrina.

O Movimento Construção surge de uma inquietação nas redes sociais para a organização de uma parada a nível municipal, que se consolidou em de setembro de 2017, e depois teve suas edições em 2018, 2019, 2022 e 2023, com participação do ElityTrans na apresentação da 3ª edição.

Com a ida de Melissa Campus para o exterior em 2019, a atuação do ElityTrans arrefeceu e fundou-se simultaneamente o movimento Frente Trans de Londrina em janeiro de 2021. O coletivo se junta pela primeira vez pra denunciar o assassinato do Keron Ravach¹⁴, a partir de um ato realizado no Anfiteatro do Zerão, em que foram escritos nomes de pessoas trans que morreram, nomes de pessoas trans que estavam vivas. O ativismo da Frente Trans também foi importante para o estabelecimento definitivo do Ambulatório Trans em parceria com poder público municipal em 2021.

Em 2021 também surge a Rede LGBT Ubuntu, que em conjunto com a Frente Trans fizeram manifestações artísticas na faixa de pedestres no cruzamento entre a avenida Rio de Janeiro e a rua Benjamin Constant.

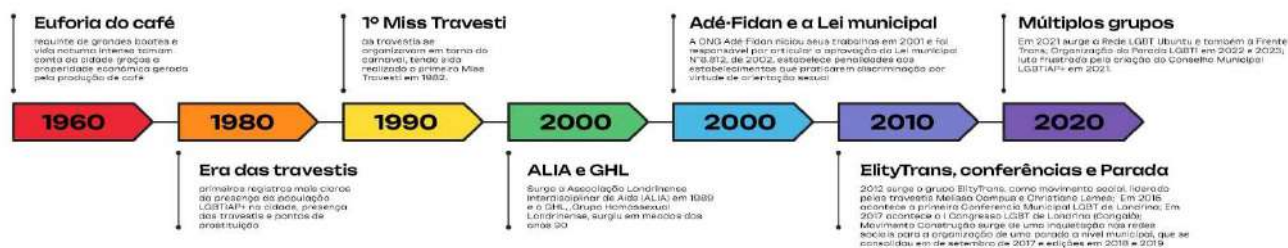
O movimento LGBTIAP+ de Londrina, porém, não é homogêneo, tendo sido construído por grupos diferentes. Um marco na união dos mais diversos grupos e movimentos LGBTIAP+ em Londrina e também da organização de boa parte da população LGBTIAP+ da cidade foi a luta pela criação do Conselho Municipal LGBTIAP+ em 2021. Nessa ocasião, a maior parte das lideranças dos mais diversos grupos e coletivos LGBTIAP+ da cidade, proprietários de estabelecimentos voltados ao público LGBTIAP+ e outros órgãos se uniram em coro para pedir a aprovação pela Câmara de Vereadores o projeto de lei (PL) nº 76/2021, que criaria o Conselho Municipal dos Direitos LGBT. Os vereadores, entretanto, rejeitaram o projeto.

Figura 41

Linha do tempo da atuação do movimento LGBTIAP+ em Londrina

¹⁴ “Adolescente trans de 13 anos é espancada até a morte no Ceará” – Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/adolescente-trans-de-13-anos-e-espancada-ate-a-morte-no-ceara.shtml> - acesso em Janeiro de 2024.

LINHA DO TEMPO DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTIAP+ EM LONDRINA



O panorama histórico do movimento LGBTIAP+ de Londrina é marcado pelo protagonismo trans e travesti na reivindicação por direitos, cidadania e dignidade e o surgimento do Movimento LGBTIAP+ na cidade está estreitamente ligado, além de ser uma resposta a violência, repressão, estigmatização e preconceito e a luta contra o HIV, ao carnaval, momento em que as vivências LGBTIAP+ podiam, com alguma liberdade, serem celebradas.

É notório também que o marco referencial para o surgimento do movimento organizado seja um terreiro de Candomblé, ou seja, não só território de contestação das estruturas heterocisnormativas, mas também da cultura colonial cristã, e que o mesmo se estabelece “Acima da linha”, que dividia a cidade com base no capital.

4.2 UM PANORAMA DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO LGBTIAP+ EM LONDRINA

Não se pode compreender como uma população se relaciona com o espaço urbano sem que se tenha pelo menos um panorama de quem é essa população. A população LGBTIAP+ brasileira, porém, vive em um apagão de dados demográficos. Isso se deve, em parte, à falta de questões específicas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero em censos e pesquisas populacionais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos governamentais.

Existe apenas um dado oficial divulgado pelo IBGE através da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) que, em caráter experimental, investigou a prevalência de pessoas LGBTIAP+ na população brasileira. Segundo esse dado, cerca de 2,9 milhões de pessoas se declararam homossexuais ou bissexuais, no país, em 2019, o que correspondia a 1,8% da população adulta, maior de 18 anos. Outros 1,7 milhão de pessoas não sabia sua orientação sexual e 3,6 milhões não quiseram responder. Tal dado é veementemente criticado pelos coletivos, associações e órgãos LGBTIAP+ por acreditarem não representar a realidade estatística dessa população.

A falta de dados demográficos oficiais sobre pessoas dissidentes de gênero e sexualidade tem sido uma questão de debate e preocupação para ativistas, militantes e pesquisadores que argumentam que a ausência dessas informações dificulta a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para essa comunidade.

Nesse contexto, realizou-se uma coleta de dados a partir de questionário online aplicado à população LGBTIAP+ da cidade de Londrina, inicialmente não com o objetivo de traçar um panorama demográfico completo, mas para atender os objetivos de levantamento de dados sobre os Territórios LGBTIAP+ na cidade. Obtiveram-se 1324 respostas completas (de pessoas que responderam até a última pergunta) válidas (excluindo pessoas não LGBTIAP+, menores de idade e pessoas que não residem em Londrina ou cidades imediatamente próximas) para o questionário.

Trata-se de uma pesquisa de amostra por conveniência e por isso, é importante salientar que, devido à falta de uma base demográfica específica, os resultados obtidos não oferecem um panorama completo da população LGBTIAP+ da cidade. Sem dados demográficos robustos, torna-se impossível, até então, extrapolar os resultados para a totalidade da população. Contudo, é crucial reconhecer que a pesquisa fornece uma visão valiosa das experiências daqueles que escolheram compartilhar suas perspectivas, apesar dessa limitação.

Os resultados obtidos revelam uma incrível diversidade de expressões de gênero e sexualidade dentro da comunidade LGBTIAP+ de Londrina e a quantidade significativa de respostas coletadas indica um desejo palpável dentro da comunidade LGBTIAP+ de Londrina de ser ouvida.

A seguir, apresentam-se os gráficos com os dados demográficos extraídos da amostra de população coletada:

Figura 42

Identidade de gênero das(os) respondentes do questionário

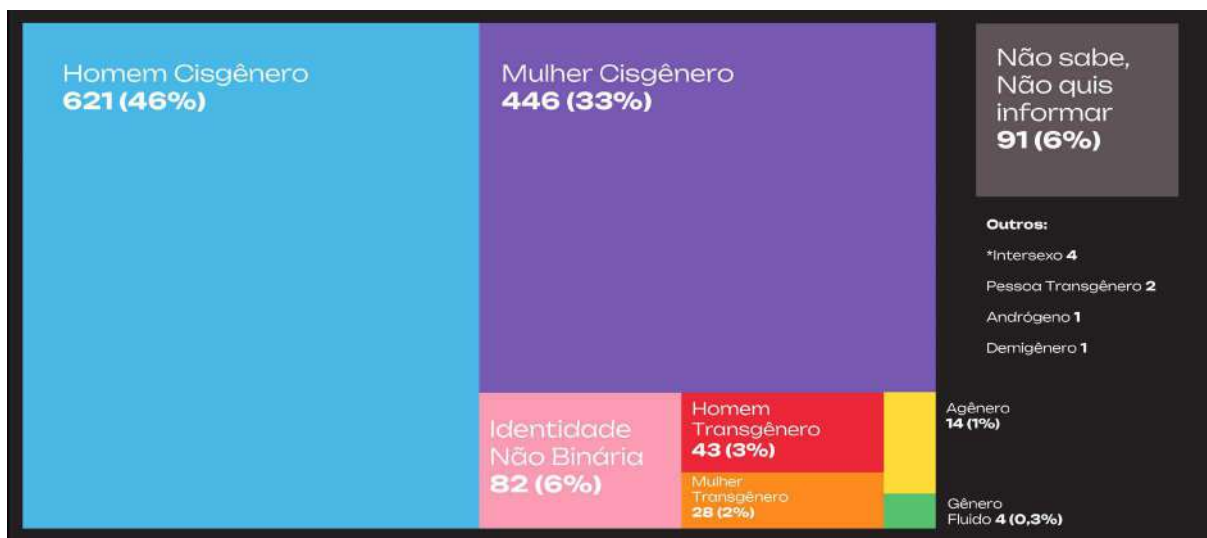
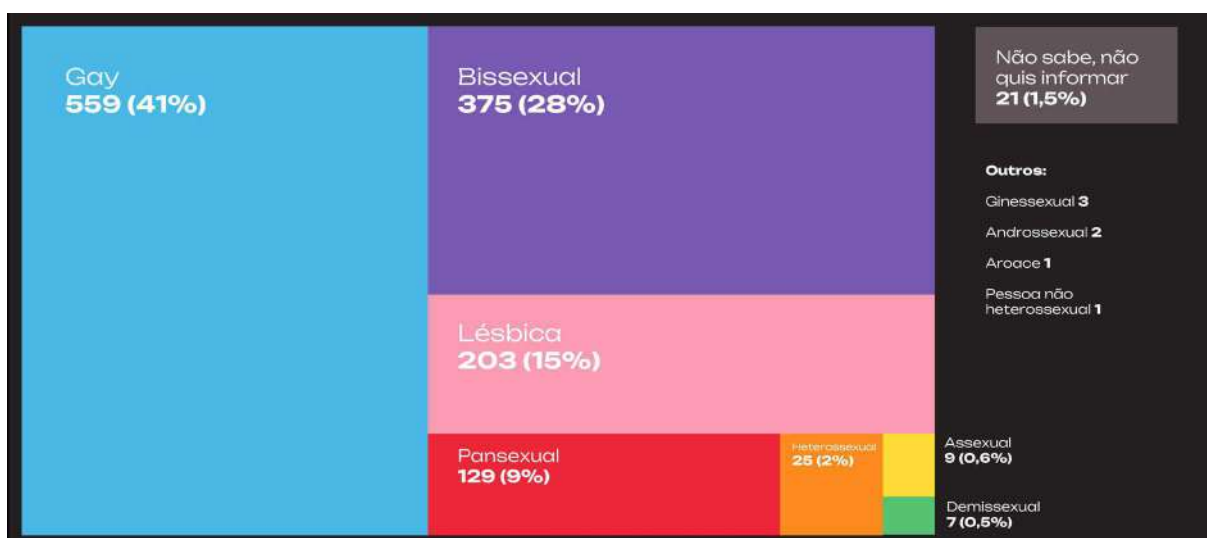


Figura 43

Orientação sexual das(os) respondentes do questionário



Os dados obtidos a partir do questionário, apesar de não poderem ser considerados dados representativos propriamente ditos, superaram todas as expectativas dessa pesquisa. Os dados acima demonstram que a pesquisa teve capilaridade suficiente para alcançar uma grande diversidade de identidades, sejam elas de gênero ou de orientação sexual.

Gráfico 1

Faixa etária das(os) respondentes do questionário

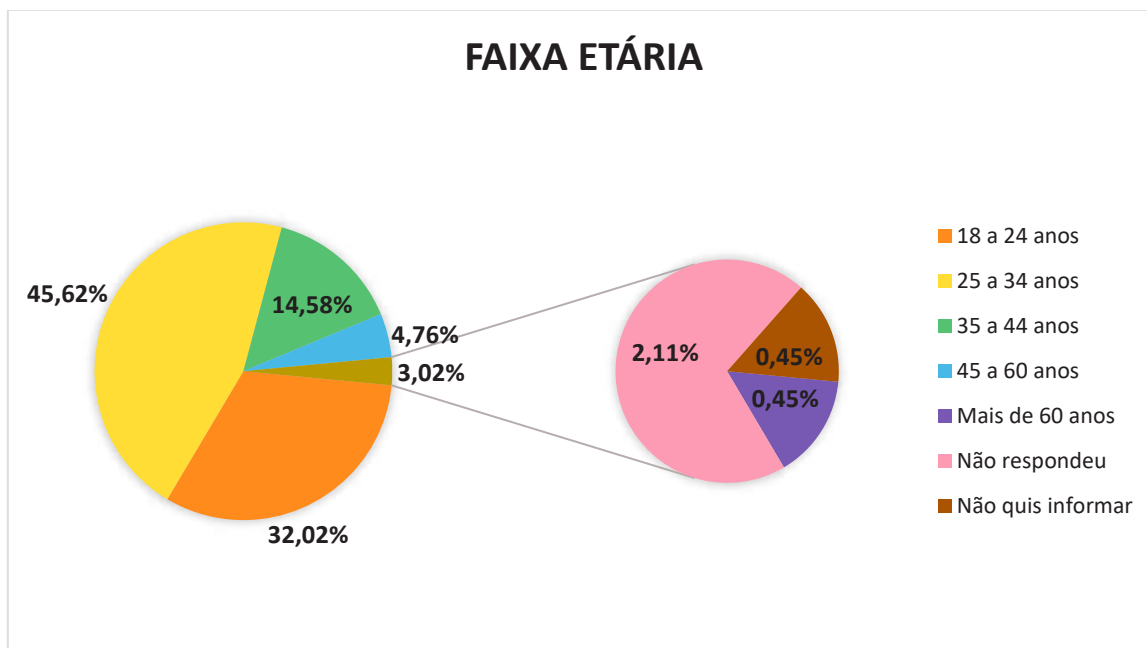


Gráfico 2

Cor/etnia das(os) respondentes do questionário

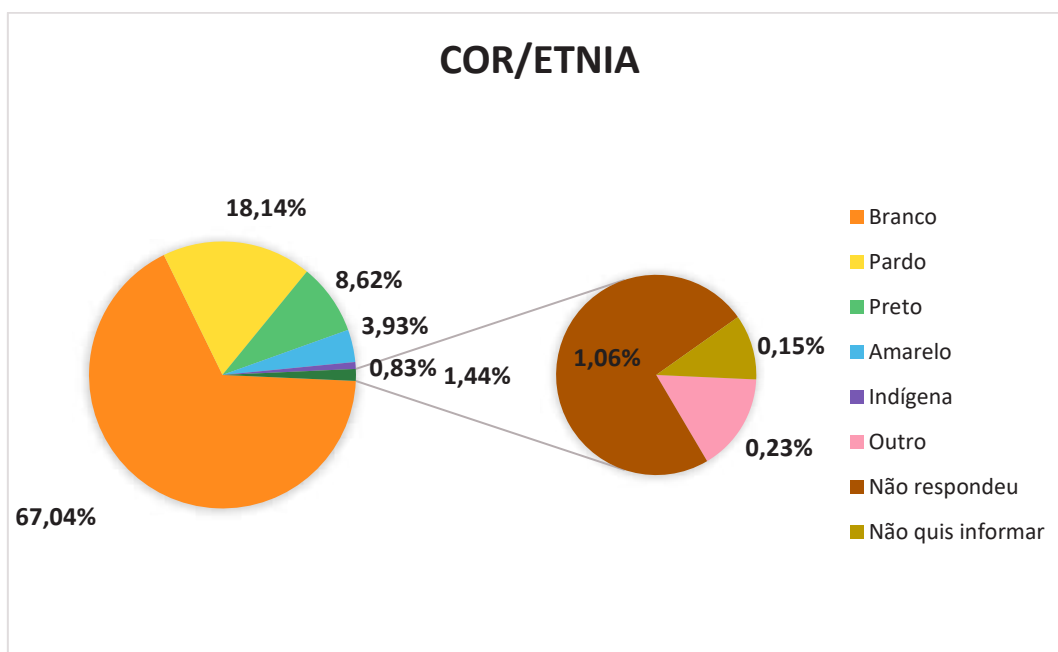
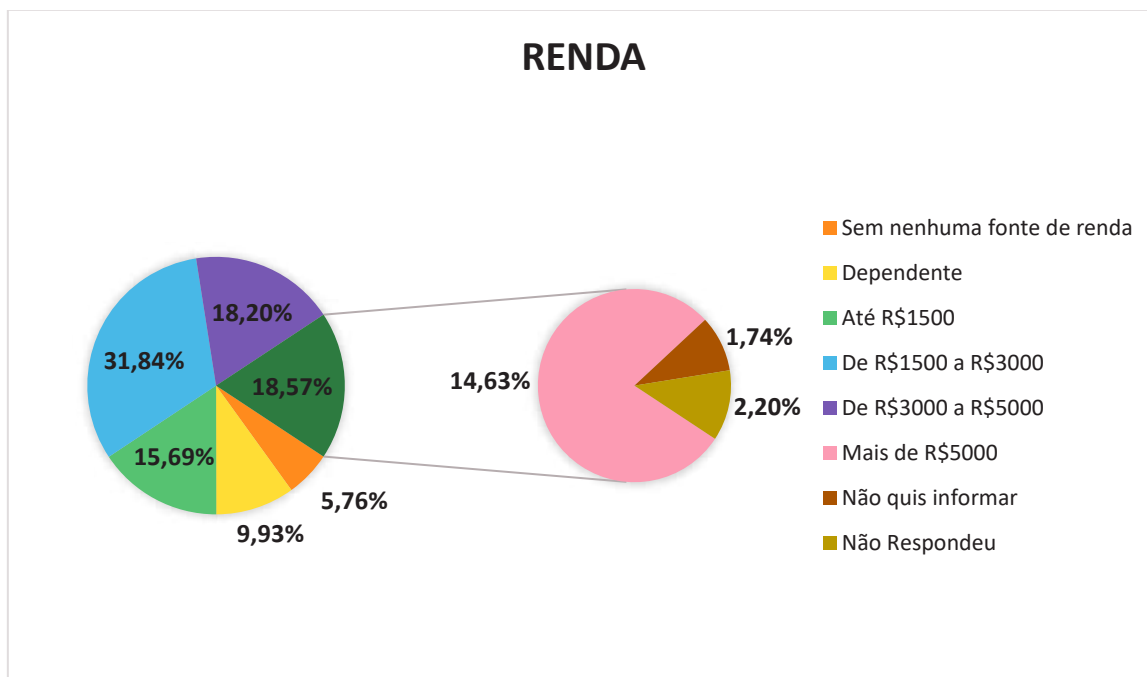


Gráfico 3

Renda das(os) respondentes do questionário



No que diz respeito a faixa etária, cor, etnia e renda, apesar de uma maior concentração de pessoas jovens, brancas e de renda superior a um salário mínimo, compreende-se que a pesquisa conseguiu chegar a representantes de todas as diferentes classes sociais, idades e cores/etnias, de modo que a cartografia resultante desta pesquisa apresenta um panorama amplo e diversificado que engloba uma multiplicidade de perspectivas e experiências relacionadas às identidades de gênero, orientações sexuais, classe, raça, cor e idades, etc. Ao adotar uma abordagem inclusiva e interseccional, os mapas a serem apresentados nos próximos momentos desse trabalho refletem a complexidade das realidades vivenciadas pela população LGBTIAP+, capturando as interações entre diferentes sistemas de opressão.

Mapa 03

Bairro das(os) respondentes do questionário

Concentração de respostas ao questionário por bairro

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor
 Organização: O autor, 2023.
 Software: Adobe Illustrator

- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Limites dos Bairros
- Limites das Regiões
- Perímetro dos bairros
- Perímetro urbano

CONCENTRAÇÃO DE MORTES POR BAIRRO

- Nenhuma resposta
- 01 a 10 respostas
- 11 a 20 respostas
- 21 a 40 respostas
- 41 a 100 respostas
- 101 a 200 respostas
- mais de 200 respostas

REGIÃO SUL

- 1 União da Vitória
- 2 Saltinho
- 3 Parque das Indústrias
- 4 Cafezal
- 5 Piza
- 6 Inglaterra
- 7 Tucanos
- 8 Bela Suíça
- 9 Guanabara
- 10 Vivendas do Arvoredo

REGIÃO OESTE

- 11 Esperança
- 12 Pathano
- 13 Universidade
- 14 Olímpico
- 15 Presidente
- 16 Champagnat
- 17 Jamaica
- 18 Sabará
- 19 Bandeirantes
- 20 Cilo 2
- 21 Leonor
- 22 Cilo 3

REGIÃO NORTE

- 23 Pacaembú
- 24 Alpes
- 25 Colíseu
- 26 Cidade Industrial I
- 27 Ouro Verde
- 28 Cinco Conjuntos
- 29 Vivi Xavier
- 30 Parigot de Souza
- 31 Perobinha
- 32 Heimtal

REGIÃO LESTE

- 33 Califórnia
- 34 Aeroporto
- 35 Ernani
- 36 H.U.
- 37 Brasília
- 38 Lon Rita
- 39 Antares
- 40 Cidade Industrial II
- 41 Interlagos
- 42 Fraternidade
- 43 Ideal
- 44 Lindoia
- 45 Indústrias Leves

CENTRO

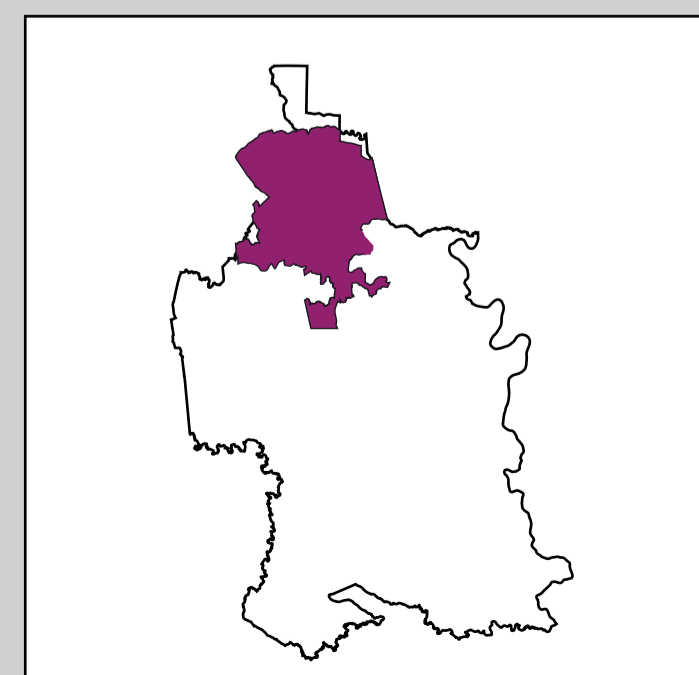
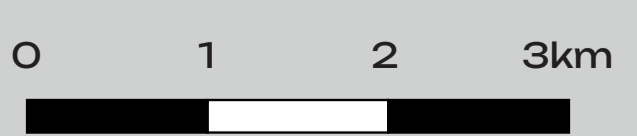
- 46 Petrópolis
- 47 Vila Brasil
- 48 Ipiranga
- 49 Higienópolis
- 50 Centro Histórico
- 51 Quebec
- 52 Vila Casoni
- 53 Vila Recreio
- 54 Vila Nova
- 55 Shangri-lá



Cambé

Ibiporã

Londrina



Localização no Município



para melhor visualização dos mapas

Quanto aos bairros dos respondentes, não houve um bairro sequer que não tenha tido respostas à pesquisa. Os dados significativos e as narrativas vívidas coletadas a partir do questionário foram essenciais para a construção dessa cartografia que busca mapear os territórios vivenciados diariamente pela população LGBTIAP+ na cidade de Londrina. Cada resposta compartilhada representa uma trajetória social para a qual essa pesquisa pretende dar voz.

4.3 OS TERRITÓRIOS DE MEDO

Falar sobre Territórios de Medo abará os detalhes intrincados de uma trama de violência que se manifesta de maneira incontestável no cotidiano da comunidade LGBTIAP+ no Brasil, realidade já demonstrada no decorrer dessa pesquisa. A trama em que se insere a população LGBTIAP+ dentro da cidade palco é a trama em que a violência pode irromper a qualquer momento, das mais diversas formas. Segundo Alves et al. (2020), “o medo comporta enquanto uma (multi)territorialidade, varia no tempo e no espaço”, o que gera territórios múltiplos com diferentes distribuições espaciais e que podem apresentar comportamentos distintos de acordo com o recorte temporal.

Para Souza e Feliciano (2021), os Territórios de Medo correspondem a territórios em que ocorrem violação dos direitos através de violência física não letal e ainda complementa: “os Territórios do Medo estão representados pelo número de denúncias de práticas de violência (violência física, psicológica, moral, patrimonial, etc.)” (p. 104). O Medo é uma condição construída nas pessoas LGBTIAP+ a partir das dinâmicas de violência que ocorrem no espaço urbano. Sobre a relação medo-violência, Barreira (2013), acrescenta que “a relação entre violência e medo é representada como um *moto continuo* entre violência/medo/violência” (p. 234).

Para realizar o levantamento dos Territórios de Medo, Souza e Feliciano (2021) utilizam os dados relacionados aos crimes de ódio e denúncias feitas pelo Disque 100. Dada a inviabilidade de aplicar a localização exata desses registros na escala da cidade, para o levantamento desses territórios em Londrina, serão utilizados: o método de *clipping* de notícias veiculadas em mídia digital disponíveis na internet com um recorte temporal de 15 anos; o Relatório oficial CAPE; O levantamento quantitativo realizado a partir do questionário; considerações retiradas das entrevistas.

Segundo o Relatório oficial CAPE, houve registros de 9 crimes de homotransfobia no período que compreende janeiro 2014 e março de 2023, conforme a tabela:

Tabela 1

Registros de homotransfobia em Londrina entre jan. de 2014 e mar. de 2023.

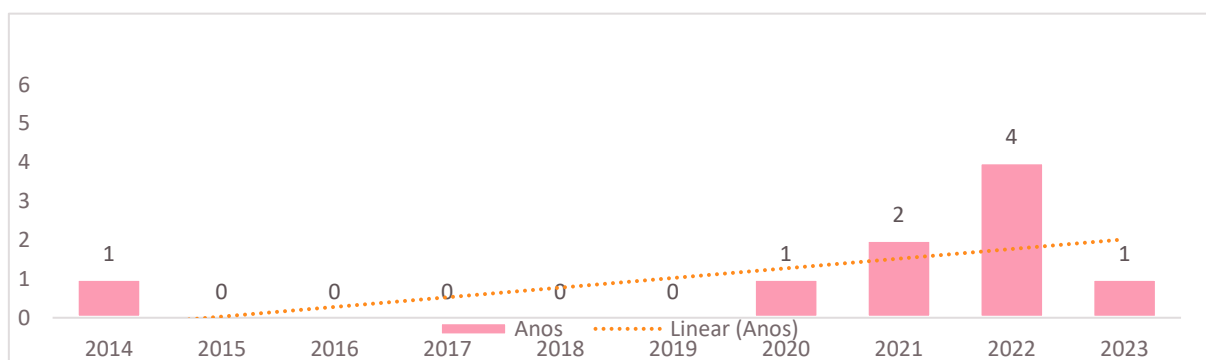
Nome jurídico	Idade da vítima	Bairro	Ano	Mês	Período
Lesão corporal	28	São Jorge	2014	Out.	Noturno
Lesão corporal	19	Dom Pedro I	2020	Dez.	Vespertino
Lesão corporal	27	Centro Histórico	2021	Out.	Noturno
Lesão corporal	72	Centro Histórico	2021	Nov.	Vespertino
Lesão corporal	45	Parque das Indústrias	2022	Jul.	Sembrol
Lesão corporal	54	Parque das Indústrias	2022	Set.	Vespertino
Lesão corporal	28	Bela Suíça	2022	Dez.	Sembrol
Lesão corporal	25	Bela Suíça	2022	Dez.	Sembrol
Lesão corporal	19	Cafezal	2023	Fev.	Vespertino

Nota: Dados compilados a partir do relatório CAPE (2023)

Vale dizer que os registros do CAPE não declaram a identidade da vítima no que diz respeito a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, trazendo somente a identificação de sexo masculino e feminino, portanto, optou-se por ocultá-la de maneira a respeitar a possibilidade de existirem vítimas que não se identificassem com o sexo atribuído no relatório. Um fato interessante, porém, é que parece haver uma concentração de registros a partir dos anos 2020.

Gráfico 4

Ano das agressões – Relatório CAPE



Nota: Dados compilados a partir do relatório CAPE (2023)

Dada a escassez de dados apresentados no Relatório oficial CAPE, e considerando que existam muitos mais casos de violência não letal contra pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, buscou-se ampliar os registros a partir do *clipping* de notícias. Através do *clipping*, porém, só foram encontrados registros a partir de 2008, e foram encontrados apenas 16 registros de casos de violência contra a população LGBTIAP+ em Londrina, dos quais: 4 eram gays (25%), 12 transexuais (75%). Quanto à idade, 25% dos LGBTs tinham entre 18 e 24 anos. Apesar da maior parte dos registros não identificar o turno em que os eventos ocorreram (44%), 38% dos registros foram no sembro (madrugada). 2008 é o ano em que

mais houve registros pela mídia (4), resultando em 25% dos registros. 37% de todas as agressões registradas aconteceram nas proximidades da Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, popularmente conhecida como Avenida Leste Oeste – região central da cidade de Londrina. O perfil da vítima então (moda), corresponderia a uma mulher transexual entre 18 e 24 anos no período sembro (madrugada).

Tabela 2

Registros de homotransfobia em Londrina – Clipping de notícias

Nome jurídico	Idade da vítima	Identidade da vítima	Local	Ano	Mês	Período
Lesão corporal	20	Gay	R. Quintino Bocaiúva	2008	Dez.	Sembrol
Lesão corporal	38	Transexual	Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes	2008	Nov.	Sembrol
Lesão corporal	46	Transexual	Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes	2008	Dez.	NC
Lesão corporal	24	Transexual	Vila Nova	2008	Dez.	Sembrol
Lesão corporal	16	Transexual	Zona Sul	2009	Jan.	NC
Lesão corporal	NC	Gay	Rua Goiás	2012	Set.	Noturno
Lesão corporal	NC	Transexual	Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes	2015	Jan.	NC
Lesão corporal	NC	Transexual	Terminal Rodoviário de Londrina	2016	Jan.	NC
Lesão corporal	19	Gay	Arredores do Terminal Urbano Central	2017	Nov.	NC
Lesão corporal	NC	Transexual	Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes com a R. Cabo Verde	2018	Dez.	Sembrol
Lesão corporal	25	Transexual	R. Cabo Verde com a R. Tocantins	2018	Jun.	NC
Lesão corporal	NC	Gay	Rua Prefeito Faria Lima, 765 (Em frente ao Narciso Bar)	2019	Mar.	NC
Lesão corporal	NC	Transexual	Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes	2019	NC	NC
Lesão corporal	24	Transexual	Av. Tiradentes	2019	Mai.	NC
Lesão	NC	Transexual	R. da Lapa	2020	Fev.	NC

corporal
Lesão
corporal

32

Transexual

Av.
Maritacas

das 2022 Jul NC

Gráfico 5

Identidade das vítimas de agressão – Clipping de notícias

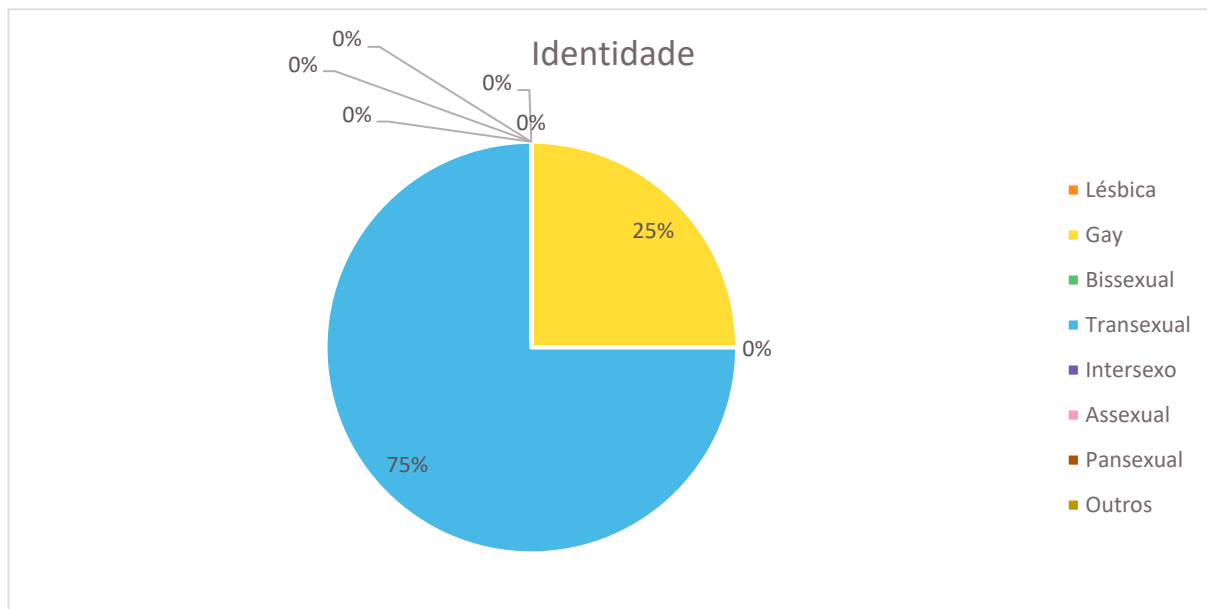
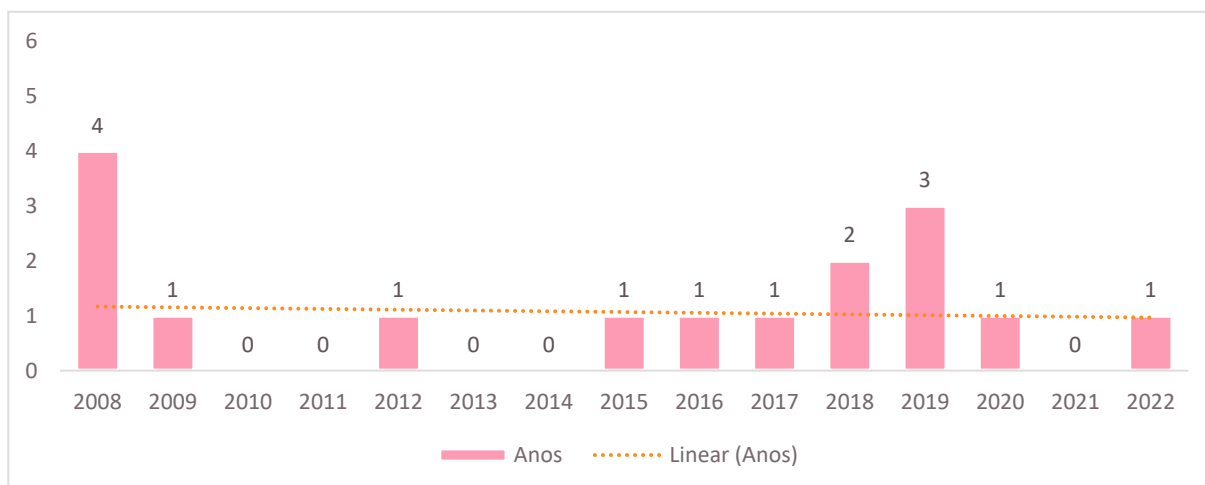


Gráfico 6

Ano das agressões – Clipping de notícias

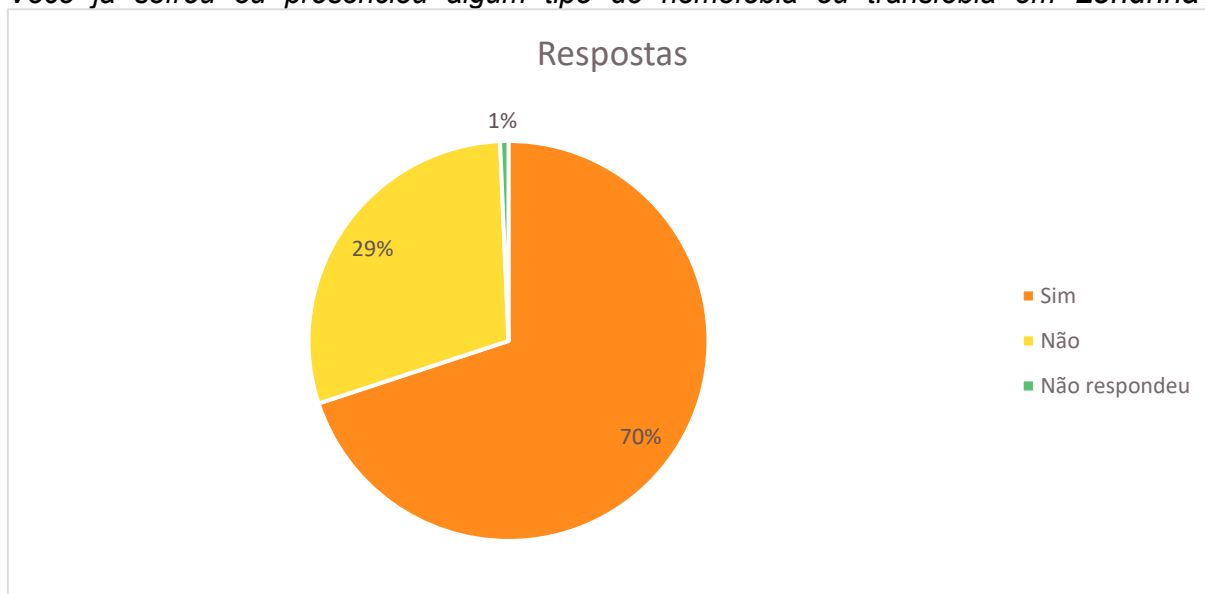


O *clipping* também possui alcance limitado aos casos noticiados na mídia e que obedecem aos critérios próprios de cada veículo para noticiá-los. A partir do *clipping* e do Relatório oficial CAPE, foi possível perceber que os dados obtidos muito possivelmente não representavam a realidade dos diversos tipos de agressões que as pessoas LGBTIAP+ estão

sujeitas, dado corroborado pelo questionário a partir da pergunta: “Você já sofreu ou presenciou algum tipo de homofobia ou transfobia em Londrina?”, cujas respostas são apresentadas pelo gráfico:

Gráfico 7

Você já sofreu ou presenciou algum tipo de homofobia ou transfobia em Londrina?



A contar dessa constatação de que 70% dos respondentes do questionário sofreram ou presenciaram algum tipo de homotransfobia, decidiu-se por unir todos os dados espaciais obtidos, sendo estes a partir do *clipping* ou do Relatório oficial ou ainda dos lugares apontados pelos respondentes do questionário em que aconteceram agressões contra a população LGBTIAP+ em Londrina de modo que a somatória desses dados resultou no que se apresenta como a cartografia dos Territórios de Medo em Londrina.

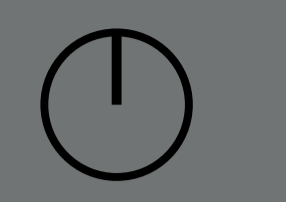
Primeiramente, para que se pudesse incluir os registros do Relatório oficial CAPE e alguns dos registros do *clipping* que só possuíam especificação de localização da agressão na escala do bairro, produziu-se um mapa de concentração dos registros por bairro:

Mapa 04

Registros de homotrasfobia em Londrina por bairro

Registros de homotransfobia em Londrina por bairro (agressão não letal)

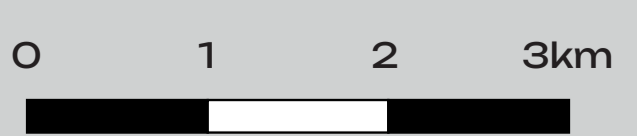
Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor (2008-2023), questionário aplicado online (2023), Relatório CAPE (2014-2023)
 Organização: O autor, 2023.
 Software: Adobe Illustrator



Cambé

Ibiporã

Londrina



- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Limites dos Bairros
- Limites das Regiões
- Perímetro dos bairros
- Perímetro urbano

CONCENTRAÇÃO DE MORTES POR BAIRRO

- Nenhum registro e/ou resposta
- 01-10 registros e/ou respostas
- 10-20 registros e/ou respostas
- 21-40 registros e/ou respostas
- 41-60 registros e/ou respostas
- 61-100 registros e/ou respostas
- mais de 100 registros e/ou respostas

REGIÃO SUL

- 1 União da Vitória
- 2 Saitinho
- 3 Parque das Indústrias
- 4 Cafezal
- 5 Piza
- 6 Inglaterra
- 7 Tucanos
- 8 Bela Suíça
- 9 Guanabara
- 10 Vivendas do Arvoredo

REGIÃO OESTE

- 11 Esperança
- 12 Pathano
- 13 Universidade
- 14 Olímpico
- 15 Presidente
- 16 Champagnat
- 17 Jamaica
- 18 Sabará
- 19 Bandeirantes
- 20 Cilo 2
- 21 Leonor
- 22 Cilo 3

REGIÃO NORTE

- 23 Pacaembú
- 24 Alpes
- 25 Coliseu
- 26 Cidade Industrial I
- 27 Ouro Verde
- 28 Cinco Conjuntos
- 29 Vivi Xavier
- 30 Parigot de Souza
- 31 Perobinha
- 32 Heimtal

REGIÃO LESTE

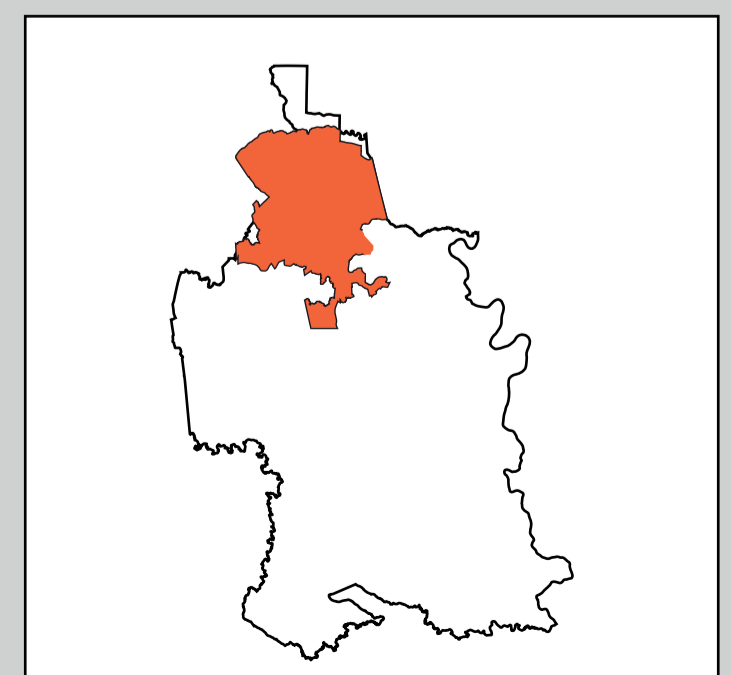
- 33 Califórnia
- 34 Aeroporto
- 35 Ernani
- 36 H.U.
- 37 Brasília
- 38 Lon Rita
- 39 Antares
- 40 Cidade Industrial II
- 41 Interlagos
- 42 Fraternidade
- 43 Ideal
- 44 Lindoia
- 45 Indústrias Leves

CENTRO

- 46 Petrópolis
- 47 Vila Brasil
- 48 Ipiranga
- 49 Higienópolis
- 50 Centro Histórico
- 51 Quebec
- 52 Vila Casoni
- 53 Vila Recreio
- 54 Vila Nova
- 55 Shangri-lá



para melhor visualização dos mapas



Localização no Município

Cabe destacar que o bairro com mais registros de violência não letal contra pessoas dissidentes de gênero e sexualidade foi o Centro Histórico, seguido pelo bairro Higienópolis, também na região central e em seguida pelo bairro Palhano, na Região Oeste. Tal concentração fica espacialmente mais nítida com a cartografia dos Territórios de Medo propriamente ditos. A seguir apresenta-se um compilado dos registros obtidos a partir do *clipping* e das respostas ao questionário. A partir desses dados foi possível construir a cartografia dos Territórios de Medo.

Tabela 3

Registros de homotransfobia em Londrina

Local	Quantidade de registros
Não adicionou outros	884
Não quis informar	76
Calçadão	42
Shopping Catuaí	35
Av. Higienópolis	33
Royal Plaza Shopping Londrina	21
Aurora Shopping	19
Universidade Estadual de Londrina	18
Bosque Mal. Cândido Rondon	18
Zerão	16
Boulevard Shopping Londrina	16
Londrina Norte Shopping	16
Terminal Urbano Central	15
Praça Rocha Pombo	14
Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste Oeste)	14
Av. Juscelino Kubitscheck	9
Aterro do Igapó	8
Palhano (bairro)	8
Lago Igapó II	8
Av. Maringá	7
Ambiente escolar	7
R. Paranaguá	7
Supermercados (geral)	6
Todos os lugares (geral)	6
Beco dos Universitários	6
Rua Quintino	6
Ambiente de trabalho	5
Centro	4
Posto Kotovelo	4
Em casa (geral)	4
Rua (geral)	4
Muffato (rede de supermercados)	4

Av. Saul Elkind	4
Bar Valentino	4
Av. Faria Lima	4
Av. Dez de Dezembro	3
Ônibus (geral)	3
Av. Duque de Caxias	3
Bares (geral)	3
Vitrola Bar	3
Praça das Olimpíadas (UP Bar)	3
Bares e baladas voltadas ao público homossexual (geral)	3
Anfiteatro do Zerão	2
Av. Bandeirantes	2
Av. Madre Leônia	2
Estádio do Café	2
UniFil	2
Barragem do Igapó	2
Uber (geral)	2
HU - Hospital Universitário	2
Oloo Bar	2
Praça Nishinomiya	2
The Yellow Deli	2
R. Prof. João Cândido	2
Magnólia Bar	2
NY Lounge	2
Terminal Rodoviário de Londrina	2
Concha Acústica	2
2800 Music Club	1
R. Araguaia	1
Av. Theodoro Victorelli	1
Av. Brasil	1
Ambientes de saúde	1
I Igreja Batista	1
Igrejas (geral)	1
Chopp Club Bar	1
Colégio Estadual Dario Vellozo	1
Colégio Universitário	1
Correios (geral)	1
UPA Sabará	1
Narciso Bar	1
Feira da R. Santos	1
Fórum Criminal	1
Hospital Santa Casa	1
Marco Zero de Londrina	1
Parque de Exposições Gov. Ney Braga	1
Pátio San Miguel	1
Persona Cabelereiros	1
Praça Pé Vermelho	1

Praças da Rua Humaitá	1
R. Espírito Santo	1
R. Guaporé	1
R. Fernando de Noronha	1
Aeroporto	1
R. Pernambuco	1
Rua Perobal	1
Parques (geral)	1
Restaurante e Pizzaria Veneza	1
Galpão Nelore Churrascaria	1
Carrefour	1
Terminais (geral)	1
Faculdade Anhanguera – Catuaí	1
Pronto Atendimento Jardim Leonor	1
Varanda Bar e Restaurante	1
Av. Santos Dumont	1
Av. Ayrton Senna da Silva	1
Av. Tiradentes	1
Bar do Ceará	1
R. da Lapa	1
Coqueiros Bar	1
Nishikawa Bar	1
Vila Nova	1
Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste Oeste) esq. R. Cabo Verde	1
R. Cabo Verde esq. R. Tocantins	1
Av. Tiradentes prox. Posto shell	1
Av. das Maritacas (prox. R. Julio Belini	1

Mapa 05

Territórios LGBTIAP+ de Medo em Londrina

Territórios LGBTIAP+ de Medo em Londrina

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator



Cambé

Ibiporã

Londrina

0 1 2 3km

Município de Londrina

Município de Ibiporã

Município de Cambé

Hidrografia

Áreas Verdes

Parques e Praças

Limites das Regiões

Perímetro urbano

Sistema Viário

Áreas de Interesse

Território de Medo
De 11 a 50 respostas ou registros

Território de Medo
De 6 a 10 respostas ou registros

Território de Medo
De 2 a 5 respostas ou registros

Território de Medo
1 resposta ou registro

TERRITÓRIOS DE MEDO

Calçadão Av. Paraná (Entre as R. Prefeito Hugo Cabral e R. Minas Gerais)

Catuai Shopping Londrina Rod. Celso Garcia Cid, 5600

Av. Higienópolis Entre as Av. Me. Leônia Milto e a R. Serigipe

Royal Plaza Shopping Londrina R. Mato Grosso, 310

Aurora Shopping Londrina Av. Ayrton Senna da Silva, 400

UEL - Universidade Estadual de Londrina Rod. Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380

Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon Av. São Paulo, 434

Zerão - Área de Recreação e Lazer Luigi Borghesi R. Júlio Estrela Moreira

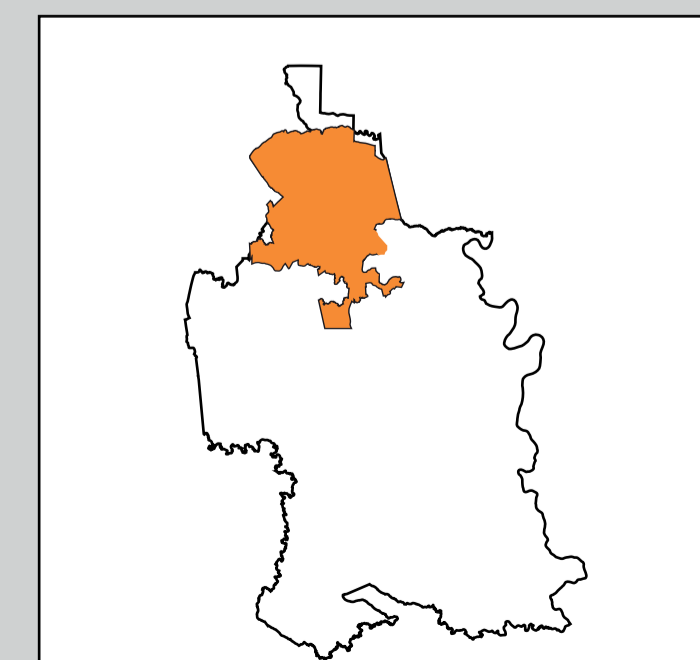
Boulevard Shopping Londrina Av. Theodoro Victorelli, 150

Londrina Norte Shopping R. Américo Deolindo Garcia, 224

Terminal Urbano Central R. Benjamin Constant, 1020

Praça Rocha Pombo R. Benjamin Constant

Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste) (Entre as Av. Rio Branco e Av. Duque de Caxias)



Localização no Município



para melhor visualização dos mapas

Mapa 06

Territórios LGBTIAP+ de Medo em Londrina - Mancha

Territórios LGBTIAP+ de Medo em Londrina Mancha

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

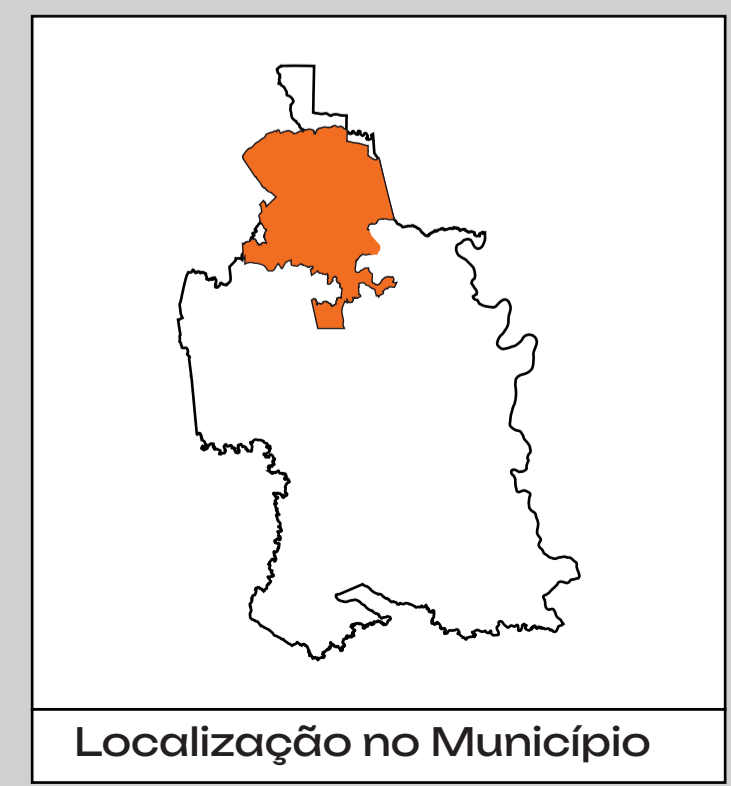
- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse
- Território de Medo distribuição espacial



Cambé

Ibiporã

Londrina



Localização no Município



para melhor visualização dos mapas

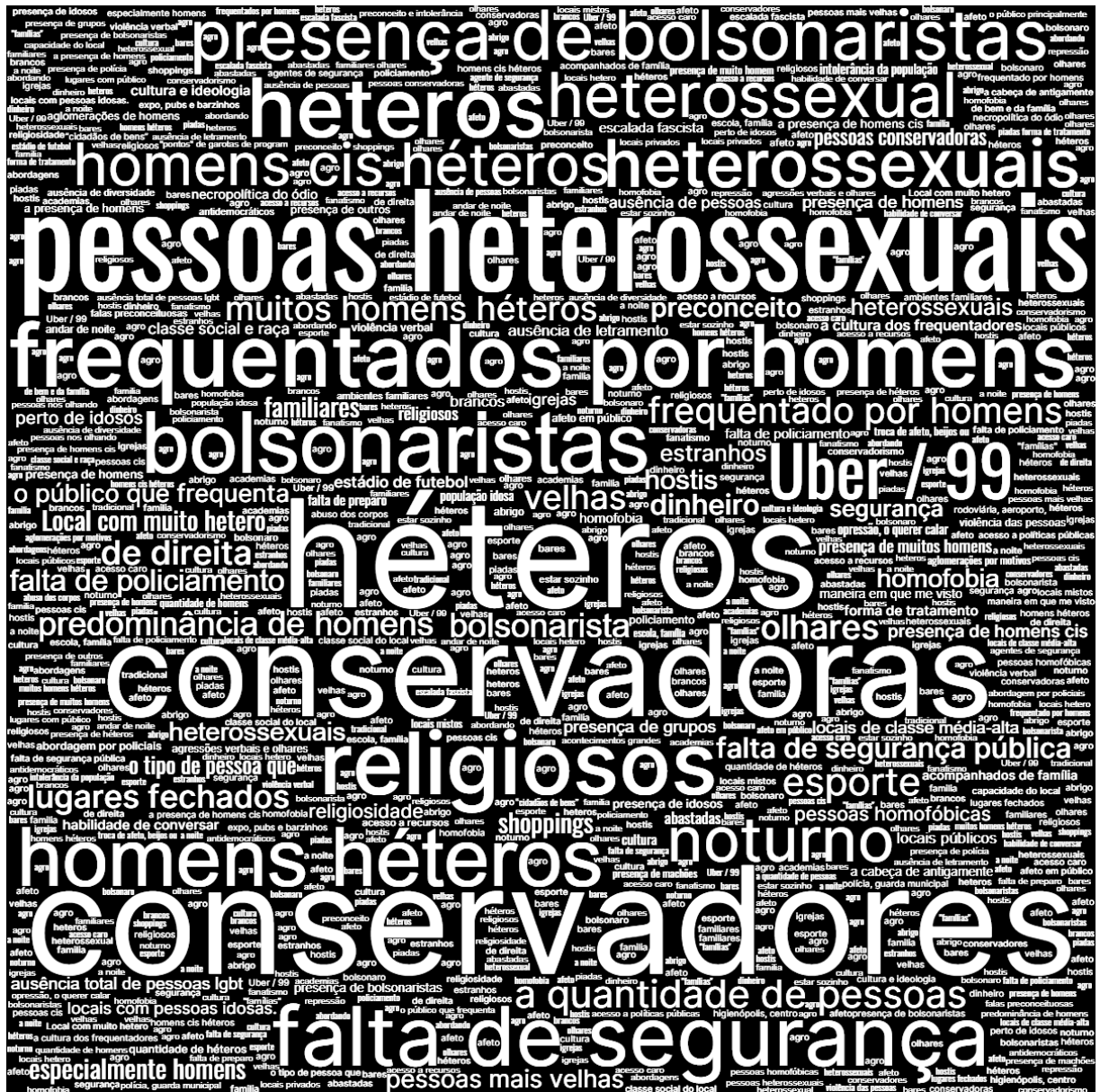
Foram 13 os Territórios de Medo que tiveram pelo menos 11 registros ou respostas. Dentre eles, os 5 lugares com mais registros ou respostas correspondem todos a locais relacionados ao comércio. O Calçadão de Londrina, na Av. Paraná é uma extensa rua para uso exclusivo de pedestres, estabelecida em 1977 e que conta com as principais lojas de varejo da cidade. O Catuaí Shopping Londrina, um dos 4 Shoppings que foram classificados como Territórios de Medo, é o principal shopping da cidade e um dos maiores e mais visitados centros comerciais do estado. O cenário do comércio na Cidade Palco parece favorecer o aparecimento de Territórios de Medo no contexto local de Londrina.

Quanto às características que fazem com que esses espaços figurem entre os principais Territórios de Medo, arrisca-se dizer que locais comerciais frequentemente representam ambientes de alta visibilidade e exposição pública e que a visibilidade da identidade de gênero e orientação sexual pode aumentar o risco de discriminação e violência, particularmente em contextos nos quais estigmas persistem, uma vez que esses atores sociais estão pondo em contestação o papel que lhes é esperado exercer. Assim também seria o caso de outros espaços públicos como a Universidade Estadual de Londrina e o Terminal Urbano Central.

No que diz respeito aos demais fatores que podem estar ligado aos atores presentes nesses espaços e as ritualizações realizadas nesses territórios, foi proposto através do questionário que fosse respondido: “Quais fatores, acontecimentos ou ocasiões você considera mais determinante para que um local te faça sentir medo de se expressar como pessoa LGBTIAP+?”, e cujas respostas resultaram em uma nuvem de palavras:

Figura 44

Nuvem de Palavras – “Quais fatores, acontecimentos ou ocasiões você considera mais determinante para que um local te faça sentir medo de se expressar como pessoa LGBTIAP+?”



A nuvem de palavras reforça a constatação de que as estruturas ligadas a manutenção dos paradigmas da heterocisnormatividade bem como o contexto conservador são os principais fatores que levam as pessoas LGBTIAP+ a terem medo de expressar sua identidade, com destaque para a figura do homem heterossexual cisgênero, conservador e bolsonarista.

Diante da análise abrangente dos Territórios de Medo e dos fatores determinantes que emergiram na nuvem de palavras, é evidente que a comunidade LGBTIAP+ de Londrina enfrenta desafios substanciais ao se expressar livremente em que a territorialidade do medo se entrelaça com a dinâmica social, cultural e econômica.

4.4 OS TERRITÓRIOS DE MORTE

Para Souza e Feliciano (2021), os Territórios de Morte correspondem a territórios em que a população LGBTIAP+ é morta em decorrência da LGBTfobia prevalente nas relações sociais brasileiras. Os autores ilustram que:

Um exemplo emblemático e que facilita a compreensão do que queremos dizer, são os casos de travestis assassinadas em via pública: 1) que se trata de um território utilizado pela prostituição ocupado, principalmente, por travestis, 2) esses territórios são reconhecidos pelos militantes/ativistas, pela mídia e pelos sujeitos que dele fazem parte como perigosos e violentos. Assim, o que faz desse território, um território da morte, é o fato de que pessoas são mortas e assassinadas cotidianamente simplesmente por ocuparem uma fração do espaço que não deveriam ocupar, dadas as normas existentes a partir de uma leitura tradicional, que simbolicamente indicam que não deveria ser ocupado por aquele corpo que carrega um pênis e um seio siliconado ao mesmo tempo” (p. 100-101).

Os Territórios da Morte, no artigo *‘Por uma Leitura Geográfica dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGTBIAP+ no Brasil’*, foram levantados a partir da materialização dos crimes de ódio contra a população LGBTIAP+ a contar dos dados disponibilizados nos Dossiês anuais de mortes LGBTI+, até então realizados pelo GGB. Para o levantamento desses territórios em Londrina, foram utilizados: o método de *clipping* de notícias veiculadas em mídia digital disponíveis na internet com um recorte temporal de 15 anos; o Relatório oficial CAPE; O levantamento quantitativo realizado a partir do questionário; considerações retiradas das entrevistas. Vale destacar que para o contexto dessa pesquisa, para a delimitação dos Territórios de Morte, procedeu-se à consideração inicial de todas as modalidades de registros que evidenciassem óbitos de indivíduos pertencentes à comunidade LGBTIAP+, seja por homicídio, lesão corporal seguida de morte, ou por suicídio. Este critério abarcou a compreensão de que a homotransfobia estrutural, ao permear a sociedade, frequentemente vitimiza as pessoas LGBTIAP+ de maneira indireta. A consideração conjunta dessas formas de mortalidade é fundamentada na perspectiva de que ambas resultam, em última instância, das pressões e discriminações sistêmicas enfrentadas por essa população.

O Relatório oficial CAPE considerou o recorte temporal entre 2014 a 2023, por limitações próprias. Houve, nesse período, o registro oficial pelo poder público de apenas 3 mortes de pessoas LGBTIAP+, conforme a tabela:

Tabela 4

Mortes de pessoas LGBTIAP+ EM Londrina – de 2014 a 2023 segundo Relatório oficial CAPE

Natureza	Identidade da Vítima	Idade da vítima	Local	Ano	Mês
Homicídio Doloso	Transsexual	29	Centro Histórico	2016	Dez.
Homicídio Doloso	Homossexual	NC	Antares	2016	Ago.
Homicídio Doloso	Transexual	22	Vila Nova	2016	Abr.

Nota: Dados compilados a partir do relatório CAPE (2023)

Vale dizer que os registros do CAPE consideram de maneira errônea orientação sexual e identidade de gênero como sinônimos e ainda fazendo a identificação de sexo masculino para vítimas transexuais femininas, ou seja, além da escassez de registros em desacordo com a realidade das mortes de pessoas LGBTIAP+ na cidade de Londrina, há também um preconceito institucionalizado que estigmatiza os corpos dissidentes de gênero e sexualidade mesmo após suas mortes.

A partir do *clipping* de notícias foram encontrados 24 registros de mortes de pessoas LGBTIAP+ em Londrina, estando nesse cenário incluídos os registros que já haviam sido computados pelo Relatório oficial CAPE. O *clipping* se demonstrou a fonte mais promissora na identificação dos Territórios de Morte.

Entende-se que muito provavelmente outros registros de morte não foram sequer encontrados por motivos relacionados ao apagamento da trajetória das vítimas pelas próprias famílias, a suspeita de acobertamento de crimes relacionados a atividade sexual por parte das cafetinas, entre outros motivos, mas que o número de 24 vítimas é suficientemente representativo do quadro assustador de morte de pessoas LGBTIAP+ na cidade de Londrina, conforme a tabela:

Tabela 5

Mortes de pessoas LGBTIAP+ EM Londrina – de 2008 a 2023

Natureza	Identidade da Vítima	Idade da vítima	Bairro	Ano	Mês
Homicídio Doloso	Transexual	18	Av. Dez de Dezembro	2008	Dez.
Homicídio Doloso	Transexual	18	Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes	2009	Mar.
Homicídio Doloso	Transexual	18	Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes	2009	Out.
Homicídio Doloso	Transexual	25	Av. Dez de Dezembro	2009	Jan.
Homicídio	Gay	18	Av. Quintino Bocaiuva	2012	Nov.

Doloso			esq. com a R. Natal		
Homicídio	Transexual	16	Terreno baldio próximo	2012	Mar.
Doloso			do Marco Zero		
Homicídio	Transexual	31	Av. Tiradentes esq. com	2012	Jan.
Doloso			a R. João Sampaio		
Homicídio	Gay	65	Proximidades do	2014	Jan.
Doloso			Londrina Norte		
			Shopping		
Homicídio	Gay	44	Condoínio Residencial	2015	Ago.
Doloso			Barra Forest		
Homicídio	Transexual	NC	Av. São João	2016	Ago.
Doloso					
Homicídio	Transexual	28	R. Pernambuco	2016	Mar.
Doloso					
Homicídio	Transexual	NC	R. Cabo Verde	2016	Set.
Doloso					
Homicídio	Gay	39	Estrada Velha Warta	2017	Jun.
Doloso					
Homicídio	Gay	30	Milharal às margens da	2017	Set.
Doloso			PR-445		
Homicídio	Gay	55	Apartamento na região	2017	Mar.
Doloso			central		
Homicídio	Transexual	33	Av. Arcebispo Dom	2018	Dez.
Doloso			Geraldo Fernandes com		
			a R. Cabo Verde		
Homicídio	Gay	49	Bosque Mal. Cândido	2019	Out.
Doloso			Rondon		
Homicídio	Gay	21	Praça Rocha Pombo	2019	Out.
Doloso					
Homicídio	Transexual	40	Av. Brasília	2020	Jun.
Doloso					
Homicídio	Transexual	50	Viela da R. Netuno	2020	Jun.
Doloso					
Homicídio	Transexual	23	R. Luiza Betti	2020	Set.
Doloso					
Homicídio	Transexual	26	Av. Arcebispo Dom	2021	Jul.
Doloso			Geraldo Fernandes esq.		
			com a R. Cabo Verde		
Homicídio	Transexual	NC	R. Alessandro Volta	2022	Jun.
Doloso					
Homicídio	Bissexual	42	Mata do Lindóia	2022	Dez.
Doloso					

O número final, correspondendo as mortes de pessoas LGBTIAP+ em Londrina nos últimos 15 anos então é de 24 vidas que foram ceifadas, a maior parte delas com altos requintes de crueldade, das quais: 8 eram gays (33%) enquanto 15 transexuais (63%) e 1 bissexual (4%). Quanto a idade, 25% dos LGBTs tinham entre 18 e 24 anos. Vale registrar que pelo menos 86% das mortes ocorreram com pessoas em idade ativa (PIA). A População de Idade Ativa (PIA) considera as pessoas que têm de 15 a 64 anos. Apesar da maior parte dos registros não identificar o turno em que os eventos ocorreram (46%), 33% dos registros foram no sembro (madrugada). 21% de todas as mortes registradas aconteceram nas

proximidades da Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, região central de Londrina. O perfil da vítima então (moda), corresponderia a uma mulher transexual entre 18 e 24 anos, morta no período sembro (madrugada).

Gráfico 8

Identidade das vítimas

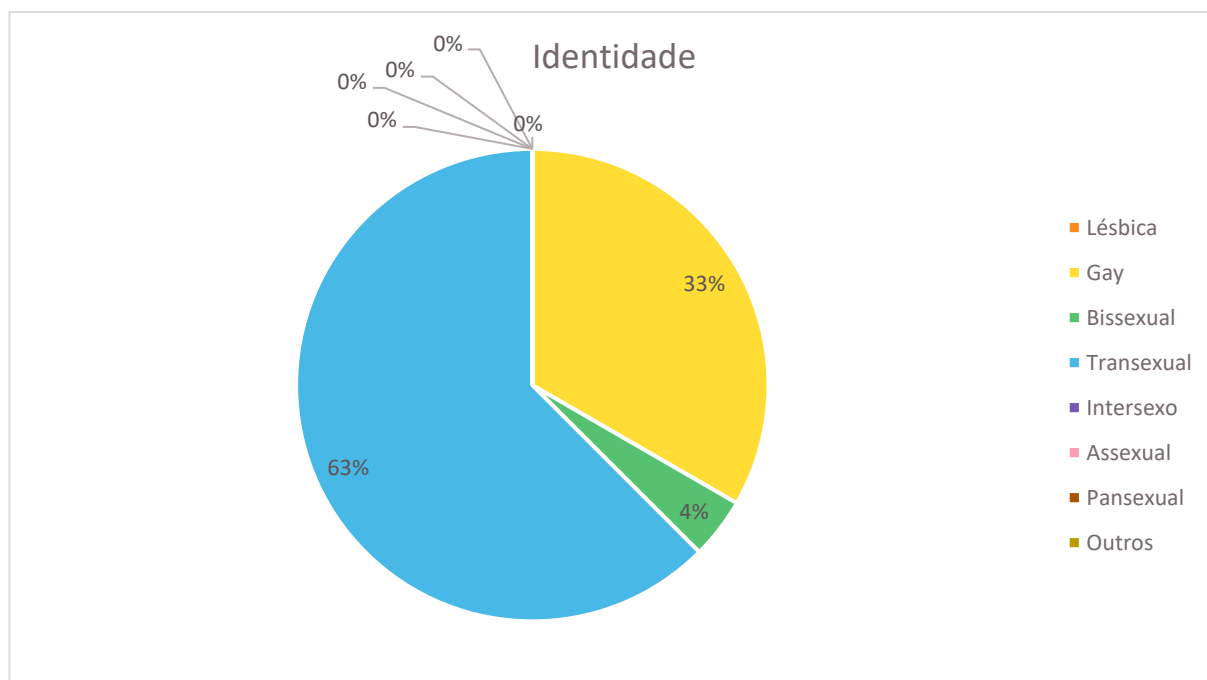
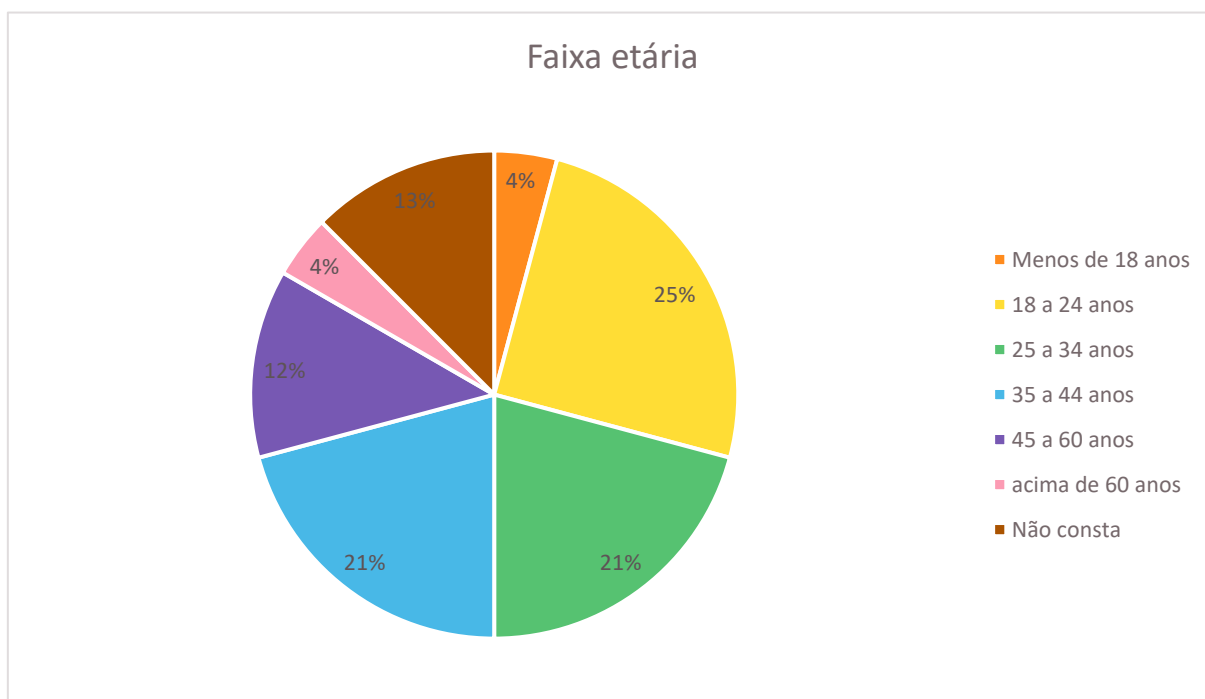
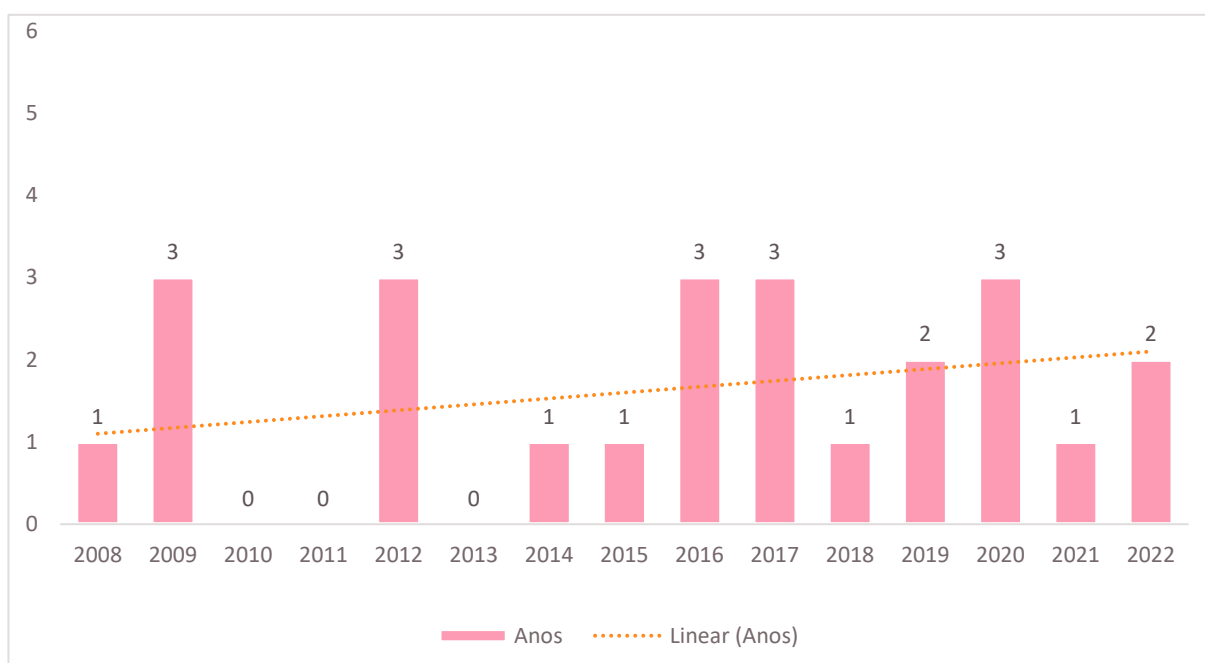


Gráfico 9

Faixa etária das vítimas

**Gráfico 10***Ano das mortes*

Os dados foram compilados e plotados em um Mapa:

Mapa 07*Territórios de Morte LGBTIAP+ em Londrina*

Territórios de Morte LGBTIAP+ em Londrina

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

Município de Londrina

Município de Ibiporã

Município de Cambé

Hidrografia

Áreas Verdes

Parques e Praças

Limites das Regiões

Perímetro urbano

Sistema Viário

Áreas de Interesse

Território de Morte De 2 a 5 registros

Território de Morte 1 registro

TERRITÓRIOS DE MORTE

● Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste) (Entre as Av. Rio Branco e Av. Duque de Caxias)

● Esquina da Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste) com a R. Cabo Verde

● Av. Dez de Dezembro (nas proximidades do Terminal Rodoviário)

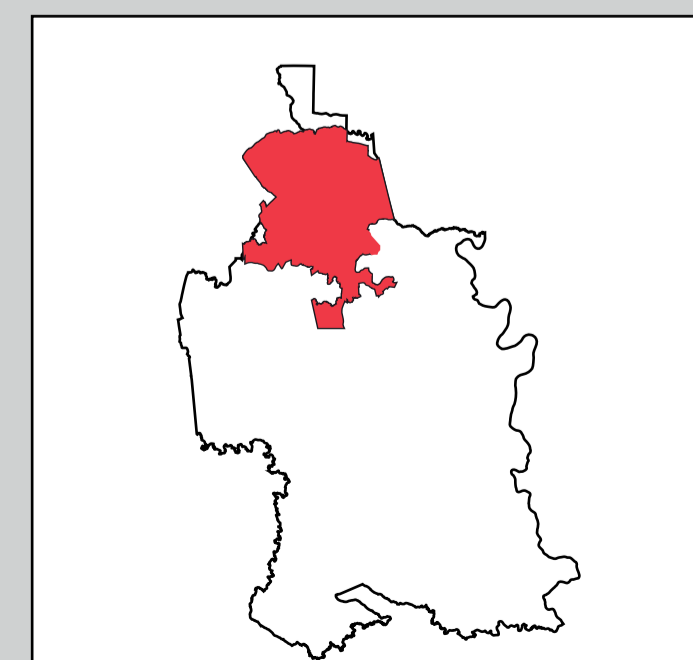


Cambé

Ibiporã

Londrina

0 1 2 3km



Localização no Município



para melhor visualização dos mapas

É notável que a maior concentração de mortes ocorreu na Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, popularmente conhecida como Av. Leste-Oeste. Haja vista que a moda corresponde a uma mulher transexual, a prevalência de mortes na região indica que a territorialidade envolvida na existência desses territórios está ligada a como a população transexual feminina londrinense vivencia a cidade nos últimos anos. A vida das travestis em Londrina está relacionada com a prostituição e a presença noturna desde ao década de 70, bem como com a dinâmica territorial própria no Centro da cidade.

Os territórios de travestis no Brasil são espaços de vivência, resistência e vulnerabilidade para as travestis, atravessados pelo ápice da exclusão social e espacial e pela violência física, moral, sexual e mortal contra seus corpos. Às travestis é frequentemente reservada a cidade noturna, onde encontram uma relativa invisibilidade frente a uma sociedade que as marginaliza, negando-lhes acesso à cidade e reforçando estigmas sociais. Carvalho e Macedo (2017) discorrem que:

Às travestis é reservada a cidade noturna, quando todos dormem e não podem mais ver seus corpos, não podem mais ver essa vida nua e insacrificável do sacer; às travestis não é dado o direito de se locomoverem pela cidade, de acessar os serviços de saúde, educação e aparato jurídico-policial: tudo lhes é negado, exceto a marginalização social (...) (p. 111).

Em meio a esse contexto, emerge a atividade da prostituição, como forma de subsistência e sobrevivência. No Brasil, como citado previamente, 90% da população trans, que inclui a identidade das travestis, tem a prostituição como fonte de renda. A formação desses territórios de prostituição envolve dinâmicas de identidade, enfrentamento, exclusão, entre outras. Sobre isso, Ornat e Silva (2014) acrescentam:

A complexidade que envolve a instituição do território da prostituição travesti é formado por sentimentos de pertença, a partir de experiências positivas, mas também de exclusão segundo experiências negativas. Ao mesmo tempo que elas constituem redes de amizade no cotidiano da prostituição, também estabelecem ações de competição e violência. Pode-se assim dizer que o território se faz por ambos os elementos que se contrapõe de diversas maneiras (p. 116).

Ainda segundo Ornat e Silva (2014), a própria atividade de prostituição das travestis pode ser compreendida através da formação de territórios, “na medida em que ela é extremamente hierarquizada e que se produz em tensionamentos constantes entre os sujeitos que fazem parte do desenvolvimento desse exercício” (p. 116). Sob esses territórios, constroem-se estigmas e preconceitos, tanto por parte da sociedade como por parte das forças de repressão do estado. Essa compreensão é explorada de maneira eficaz por Efen

(2016):

O território sexualizado pelo perambular das travestis que se prostituem é o mesmo território criminalizado pela atuação policial e pela circulação de mercadorias ilegais. Assim, em meio a esse processo de territorialização, não só a travesti se confunde com o traficante, como a sexualidade se imiscui no crime. Ela sofre da criminalização que percorre o território delinquente. Não se trata apenas da exposição pública ou do “estar na pista”. Trata-se da territorialização de um espaço público noturno, sombrio, delinquente, portanto, em que a sexualidade e o crime perfazem a rua e a própria noção de periculosidade pública. Algo análogo ocorre com as bichas ou os viados velhos que percorrem as noites desses territórios em busca de sexo (p. 332).

A territorialidade desses espaços é moldada pelas próprias travestis, que constroem discursos e disputam poder em um contexto complexo de relações e também atravessado por territorialidades de violência e repressão produzidas pela heterocisnorma. Não é raro que situações de conflito, como essa, aconteçam nos mais diversos territórios LGBTIAP+, e não só nos territórios das travestis, uma vez que essas fazem parte da dinâmica social de poder. Mermejo e Santoro (2022), nesse sentido, mencionam a conceituação de “territórios de disputa”, em que coexistem forças e desejos contrastantes entre as populações LGBTIAP+ e àqueles que se propõem a reforçar os paradigmas hegemônicos.

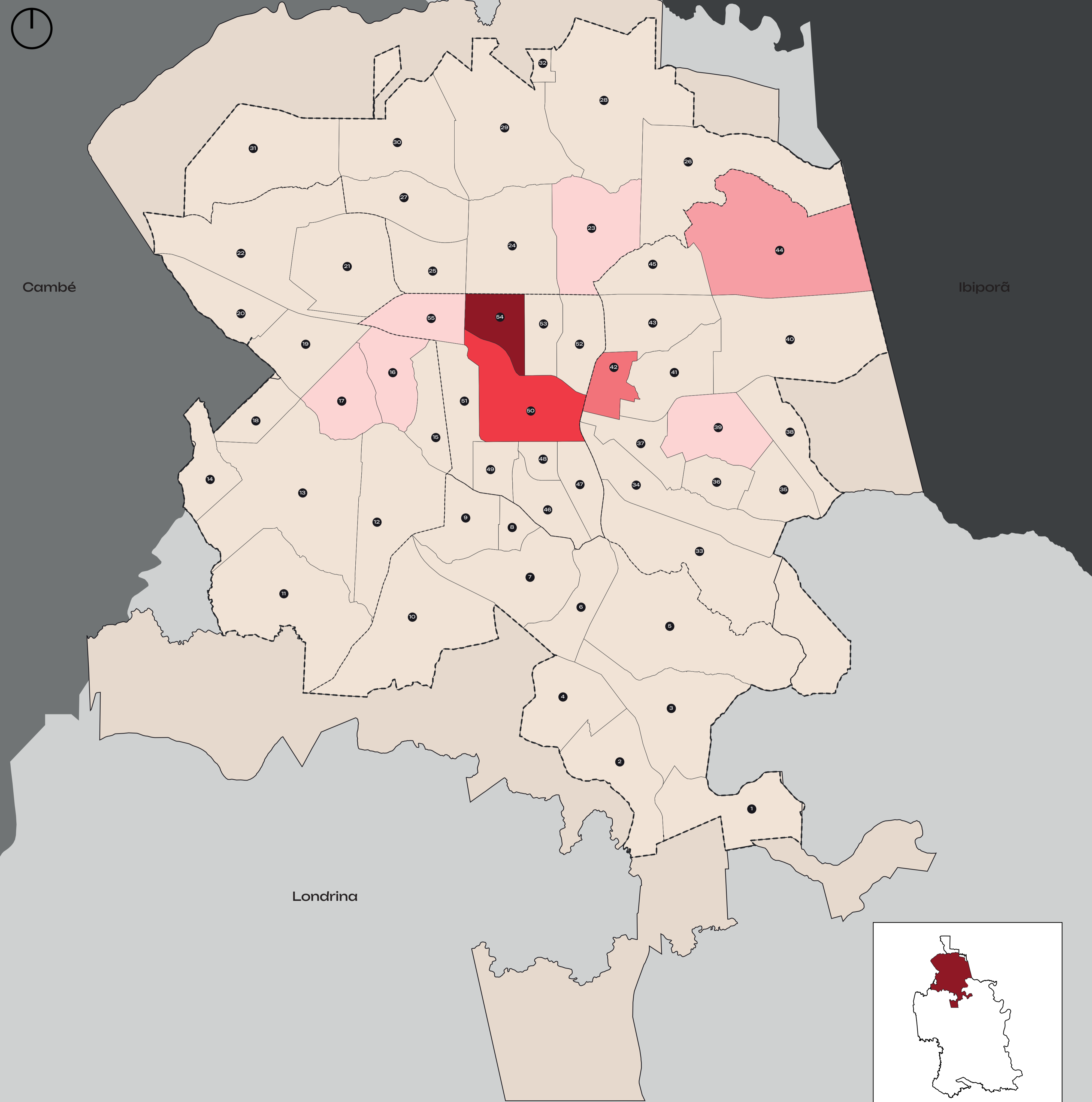
Ao voltarmos a discussão para a territorialização de morte, uma vez que esses territórios podem se comportar também de forma muito pontual, produziu-se também um mapa que demonstra a prevalência das mortes por bairro:

Mapa 08

Registros de Morte de pessoas LGBTIAP+ em Londrina por bairro

Registros de Morte de pessoas LGBTIAP+ em Londrina por bairro

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor, Relatório CAPE
 Organização: O autor, 2023.
 Software: Adobe Illustrator



- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Limites dos Bairros
- Limites das Regiões
- Perímetro dos bairros
- Perímetro urbano

- CONCENTRAÇÃO DE MORTES POR BAIRRO**
- Nenhum registro
 - 01 registro
 - 02 registros
 - 03 registros
 - 04 registros
 - 05 registros
 - 06 registros

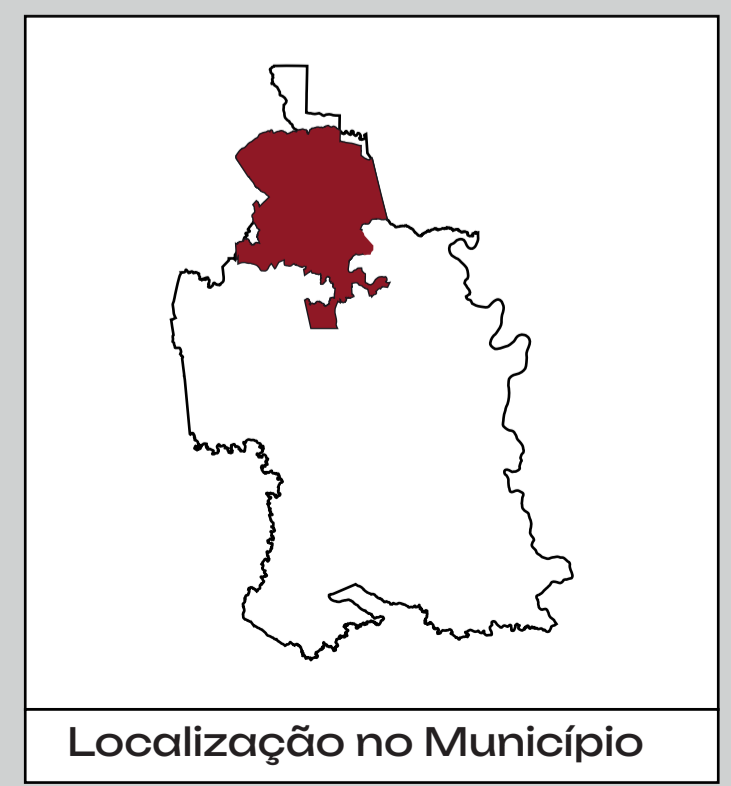
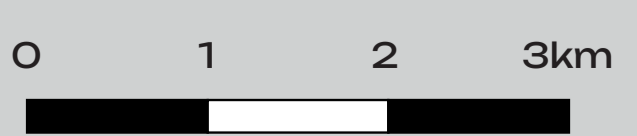
- REGIÃO SUL**
- 1 União da Vitória
 - 2 Saltinho
 - 3 Parque das Indústrias
 - 4 Cafezal
 - 5 Piza
 - 6 Inglaterra
 - 7 Tucanos
 - 8 Bela Suíça
 - 9 Guanabara
 - 10 Vivendas do Arvoredo

- REGIÃO OESTE**
- 11 Esperança
 - 12 Pathano
 - 13 Universidade
 - 14 Olímpico
 - 15 Presidente
 - 16 Champagnat
 - 17 Jamaica
 - 18 Sabará
 - 19 Bandeirantes
 - 20 Cilo 2
 - 21 Leonor
 - 22 Cilo 3

- REGIÃO NORTE**
- 23 Pacaembú
 - 24 Alpes
 - 25 Colíseu
 - 26 Cidade Industrial I
 - 27 Ouro Verde
 - 28 Cinco Conjuntos
 - 29 Vivi Xaviera
 - 30 Parigot de Souza
 - 31 Perobinha
 - 32 Heimtal

- REGIÃO LESTE**
- 33 Califórnia
 - 34 Aeroporto
 - 35 Ernani
 - 36 H.U.
 - 37 Brasília
 - 38 Lon Rita
 - 39 Antares
 - 40 Cidade Industrial II
 - 41 Interlagos
 - 42 Fraternidade
 - 43 Ideal
 - 44 Lindoia
 - 45 Indústrias Leves

- CENTRO**
- 46 Petrópolis
 - 47 Vila Brasil
 - 48 Ipiranga
 - 49 Higienópolis
 - 50 Centro Histórico
 - 51 Quebec
 - 52 Vila Casoni
 - 53 Vila Recreio
 - 54 Vila Nova
 - 55 Shangri-lá



A partir da análise da escala do bairro, é possível perceber a concentração relevante de mortes na Vila Nova, bairro ao norte da Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, e no Centro Histórico, bairro com maior concentração de respondentes do questionário e também bairro com maior incidência de Territórios de Medo, seguidos pelo bairro Fraternidade, nas proximidades do principal ponto de entrada e saída de pessoas da cidade: a Rodoviária.

Na intenção de aprofundar as discussões a respeito dos Territórios de Morte em Londrina, foi proposto através do questionário que os respondentes identificassem os lugares que considerassem perigosos para a vida de uma pessoa LGBTIAP+ em Londrina. A partir desse questionário, foi possível produzir um mapa dos Territórios de Morte Percebidos em Londrina:

Mapa 09

Territórios de Morte LGBTIAP+ percebidos em Londrina

Territórios de Morte LGBTIAP+ percebidos em Londrina

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

Município de Londrina

Município de Ibiporã

Município de Cambé

Hidrografia

Áreas Verdes

Parques e Praças

Limites das Regiões

Perímetro urbano

Sistema Viário

Áreas de Interesse

Território de Morte percebidos
Mais de 701 respostas

Território de Morte percebidos
De 501 a 700 respostas

Território de Morte percebidos
De 301 a 500 respostas

Território de Morte percebidos
De 151 a 300 respostas

Território de Morte percebidos
De 51 a 150 respostas

Território de Morte percebidos
De 11 a 50 respostas

Território de Morte percebidos
De 6 a 10 respostas

Território de Morte percebidos
De 2 a 5 respostas

TERRITÓRIOS DE MORTE PERCEBIDOS

- Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste) (Entre as Av. Rio Branco e Av. Duque de Caxias)
- Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon Av. São Paulo, 434
- Praça Rocha Pombo R. Benjamin Constant
- Av. Dez de Dezembro (Entre a Rod. Celso Garcia Cid e Av. Brasília)
- Av. Tiradentes (Entre a Rod. Celso Garcia Cid e Av. Juscelino Kubitschek)
- Av. Brasília (BR-369) (Entre a Av. Tiradentes e o Contorno Norte de Ibiporã)
- Calçadão Av. Paraná (Entre as R. Prefeito Hugo Cabral e R. Minas Gerais)

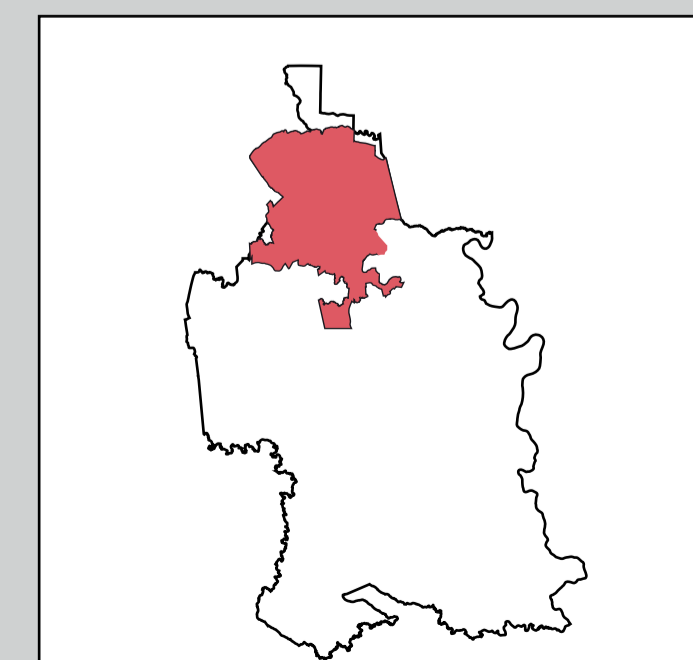
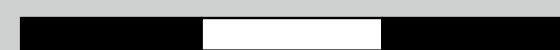


Cambé

Ibiporã

Londrina

0 1 2 3km



Localização no Município



para melhor visualização
dos mapas

Mapa 10

Territórios de Morte LGBTIAP+ em Londrina - Mancha



Territórios de Morte LGBTIAP+ em Londrina Mancha

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

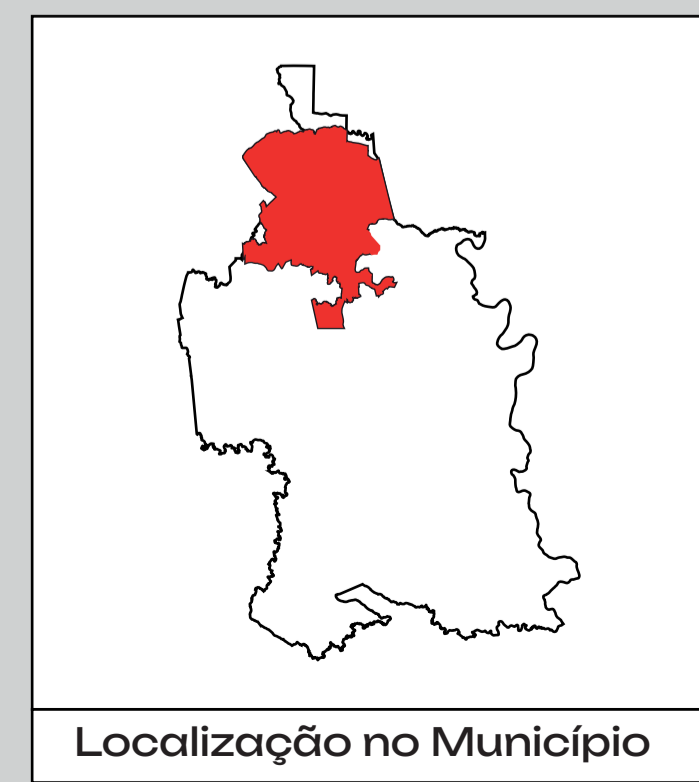
- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse
- Território de Morte percebidos distribuição espacial
- Território de Morte registrados distribuição espacial

Cambé

Ibiporã

Londrina

0 1 2 3km



Localização no Município



para melhor visualização dos mapas

A partir dos mapas, pode-se perceber a relevância do Centro Histórico, em especial o eixo central em proximidade com a Catedral Metropolitana de Londrina, nas regiões do Bosque e da Praça Rocha Pombo como região espacialmente relacionada com a sensação de morte. Essa região tem relação histórica com a prostituição masculina, profundamente associada à marginalização e à exclusão social dos trabalhadores, corroborando a perspectiva de que os Territórios de Morte, sejam essas mortes de Gays ou Travestis, em muito podem estar ligados a atividades de prostituição.

É notável também a coincidência do Centro Histórico como bairro mais significativo em relação aos Territórios de Medo. Ambos os territórios têm raízes na homotransfobia estrutural, que permeia as instituições e relações sociais. Os Territórios de Medo podem ser encarados como expressões iniciais da homotransfobia, enquanto os Territórios de Morte refletem o ápice da violência decorrentes desse fenômeno sistêmico. Para demonstrar tal fenômeno e relacionar os Territórios de Medo e de Morte, produziu-se um mapa interseccional:

Mapa 11

Territórios LGBTIAP+ de Medo e Morte em Londrina – Mapa de Calor

Territórios LGBTIAP+ de Medo e Morte em Londrina

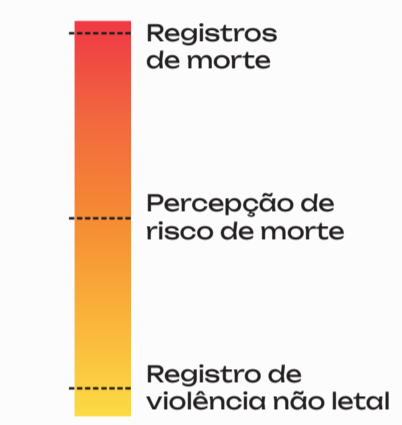
Mapa de calor

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

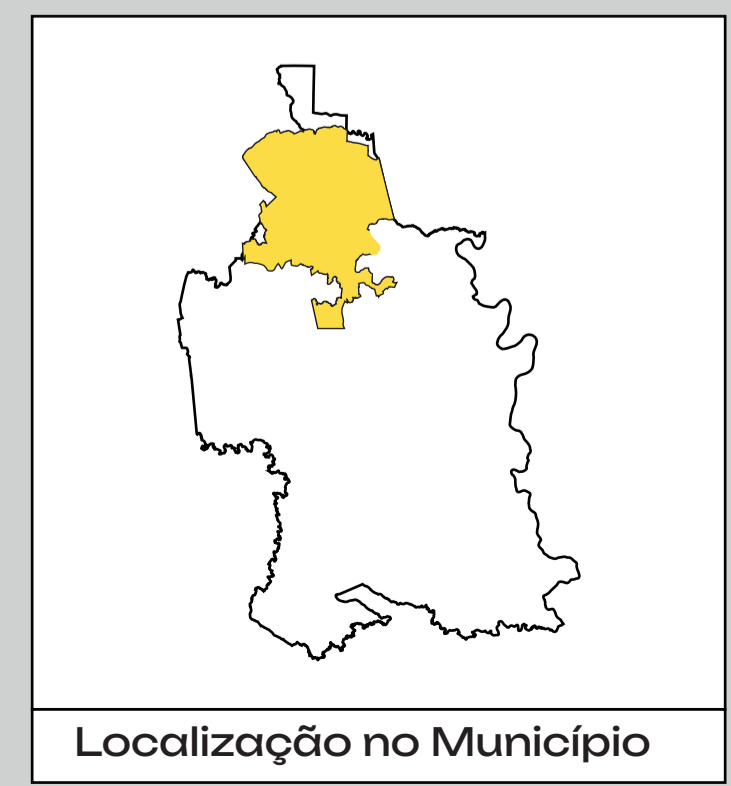
- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse



Cambé

Ibiporã

Londrina



para melhor visualização dos mapas

A identificação conjunta dos Territórios de Morte e Medo destaca a urgência de intervenções e mudanças estruturais. É perceptível a existência de locais preferenciais para a ocorrência das violências, sendo elas letais ou não.

4.5 OS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Como resposta aos Territórios de Medo e Morte, Souza e Feliciano (2021) definem os Territórios de Resistência como sendo àqueles em que acontecem eventos importantes de protesto, luta e resistência das populações LGBTIAP+ no espaço urbano. Nesse sentido, as entrevistas com os Movimentos, Coletivos, ONGs e outros grupos organizados da comunidade LGBTIAP+ de Londrina foram de essencial importância para a identificação e caracterização desses territórios. Tais territórios foram identificados a partir do questionário e também das entrevistas semiestruturadas.

Foram feitas 10 entrevistas nesse sentido, que incluem representantes da antiga ONG Adé-Fidan, da ALIA (Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids), membros do antigo coletivo GHL (Grupo Homossexual Londrinense), membros do Movimento Construção da Parada LGBTI+ de Londrina além de membros dos coletivos ElityTrans, Frente Trans de Londrina, Mães Pela Diversidade de Londrina e o grupo de conversas da Igreja Anglicana, Par. São Lucas. Muitos dos eventos citados pelos entrevistados já foram mencionados como eventos importantes de organização do Movimento LGBTIAP+ londrinense no decorrer dos anos.

A partir da identificação dos eventos mais significativos espaços urbanos nos quais ocorrem marcantes manifestações de protesto, engajamento em lutas e expressões resilientes por parte das comunidades LGBTIAP+ em Londrina, foi possível confrontar os respondentes do questionário a fim de identificar os Territórios de Resistência Percebidos e construir a partir deles o mapa dos Territórios de Resistência em Londrina:

Tabela 6

Locais de resistência

Local	Quantidade de registros
Anfiteatro do Zerão	976
Buracão, Centro Social Urbano	511
Vila Cultural Cemitério de Automóveis	355
Vila Cultural Canto do MAR - Movimento de Artistas de Rua de Londrina	17
UEL	16
Cidade de Refúgio Londrina	14

Aterro do Igapó	11
Vila Cultural Alma Brasil	8
Calçadão	6
Concha Acústica	6
Zerão	5
Toda a Cidade	5
Coletivo EspaçoNave	4
Lago Igapó II	4
Jardim Botânico	3
Vila Cultural Casa da Vila	3
Sabor & Ar	3
Rua, no geral	2
Prefeitura Municipal	2
Av. Higienópolis	2
Rua Quintino Bocaiuva	2
Praça Rocha Pombo	2
Cine Teatro Ouro Verde	2
CECA (UEL)	2
Vila Cultural Barracão Tangará (Feira Okupa)	1
Boate Friends	1
Autódromo	1
Av Saul Elkind	1
Av. Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Leste-Oeste)	1
Bar Bee Cool	1
Barzinhos, Praças em geral	1
Av. Duque de Caxias	1
Casa da Vila	1
Praça das Olimpíadas (Up Bar, UniFil)	1
Praça Tomi Nakagawa	1
Plazza Eventos	1
Lago Igapó I	1
Livraria Olga	1
Grafatório	1
Chácara João e Maria	1
Núcleo Londrinense de Redução de Danos	1
Qualquer espaço público	1
Rua Paranaguá	1
Shopping Royal	1
Mercados	1
Postos de Saúde	1
Up	1
Usina Cultural	1

Mapa 12

Territórios de Resistência LGBTIAP+ em Londrina

Territórios de Resistência LGBTIAP+ em Londrina

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse

- Território de Resistência percebidos Mais de 701 respostas
- Território de Resistência percebidos De 501 a 700 respostas
- Território de Resistência percebidos De 301 a 500 respostas
- Território de Resistência percebidos De 151 a 300 respostas
- Território de Resistência percebidos De 51 a 150 respostas
- Território de Resistência percebidos De 11 a 50 respostas
- Território de Resistência percebidos De 6 a 10 respostas
- Território de Resistência percebidos De 2 a 5 respostas

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA PERCEBIDOS

- 1 Anfiteatro do Zerão R. Júlio Estrela Moreira, próx. ao Moringão
- 2 Buracão - CSU - Centro Social Urbano Adriano Mariano Gomes R. Atílio Soudeler, 283
- 3 Vila Cultural Cemitério de Automóveis Av. Arthur Thomas, 342
- 4 Canto do MARL Vila Cultural Av. Duque de Caxias, 3241
- 5 UEL - Universidade Estadual de Londrina Rdv. Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380
- 6 Cidade de Refúgio Londrina Av. Jorge Casani, 2396
- 7 Aterro do Lago Igapó R. Prof. Joaquim de Mattos Barreto

EVENTOS

- 1 Concentração para as Paradas LGBT, ed. 2017, 2018, 2019 Colpado, esq. Av. Paraná com R. Remambuco
- 2 Programação cultural das Paradas LGBT, ed. 2017, 2018, 2019 Anfiteatro do Zerão, R. Júlio Estrela Moreira, próx. ao Moringão
- 3 Parada LGBTI+ de Londrina, ed. 2022 e 2023 Buracão - CSU, R. Atílio Soudeler, 283
- 4 I Congresso LGBT de Londrina (Congaló), ed. 2017 Vila Cultural Cemitério de Automóveis, Av. Arthur Thomas, 342
- 5 Carnaval de Rua 2020 Aterro do Igapó, R. Prof. Joaquim de Mattos Barreto
- 6 Carnaval de Rua 2023 Jardim Botânico, Av. dos Expedicionários, 1999
- 7 Semana das Cores - UEL, ed. 2017, 2018 Universidade Estadual de Londrina, Rdv. Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380

- Trajeito Paradas LGBT, ed. 2017, 2018, 2019



para melhor visualização dos mapas

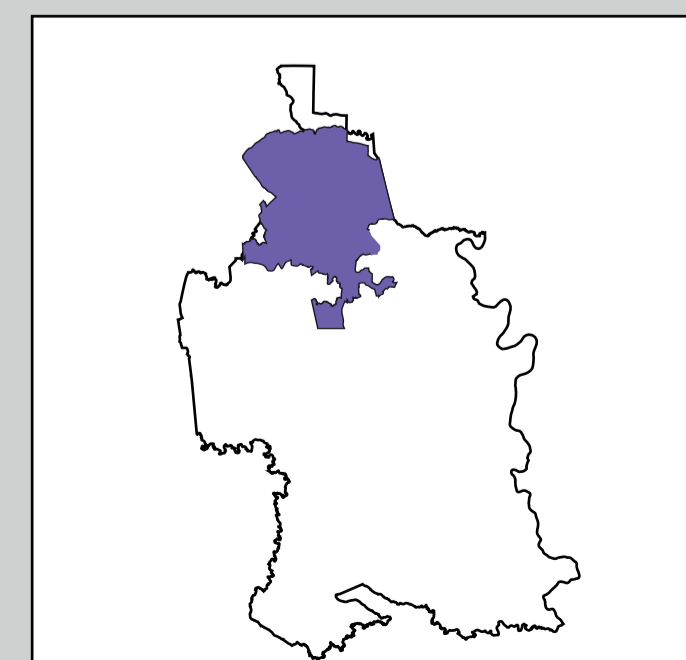


Cambé

Ibiporã

Londrina

0 1 2 3km



Localização no Município

Mapa 13

Territórios de Resistência LGBTIAP+ em Londrina - Mancha

Territórios de Resistência LGBTIAP+ em Londrina Mancha

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

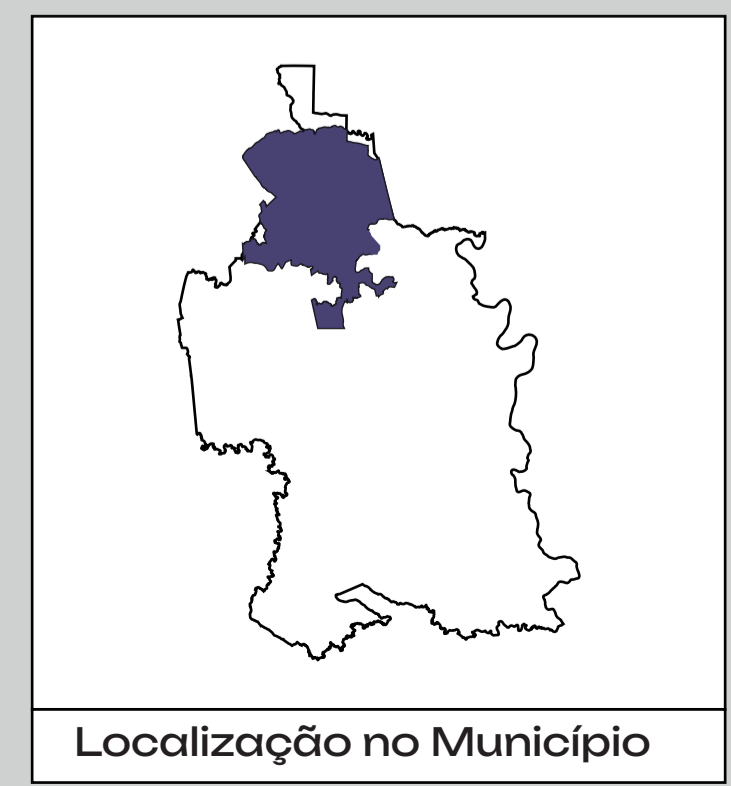
- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse
- Território de Resistência distribuição espacial



Cambé

Ibiporã

Londrina



para melhor visualização dos mapas

A partir dos Territórios de Resistência constatados, é possível dizer que uma das constantes que caracteriza parte desses territórios é a escolha de lugares para realização de protestos em espaços que foram carimbados por algum acontecimento de violência. Territórios de Resistência em locais previamente marcados por crimes de homotransfobia podem ser caracterizados como espaços urbanos onde a comunidade LGBTIAP+, apesar de ter enfrentado violências discriminatórias, ressurgiu como um agente de resistência ativa. Nestes territórios, eventos de protesto tornaram-se uma resposta vigorosa às adversidades experimentadas pelas pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Esses locais, marcados pela história de homotransfobia, transformam-se em arenas simbólicas e físicas onde a comunidade não apenas reivindica sua presença e direitos, mas também procura reverter narrativas discriminatórias, promovendo a visibilidade, a solidariedade e a luta contra a intolerância.

Outra constante está relacionada com a percepção dos espaços que abrigam o carnaval de rua como Territórios de Resistência. Isso ocorre pois o Carnaval é reconhecido por ser palco efervescente de manifestações culturais e sociais que desafiam normas estabelecidas. Nestes locais, a diversidade de expressões de identidade, incluindo aquelas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, é celebrada, evidenciando o que já foi demonstrado anteriormente, a importância da manifestação do Carnaval para o Movimento LGBTIAP+ londrinense.

A Universidade Estadual de Londrina também figura como Território de Resistência, não só pela realização da Semana das Cores / Festa das Cores, mas por se tratar de um ambiente propício para a vivência da diversidade. Muitos jovens que saem de pequenas cidades com o motivo de realizar um curso de graduação na universidade, encontram na distância da família e da comunidade a oportunidade de explorar sua sexualidade e sua identidade de gênero de maneira mais livre. A realização de debates, eventos e atividades que visam conscientizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre temas relacionados à diversidade e direitos humanos e a abertura cultural e artística de alguns dos cursos universitários também corrobora com a consolidação desse território.

Os mais importantes Territórios de Resistência, porém, no que toca o quantitativo de pessoas LGBTIAP+ que os reconhecem por tal, são os Territórios em que ocorreram e/ou ocorrem as Paradas LGBTI+ de Londrina.

A Parada LGBTI+ é uma iniciativa do Movimento Construção, realizada a partir da organização do mesmo com apoio financeiro de empresas voltadas ao público LGBTIAP+ na cidade com o objetivo de proporcionar um espaço seguro para celebrar a existência e a diversidade das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo que proporciona lazer e também se torna um palco importante para o debate público e político.

A 1ª, 2ª e 3ª edições do evento aconteceram com concentração no Calçadão de

Londrina, e após uma marcha pela Av. Higienópolis, ambos Territórios de Medo apontados anteriormente, finalizavam com apresentações culturais no Anfiteatro do Zerão, espaço que também acolhe outros eventos culturais importantes como a Batalha de Rimas. Tais edições consolidaram o Anfiteatro do Zerão como principal Território de Resistência da cidade de Londrina. O anfiteatro público também já foi palco de outras manifestações artísticas e culturais e protestos feitos pelos mais diversos movimentos sociais da cidade, incluindo o protesto que deu início a Frente Trans em 2021.

Por ser um espaço limitado fisicamente e com muitos degraus, e ainda por conta da demanda de um espaço mais amplo que comportasse o público que já atingia a casa dos 25 mil participantes na época, as edições de 2022 e 2023 da Parada LGBTI+ de Londrina passaram a ser no Buracão – CSU, espaço que já havia abrigado temporariamente a sede da ALIA.

De forma geral, dos 7 principais espaços consolidados como Territórios de Resistência em Londrina, ao menos 6 estão relacionados com a manifestação cultural e artística e relacionados a eventos importantes para o Movimento LGBTIAP+ da cidade. A Cidade de Refúgio Londrina também pode ser considerada um lugar importante para celebrar a aceitação, ao se apresentar como uma Igreja Cristã que abraça as dissidências de gênero e sexualidade. Nesses espaços, a diversidade não é apenas celebrada, mas é transformada em uma força motriz para desafiar estereótipos, desconstruir preconceitos e promover a aceitação plena. As manifestações culturais e artísticas, ao incorporarem narrativas de resistência, contribuem para a formação de uma identidade coletiva e para a criação de memórias que transcendem as adversidades enfrentadas pela comunidade LGBTQIAP+.

4.6 OS TERRITÓRIOS DE CONVIVÊNCIA

Os Territórios de Convivência dizem respeito a territórios de sociabilidade caracterizados por uma forte sensação de identidade e pertencimento para com as populações dissidentes de gênero e sexualidade, podendo ser categorizados por diversas tipologias de Territórios e múltiplas escalas, como 1) bairros - algumas áreas urbanas possuem bairros historicamente associados à comunidade LGBTIAP+, como Castro em São Francisco ou o Greenwich Village em Nova York, comumente associados ao conceito de Gueto Gay, mas pouco aplicável à realidade brasileira; 2) centros voltado à população LGBTIAP+ - estabelecimentos físicos dedicados, como centros comunitários que oferecem uma variedade de recursos, incluindo serviços de saúde, grupos de apoio e eventos culturais; 3) bares, clubes e baladas LGBTIAP+ - locais noturnos voltados para a comunidade dissidente de gênero e sexualidade; 4) eventos, festas LGBTIAP+ - festas universitárias caracterizadas pela presença massiva de público LGBTIAP+, as próprias Paradas do orgulho, festivais e

eventos culturais que ocorrem em espaços públicos ou privados; 5) saunas e espaços de entretenimento adulto LGBTIAP+ - locais que oferecem ambientes mais íntimos para a comunidade explorar sua sexualidade de maneira segura e privada; 6) parques e espaços de lazer - áreas públicas em que a comunidade LGBTIAP+ se reúne informalmente para atividades de lazer; etc.

Nesses territórios, várias podem ser as territorialidades que corroboram para o estabelecimento do senso de identidade. Desde as mais simples necessidades sociais, perpassando pela busca por prazer, por liberdade de expressão individual, por conexão com outros membros da comunidade, a participação em atividades culturais e sociais e até a celebração da diversidade.

Para além dessa categorização, os Territórios de Convivência podem ser divididos em Territórios de Convivência Públicos e Territórios de Convivência Privados. Sobre essa diferença, Barreto e Alves (2010) explicam que:

Desse modo os espaços públicos se caracterizam, de forma geral, por aqueles onde a sua frequência não depende uma transação comercial, ou seja, pagamento de entrada ou consumo de produtos. São caracterizados também por terem sido apropriados como área de convivência homossexual, dado que essa não seria sua função original, havendo assim um processo de (re)territorialização. Enquanto isso os espaços privados se caracterizam basicamente por haver transação comercial como garantia de presença do frequentador, caracterizados desse modo por serem estabelecimentos comerciais que estão voltados especificamente ao público LGBT. É importante definir como transação comercial aquilo que garante a entrada e/ou permanência do frequentador no estabelecimento, o que pode variar desde o pagamento de um bilhete de entrada, no caso de boates e saunas, até certa consumação mínima, no caso de bares (p. 7).

Além das diferenças entre os Territórios de Convivência Públicos e Territórios de Convivência Privados, ainda existem divergências particulares nos Territórios de Convivência Privados, já que, segundo Guimarães e Lando (2023) “nem todos os ambientes ou empreendimentos (...) foram criados para as pessoas LGBTQIA+ frequentarem, todavia, é a ocupação em determinados horários e/ou dias da semana que os fazem se tornar” (p. 163) territórios de sociabilidade, ou melhor, Territórios de Convivência. Barreto e Alves (2010) acrescentam que:

Dentre os espaços de convivência privados, existe uma diferença entre aqueles que promovem uma interação sem vínculo sexual, ou esse tipo de interação não aparece como principal objetivo do frequentador, e os que promovem interação com vínculo sexual. Dentre os primeiros podemos citar as boates e bares, que são locais onde os indivíduos podem interagir entre si, conversar e até mesmo flertar de forma segura, sabendo que esses locais são frequentados por indivíduos que partilham da mesma identidade ou que a respeitam (p. 8).

Para que se possa compreender as dinâmicas envolvidas na configuração desses

territórios, sejam eles públicos ou privados, o questionário fez-se uma ferramenta essencial, apontando os territórios a serem caracterizados. As entrevistas aos proprietários e gerentes dos estabelecimentos tendem a construir uma compreensão ainda mais profunda sobre o assunto. Foram feitas 6 entrevistas com proprietários de estabelecimentos voltados ou frequentados pela população LGBTIAP+ em Londrina, alguns em funcionamento, outros já fechados, mas que marcaram a história da comunidade local. Tais entrevistas foram organizadas de modo a construir de maneira abrangente a caracterização dos Territórios de Convivência em Londrina e traçar uma perspectiva sobre a dinâmica histórica da abertura desses estabelecimentos.

Os bares, como já explorado nesse trabalho, exerceram um papel fundamental no estabelecimento das sociabilidades que levaram ao surgimento de diversos grupos do Movimento LGBTIAP+, desempenhando, por vezes, papel fundamental do imaginário da cultura das populações dissidentes, como o Stonewall Inn em Nova Iorque e, a própria existência desses estabelecimentos é em si um desafio às estruturas heterocisnormativas da sociedade. Contudo, ao mesmo tempo, acabam por se render às estruturas do capitalismo, privatizando o direito à cidade e à sociabilidade. Sobre isso, Silva e Santos (2016) explicam:

(...) os segmentos LGBT que podiam pagar pelo uso de espaços privados com segurança e sem constrangimentos. Necessariamente, estariam excluídos desses espaços homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais das frações mais subalternizadas (p. 508).

A população LGBTIAP+ Londrinense tem encontrado na vida noturna da cidade, nos bares, boates e baladas um importante espaço de sociabilidade há muito tempo. Especula-se que o primeiro bar frequentado pelo público dissidente de gênero e sexualidade foi um bar chamado Safrista, seguido pelo Falso Brilhante, na Av. Higienópolis. Na final de 70, entretanto, é que se inicia a linha do tempo mais clara da vida noturna LGBTIAP+ na cidade, com a inauguração do Bar Valentino em 1979 pelo professor de história José Antonio Theodoro, “que além de professor e diretor de teatro, também era aficionado pelos filmes mudos estrelados por Rodolfo Valentino” (Meira, 2008, p. 53). Segundo Meira,

(...) o Bar Valentino pode ser considerado como um espaço que ao longo de sua história adquiriu certas “funções latentes” que transcendem os objetivos puramente comerciais normalmente atribuídos aos bares. Em primeiro lugar, desde o seu início lhe foi conferida uma “vocação artística”, que o transformou em palco para peças de teatro, musicais, mostras de vídeo, exposições e happenings, levando-o a incorporar a maioria dos artistas londrinenses – músicos, atores, artistas plásticos, cineastas, escritores e poetas. Além disso, por seu “clima” espontâneo, advindo de seus propósitos artísticos, este espaço passou a ser concebido por seus frequentadores

como um “lugar diferente”, adquirindo também certas funções associadas ao cotidiano político e sexual de Londrina (p. 50).

O Valentino, como é popularmente conhecido, iniciou suas atividades numa pequena casa de madeira, na região próxima de onde fica o Anfiteatro do Zerão, “com paredes internas, salas, cozinha e um único banheiro unissex” (Meira, 2008, p. 54). Apenas cerca um ano após sua inauguração, o grupo de teatro Delta, do qual Theodoro era diretor, “fez grande sucesso com a encenação de “Toda Nudez Será Castigada”, de Nelson Rodrigues, excursionando com a peça por várias cidades brasileiras e também no exterior” (p. 55), fazendo com que o bar fosse comprado pelo italiano Giuseppe Loiacono, popularmente conhecido como Pino, que introduziu no cardápio do bar a famosa macarronada da madrugada (Meira, 2008). De acordo com Meira, Pino voltou para a Itália e vendeu o bar em 1986 para o fornecedor de massas Marcos Marangoni, que viria a ser seu proprietário até o início da década de 90.

Na década de 80 também figurava na cena noturna londrinense o Pantheon, um bar localizado às margens da BR-369 no qual o futuro proprietário de outro grande estabelecimento que marcou a história da comunidade LGBTIAP+ de Londrina começou a trabalhar como DJ. O arquiteto Miguel, após vários pedidos dos frequentadores do Pantheon, inaugurou a Friends em um barracão que pertencia a sua mãe, na Vila Yara, em 1991, estabelecendo-a como uma das mais importantes baladas LGBTIAP+ da história da cidade.

Foi nesse mesmo ano que o Valentino passou a ser administrado pelo seu atual proprietário, Valdomiro Chammé. O Bar Valentino se estabeleceu como um bar alternativo, de público misto, mas muito frequentado pela comunidade LGBTIAP+, enquanto a Friends se estabeleceu como uma balada GLS (nos termos da época). Segundo Meira (2008),

(...) Outra característica historicamente atribuída ao Bar Valentino é que em meio à grande heterogeneidade de seu público, o espaço tornou-se um ponto de encontro GLBTT, levando alguns de seus frequentadores a lhe imprimirem o status de “bar gay”. (...) De maneira geral, (...) parcela de seus usuários que, de alguma forma, era ligada ao universo GLBTT encontrava neste espaço uma forma de exercitar os códigos associados as suas (homo)sexualidades que não lhe era permitida em outras esferas socializantes – como a família, o trabalho, a escola e a faculdade. Afinal, pela “atmosfera artística” característica ao Bar Valentino, ali os símbolos construídos em torno das (homo)sexualidades adquiriam um caráter polissêmico, associado aos aspectos mais valorizados do que estigmatizados do estilo de vida GLBTT, como a “espontaneidade”, a “alegria”, a “sensibilidade”, a “diversidade estética” e a “relação com as artes”. Ou seja, enquanto alguns de seus frequentadores eram vistos no cotidiano como “gayzinhos”, “veados”, “sapatões” e “bizarros”, no Bar Valentino eles eram percebidos enquanto “cults”, “intelectuais”, “cabeças abertas”, “espontâneos” e

“artistas”, lhes permitindo tornar pública suas identidades (homo)sexuais (p. 65).

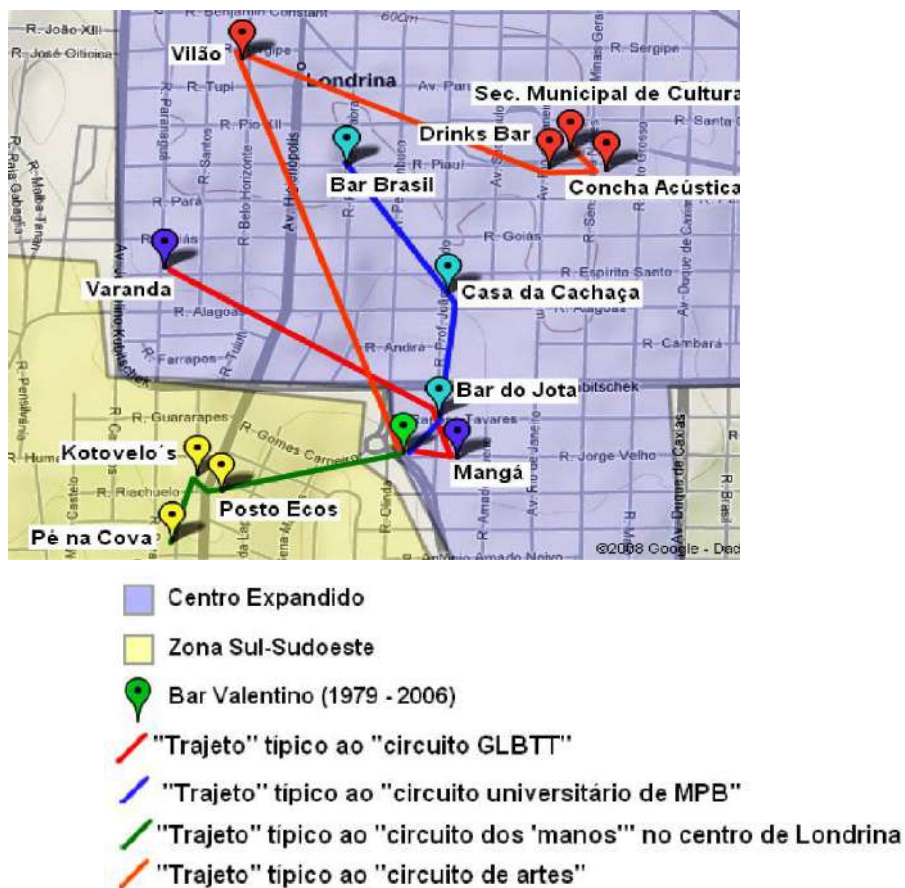
Meira (2008) faz um compilado de circuitos estabelecidos pelos frequentadores do bar Valentino pela cidade de Londrina, deixando claro a articulação do público LGBTIAP+ entre esses dois estabelecimentos, o Valentino e a Friends, que eram os principais estabelecimentos frequentados pela população dissidente de gênero e sexualidade na época, em articulação com outros estabelecimentos que ficaram abertos por menos tempo:

Dentre os diversos circuitos derivados nos quais o Bar Valentino era tido como referência, alguns deles se destacavam mais do que outros por dependerem deste espaço para que a lógica de seus trajetos fosse concluída. Este é o caso, por exemplo, do “circuito GLBTT”, que em seu trajeto característico possuía a mesma coerência apresentada pelo deslocamento dos grupos GLBTT no interior da mancha de lazer do Bar Valentino, embora incorporasse outros equipamentos um pouco mais distantes, como o bar “Varanda” e a boate “F.R.I.E.N.D.S.”. Enquanto o “Varanda” era caracterizado pela intensa movimentação durante o “happy hour”, sendo procurado pelos adeptos do “circuito GLBTT” antes da realização do deslocamento típico em meio à mancha citada, em algumas ocasiões a boate “F.R.I.E.N.D.S.” era incorporada ao final do trajeto. Assim, quando considerada a escala do circuito, o deslocamento “Bar do Jota → Mangá (ou o inverso) → Bar Valentino”, poderia expandir-se para “Varanda → Bar do Jota → Mangá (ou o inverso) → Bar Valentino → F.R.I.E.N.D.S.” (p. 84).

A hegemonia dos dois estabelecimentos e a dinâmica do circuito demonstrado por Meira (2008) perdurou durante toda a década de 90, até meados dos anos 2000. A seguir, Meira demonstra os circuitos da vida noturna londrinense ligados ao Bar Valentino:

Figura 45

Sobreposição de trajetos característicos a alguns circuitos de lazer noturno em Londrina (2004-2005).



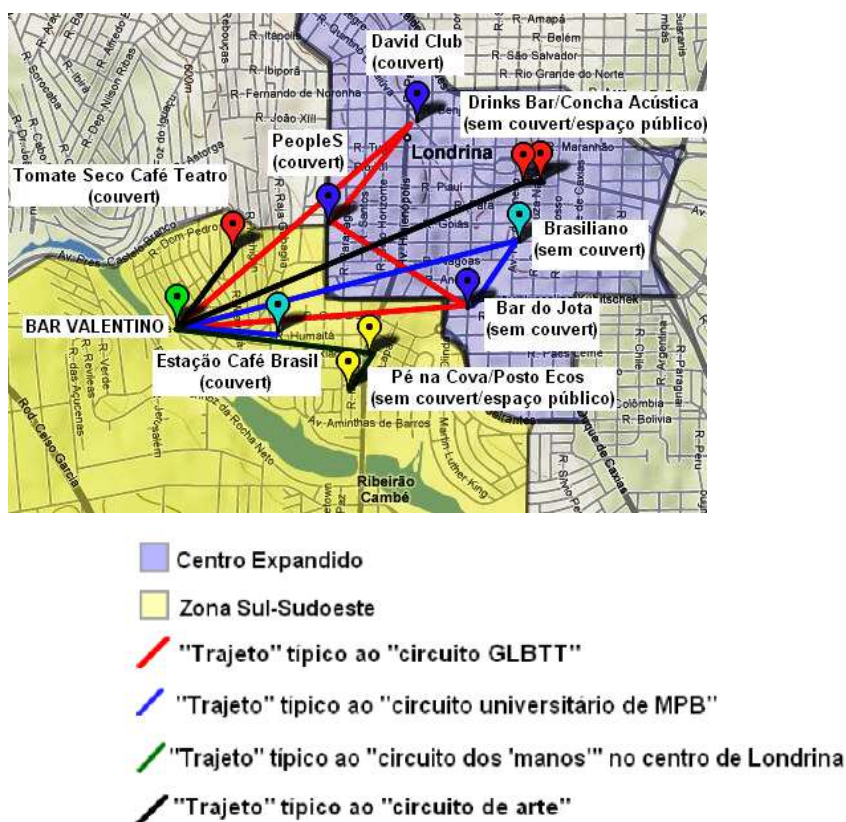
Nota: Recuperado de "... *Da Força da Grana que Ergue e Destrói Coisas Belas*": uma etnografia dos circuitos de lazer noturno em Londrina - PR a partir do Bar Valentino de Meira, T. A. B., 2008, p. 93.

Em 2006 o Bar Valentino muda de endereço para o local onde permanece em atividade até os dias atuais e faz uma expansão de seu espaço físico, mudando a configuração do circuito:

No caso do "circuito GLBTT", por exemplo, constata-se que um de seus trajetos mais típicos é agora composto pelo deslocamento "Bar Valentino (terça-feira) → Varanda ou Bar do Jota (terça ou quarta-feira) → F.R.I.E.N.D.S. ou PeopleS (quinta, sexta ou sábado) → Bar Valentino ou David Club (sexta-feira ou sábado)". Neste caso, a lógica dar-se-á: (01) Pela realização de uma noite temática no Bar Valentino ("Valentino Eletrônico" ou "Ata-me"); (02) Pela permanência em "espaços secundários" no meio da semana, onde ocorram apenas flertes e paqueras, mas não seja exigida consumação ou couvert ("Varanda" ou "Bar do Jota"); e, (03) Pela escolha de um "espaço-âncora" no final de semana (...) (Meira, 2008, p. 140).

Figura 46

Sobreposição de trajetos característicos a alguns circuitos de lazer noturno em Londrina (2008)



Nota: Recuperado de “... Da Força da Grana que Ergue e Destrói Coisas Belas”: uma etnografia dos circuitos de lazer noturno em Londrina - PR a partir do Bar Valentino de Meira, T. A. B., 2008, p. 142.

Em 2008 inaugura a New York (NY) na Av. Bandeirantes, nº 160, próximo ao Ginásio Moringão e ao Anfiteatro do Zerão, localização muito próxima também de onde ficava o Bar Valentino até 2006. O estabelecimento tinha como intuito oferecer um serviço de qualidade para a população LGBTIAP+ da cidade e começou a atrair um público mais jovem.

Entre 2008 e 2015, o público LGBTIAP+ que frequentava a Friends foi gradativamente se diluindo entre a NY e o Valentino. Em 2012, na necessidade de um espaço maior e pressionada pelo poder público, a NY se mudou para a Av. Faria Lima e sua proprietária manteve o espaço anterior aberto com uma nova proposta, o Soho. Em 2015 houve o fechamento definitivo da Friends e a dissolução da sociedade que administrava o NY no endereço da Av. Faria Lima. Nesse ano, a NY Lounge abre na R. Rio Grande do Norte, para evitar problemas de zoneamento, e no espaço em que ficava anteriormente, o antigo sócio inaugura o Narciso Bar.

Nos anos seguintes, NY Lounge e Narciso Bar protagonizam a cena noturna LGBTIAP+ londrinense, com aparecimento de outros estabelecimentos que permaneceram pouco tempo

abertos, como o Valle 527 Pub. A proprietária da NY Lounge também abre nesse período o Villa NY na Av. Faria Lima, que logo depois fecharia e abriria com novo nome e administração.

O Oloo Bar inicia suas atividades em 2020 na Rua Paranaguá, conhecida por ser um epicentro da vida noturna da juventude londrinense, e logo em seguida, em 2021, é inaugurada também a Violet Club, administrada por uma antiga DJ que trabalhou na NY Lounge.

Para além dos Bares como ambiente importante para a sociabilidade LGBTIAP+ na cidade, em 2012 é inaugurada a Sauna Termas 44, espaço que permanece aberto até os dias atuais, destinado ao público Gay.

Não parece haver nenhum fator determinante na escolha dos endereços desses estabelecimentos na história da comunidade LGBTIAP+ de Londrina, porém é fato que muitos desses estabelecimentos tiveram uma presença tão marcante que acabaram por influenciar a percepção daquele espaço como um local importante na construção da identidade LGBTIAP+.

Uma constante que parece acometer a maior parte dos estabelecimentos voltados ao público LGBTIAP+ em Londrina é a forte repressão de suas atividades pela sociedade, seja pela comunidade de moradores que vive nas proximidades dos estabelecimentos, ou por parte do poder público a partir das exigências e alvarás para funcionamento, tornando desafiador manter as atividades em funcionamento.

Outro fato importante são as atitudes que os administradores tomam para tornar os ambientes mais acolhedores à população LGBTIAP+, como a tolerância zero a preconceitos, e em alguns casos, a não diferenciação de gênero nos banheiros e também a lista *free*, evitando cobrar entrada de pessoas Trans e Drag Queens, de forma a driblar a premissa capitalista que marginaliza a população LGBTIAP+ e ao mesmo tempo exige que essa pague pelo direito de socializar.

A começar pelas respostas do questionário, foram possíveis identificar uma série de lugares apontados pelas pessoas LGBTIAP+ da cidade, divididos entre lugares públicos e privados, a serem apresentados a seguir:

Tabela 7

Locais públicos de convivência

Local	Quantidade de registros
Aterro do Lago Igapó	884
Anfiteatro do Zerão	879
Jardim Botânico	521
Concha acústica	367
Não respondeu	171

Bosque Central	133
Praça Pé Vermelho	109
Praça Nishinomiya	100
Praça Rocha Pombo	84
Praça Tomi Nakagawa	82
UEL	22
Zerão	16
Lago Igapó II	11
Barragem do Igapó (Igapó I)	8
Todos os lugares	7
Rua São Luiz com a Rua Quintino	5
Buracão (CSU)	5
Calçadão	5
Beco dos universitários	4
Matinha Igapó	3
Rua Quintino Bocaiuva	3
Lago Norte	2
Lago Cabrinha	2
Parque Arthur Thomas	2
Matinha do Cativoiro	2
Rua Paranaguá	2
Centro em geral	1
Cine Teatro Ouro Verde	1
Biblioteca Pública	1
Divisão de Artes Plásticas	1
Praça das Olimpíadas (Up Bar, UniFil)	1
Praças da Rua Humaitá	1
Vale do Ruby	1

Tabela 8*Locais privados de convivência*

Local	Quantidade de registros
NY Lounge	678
Bar Valentino	628
Oloo Bar	457
Narciso Bar Londrina	395
Não Frequento	307
Viollet Club	210
Maré Subsolo	113
Sauna Termas 44	62
Sabor&Ar	31
Thermas Villa Romagna	28
Espaço Elias Ferreira (Dumb / Limonada / Frootaria)	28
Plazza Eventos (Antigo Som Brasil)	27
Bar Bee Cool	27

Cidade de Refúgio Londrina	22
Não respondeu	20
Bar.Bearia Londrina	14
Up Bar	12
Maximo Villa Faria Lima / Villa NY / Cazzulo Bar	11
NYC Burgers	9
Shoppings em Geral	8
Espaço 37 (Cyber 37)	7
Bar do Barão	6
Livraria Olga	5
Coletivo EspaçoNave	5
Café com Propósito	5
Maximo Villa	4
Galleria Bar	4
MARL - Movimento de Artistas de Rua de Londrina	4
Porks Londrina	3
Bar do Japa	2
Vila Cultural Casa da Vila	2
Vila Cultural Alma Brasil	2
Varanda Bar e Restaurante	2
DaLuz Coffee Bar	2
Green Açai	2
Jamô Bar	1
Studio Seven Hachi	1
Distribuidora da Goiás	1
Santo Dog Londrina	1
Bar do Jota	1
Friends	1
Casa Madá - Ateliê Coletivo	1
02 Master	1
Casa Aho	1
Bar do Tomio	1
Vila Cultural Flapt!	1
Muchachas Food Truck	1
Magnólia Bar e Restaurante	1
Pierots	1
Bar Brasil	1
R2 Choperia	1
Vitrola Bar	1
Piedade Card House	1
Templo de Umbanda Reino de Xangô	1
Dom Jhosé Comes & Bebes	1
Cemitério dos Automóveis	1
Growlers club Centro	1
Chopp Club Bar	1
John O'Groats Scottish Pub	1

A partir desse contexto histórico e da identificação dos Territórios de Convivência pelos respondentes do questionário, apresenta-se o seguinte mapa síntese:

Mapa 14

Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina

Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator



Cambé

Ibiporã

Londrina

- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse

- Território de Convivência Privado De 501 a 700 respostas
- Território de Convivência Privado De 301 a 500 respostas
- Território de Convivência Privado De 151 a 300 respostas
- Território de Convivência Privado De 51 a 150 respostas
- Território de Convivência Privado De 11 a 50 respostas
- Território de Convivência Privado De 6 a 10 respostas
- Território de Convivência Privado De 2 a 5 respostas
- Território de Convivência Público Mais de 701 respostas
- Território de Convivência Público De 501 a 700 respostas
- Território de Convivência Público De 301 a 500 respostas
- Território de Convivência Público De 151 a 300 respostas
- Território de Convivência Público De 51 a 150 respostas
- Território de Convivência Público De 11 a 50 respostas
- Território de Convivência Público De 6 a 10 respostas
- Território de Convivência Público De 2 a 5 respostas

TERRITÓRIOS DE CONVIVÊNCIA PRIVADOS

- NY Lounge R. Rio Grande do Norte, 750
- Bar Valentino R. Prof. Faria Lima, 486
- Oloó Bar R. Paranáguá, 850
- Narciso Bar R. Prof. Faria Lima, 765
- Violet Club Av. Santos Dumont, 1233
- Maré Subsolo Av. Dussan de Coxias, 3000
- Sauna Termas 44 R. Itá, 44
- Sabor & Ar Av. Amélio de Barros, 46
- Thomas Villa Romagna Av. Theodoro Victorelli, 177
- Espaço Elias Ferreira R. Pinguim, 65
- Piazza Eventos R. Acre, 100
- Bar Bee Cool R. São Luís, 61
- Cidade de Refúgio Londrina Av. Jorge Casari, 2396
- Bar Bearia R. Quintino Bocaliva, 875
- Up Bar Av. Juscelino Kubitschek, 1973
- Maximo Villa Faria Lima / Villa NY / Cazzulo Bar / Keter Club R. Prof. Faria Lima, 1380A

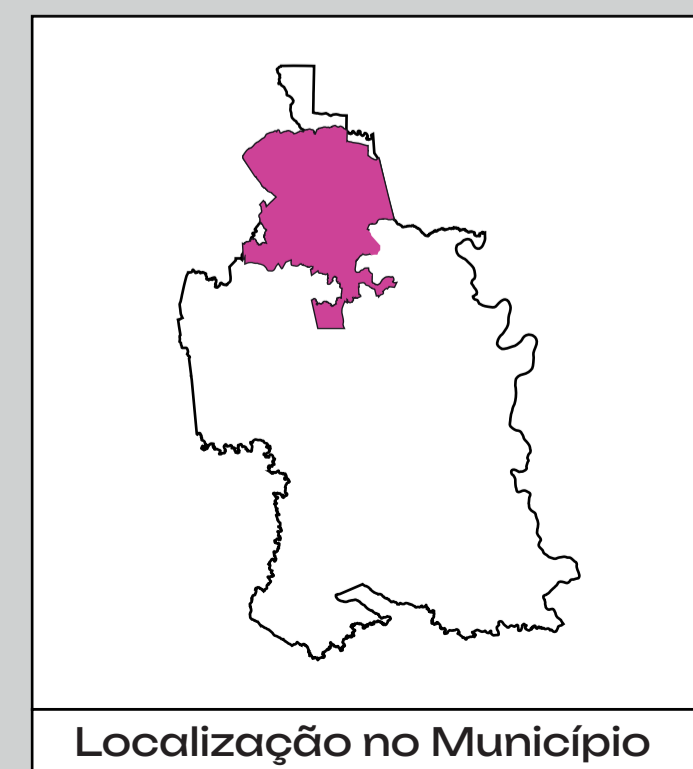
TERRITÓRIOS DE CONVIVÊNCIA PÚBLICOS

- Aterro do Lago Igapó Rua Prof. Joaquim de Matos Barreto
- Anfiteatro do Zerão Rua Júlio Estrela Moreira, próx. ao Moringão
- Jardim Botânico Av. dos Expedicionários, 1999
- Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon Av. São Paulo, 434
- Praça Pé Vermelho AL Pé Vermelho
- Praça Nishinomiya Av. Santos Dumont, próx. ao Aeroporto
- Praça Rocha Pombo R. Benjamin Constant
- Praça Tomi Nakagawa Av. Arcebiapo Dom Geraldo Fernandes
- UEL - Universidade Estadual de Londrina R. Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380
- Zerão - Área de Recreação e Lazer Luigi Borghesi R. Júlio Estrela Moreira
- Lago Igapó II R. Professor Joaquim de Matos Barreto e R. Bento Munhoz da Rocha Neto



para melhor visualização dos mapas

0 1 2 3km



Localização no Município

Mapa 15

Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina - Mancha

Territórios de Convivência LGBTIAP+ em Londrina Mancha

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

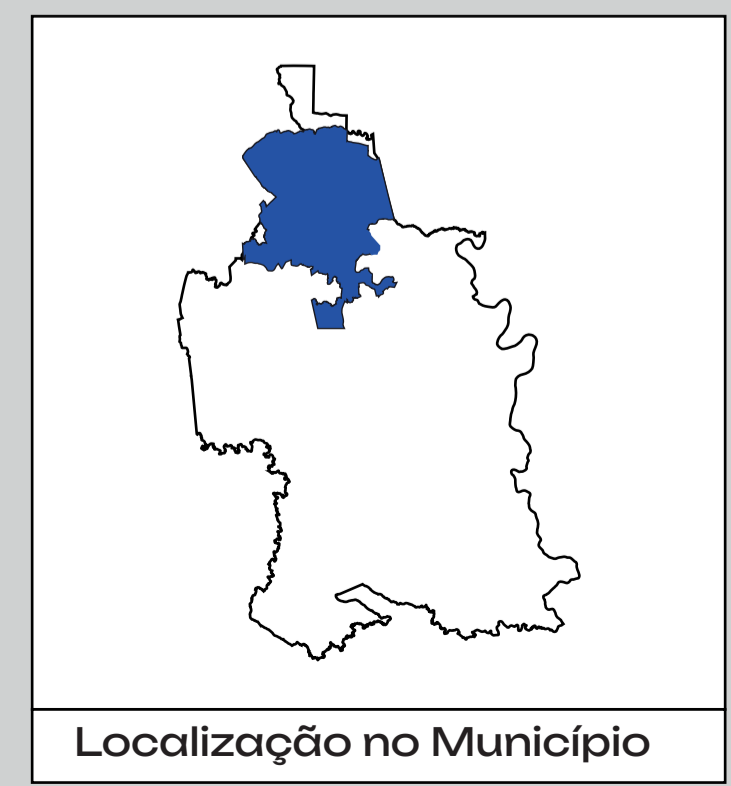
- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse
- Território de Convivência distribuição espacial



Cambé

Ibiporã

Londrina



para melhor visualização dos mapas

Alguns Territórios de Convivência Privados parecem influenciar no aparecimento de territorialidades de convivência em espaços públicos, como foi o caso do UP Bar, que antes de encerrar suas atividades em 2022, era conhecido por fomentar uma grande aglomeração na Praça das Olimpíadas e o Bar Bee Cool e o Bar Bearia que favorecem a aglomeração de pessoas na R. Quintino Bocaiúva. Arrisca-se dizer que o oposto também é válido no caso do Zerão e do Anfiteatro do Zerão, espaços que tem um grande fator de identificação da comunidade LGBTIAP+, sendo o anfiteatro o principal Território de Resistência LGBTIAP+ de Londrina, e favorecendo a territorialidade de convivência de pessoas LGBTIAP+ no restaurante Sabor & Ar, que não é um restaurante especificamente voltado ao público LGBTIAP+.

Quanto aos Territórios de Convivência Públicos, muitos parecem estar relacionados aos Territórios de Resistência, alguns desses, já estabelecidos como espaços de grande identificação para a comunidade LGBTIAP+ local. Para além disso, a escolha das demais praças e parques como locais de convivência podem ser entendida como uma forma de apropriação simbólica desses espaços públicos para expressar identidade e reivindicar visibilidade.

Outros Territórios de Convivência Públicos importantes para a população LGBTIAP+ são os matagais, bosques e matas em fundo de vale, utilizados como verdadeiros territórios do prazer. Em Londrina, até muito recentemente o Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon era o principal representante desses territórios, e por ali ficavam garotos de programa aproveitando da luminosidade escassa e do pouco movimento. Após uma reforma concluída em 2022 pela Prefeitura Municipal, outros territórios começam a aparecer em substituição, como a “Matinha do Igapó” nas proximidades do Zerão.

Cabe ressaltar que apesar de os Territórios de Convivência apresentados serem espaços importantes de sociabilidade, nem todas as pessoas LGBTIAP+ frequentam esses territórios, que ainda podem ser frequentados por grupos diferentes de pessoas dentro da diversidade que compõe a sigla, tendo algumas identidades tendo preferência por territórios específicos.

Os matagais e bosques mencionados, como o Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon, refletem uma outra camada da experiência urbana LGBTIAP+, frequentemente marginalizada. A utilização desses espaços para encontros íntimos e, por vezes, para trabalho sexual, aponta para questões de marginalidade econômica e social, que pode ser relacionada com o aparecimento de outras territorialidades nesses espaços, como Morte e Medo, de forma que demonstra uma maior vulnerabilidade socioeconômica de subgrupos dentro da própria comunidade LGBTIAP+.

Embora os Territórios de Convivência seja uma categoria dicotômica em relação aos Territórios de Medo e Morte, Guimarães e Lando (2023) ressalta que esses territórios não

eliminam a possibilidade de ocorrência de violências, mas que “dele faz nascer um sentimento subjetivo de segurança, aconchego e conforto (...)” (p. 160). A própria existência de tais territórios parte da necessidade de uma “mínima autonomia em relação a esses padrões, regidos pela égide heteronormativa, permitindo que a “liberdade” e “diversidade” dos indivíduos possam, de alguma forma, ser exploradas” (Silva et al., 2022, p. 75).

A sobreposição de diferentes tipos de Territórios LGBTIAP+, como Medo, Morte, Resistência e Convivência, reflete a complexidade e a interconexão das experiências vivenciadas pela comunidade LGBTQIAP+. Essa sobreposição não é apenas possível, mas muitas vezes é a realidade, evidenciando a coexistência de dinâmicas diversas e, por vezes, contraditórias. Indivíduos LGBTQIAP+ podem transitar por diferentes territórios simultaneamente, pois suas experiências são multifacetadas e também serão as territorialidades.

A partir dessa realidade, produziu-se um mapa de modo a demonstrar a sobreposição desses Territórios, de forma a fornecer uma ferramenta visual que permita uma visão abrangente das complexas dinâmicas vivenciadas pela comunidade LGBTQIAP+ em Londrina. Para esse mapa, foram utilizados os mapas de mancha dos Territórios de Medo, Morte, Resistência e Convivência, e a partir de um diagrama de Venn, foi possível representar graficamente como essas manchas se sobrepõem.

Mapa 16

Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte LGBTIAP+ em Londrina – Mapa de Intersecção



Territórios de Convivência, Resistência, Medo e Morte LGBTIAP+ em Londrina Mapa de intersecção

Fonte: IPPUL, SIGLON, base de dados do autor

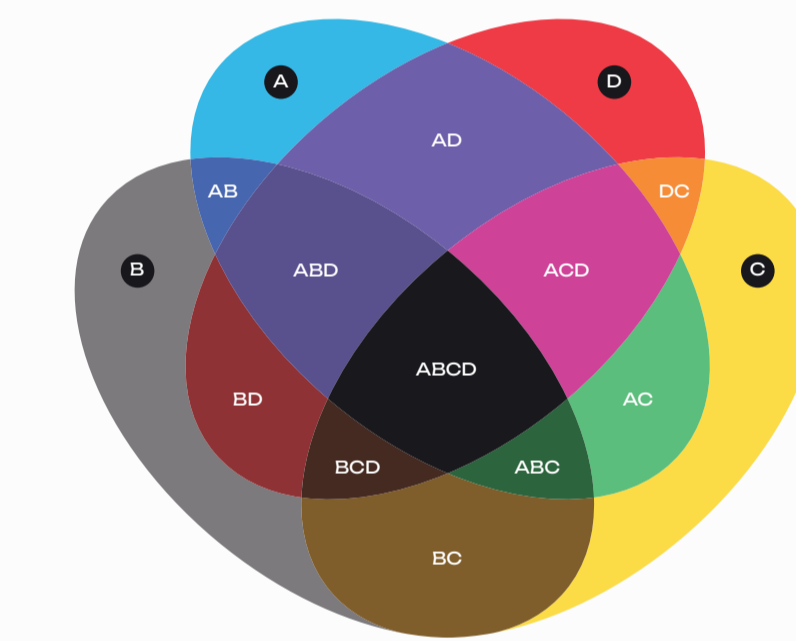
Organização: O autor, 2023.

Software: Adobe Illustrator

- Município de Londrina
- Município de Ibiporã
- Município de Cambé
- Hidrografia
- Áreas Verdes
- Parques e Praças
- Limites das Regiões
- Perímetro urbano
- Sistema Viário
- Áreas de Interesse

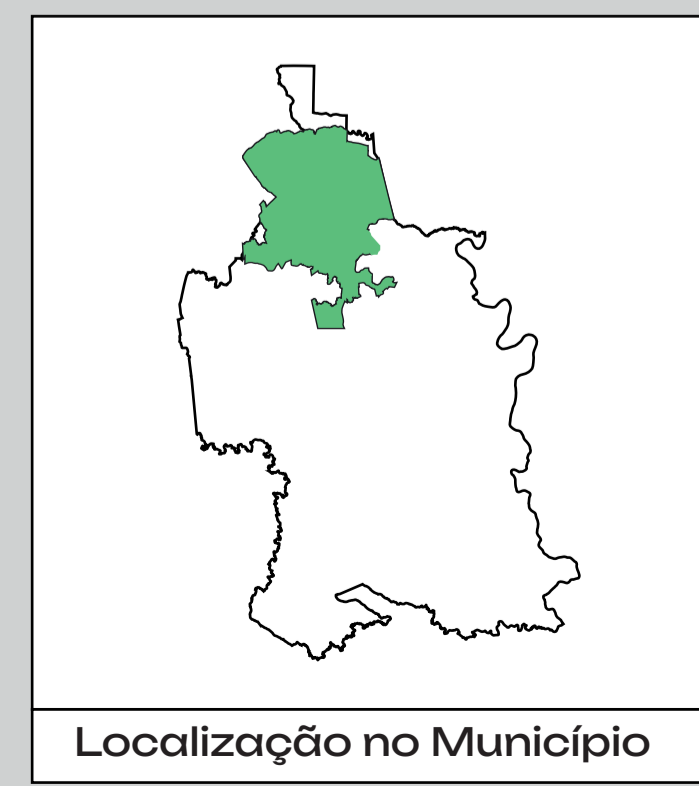
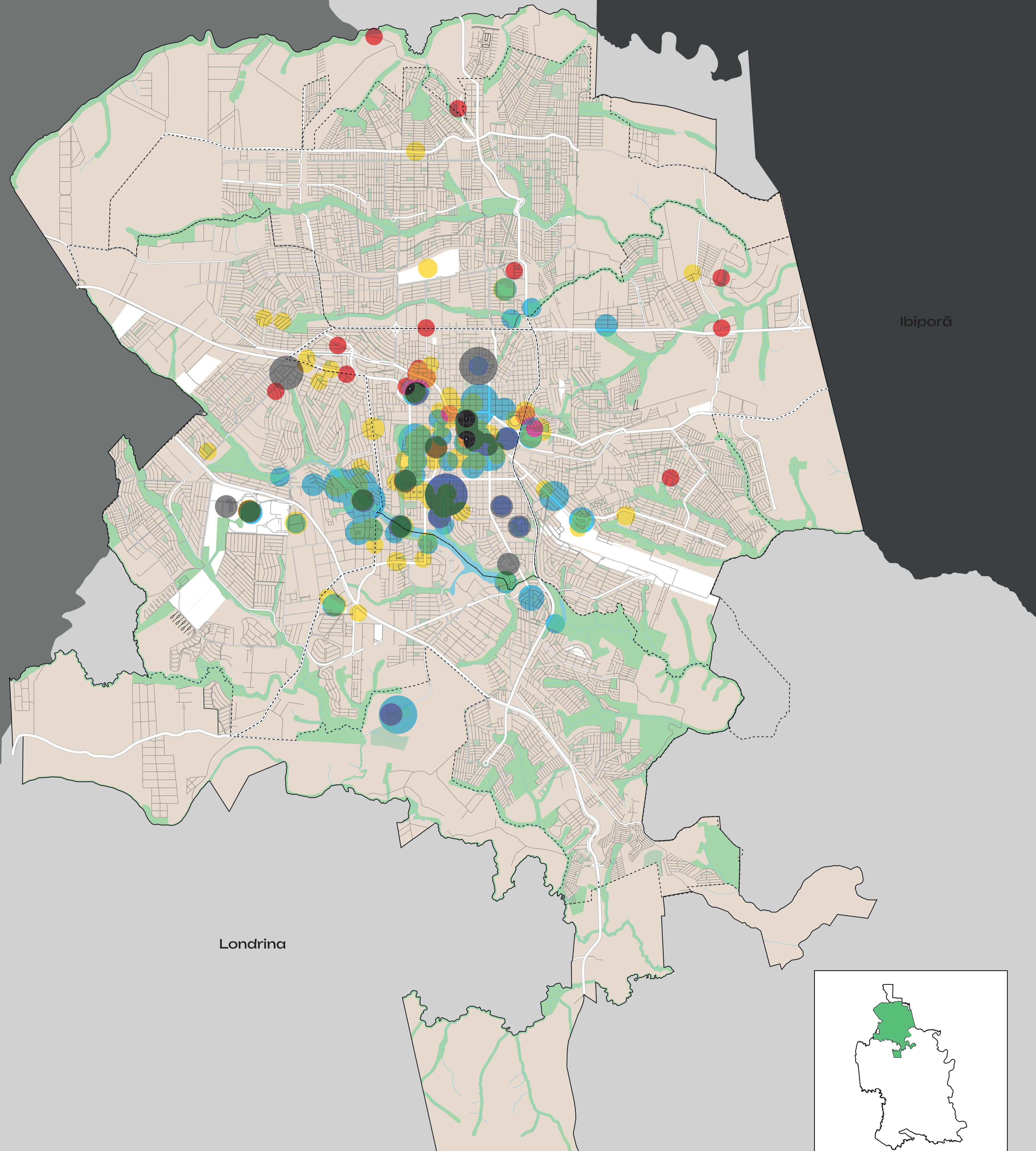
TERRITÓRIOS LGBTIAP+

- Territórios de Convivência
- Territórios de Resistência
- Territórios de Medo
- Territórios de Morte



TERRITÓRIOS DE INTERSECÇÃO

- Praça Rocha Pombo R. Benjamin Constant Av. São Paulo, 434
- Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon
- R. Quintino Bocaiuva Entre as Av. Rio Branco e a R. Pref. Hugo Cabral



para melhor visualização dos mapas

Os principais territórios de intersecção parecem estar relacionados com uma história importante e complexa da presença da população LGBTIAP+ em Londrina. Para além disso, a sobreposição dos Territórios LGBTIAP+ sugere que as experiências da comunidade LGBTQIAP+ são multidimensionais e estão enraizadas em uma rede complexa de fatores sociais, culturais e estruturais.

A sobreposição desses territórios demonstra que a fragilidade das sociabilidades está relacionada com a vulnerabilidade socioeconômica de grupos mais afetados pela violência, como as travestis, que tendem a simultaneamente ocupar territórios em que ocorrem territorialidades de medo e morte, mas também de convivência e resistência, como no caso da Rua Quintino Bocaiúva que possui proximidade espacial importante com a Av. Leste Oeste. Já a Praça Rocha Pombo e o Bosque Municipal evidenciam territorialidades de grupos homossexuais masculinos, que, ao buscarem espaços de prazer que não fazem parte da economia formal, se encontram mais vulneráveis à violência.

A partir dessa complexa rede de fatores, essa dissertação objetivou demonstrar como esses podem se especializar na cidade e como as territorialidades atravessam as múltiplas vivências e experiências da população LGBTIAP+. É imperativo ressaltar que a cidade, enquanto cenário multifacetado, serve como um locus de diversas narrativas e experiências. Todavia, o aspecto mais preponderante dessa representação urbana reside em sua potencialidade para fomentar uma análise crítica e propiciar ações direcionadas à edificação de cidades mais equitativas e menos disparatadas para todos os seus residentes. Ao se debruçar sobre os Territórios de Medo, Morte, Resistência e Convivência no contexto urbano, confrontam-se as injustiças e opressões que permeiam as tessituras sociais. As reflexões aqui propostas tem a intenção de instigar iniciativas que promovam a inclusão, a equidade e o respeito aos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual, classe social, raça, cor ou idade. Somente ao se reconhecer e enfrentar as disparidades presentes na urbe é que se pode verdadeiramente aspirar a uma urbanidade que celebre a diversidade e garanta o bem-estar de todos os seus habitantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não existirá cidadania no Brasil, não existirá democracia no Brasil, não existirá desenvolvimento econômico no Brasil se as pessoas LGBTQIA+ não puderem exercer os seus direitos”

Silvio Almeida

A presente pesquisa parte da inquietação pessoal de colaborar com a construção de um mundo mais justo, mais humano e mais respeitoso, livre de LGBTfobia. No entanto, reconheço que esta é uma tarefa desafiadora, quase ingrata, pois, por meio dela, não é possível vislumbrar completamente um mundo livre das amarras das estruturas que geram o preconceito, e as complexidades das dinâmicas sociais e culturais reveladas durante este estudo reforçam a imensidão do desafio. É pensando nesse desafio, porém, que essa pesquisa propõe um método de diagnosticar alguns dos mais gritantes sintomas da LGBTfobia nas nossas cidades.

Este processo de pesquisa foi, para mim, um caminho árduo e, por vezes, impactante a nível pessoal. Como pessoa LGBTQIAP+, me deparar tão de perto e de maneira tão explícita com a violência e a morte que permeiam os territórios estudados foi uma experiência intensa. No entanto, ao mesmo tempo que árduo, esse processo também fortaleceu meu compromisso pessoal em contribuir para a conscientização e a mudança. Cada descoberta dolorosa ressalta a urgência de transformar nossas cidades, tornando-as mais seguras e acolhedoras para todos.

Como pessoa LGBTQIAP+, sinto que a vontade de pesquisar surgiu de forma mais natural, que a proximidade com o problema me deu uma dimensão mais próxima de como esse se apresenta na realidade. As pesquisas tendem a surgir de inquietações pessoais sobre problemas que acabam por nos incomodar. É a partir da diversidade de pesquisadores, diversidade de identidades de gênero, de orientações sexuais, de recorte racial e social que se produzirá cada vez mais pesquisas que reduzirão o vício da ciência em um ser universal que é, nas mais diversas áreas do conhecimento, representado por um homem branco, heterossexual e cisgênero.

Nesse sentido, considero que a pesquisa foi fiel ao objetivo principal de localizar e caracterizar os territórios configurados por/para a população LGBTQIAP+ e ainda aos objetivos secundários de criar cartografias que reúnam os territórios identificados bem como discorrer sobre suas características, proporcionando um método que pode ser testado e aperfeiçoado para as mais diversas cidades no Brasil.

Acredito haver dois principais desafios no que diz respeito a construção metodológica dessa pesquisa. Primeiramente, a ausência de fontes de dados oficiais confiáveis e consistentes, aliada à inexistência de uma base demográfica oficial, impôs uma significativa limitação, que tentei contornar a partir das vozes das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, ouvidas a partir do questionário e das entrevistas, o que me leva para o segundo grande desafio: ao mergulhar nesse universo, deparei-me com um anseio da população LGBTQIAP+ de Londrina de manifesta seus desejos, suas necessidades, seus medos, suas experiências, etc.

Essa prontidão em se expressar tornou difícil o trabalho de sumarizar a grande quantidade de informações recebidas. Foi um paradoxo: enquanto as fontes oficiais se mostravam escassas, houve uma ampla manifestação das vozes da comunidade LGBTIAP+, demandando visibilidade, reconhecimento e espaço para suas narrativas.

No que diz respeito aos territórios e territorialidades, acredito que a caracterização de Territórios LGBTIAP+ na escala urbana por meio das mais diferentes formas de cartografia pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento futuro de políticas públicas, visando promover cidades mais democráticas e combater a violência em áreas específicas.

Além disso, é importante reconhecer que a construção dos Territórios LGBTIAP+ e a experiência de territorialidade desses corpos dissidentes não são estáticas nem homogêneas e que o processo de produção dessas cartografias tem que ser sempre atualizado, tentando incluir os recortes mais específicos de raça, classe social origem étnica e deficiências, entre outros. As vivências e demandas dessa comunidade são influenciadas por interseccionalidades que moldam suas experiências urbanas de maneira complexa e multifacetada.

O Centro Histórico como bairro demonstrou-se um importante ponto de convergência das mais diferentes territorialidades LGBTIAP+, o que levanta uma discussão sobre a existência de um bairro LGBTIAP+ em Londrina, dentro do contexto delineado pela pesquisa. Ademais, a delimitação de Territórios de Medo, Morte, Resistência e Convivência fornece um mapa crucial de como a violência, a segurança, a cultura e a sociabilidade estão distribuídas geograficamente, e como esses elementos interagem com a comunidade LGBTIAP+. Este mapeamento pode, no futuro, guiar políticas públicas direcionadas.

É relevante ressaltar que a discussão sobre os territórios configurados por e para a população LGBTIAP+ e a territorialidade dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade na cidade de Londrina não se encerra nas categorias previamente analisadas (Territórios de Medo, Morte, Resistência e Convivência). Existem outras categorias que, se consideradas, podem proporcionar uma compreensão de outras perspectivas das vivências LGBTIAP+ no contexto urbano.

No âmbito da Arquitetura e Urbanismo, subsiste uma lacuna conceitual no que tange

à compreensão da materialização das estruturas inerentes a heterocisnormatividade em diferentes processos e escalas de projeto. Esta lacuna se concentra na identificação dos modos pelos quais a heterocisnormatividade é incorporada no desenho urbano, no planejamento urbano e na elaboração de projetos arquitetônicos. É imperativo empreender uma investigação mais minuciosa sobre como a norma padrão exerce influência sobre as decisões e concepções arquitetônicas e urbanísticas na sociedade atual, bem como sobre sua manifestação espacial ao longo de todas as fases do processo criativo, não se limitando apenas ao resultado final, mas também ao longo de cada etapa envolvida em projetar e executar a arquitetura e o urbanismo.

No que diz respeito aos contextos históricos, tanto a atuação do Movimento LGBTIAP+, quanto a vivência das populações dissidentes, e ainda a história dos estabelecimentos voltados ao público LGBTIAP+ na cidade de Londrina parecem ser perspectivas muito profícuas para elaboração de estudos mais aprofundados no campo da historiografia.

Por fim, escrever essa dissertação foi para mim um convite a reflexão sobre a sociedade em que estou inserido e sobre a maneira como as estruturas e o poder nos empurram para formas específicas de viver, mas também de projetar, de pesquisar, de ler, de compreender, de amar e de existir na sociedade.

Nos últimos anos houve um aumento considerável de produção científica no que tange as populações dissidentes de gênero e sexualidade (com maior ênfase em alguns campos do conhecimento do que em outros). O aparecimento de pesquisas tangenciais à população LGBTIAP+ sugere novas perspectivas a serem abordadas, novos caminhos a serem abertos, no sentido de se afastar cada vez mais de um ser universal, de uma experiência universal, como já mencionado. Portanto convido àqueles que fazem a leitura desse documento a reposicionarem seus olhares, para que se possa pensar em um futuro alternativo, construído a partir de pesquisas distintas, sobre pessoas diversas e territórios diferentes e perspectivas singulares, para que, abraçando a diferença, se possa não só sonhar com um mundo mais justo, mas colocá-lo em prática.

REFERÊNCIAS

- Adler, S., & Brenner, J. (1992). Gender and Space: Lesbians and Gay Men in the City. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 24-34. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.1992.tb00463.x>
- Almeida, V. S. (2022). Representing the perception of Violence in São Paulo, Brazil in mental maps: queer cartography as a theoretical and methodological approach. In M. Blidon, & S.D. Brunn (Eds.), *Mapping LGBTQ spaces and places: a changing world* (pp. 31-44). Springer.
- Alves, P. M., Fernandes, S., & Duarte, T. S. (2020). Territórios do medo para a população LGBTQIA+: uma análise dos discursos sobre a fragmentação da cidade. In *Anais da VI Semana Integrada UFPEL* (pp.1-4). UFPEL. <https://wp.ufpel.edu.br/geoter/files/2020/11/artigopedro.docx-2.pdf>
- Antunes, M. C., & Paiva, V. S. F. (2013). Territórios do desejo e vulnerabilidade ao HIV entre homens que fazem sexo com homens: desafios para a prevenção. *Temas em Psicologia*, 21(3), 1125-1143. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.3-EE17PT>
- Araujo, J. C. Jr. (2006). *A metamorfose encarnada: travestimento em Londrina (1970-1980)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Araújo, J. A. C. Neto. (2018). Direito à cidade da população LGBTQI+: da violência familiar ao ingresso em situação de rua. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU*, 4(6), 65-67.
- Bainor, M. O. (2019). *O não-sujeito em direitos humanos: aproximações entre teoria crítica e teoria Queer na órbita da heterocisnormatividade* [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Barreto, R. C. V., & Alves, J. E. D. (2010). Territórios da diversidade: espaços de convivência gay no Rio de Janeiro. In *Fazendo Gênero, 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamento*. UFSC. <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>.
- Barreto, R. C. V. (2020). Geografia da diversidade: Breve análise das territorialidades homossexuais no Rio de Janeiro. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 1(1), 14-20. 10.5212/Rlagg.v.1.i1.014020
- Belarmino, V. H., & Dimenstein, M. D. B. (2021). Experiência urbana gay na cidade: uma revisão integrativa. *Revista Subjetividades*, 21(3), 1-13. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i2.e11060>
- Butler, J. (2022). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. (23ª ed.). Civilização Brasileira.
- Carvalho, C. O., & Macedo, G. S. Jr. (2017). Isto é um lugar de respeito! a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, 9(1), 103-116. <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.26356>
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade*. (2a ed.). Paz e Terra.
- Centro de Análise, Planejamento e Estatística. (2023). *Resumo Estatístico Criminal –*

RESEC. Curitiba.

- Cerqueira, D., Ferreira, H., & Bueno, S. (Coords). (2021). *Atlas da violência 2021*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Chaves, A. P. N., & Aquino, J. G. (2016). Rastros de uma heterotopia urbana: o caso do Parque Ibirapuera, SP. *ETD - Educação Temática Digital*, 18(4), 802–819. <https://doi.org/10.20396/etd.v18i4.8646408>
- Costa, B. P., & Bernardes, A. (2022). Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: O lazer noturno e as relações de interface. *Revista Cidades*, 10(17), 32-60. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12016>
- Couto, M. T., Unsain, R. F., Zucchi, E. M., Ferraz, D. A. de S., Escorse, M., Silveira, R. A., & Grangeiro, A. (2021). Territorialidades, desplazamientos, performatividades de géneros y sexualidades: juventudes LGBTQIA+ en las áreas suburbanas de la ciudad de São Paulo, Brasil. *Sexualidad, Salud Y Sociedad*. 37, e21212. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21212a>
- Doan, P. (Ed.) (2016). *Queerying planning: challenging heteronormative assumptions and reframing planning practice*. Routledge.
- Efren, R. Filho. (2016). Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos Pagu*, 46, 311-340. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460311>
- Emicida, M., & Vittar, P. (2019). *AmarElo*. Sony Music, Laboratório Fantasma. <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>.
- Farias, J. A. (2012). Prática urbanística e diversidade sexual: Pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade? *Revista ADVIR*, 28(1), 100-112.
- Fernandes, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, 6, 14-34.
- Fernandes, B. M. (2009). Sobre a tipologia de territórios. In M. A. Saquet, & E. Sposito (Eds.), *Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos* (pp. 197–215). Expressão.
- Ferreira, A. V., & Pereira, C. M. R. B. (2020). A cidade como objeto de conhecimento para a educação geográfica. *Revista Ensino de Geografia (Recife)*, 3(2), 200–220. <https://doi.org/10.51359/2594-9616.2020.245976>
- Ferreira, E., Moreira, L., & Lenzi, M. H. (2018). Espacialidades lésbicas: localizando visibilidades e construindo geografias dissidentes. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 9(2), 2-6. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i2.0001>
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Edições Graal.
- Freitas, B. (2016). *Cidade, gênero e sexualidade: territorialidades LGBT em Uberlândia, MG*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Uberlândia.
- Frisch, M. (2002). Planning as a heterosexist project. *Journal of Planning Education and Research*, 21(3), 254-266.
- Gastaldi, A. B. F., Benevides, B., & Coutinho, G. (Orgs.). (2023). *Dossiê 2022: Mortes e*

violências contra LGBTI+. Acontece Arte e Política LGBTI+.
<https://encurtador.com.br/adIVZ>. Acesso em 11 mai. 2023.

Goffman, E. (1977). The arrangement between the sexes. *Theory and Society*, 4(3), 301-333.

Goffman, E. (1979). *Gender Advertisements*. The Macmillan Press UK.

Goffman, E. (2014) *A representação do eu na vida cotidiana*. (20ª ed.). Vozes.

Gomes, A. S. G. Filho, Lima, A. A., Silva, A. M., Nunes, L. F., & Lavor, T. L. Filho. (2021). E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. *Sociologias Plurais*, 7(1), 276-97.
<http://dx.doi.org/10.5380/scplpr.v7i1.79174>

Guimarães, A. T., & Lando, G. A. (2023). Território e sociabilidade LGBTQIA+ em Recife durante a pandemia da Covid-19. *Revista Espaço Acadêmico*, 22(238), 157-168.
<http://orcid.org/0000-0002-4376-265X>

Hara, T. (2014). *Oitenta vezes Londrina: cotidiano, história e trajetórias de vida*. Kan.

Johnston, L., & Longhurst, R. (2010). *Space, place, and sex: geographies of sexualities*. Rowman & Littlefield Publishers Inc.

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. Centauro.

Leite, M. S. (2019). *Direito à cidade, território e territorialidades LGBT no centro da cidade de São Paulo (1988-2018)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Vale do Paraíba.

Leite, M. S., Zanetti, V., & Toniolo, M. A. (2020). Territorialidades LGBTs: Um Estudo da República e do Baixo Augusta no Centro da Cidade de São Paulo. *Sociedade e Território*, 32(1), 96-114.

Leite, M. S., Zanetti, V., & Toniolo, M. A. (2021). As Contradições entre os Espaços Permitidos e Negados aos LGBTQIA+ na Cidade de São Paulo. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 12(1), 54 - 71.

Manso, B. P. (2021). A república das Milícias. *Memórias de um Miliciano*. Ep. 1.
<https://podcasts.apple.com/br/podcast/a-rep%C3%BAblica-das-mil%C3%ADcias/id1595871415?i=1000542109745>

Martins, M. A. M., Fernandez, O., & Nascimento, É. S. (2010). Acerca da violência contra a população LGBT no Brasil: Entre reflexões e tendências. In *Fazendo Gênero, 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamento*. UFSC.
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>.

Medeiros, R. M. V. (2015). Território, espaço de identidade. In M. A. Saquet, & E. S. Sposito (Orgs.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos* (2ªed, pp. 215-225). Consequência Editora.

Meira, T. A. B. (2008). *“... Da Força da Grana que Ergue e Destrói Coisas Belas”: uma etnografia dos circuitos de lazer noturno em Londrina - PR a partir do Bar Valentino*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo.

Mendes, W. G., & Silva, C. M. F. P. (2020). Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: Uma Análise

Espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1709–1722. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019>

- Mendes, W. G., Duarte, M. J. O., Andrade, C. A. F., & Silva, C. M. F. P. (2021). Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(11), 5615–5628. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.33362020>
- Menezes, M. S., Oliveira, A. C., & Nascimento, A. P. L. (2018). *LGBT e mercado de trabalho: Uma trajetória de preconceitos e discriminações*. ConQuerr.
- Mermejo, M., & Santoro, P. (2022). Largo do Arouche: uma trama de disputas: Lócus de transformação urbana e resistência LGBTQIA+. XIX ENANPUR. *Anais eletrônico do Encontro Nacional da Anpur*. Fundação Universidade Regional de <https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/>.
- Mott, L. (2023). História cronológica da homofobia no Brasil: das capitâneas hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821). In P. S. Maior, & R. Quinalha (Orgs.). *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil* (1ªed, pp. 31-59). Elefante.
- Nogueira, M. L. M. (2009). Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 69–85. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000100006>
- Ornat, M. J., & Silva, J. M. (2014) Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. *GEOUSP, Espaço e Tempo*, 18(1), 113-128. 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087.
- Orton, N. E. (2017). (Des)igualdade de gênero e a (i)mobilidade urbana contemporânea: uma visão goffmaniana. *RUA*, 23(2), 243–266. <https://doi.org/10.20396/rua.v23i2.8651142>
- Puccinelli, B. (2014). Como encontrar um “Gueto Gay”: possibilidades analíticas de uma expressão controversa. *Gênero na Amazônia*, 6, 165-182. <http://dx.doi.org/10.18542/rcga.v0i6.13205>
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Autêntica.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. Editora Ática.
- Silva, A. L., & Santos, S. M. M. (2016). O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. *SER Social*, 17(37), 498-516.
- Silva, J. L. S., Menezes, M. L. P., & Rodrigues, M. C. (2022). Discussões Simbólico-Espaciais sobre Territorialidades LGBTQIA+ no Contexto Juiz-Forano. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 13(1), 70-94.
- Silva, J. M. (2008). A Cidade dos Corpos Transgressores da Heteronormatividade. *Geo UERJ*, 1(18), 1-17.
- Silva, M. A. (2016). Localizando performances: territorialidade e os estudos antropológicos de gênero e sexualidade. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade*, 7(2), 33–54. <https://doi.org/10.20396/urbana.v7i2.8642605>
- Sousa, A. A. (2008). Território e identidade: elementos para a identidade territorial. *Caderno*

Prudentino de Geografia, 1(30), 119–132.
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>

Souza, H. C. A., Junqueira, S. R. A., & Reis, T. (Orgs.) (2020). *Ensaio sobre o Perfil da Comunidade LGBTI+*. IBDSEX.

Souza, W. V. F., & Feliciano, C. A. (2021). Por uma leitura geográfica dos territórios da morte, do medo e de resistência lgbtqiap+ no brasil. *Revista Nera*, (61), 87-111.
<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i61.9097>

Teixeira, M. A. (2013). *Presença Incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.

Valentine, G. (1993). Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday Spaces. *Environment and Planning D: Society and Space*, 11(4), 395-413.
<https://doi.org/10.1068/d110395>

ANEXOS

ANEXO A
Resumo Estatístico Criminal (RESEC)

The logo of CAPE Paraná is a shield-shaped emblem. At the top, the letters 'C A P E' are arranged in a curve, and below them, 'P A R A N Á' is written in a similar curve. The shield's background is light blue and features a white grid pattern. In the center, there is a stylized graphic of a yellow and green circular element, possibly representing a globe or a data visualization. The text 'RESUMO ESTATÍSTICO CRIMINAL - RESEC' is printed in bold black letters across the top portion of the shield.

RESUMO ESTATÍSTICO CRIMINAL - RESEC

CAPE – CENTRO DE ANÁLISE, PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA

ANALISTA DO SETOR DE ESTATÍSTICA CAPE

1º Sgt. Edivaldo Corrêa Mecenas - PMPR.

Curitiba, 26 de abril de 2023.

Curitiba
Abril/2023

1. Introdução

O objetivo deste relatório é fornecer uma base de dados estatísticos qualitativos e quantitativos, em arquivo Excel, referente as naturezas de **Homicídio Doloso na Cidade de Londrina**, Estado do Paraná no período de **janeiro 2014 a março de 2023**, onde foram vítimas **pessoas com a orientação sexual** enquadrada como **LGBTQIA+**, o qual foi solicitado por meio do **Ofício s/nº do programa Associado UEM/UEL de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPU UEL**.

Constantemente, por ocasião da consolidação de relatórios periódicos os números poderão sofrer correções devido a desclassificações de tipos penais e ou registros extemporâneos de novos eventos (Nota Técnica nº 001/2008).

A fonte de dados para a análise estatística é oriunda do Boletim de Ocorrência Unificado - BOU.

Notas técnicas:

- https://www.seguranca.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/notatecnican001_2012nova.pdf
- https://www.seguranca.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/nota_tecnica_001_08.pdf

2. Resumo

A metodologia utilizada para atender esta demanda, foi a extração direta via Query, de dados da Base SCOL - Sistema de Controle de Ocorrências Letais, sendo a extração dividida em dois períodos distintos:

- **Período 1, referente aos anos de 2014 a 2017**, em razão de que nesse período os dados recebidos não tinham informações qualitativas significantes, sendo assim, cabe ressaltar que os dados deste período servem como base quantitativa.

- **Período 2, referente aos anos de 2018 a março de 2023**, nesse período os dados recebidos já tiveram tratamento parametrizado com a inclusão do campo “orientação sexual”, permitindo uma análise mais precisa quanto aos quesitos quantitativos e qualitativos.

Destacamos ainda que na metodologia utilizada, buscamos na base as ocorrências de **HOMICÍDIO DOLOSO** que são os casos de "**HOMICÍDIO SIMPLES E QUALIFICADO, FEMINICÍDIOS, HOMICÍDIO DOLOSO NO TRÂNSITO**", e ainda acrescentamos a esta a base, conforme o pedido, os casos de "**LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE**", onde, para os casos supracitados, houve a vitimização de pessoas com a orientação sexual cadastrada como "**ASSEXUAL**", **BISSEXUAL**, **HOMOSSEXUAL**, **PANSEXUAL e TRANSSEXUAL**"

Faz-se importante destacar que na base pesquisada, todas as vítimas que se enquadraram no quesito **LGBTQIA+**, não necessariamente foram vitimadas por possuírem uma orientação sexual diversa (não buscamos constatar a motivação, que resulta do relato da Autoridade Policial na finalização do Inquérito Policial), mas descrever o quantitativo e dados qualitativos parametrizados das vítimas no período, conforme a solicitação, foram identificado apenas 3 (três) casos correspondentes a pesquisa, desta forma, segue em anexo o arquivo em Excel: "**HOMICÍDOS- 2014 A 2022 - SCOL - Londrina -LGBTQIA+.xlsx**".

HOMICÍDOS- 2014 A 2022 - SCOL - Londrina -LGBTQIA+

id_ocr	anoboleti	natureza	municipio	bairro	meioempregado	motivacao	codvitima	idade	sexo	raca_cor	orientacao_sexual	profissao	estadocivil	datafato	uf
id_ocr_20:	2016	HOMICIDIO DOLOSO	LONDRINA	CENTRO HISTORICO	ARMA BRANCA OU IMPROPRIA	NÃO INFORMADO	100	29	M	BRANCA	TRANSSEXUAL	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	10/03/2016	PR
id_ocr_20:	2016	HOMICIDIO DOLOSO	LONDRINA	ANTARES	ARMA BRANCA OU IMPROPRIA	OUTROS	100	0	M	BRANCA	HOMOSSEXUAL	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	08/08/2016	PR
id_ocr_20:	2016	HOMICIDIO DOLOSO	LONDRINA	VILA NOVA	ARMA BRANCA OU IMPROPRIA	OUTROS	100	22	M	BRANCA	TRANSSEXUAL	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	04/09/2016	PR

Fonte: Scol, período 2014 a mar 2023, extraído em 25abr.2023, as 14h40min.

Nota: Natureza de Homicídio são: "HOMICÍDIO SIMPLES E QUALIFICADO, FEMINICÍDIOS, HOMICÍDIO DOLOSO NO TRÂNSITO", foram acrescentamos a esta a base, conforme o pedido, os casos de "LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE",

